



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 55 – SEXTA-FEIRA, 43 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 "Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 "Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 ""Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
 ""Zngela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
 "Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3º - João Durval - (PDT-BA)
 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (66,69)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,69)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (85,88)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wellington Dias - Bloco (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,94) Rodrigo Rollemberg (68,100) Inácio Arruda (90,101) Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,96) Anibal Diniz (27,97) Paulo Paim (98) Eduardo Suplicy (99)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,94)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (68,100)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (90,101)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (103) Ataídes Oliveira (104) Cyro Miranda (33,95)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,45,46,78)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,67)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,73)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPL - 1</p> <p>João Costa (82,83)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Randolfé Rodrigues - PSOL (18,77)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nº 2, de 2013.....	11520
2 – ATA DA 33ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE MARÇO DE 2013	11521
2.1 – ABERTURA	11523
2.2 – EXPEDIENTE	11523
2.2.1 – Leitura de requerimento	
Nº 178, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2012. Deferido.	11523
2.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com as novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE).....	11523
2.2.3 – Comunicações	
Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição e indicação de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, de 2013 (Ofício nº 116/2013). <i>Designação do Deputado Arnaldo Faria de Sá, como titular, e do Deputado Antônio Brito, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	11525
Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013 (Ofício nº 261/2013). <i>Designação dos Deputados Colbert Martins e Edinho Araújo, como titulares, e do Deputado Sandro Mabel, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	11525
2.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas aos gastos da Presidência da República com hospedagem em recente viagem à Itália.....	11525
SENADOR HUMBERTO COSTA – Manifestação sobre a desigual distribuição dos profissionais de saúde pelo País.	11525
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Satisfação com a avaliação positiva do governo da Presidente Dilma Rousseff; e outro assunto.....	11529
2.2.5 – Comunicação	
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem diversas comissões (Ofícios nºs 94 a 96 e 127/2013). <i>Designação dos Senadores Luiz Henrique, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ricardo Ferraço e Sérgio Souza, como titulares, e dos Senadores Eduardo Braga, Kátia Abreu e Paulo Davim, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 606, de 2013. Designação dos Senadores Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Romero Jucá, como titulares, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 607, de 2013. Designação dos Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles, como titulares, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, de 2013. Designação dos Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá e Lobão Filho, como titulares, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013.</i>	11531
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Destaque à importância da água doce para o homem, em referência ao transcurso, em 22 do corrente, do Dia Mundial da Água.	11532
SENADOR CASILDO MALDANER – Ponderações sobre a suspensão, pelo STF, dos efeitos da nova lei dos <i>royalties</i>	11533
SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações sobre a violência contra a mulher no País; e outros assuntos.	11535
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Defesa da distribuição igualitária dos <i>royalties</i> do petróleo entre os Estados produtores e os não-produtores.....	11537

SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA, como Líder – Preocupação com a seca que assola o Nordeste do País; e outro assunto.	11539	2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR IVO CASSOL – Defesa da aprovação de emenda, de autoria de S. Ex ^a , ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2013; e outro assunto. ..	11541	SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Preocupação com as dificuldades financeiras enfrentadas por empresas mato-grossenses.	11549
SENADOR EDUARDO LOPES – Lamento pela recente tragédia ocasionada pelas chuvas em Petrópolis-RJ.	11543	SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre as políticas executadas pelo Governo Federal nas gestões do PSDB e do PT; e outro assunto.	11551
SENADORA LÍDICE DA MATA – Manifestação a favor da descentralização dos recursos da União que são destinados aos estados e aos municípios brasileiros.	11544	SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Reflexão sobre os trabalhos da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.	11554
2.2.7 – Comunicações		SENADOR ANIBAL DINIZ – Defesa da gestão financeira da Petrobras; e outro assunto.	11556
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integram diversas comissões (Ofício nº 377/2013). Designação dos Deputados Moreira Mendes e Armando Vergílio, como titulares, e dos Deputados Hugo Napoleão e Eliene Lima, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 606, de 2013. Designação dos Deputados Ademir Camilo e Edson Pimenta, como titulares, e dos Deputados Dr. Paulo César e Dr. Luiz Fernando, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 607, de 2013. Designação dos Deputados Guilherme Campos e Walter Ihoshi, como titulares, e dos Deputados Júlio César e Armando Vergílio, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, de 2013. Designação dos Deputados Irajá Abreu e Moreira Mendes, como titulares, e dos Deputados Walter Ihoshi e Roberto Santiago, como suplentes, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013.	11546	SENADORA ANA RITA – Preocupação com as chuvas nas cidades de Vila Velha e Cariacica, no Espírito Santo.	11558
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013 (Ofício nº 69/2013). Designação do Senador Blairo Maggi, como suplente, para compor a referida Comissão.	11546	2.3 – ORDEM DO DIA	
2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)		2.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
SENADOR PAULO BAUER – Preocupação com a possibilidade de falência do setor pesqueiro em algumas regiões do País; e outros assuntos.	11546	Projeto de Resolução nº 2, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. Aprovado com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ/CDIR, após leitura dos Pareceres nºs 138, de 2013-CCJ; e 139, de 2013-CDIR.	11562
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Sassida.	11549	Redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 2013 (Parecer nº 140, de 2013-CDIR). Aprovada. À promulgação.	11566
2.2.9 – Leitura de requerimento		2.3.2 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Nº 179, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Sassida.	11549	Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323/2012, na origem). Aprovado, em segundo turno.	11567
		Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012 (Parecer nº 141, de 2013-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	11567
		2.3.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	
		2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
		2.4.1 – Leitura de requerimento	
		Nº 180, de 2013, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Vitalino Santiago.	11569
		2.4.2 – Discursos	
		SENADOR JORGE VIANA – Registro da participação de S. Ex ^a , em Rio Branco, no ato de início das obras da Cidade do Povo; e outros assuntos. ..	11571
		2.4.3 – Leitura de requerimento	
		Nº 4, de 2013-CN, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos	

do Requerimento nº 4, de 2011-CN, solicitando prorrogação do seu prazo de duração.....	11575	de emendas, perante a Comissão de Constituição de Justiça, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2011 (Ofício nº 32/2013-CCJ),.....	11636
2.4.4 – Discursos (continuação)		2.4.8 – Comunicações	
SENADOR ACIR GURGACZ – Destaque para a importância da restauração da BR-364, em Rondônia; e outro assunto.	11615	Do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do referido Conselho, e de escolha dos nomes que serão agraciados com o referido Diploma (Ofício nº 15/2013).....	11636
SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Comemoração pelo crescimento do índice de aprovação do governo da Presidente Dilma Rousseff; e outro assunto.	11618	Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, de retirada do Senador Antonio Carlos Valadares da composição da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 68/2013).	11636
SENADOR ROMERO JUCÁ – Relato da realização de solenidade na Presidência da Casa... ..	11621	Da Liderança do PSOL e do Bloco de Apoio ao Governo, de que aquele Partido passa a integrar o referido Bloco (Ofício nº 43/2013).....	11636
SENADOR RICARDO FERRAÇO, como Líder – Homenagem ao juiz de direito Alexandre Martins de Castro Filho, assassinado há dez anos.	11622	Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de designação de membros para comporem a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil (Ofício nº 15/2013).	11636
SENADOR SÉRGIO PETECÃO – Agradecimentos ao Diretor do DNIT, Jorge Fraxe; e outro assunto.	11625	Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 126/2013). <i>Designação do Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como titular, para compor a referida Comissão.</i>	11637
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Análise da importância de alguns blocos econômicos, especialmente do BRICS.	11629	2.4.9 – Leitura de projetos	
SENADORA ANGELA PORTELA – Manifestação sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados; e outro assunto.....	11631	Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que <i>autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste do Pará-UFNORPA, com sede no Município de Capanema, por desmembramento da Universidade Federal do Pará –UFPA, e da Universidade Federal Rural da Amazônia– UFRA.</i>	11637
2.4.5 – Comunicações		Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que <i>altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que “regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências.”</i>	11638
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de retirada, a pedido, do Senador Casildo Maldaner da composição das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor (Ofício nº 115/2013).....	11633	Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2013, de autoria do Senador Humberto Costa, que <i>dispõe sobre o Cadastro Nacional de Transferência de Imóveis.</i>	11640
Da Liderança do PTdoB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 589, de 2012 (Ofício nº 115/2013). <i>Designação do Deputado Laercio Oliveira, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	11633	Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2013, de autoria do Senador Humberto Costa, que <i>altera o art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para impedir o exercício da advocacia perante os tribunais compostos por magistrados que sejam parentes do advogado postulante.</i>	11646
2.4.6 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados		Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que <i>acrescenta o inciso XI ao art. 21 e o art. 88-A à Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que “define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o</i>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2013 (nº 571/2012, naquela Casa), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.</i>	11633		
2.4.7 – Comunicações da Presidência			
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2013, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição.	11635		
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação			

<i>regime jurídico das sociedades cooperativas, e das outras providências”, a fim de atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais dos seus associados.</i>	11647	cio da Função Comissionada de Advogado-Geral Adjunto.....	11671
2.4.10 – Leitura de requerimentos		Nº 6, de 2013, de designação do servidor Rômulo Gobbi do Amaral para exercer a Função Comissionada de Advogado-Geral Adjunto.....	11672
Nº 181, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Souza, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 156, de 2013. Deferido.	11649	Nº 7, de 2013, de exoneração, a pedido, do servidor Fernando Cesar de Moreira Mesquita do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, da Secretaria Especial de Comunicação Social.....	11672
Nº 182, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Vitalino Santiago.....	11649	5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 20.3.2013	11673
Nº 183, de 2013, de autoria do Senador Fleixa Ribeiro, solicitando voto de congratulações a S. Santidade, Papa Francisco.	11650	SENADO FEDERAL	
Nº 184, de 2013, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça.....	11651	6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Nº 185, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.....	11651	Por Unidade da Federação	11674
Nº 186, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde.....	11652	Bancadas dos Partidos	11675
Nº 187, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Cidades.....	11653	Por ordem alfabética	11676
2.4.11 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados		7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	11677
Nº 42/2013, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011.	11654	8 – LIDERANÇAS	11678
2.4.12 – Discurso encaminhado à publicação		9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	11682
SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Registro do transcurso, em 17 do corrente, dos 158 anos da cidade de Aracaju-SE.	11654	10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	11683
2.4.13 – Comunicação da Presidência		11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	11655	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	11695
2.5 – ENCERRAMENTO		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	11702
3 – ATA		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11709
3.1 – MESA DO SENADO FEDERAL		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	11715
Ata da 4ª Reunião, realizada em 13 de março de 2013.....	11658	CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	11721
3.2 – CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	11731
Ata da 2ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2012.....	11667	CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	11737
4 – ATOS ADMINISTRATIVOS		CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	11746
4.1 – PORTARIAS DO PRESIDENTE		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	11753
Nº 4, de 2013, de designação do servidor Rogério Mozart Dy La Fuente Gonçalves para exercer o cargo de Ombudsman, pelo prazo de dois anos.	11671	CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	11760
Nº 5, de 2013, de dispensa, a pedido, do servidor Hélio Rodrigues Figueiredo Júnior do exercí-		CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	11764
		12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
		Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	11767
		Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	11768
		Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	11769
		Procuradoria da Mulher (Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)	11770
		Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	11770

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	11771	CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	11787
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	11773	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007)	11789
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	11775	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	11790
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	11777	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	11791
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	11779	Comissões Mistas Especiais	11793
CONGRESSO NACIONAL		14 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
13 – COMISSÕES MISTAS		Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	11797
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	11781	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	11798
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	11799

SENADO FEDERAL

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando que a Constituição Federal possui 25 dispositivos ainda pendentes de regulamentação por meio de leis complementares e 117 dispositivos pendentes de regulamentação por meio de leis ordinárias;

Considerando que recente levantamento da Casa Civil da Presidência da República contabilizou mais de 180 mil diplomas normativos, entre leis, decretos-leis, portarias, resoluções e instruções normativas, grande parte deles conflitantes entre si e com a própria Constituição Federal;

Considerando a necessidade de tornar o sistema normativo federal mais compreensível, seguro, transparente e homogêneo, para isso devendo-se proceder à consoldição normativa prevista no parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal,

Resolvem:

Art. 1º Fica constituída Comissão Mista, composta por seis Senadores e seis Deputados Federais, destinada a apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projetos de lei visando à consolidação da legislação federal e à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição:

I – seis Deputados Federais:

- a) Cândido Vaccarezza, que a presidirá;
- b) Edinho Araújo;
- c) Carlos Sampaio;
- d) Sérgio Sveiter;
- e) Armaldo Jardim e
- f) Miro Teixeira.

II – seis Senadores:

- a) Romero Jucá;
- b) Vital do Rego;
- c) Jorge Viana;
- d) Pedro Taques;
- e) Alysio Nunes Ferreira e
- f) Antônio Carlos Rodrigues.

Art. 3º A Comissão contará com o apoio de servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, na forma do art. 145 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e as despesas com o seu funcionamento serão custeadas na forma do art. 150 do Regimento Comum.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal prover os serviços de secretaria da Comissão.

Art. 4º Os projetos elaborados pela Comissão serão encaminhados alternadamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, na forma do art. 142 do Regimento Comum.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal – Deputados **Henrique Eduardo Alves**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Ata da 33ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de março de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana, da Srª Vanessa Grazziotin, dos Srs. Eduardo Suplicy,
Anibal Diniz e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se
às 20 horas e 33 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

33ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 20/03/13 07:00 até 20/03/13 21:53

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCIDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	ÉPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X

DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PPL	TO	JOÃO COSTA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 77 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 178, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 230 de 2012 (Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o emprego industrial da substância sulfidrato de sódio), projeto este de minha autoria.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Quería cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas mídias da Secretaria de Comunicação do Senado Federal e convido para fazer uso da palavra, em permuta com o Senador Cristovam Buarque, o primeiro orador inscrito, o nobre Senador e colega Paulo Paim. V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 10 minutos, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, eu venho à tribuna no dia de hoje para falar sobre o Fundo de Participação dos Estados que é uma preocupação de todos os Senadores. Nenhum Senador, claro, vai concordar que o seu Estado venha a ser prejudicado, e, infelizmente, pela forma que está atualmente o relatório, a não ser que a gente consiga avançar nas mudanças, o Rio Grande do Sul será prejudicado.

Mas eu quero assim, Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimentar os esforços do Senador Walter Piniheiro, na tentativa difícil de obter um consenso sobre a nova distribuição do FPE.

Fazemos aqui alguns comentários sobre a proposta.

Os Estados, como um todo, Sr. Presidente, representados no Confaz, tentaram, mas não conseguiram, chegar a um consenso sobre a nova distribuição. Todos os Estados possuem necessidades, e nós sabemos que não são poucas. O nosso Rio Grande do Sul, por exemplo, é um dos Estados mais endividados, por isso a dificuldade de alterar o FPE é tão importante para todos os Estados.

Apesar de não haver consenso no Confaz, os Estados da Região Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo,

construíram uma alternativa, com base em três variáveis: área, população e inverso da renda *per capita* ou PIB *per capita*. Essa é a proposta que foi apresentada, com o apoio dos três Estados do Sul, pelo Senador Luiz Henrique, que tem o apoio maciço da nossa Região.

É uma alternativa simples e que reflete a necessidade de gastos, pois quanto maior a área e a população, maiores são as necessidades do poder público para prover serviços nas áreas de saúde, educação e segurança.

O mesmo acontece com a renda *per capita*, tanto menor, maior o esforço exigido do poder público para promover o desenvolvimento social e econômico.

Outro ponto favorável é que a proposta prevê uma transição suave, com a manutenção dos repasses nominais atuais reajustados pelo IPCA, o que alongaria o tempo de transição para 20 ou 30 anos, sem necessidade de aprovação de nova lei em curto espaço de tempo.

Em segundo lugar, destacamos também a proposta apresentada pela Comissão de Notáveis – comissão criada para analisar a matéria –, a pedido deste Senado, que é um pouco diferente dessa proposta do Sul e do Sudeste, retirando a variável área. Também possui uma transição com garantia de valores nominais atuais atualizados pelo IPCA. Além disso, a proposta impôs um limite máximo no fator população, de 7%, e um redutor aos Estados que possuem um PIB *per capita* maior que 75% da média nacional.

Nos pareceria, Sr. Presidente, mais justo que o redutor fosse aplicado sobre os Estado com PIB *per capita* acima da média nacional, ou seja, redutor para quem estiver acima de 100% da média nacional.

Outro ponto que destacamos dessa proposta é o art. 3º, que prevê que, para outros repasses em que outra lei diga que a distribuição seja igual ao FPE – exemplo: os *royalties* –, não seja aplicado o limite populacional, nem o redutor em função do PIB *per capita*. Nos parece mais adequado esse artigo para outros repasses, pois não tem a ver diretamente com o FPE, nem com a promoção do equilíbrio socioeconômico, que é a premissa principal do famoso FPE.

Um ponto de difícil consenso, sabemos, nessa proposta, foi a necessidade de nova lei complementar em cinco anos, obrigando o critério da equalização de receitas. Embora a equalização de receitas *per capita* possa parecer um bom critério no âmbito acadêmico, ela não se mostra adequada para a realidade atual brasileira, em que todos os Estados do Norte, muito dependentes do FPE, teriam perda expressiva no seu índice de participação.

Sr. Presidente, para alguns Estados da região Norte, o FPE representa mais de 50% de suas recei-

tas e uma alteração brusca poderia significar a quebra destes Estados. Além disso, a grande maioria dos Estados teria perda em seu índice, pois a distribuição ficaria concentrada em alguns poucos Estados, como Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Pará, os quais ficariam com 60% dos recursos do Fundo, segundo o relatório técnico que recebi hoje do Confaz.

Dependendo da forma como fosse aplicada a equalização, ela poderia resultar em repasse zero para algumas unidades federadas. Ou seja, a equalização não serve aos propósitos de promoção do equilíbrio socioeconômico na realidade atual brasileira.

Assim, a proposta dos notáveis, no nosso entendimento, estaria adequada apenas com a retirada da obrigatoriedade da equalização da nova lei a ser elaborada após cinco anos.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, entrando na proposta do Senador Walter Pinheiro, que teve por base a da Comissão de Notáveis, faço aqui rápidas considerações.

O substitutivo apresentado ontem retirou a obrigatoriedade do critério da equalização de receitas da nova lei, no que parabenizamos o Senador Relator, o que beneficia, sim, grande parte dos Estados.

Por outro lado, a proposta utiliza a renda domiciliar *per capita*, sem que isso traga resultados muito mais favoráveis, em lugar do PIB *per capita*, que é um índice mais conhecido, mais robusto e com menor chance de sofrer ações de impugnação. Talvez por isso a proposta dos notáveis utilize o PIB.

Outro ponto é o redutor que passou a ser aplicado aos Estados com renda domiciliar *per capita* acima de 70% da média nacional. Não nos parece razoável atingir mais Estados que estejam abaixo da média nacional com essa redução de índice. Lembro que os notáveis fixaram esse redutor em 75%, atingindo, aí, sim, um número menor de Estados.

Além disso, Sr. Presidente, a proposta impõe que o limite populacional de 7% seja aplicado apenas uma vez, o que gera resultados distorcidos, com Estados ficando com o índice de 8,7%, superior ao limite.

Somente como exemplo, poderíamos lembrar que existem Estados que têm índice populacional pouco acima de 7% e tem seu fator elevado para 8,7%. Não é razoável. Além disso, para tornar mais difícil a sua aceitação nesses termos, o substitutivo retira o artigo 3º, o qual protegia a questão dos outros repasses, como, por exemplo, o dos *royalties*, sem a aplicação do redutor em função da renda *per capita*.

Por último, Sr. Presidente, destaco aqui a proposta alternativa do Senador Dornelles, uma variação da proposta do Senador Walter, com a dos Notáveis,

a qual prevê um limite populacional mínimo de 2%, aplicado conjuntamente com o limite máximo de 7%.

O Senador Dornelles também propõe a utilização do redutor em 80% da renda *per capita*. Essas duas sugestões do Senador – que eu aqui lembro – Dornelles, em conjunto, produzem um resultado mais adequado para a distribuição mais justa do FPE, inclusive salvando os índices dos Estados do Norte, que são os mais dependentes deste repasse.

Sr. Presidente, antes de concluir, saliento que o crescimento do FPE, em 2013, já está em torno de 13,4% e deve subir nos próximos meses. O Fundo ultrapassará os 70 bilhões (podendo atingir até 20% de crescimento no ano).

A transição para os novos índices, Sr. Presidente, muito provavelmente, vai acontecer de forma bem mais rápida do que aquela projetada pela equipe que ajudou a construção do substitutivo do Senador Walter Pinheiro (só prevê 1,5% de crescimento, além do IPCA). O crescimento médio do FPE é de quase 10% acima do IPCA, exceto em 2012.

Para concluir, novamente cumprimento o esforço realizado pelo Nobre Senador Walter Pinheiro por sua coragem. Destaco que o seu Substitutivo pode ser aprimorado, pode ser adequado, quem sabe ajustando com as sugestões apresentadas pelo Nobre Senador Francisco Dornelles.

Sr. Presidente, de aplicação do limite populacional mínimo de 2%, juntamente com a aplicação do redutor em 80% da renda *per capita*...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Além disso – e eu concluo, Sr. Presidente –, poderíamos incluir novamente o artigo 3º para os outros repasses.

Esta proposta teria provavelmente o apoio praticamente unânime da casa e teria maior probabilidade de aprovação com rapidez também lá na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, com esse objetivo de dialogar com nosso querido amigo e nobre Senador, sempre líder do nosso partido, é que nós, os três Senadores do Rio Grande (Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Simon e esse Senador) estamos pedindo uma reunião com o Relator, Senador Walter Pinheiro, para juntos podermos somar na costura final de um grande entendimento que atenda, oxalá, todos os Estados de forma a que ninguém tenha prejuízo em relação a arrecadação de um percentual tão importante como esse do FPE.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Paulo Paim,

pelo pronunciamento e pela luta que faz em nome do Rio Grande.

Leio dois expedientes sobre a mesa, informando que o próximo orador...

Para uma comunicação inadiável, como estava inscrito, ele faz uma comunicação inadiável e, em seguida, o Senador Humberto.

Leio dois expedientes, pedindo licença ao Senador Alvaro Dias.

O SR PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em substituição ao Deputado Jovair Arantes; e, como membro suplente, o Deputado Antônio Brito, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 608, de 2013**, conforme o **Ofício nº 116, de 2013**, da Liderança do PTB, na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº116/2013

Brasília, 19 de março de 2013

Sr. Presidente,

Indico a Vossa Exigência o Senhor Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Na qualidade de titular, em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB/GO); e, como suplente, o Senhor Deputado Antônio Brito (PTB/BA) para compor a Comissão Mista sobre a MP nº 608/2013, que “Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa nas condições que estabelecer e dispõe sobre os títulos de créditos e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas e funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altura a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010”.

Aproveito o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Deputados Colbert Martins e Edinho Araújo, como membros titulares, em substituição aos Deputados Eduardo Cunha e Marcelo Castro; e o Deputado Sandro Mabel, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antônio Andrade, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer a **Medida Provisória nº 609, de 2013**,

conforme o **Ofício nº 261, de 2013**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao devido processado.

É o seguinte o Ofício:

Of/GAB/I/nº 261

Brasília, 20 de março de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Colbert Martins, Edinho Araújo e Sandro Mabel passam a integrar, respectivamente, na qualidade de titular e suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 609/2013, que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Confins, da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação”, em substituição aos Deputados Eduardo Cunha, Marcelo Castro, Antônio Andrade.

Por oportuno, renovo a vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha**, Líder do PMDB.

O SR PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, para uma comunicação inadiável – cinco minutos –, e, logo em seguida, o orador inscrito, Senador Humberto Costa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, em memória do saudoso Embaixador Hugo Gouthier – sem esquecer, é evidente, do contribuinte brasileiro – faço este registro que, aliás, já foi feito pela imprensa internacional. Aqui, o jornal ABC, de Madrid, estampa em manchete: “*El socialismo de Dilma Rousseff: 52 habitaciones de hotel y 17 coches para ver al Papa*”. Esta é a manchete. Portanto, uma visita que teve repercussão internacional.

Mas eu me lembro que o Embaixador Hugo Gouthier foi o responsável, nos idos de 1960, pela competente negociação e compra do belo Palácio Pamphili, construção inigualável do barroco italiano, sede de nossa embaixada em Roma. O palácio foi originalmente construído para abrigar a residência do Papa Inocêncio X. Localizado na famosa Piazza Navona, o prédio é realmente esplendoroso, desde a reforma que o Embaixador Gouthier realizou após o prédio ter sido incorporado ao patrimônio da República brasileira. Em síntese, é uma embaixada belíssima e luxuosa, certamente a mais cobiçada das embaixadas em todo o mundo.

Hoje a imprensa internacional revela que a Presidente Dilma declinou de se hospedar na residência oficial de nossa Embaixada para ficar em um hotel na Via Veneto, zona nobre e luxuosa da cidade, nos três dias da viagem para assistir à entronização do Papa Francisco.

Veja – o Senador Mão Santa diria: atentem bem, atentem bem –, a logística da comitiva presidencial impressiona. Envolveu 52 apartamentos do hotel e 17 veículos. A frota inclui sete veículos sedã com motorista, um carro blindado de luxo, quatro vans executivas com capacidade para 15 pessoas cada, um micro-ônibus e um veículo destinado aos seguranças, sem falar de um caminhão-baú e dois furgões para o transporte de bagagens e equipamentos. A diária da suíte presidencial gira em torno de R\$8 mil, e o apartamento mais barato, aproximadamente R\$900.

Ora, Sr. Presidente, é uma agressão ao bom senso, à realidade, mas é, sobretudo, uma agressão à pobreza, que não foi exterminada no Brasil, como a propaganda oficial tenta insinuar. É um País que abriga boa parte da sua população na faixa de pobreza.

Então, é evidente que isso causa inconformismo e indignação. E não é por outro motivo que a imprensa internacional cuida do assunto, impressionada com o fato. É evidente que esse fato não poderia passar despercebido.

Enquanto a grande Embaixada do Brasil, na Piazza Navona, que tem a aparência de um grande hotel, ficava às moscas, a Presidente Dilma...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... e a sua enorme comitiva... Esta é outra indagação: 52 apartamentos! Ora, é uma pequena multidão, que seria suficiente para fazer um comício em frente à Embaixada do Brasil, na Piazza Navona. Se a comitiva da Presidente Dilma se reunisse em frente à Embaixada, na Piazza Navona, imaginariam estar havendo ali um comício.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Portanto, uma comitiva que ocupa 52 apartamentos de hotel e mobiliza uma frota enorme de veículos, no contexto de uma cerimônia de entronização papal, é um acinte ao cidadão que paga impostos. Não é crível que uma comitiva desse porte tenha ido à Roma num clima de ato de contrição. O Papa, amigo dos pobres, recebe a Presidente do Brasil com uma comitiva luxuosa. Ao que parece, foi uma missão de turismo oficial.

Nós já sabemos que o governo é perdulário, que gasta, demasiada e desnecessariamente, em para-

lelismos, em superposição de ações, em despesas correntes, há gastos excessivos...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... com os cartões corporativos, mas esse espetáculo turístico em Roma é uma afronta à pobreza no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e convidado, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o colega Líder, Senador Humberto Costa.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 10 minutos, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, recentemente, alguns de nossos colegas estiveram nesta tribuna para tratar de um tema que considero da maior relevância para a saúde e para o sistema de saúde deste País.

Aqui estiveram os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Paulo Davim, para citar alguns, enfatizando o problema da falta de profissionais de saúde, especialmente de médicos e da má distribuição desses profissionais por todo nosso País.

Eu, naturalmente, não poderia de deixar de participar desse debate, pois tenho acompanhado de perto, já há algum tempo, esse tema. Eu sou inclusive autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2011, que cria o Serviço Civil Obrigatório para profissionais de saúde recém-formados em universidades públicas ou contemplados com bolsas e outros incentivos financeiros pagos com recursos públicos.

A ideia de que esses profissionais pudessem trabalhar temporariamente em unidades públicas de saúde nos Municípios ou nas regiões do País, onde houvesse carência de mão de obra. Esse serviço seria adequadamente remunerado e o período de realização desse serviço civil seria definido por lei. Nada mais justo.

Se um médico, se um profissional de saúde tem a sua formação custeada pelo Estado, numa universidade pública ou pelo Prouni, sendo financiado pelo setor público, nada mais justo que ele possa dar à sociedade uma contrapartida com o seu trabalho. Isso não seria feito gratuitamente, seria feito recebendo uma compensação, um salário adequado e justo.

Essa é uma medida de caráter regulatório que tem sido reiteradamente preconizada por instituições importantes na área da saúde no mundo, como a própria Organização Mundial de Saúde.

Essa minha proposição está hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando a

designação de relator. Já tive oportunidade de falar com o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão, para que possa definir um relator e nós possamos fazer essa discussão.

Sr. Presidente, esse tema é muito sério. Os Conselhos Federal de Medicina e Regional de Medicina do Estado de São Paulo divulgaram recentemente o segundo volume da chamada *Demografia Médica no Brasil*, que aponta o crescimento do número de médicos no País. Os números têm melhorado, graças a uma série de fatores, como a abertura de novos cursos de Medicina, aumento de novos registros, mais entradas do que saídas de profissionais do mercado de trabalho.

Segundo esse estudo, o Brasil alcançou uma razão de dois profissionais por grupo de mil habitantes. Mas, por uma questão de metodologia, essas estatísticas diferem das estatísticas do Ministério da Saúde, que aponta uma razão menor de 1,8 médicos para cada mil habitantes, e a razão disso é que, enquanto os conselhos utilizam a relação dos inscritos para fazer o cálculo dos profissionais e a respectiva relação com o número de habitantes do País, o Ministério da Saúde utiliza apenas o registro daqueles que são ativos. Portanto, a proporção real se aproxima mais de 1,8 médicos por mil habitantes.

Não existe, em verdade, um parâmetro que estabeleça uma proporção ideal de médicos por habitantes que seja reconhecido e válido internacionalmente. No Reino Unido, por exemplo, país que tem o segundo maior sistema público de saúde, atrás do Brasil, que tem o maior sistema público de saúde do mundo, essa proporção é de 2,7 médicos por mil habitantes. Vejam a diferença: Brasil, 1,8; Reino Unido, 2,7.

Sabemos, caros colegas, que existe no Brasil uma carência a ser suprida. A demanda por profissionais nas clínicas e hospitais, nas unidades de urgência e emergência ainda é muito maior do que a oferta desses profissionais.

Essa carência de médicos é ainda muito pior em regiões menos desenvolvidas e distantes dos grandes centros urbanos. O que significa dizer que estamos diante da má distribuição de médicos pelo território nacional.

De acordo com o estudo do CFM, no Recife, por exemplo, temos uma proporção de 6,27 médicos para cada mil habitantes. Esse número coloca a capital pernambucana no quinto lugar, entre as capitais do País, na proporção de médicos por habitantes.

Outras capitais de regiões mais desenvolvidas concentram ainda mais médicos. É o caso, por exemplo, de Vitória, no Espírito Santo, onde a razão é de 11,61 médicos para cada mil habitantes. É o que é registrado.

Por outro lado, se nós olharmos a situação de Macapá, no Amapá, por exemplo, que tem a menor relação médico/população entre as capitais do País, a razão é de 1,38 médicos para cada mil habitantes.

As maiores disparidades, porém, são vistas nas cidades mais distantes dos grandes centros urbanos. Para se ter uma ideia, se Recife tem uma proporção de 6,27 médicos para cada mil habitantes, em Pernambuco essa razão cai para 1,57 médicos, demonstrando que muitos lugares do interior, provavelmente, estão muito longe de uma razão até mesmo de um médico para cada mil habitantes. Portanto, é uma situação enormemente precária.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esses números só não são piores porque estamos considerando os médicos do setor público e do setor privado. Se olharmos apenas para o Sistema Único de Saúde, vamos constatar que o quadro de falta de profissionais é ainda mais alarmante. E é, portanto, a população mais carente, aquela que usa exclusivamente o SUS, a que mais sofre.

No SUS, segundo o Conselho Federal de Medicina, há uma razão de apenas 1,1 médico por mil habitantes. Em Recife, que tinha uma razão de 6,27 médicos para cada mil habitantes, quando se trata do SUS, essa proporção cai para 2,54. Mas, se nós levarmos em consideração os médicos do SUS em Pernambuco, essa razão cai para um médico para cada mil habitantes. Isso significa, mais uma vez, que várias cidades estão descobertas.

O Governo da Presidenta Dilma e o Ministério da Saúde, pela ação do Ministro Alexandre Padilha, estão atentos para esse problema. Lançaram, até agora, algumas medidas fundamentais para atenuá-lo e estão estudando outras iniciativas.

Eu aqui gostaria de enfatizar o papel importante do Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (ProvaB), que procura melhorar a distribuição dos profissionais no País, qualificando-os e estimulando a sua atuação...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ... nas periferias das grandes cidades, nos Municípios do interior e nas regiões mais distantes.

Como resultado da sua segunda edição, o programa levará 4.392 médicos para atuar na atenção básica de 1.407 Municípios que hoje carecem de médicos.

Em Pernambuco, 382 profissionais trabalharão nas unidades básicas de 96 Municípios.

O Ministério também está estudando a possibilidade de trazer médicos estrangeiros para atuar no Brasil, a exemplo do que ocorre em outros países

com sistemas universais de saúde. No Reino Unido, por exemplo, 37% dos médicos registrados foram graduados no exterior.

Considero essa iniciativa louvável, pois não podemos deixar nossa população desassistida. Porém, defendo que a revalidação de diplomas não ocorra de forma automática, mas como resultado de um processo de avaliação, treinamento e adaptação desses médicos à realidade do sistema de saúde pública no Brasil, com critérios bem definidos de compatibilização da grade curricular dos médicos formados no exterior e com estágio supervisionado.

É preciso, também, garantir que os médicos estrangeiros venham para trabalhar em lugares com maior déficit profissional. No Canadá, por exemplo, os médicos estrangeiros passam cinco anos na atenção primária, em áreas de escassez, em troca de uma vaga no programa de residência médica.

Tenho certeza de que o Governo está avaliando...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente. ... todas essas iniciativas de forma bastante criteriosa e que o País encontrará novas saídas, que, somadas, reverterão esse quadro crítico que tanto afeta a qualidade do serviço de saúde no Brasil.

Somos chamados, como Poder Legislativo, a darmos a nossa contribuição para que esse grave problema, esse enorme gargalo do Sistema Único de Saúde, que é a carência de profissionais, possa vir a ser enfrentado e superado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Humberto Costa, se o Presidente permitir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não, Senadora.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço. Primeiro, quero corroborar com o pronunciamento de V. Exª. Não há dúvida de que o Brasil, hoje, vive inúmeros problemas relacionados à saúde, que, de fato, são problemas complexos. Entretanto, não podemos deixar de abordar este que é um grave problema, que é a falta de profissionais. Venho de um Estado, que é o Estado do Amazonas, em que um número significativo dos Municípios não tem a presença sequer de um médico. O Provab, que V. Exª acabou de citar...

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – ... e é um programa muito importante, principalmente para essas regiões, onde os profissionais não chegam, dos quase 40 Municípios ofertados para vagas,

somente 11 foram preenchidos, o que nos mostra que é preciso encontrar uma outra solução. É óbvio, uma solução segura tanto para os profissionais quanto para as pessoas que são assistidas por esses profissionais. Então, eu vejo que está na hora de o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira sentarem à mesa. Hoje mesmo, li uma notícia importante de que a Presidência da República está buscando engenheiros fora do Brasil, e a gente não vê, por parte das entidades de engenheiros, tamanha resistência como a que estamos encontrando na área médica. E não queremos que ninguém venha trabalhar no nosso País sem que haja uma complementação na área de conhecimentos, sem que haja um preparo para esses profissionais.

(Soa a campanha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Então, contamos com a colaboração dos nossos competentíssimos profissionais brasileiros, que têm que sentar à mesa com o Governo Federal, com os Governos estaduais, com o Parlamento brasileiro, para que, juntos, com todas essas mãos trabalhando, possamos construir a saída para o problema que considero, como V. Exª, muito grave em nosso País. Parabéns pelo pronunciamento e pelo seu projeto, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Muito obrigado. Agradeço o aparte de V. Exª, sempre muito coerente, e tenho certeza de que V. Exª continuará a ser uma grande lutadora para que nós todos juntos possamos enfrentar esse grave gargalo do sistema público de saúde.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que o cumprimento e agradeço a V. Exª, Senador Humberto. Minha vontade era de apartear-lo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Solicito a minha inscrição como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

Quero informar aos colegas do Plenário que hoje é o aniversário do nosso querido Senador Paulo Bauer, que está ali, e que, certamente, daqui a pouco, estará saudando o povo de sua terra.

Parabéns, Senador! V. Exª é uma figura muito querida aqui no Senado, e logo eu também quero dar-lhe um abraço, como meus colegas estão a fazer agora.

Quero chamar para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, meu querido colega, que tão bem representa o Estado de São Paulo nesta Casa. Está indo ali dar um abraço no Senador Paulo Bauer, como os outros colegas estão fazendo.

Senador Suplicy, V. Ex^a está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Jorge Viana, quero, em primeiro lugar, ressaltar aqui o bom desempenho, na avaliação do povo brasileiro, que tem tido o Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Segundo o Ibope, a aprovação do Governo Dilma atingiu o recorde de 63%, segundo a última pesquisa revelada ontem, pois a penúltima indicava uma aprovação de 62%. A aprovação pessoal entre janeiro e março oscilou de 78% para 79%.

Trata-se do maior índice já alcançado pelo governo Lula na pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria. O percentual de 63% é o dos entrevistados que consideram o Governo bom ou ótimo, de acordo com o levantamento. O índice dos que consideram o Governo regular se manteve em 29%, e o dos que consideram ruim ou péssimo 7%. E a aprovação pessoal de Dilma passou de 78% para 79%. Dentro da margem de erro, o índice de quem desaprova Dilma se manteve em 17%. Isso é próprio da democracia.

O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva alcançou, no segundo mandato, 73% de aprovação do governo e 84%, na avaliação pessoal.

Eu quero aqui transmitir a minha renovada confiança na Presidenta Dilma Rousseff, pela maneira como vem conduzindo a sua gestão. Certamente, ela, que esteve nestes últimos dois dias com o Papa Francisco, teve a oportunidade de ali dialogar com o Papa de uma maneira muito sensível para todos nós, brasileiros, e, com certeza, houve a comunhão de propósitos entre as diretrizes que o Papa Francisco l vem colocando de se dar atenção aos pobres e de a Igreja, sobretudo, também, dar a sua solidariedade e preferência aos pobres, de uma maneira muito consistente, como aquela que caracteriza o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta, de promover os instrumentos de política econômica e social que possam significar a aplicação dos princípios de justiça.

Mas, hoje, Sr. Presidente, eu quero destacar a reunião havida, ao final da manhã, entre os prefeitos das capitais e os Presidentes tanto do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, como da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, ocasião

em que o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Carlos Coser, em nome dos prefeitos de todas as capitais brasileiras, das 27 unidades da Federação, colocou para os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados as suas principais reivindicações.

Foi uma reunião altamente proveitosa, e, aqui, eu saliento os principais pontos reivindicados pelos prefeitos das capitais:

Ao parabenizar Vossa Excelência pela oportuna iniciativa de nos colocar em Brasília para elegermos uma pauta federativa prioritária, registramos abaixo as principais reivindicações dos prefeitos das capitais, sistematizadas por meio da Frente Nacional de Prefeitos. Destacamos que apoiamos as reivindicações apresentadas pelos governadores em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado no último dia 18 de março.

I – Prioridades para potencializar investimentos, zelar pelo equilíbrio fiscal e melhorar a qualidade de vida nas cidades.

1 Para otimizar receitas e efficientizar despesas:
1.1 Reduzir o custo da dívida dos Municípios com a União

Revisar as condições contratuais atuais: trocar o indexador [que hoje é o IGP-DI mais 9%, somando 17% ao ano] para IPCA mais juros de 2% (limitado à Selic), reduzir o limite do comprometimento das receitas com os pagamentos da dívida em 4 pontos percentuais [hoje está em 13%; então, diminuiria até 9%] e recalcular os saldos devedores e dos resíduos dos contratos, desde o início da vigência, utilizando a taxa Selic como teto mensal do encargo.

1.2 Instituir Programa de Ajuste Fiscal para Municípios, similarmente aos Estados.

Alteração da MP 2.185-35/2001 possibilitando Municípios realizarem operações de crédito dentro dos parâmetros estabelecidos no Programa de Ajuste Fiscal a ser firmado com a União, excepcionalizando, portanto, a aplicação dos limites de endividamento impostos pela MP 2.185-35/2001, e pelo Senado Federal (Resoluções 40 e 43, de 2001). Ou seja, esta medida permitiria a isonomia de tratamento entre Estados e Municípios. A medida deverá contemplar critério de corte para a elegibilidade de Municípios (por exemplo: de imediato, somente capitais e/ou cidades acima de 700 mil habitantes, num prazo de x anos para Municípios entre 400 mil e 700 mil habitantes).

Estes dois itens, principalmente – reduzir o custo da dívida dos Municípios com a União, com a troca do indexador, e instituir o Programa de Ajuste Fiscal para Municípios, similarmente aos Estados, uma medida para permitir a isonomia de tratamento entre Estados e Municípios, o que é de bom senso –, foram destacados pelo Prefeito Fernando Haddad, no momento em que usou a palavra.

[...] [Ele] defendeu a troca dos indexadores das dívidas municipais. E lembrou que o Governo Federal enviou, no início do ano, um projeto de lei complementar com esse objetivo, o PLP 238, de 2013, que tramita na Câmara dos Deputados.

Haddad disse que, na década de 1990, a taxa de juros paga pelo governo federal para rolar a sua dívida “era de 25%, 30% e até 45%”. Nesse contexto, [...] os prefeitos, “acuados por taxas de juros exorbitantes”, aceitaram contratos com taxas de IGP-M mais 6% ou IGP-M mais 9%. Isso representava uma situação relativamente confortável à época, mas agora a situação mudou, com a taxa Selic a 7,25%. Um Município, hoje, pode estar pagando IGP-M mais 9% enquanto a União rola sua dívida a 7% [...].

Daí por que é importante que possam as prefeituras solucionar os problemas, porque, no presente, a situação está “impagável”.

João Coser também salientou, no terceiro ponto:
1.3 Retomar o tema do pagamento de precatórios

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal de declarar a inconstitucionalidade de diversos dispositivos da EC nº 62/2009 remeteu Estados, Municípios e credores, além do próprio Judiciário, a um novo impasse.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele ressaltou ainda que é necessário modernizar a Lei de Licitações nº 8.666, de 1993, da qual sou Relator na Comissão de Assuntos Econômicos e no plenário; aprovar aperfeiçoamentos na legislação do ISS; aprovar a obrigatoriedade de revisão periódica da planta do IPTU; aprovar lei que permita a liberação parcial de depósitos judiciais não tributários; criar mecanismo de compensação para os Municípios em caso de perdas de receitas de transferências obrigatórias derivadas da adoção de medidas de incentivo fiscal adotadas pela União ou pelos Estados; revisar marco legal de desapropriações; alterar a Lei nº 12.712/2012, visando admitir a possibilidade de os Municípios usarem

o Fundo Garantidor de Projetos de Infraestrutura de Grande Vulto.

(Soa a companhia.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E, para melhorar a vida das pessoas, reduzir tarifas para incentivar o transporte público coletivo urbano e metropolitano de massas, com diversas medidas; contratar mais médicos e disponibilizar mais recursos para a saúde; e repactuar o prazo estabelecido na Lei dos Resíduos Sólidos.

E Coser determinou, como prioridades para o fortalecimento do diálogo federativo permanente e estruturante, a criação do Conselho de Gestão Fiscal; a aprovação da lei que institui o Comitê de Articulação Federativa e o reconhecimento das entidades de representação federativa; e, finalmente, o reconhecimento da legitimidade de os Municípios, por meio das suas entidades de representação nacional, poderem propor Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Ações Declaratórias de Constitucionalidade.

Os prefeitos das capitais estiveram aqui presentes, entre eles, Fernando Haddad, Antonio Carlos Magalhães Neto, José Fortunato e tantos outros.

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mais um minuto, para que V. Exª possa concluir, Senador.

(Soa a companhia.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estiveram presentes também o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Henrique Alves, que transmitem a todos que consideram as propostas colocadas pelos prefeitos das capitais muito consistentes e que o Congresso Nacional vai levá-las em consideração.

Muito obrigado, Srª Presidenta Vanessa Grazziotin.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, convido o Senador Paulo Davim, que falará pelo tempo da Liderança.

Antes, porém, peço a compreensão de V. Exª, Senador Paulo Davim, para conceder a palavra à Senadora Ana Amélia. Na sequência, lerei alguns despatches da Mesa.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas de me inscrever para uma comunicação inadiável, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. V. Exª está inscrita e será a próxima no revezamento, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) –

OFÍCIO DO PMDB Nº 94/2013, DE 20 DE MARÇO DE 2013

*Excelentíssimo Senhor Presidente,
Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 606, de 2013.*

Titulares: Senadores Luiz Henrique, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ricardo Ferraço e Sérgio Souza.

Suplentes: Eduardo Braga, Kátia Abreu e Paulo Davim.

Assinado: Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

OFÍCIO DO PMDB Nº 95/2013, DE 19 DE MARÇO DE 2013.

*Excelentíssimo Senhor Presidente,
Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 607, de 2013.*

Titulares: Senadores Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Romero Jucá.

Assinado: Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

OFÍCIO DO PMDB Nº 96/2013, DE 20 DE MARÇO DE 2013.

*Excelentíssimo Senhor Presidente,
Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 608, de 2013.*

*Titulares: Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles.
Assinado: Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.*

OFÍCIO DO PMDB Nº 127/2013, DATADO DE 20 DE MARÇO DE 2013.

*Excelentíssimo Senhor Presidente,
Cumprimentando, cordialmente, nos termos regimentais, comunico a V. Exª a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 609/2013.*

Senadores titulares: Eduardo Braga, Romero Jucá, Lobão Filho.

Assinado: Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

São os seguintes os Ofícios na íntegra:

OF. GLPMDB nº 94/2013

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 606, de 2013.

Titulares

Luiz Henrique
Valdir Raupp
Romero Jucá
Ricardo Ferraço
Sérgio Souza

Suplentes

Eduardo Braga

Kátia Abreu
Paulo Davim

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

OF. GLPMDB nº 95/2013

Brasília, 19 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 607, de 2013.

Titulares

Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Romero Jucá

Suplentes

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Of. GLPMDB nº 96/2013

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 608, de 2013.

Titulares

Suplentes

Eduardo Braga

Romero Jucá

Ricardo Ferraço

Francisco Dornelles

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Of. GLPMDB nº 127/2013

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo relacionados para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar a Medida Provisória nº 609, de 2013.

Titulares

Eduardo Braga

Romero Jucá

Lobão Filho

Suplentes

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência designa os Senadores referidos para comporem as Comissões Mistas, conforme os **Ofícios nºs 94, 95, 96 e 127, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

Comunique-se às comissões, que estarão reunidas daqui a poucos minutos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Convido agora, para fazer uso da palavra, inscrito pela Liderança do PV, o Senador Paulo Davim, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nesta sexta-feira, dia 22, celebramos o Dia Mundial da Água, que foi instituído pela ONU — Organização das Nações Unidas, em

1992. E este ano de 2013 foi escolhido para ser o Ano Internacional da Cooperação da Água. É importante refletirmos nesta data sobre a extrema importância dos mananciais de água doce do planeta, nosso bem mais precioso e, entretanto, perecível e fadado à escassez.

Também teremos de dispensar igual atenção e preocupação para as necessidades do manejo sustentável desses recursos hídricos no Brasil e no mundo.

Podemos até não perceber, mas a água é tratada como um bem de consumo. E que sai muito caro. Principalmente para quem não tem em abundância. Há uma expectativa de que daqui a aproximadamente 20 anos o mundo tenha nove bilhões de pessoas, isso poderá significar um aumento de até 30% no consumo de água, o que, para algumas áreas e dependendo dos recursos hídricos, pode ser uma situação insustentável. Até o ano de 2025, se não forem tomadas medidas preventivas drásticas, sobretudo no que diz respeito às mudanças no padrão de consumo de água, dois terços, ou seja, mais da metade da população global, poderá sofrer com a escassez de água doce.

Eu já falei outras vezes nesta tribuna que nosso País vive uma situação privilegiada, se compararmos com outros países, no que diz respeito à riqueza de água doce dos nossos mananciais, sejam subterrâneos ou de superfície. Mas nem por isso essas reservas são distribuídas de forma igualitária em toda a nossa área territorial. Basta lembrar o eterno problema da seca da nossa Região Nordeste, que dizima animais, mata nossas plantações e seca a esperança do povo nordestino.

A Agência Nacional de Águas, inclusive, divulgou estudo no qual indica que, de um total de 29 aglomerados urbanos no País, 16 já precisam buscar novos mananciais para garantir o abastecimento de água até 2015. Como se não bastasse o problema da distribuição equânime de água, o consumo humano exige uma água tratada, potável, e a qualidade de nossas águas está cada vez mais comprometida pelos esgotos e por toda sorte de outros detritos industriais e químicos que são jogados nos nossos mananciais superficiais, responsáveis pelo abastecimento de 73% dos Municípios brasileiros, além dos aquíferos subterrâneos que sofrem com a contaminação e, dentre outros motivos, a falta de saneamento básico.

Nunca é demais lembrar que a água não serve apenas para matar a sede ou contribuir para a higiene das pessoas e limpeza dos lugares. A água também está intimamente ligada à questão da segurança alimentar. A atividade agrícola é uma das maiores usuárias deste recurso natural e responde com cerca de 70% de todo o consumo de água mundial.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, para produzir alimentos para uma única pessoa é necessário um total de 2,5 mil litros de água.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Portanto, Sr^a Presidente, o tema deste ano atenta, sobretudo, para a conscientização de que é necessária a cooperação quando se trata da distribuição democrática e humanitária da água, numa perspectiva de que esse bem tão precioso, além de prover a vida de um modo geral, no Planeta Terra, também é agente determinante para uma cultura de paz entre os povos.

A cooperação nesse sentido significa tornar acessível a água para todos e, com isso, contribuir para a diminuição da pobreza, para a criação de benefícios econômicos, para a preservação de espécies da fauna e flora e, com isso, tentar diminuir os danos do aquecimento global.

O que as organizações internacionais e nacionais defendem e com o que nós, do Partido Verde, fazemos coro, neste momento, é que o Dia Mundial da Água...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – ... seja um assunto que englobe todas as pessoas e, portanto, exige esforços e posturas sustentáveis, sejam elas globais ou individuais. Mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, governo, instituições não governamentais, iniciativa privada, enfim, tudo e todos devemos nos lembrar de que, não só no dia 22 de março, não só agora em 2013, não só no ano que vem, mas durante toda nossa vida e a vida dos nossos descendentes, que a água é, volto a insistir, o bem mais precioso e determinante para a manutenção da vida no Planeta.

Portanto, faço aqui esta reflexão alusiva ao dia 22 de março, o Dia Mundial da Água, que acontecerá na próxima sexta-feira.

Era só, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento o Senador pelo pronunciamento que recorda a comemoração do Dia Mundial da Água e a necessidade de utilizarmos esse bem que é comum de todo o povo. Assim, a Conferência das Nações Unidas para a Água determina ser um bem comum a todo o povo e não passível de privatização, que cada vez seja utilizado de forma mais correta para que continue a servir não só as atuais gerações, mas as futuras, principalmente. Parabéns, Senador Davim!

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Casildo Maldaner, querido Senador de Santa Catarina. Falará no período de oradores inscritos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, também catarinense de nascimento, e caros Colegas.

Depois de tanta espera e batalha, a decisão democrática do Congresso Nacional de promover uma distribuição mais equânime dos *royalties* da exploração do petróleo entre os Estados da Federação sofreu um revés na última segunda-feira, quando o Supremo Tribunal Federal acolheu, ainda que liminarmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Estado do Rio de Janeiro.

No cerne da argumentação da Adin, que ainda merecerá análise de mérito pelos demais Ministros do Supremo Tribunal Federal, estão as alegações de respeito aos contratos já firmados e o princípio da responsabilidade fiscal, sob o argumento de que, sem tais recursos, o Estado não terá como cumprir os compromissos assumidos em seu plano plurianual. Então, é uma das argumentações do Supremo em decisão liminar, quando o Estado do Rio de Janeiro diz que eles não têm como cumprir nem o seu plano plurianual, nem o seu orçamento deste ano e, aí, vão incorrer no crime de responsabilidade fiscal. É a alegação que o próprio Supremo diz, a pedido do Estado do Rio de Janeiro.

Pois bem. A discussão, contudo, deve ser ampliada e observada de diferentes prismas. Proponho um raciocínio: não seriam, por acaso, também inconstitucionais as constantes desonerações fiscais promovidas pelo Governo Federal e que, diretamente, reduzem os repasses a Estados e Municípios definidos nos fundos constitucionais, como FPE e FPM? Eu pergunto baseado nessa decisão, embora liminar, do Supremo Tribunal Federal, com as alegações do Rio, com o Supremo atendendo às premissas de que incorrerá em responsabilidade fiscal se não puder cumprir o seu orçamento, o seu plano plurianual. Aí, eu faço a comparação: quando o Governo Federal desonera certos setores, no andar da carruagem, no ano orçamentário ou mesmo quando afeta planos plurianuais, o que pode acontecer, e Estados e Municípios, que, com isso, perdem subitamente, sem estar previsto, não conseguem cumprir o seu orçamento ou o seu plano plurianual, não é a mesma coisa?

No caso do Governo Federal, ao reduzir as cargas de tributos compartilhados, como IPI e o Imposto de Renda, e aumentar aqueles cuja destinação é exclusiva da União, como a Cofins e a CSSL, a União não provoca, por acaso, a inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que estarão impossibilitados de honrar os compromissos assumidos? Não é a mesma coisa para os Estados e os Municípios nesse caso?

Da mesma forma, podemos considerar inconstitucionais as leis que estabelecem os percentuais mínimos de investimento neste ou naquele setor e, ainda os pisos de categorias de trabalhadores, uma vez verificada a impossibilidade de seu cumprimento com a capacidade arrecadatória dos Municípios.

Aí também não afeta o princípio da constitucionalidade, quando se diminuem os repasses por circunstâncias alheias aos Estados e aos Municípios, por decisão própria do Governo Federal, retirando parte daquilo que já estava previsto na legislação orçamentária? Não é a mesma coisa?

É justamente essa a situação enfrentada por gestores de todo o País. Em levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, quase metade dos prefeitos de 4.023 Municípios pesquisados, dos 5.568 existentes, encontraram uma situação ruim ou péssima ao assumir a gestão, no início desse ano.

Pois bem. Ainda mais alarmante é a informação de que 2.378 prefeitos afirmam que os recursos correntes, como repasses do Fundo de Participação dos Municípios e ICMS, são insuficientes para sanarem esse quadro.

A definição das regras de repartição dos *royalties* do petróleo não pode ser vista isoladamente, mas em conjunto com outros temas que são decisivos para o que se convencionou chamar de novo Pacto Federativo, ou seja, uma nova ordem que promova o equilíbrio e o desenvolvimento dos entes federados.

Não podemos dissociá-la das regras dos fundos constitucionais, como FPE e FPM, da unificação das alíquotas de ICMS, da revisão das regras da dívida pública e, ao fim, de uma reforma tributária que permita a descentralização da arrecadação, hoje perversamente concentrada na União.

O Congresso Nacional manifestou claramente sua compreensão acerca do tema, definindo uma distribuição mais federativa dos *royalties* – decisão que espero ser compreendida e respeitada pelo STF, quando da análise do mérito.

Nos últimos dias, esta Casa recebeu governadores de todo País, para colaborar neste debate de importância vital. Ainda há pontos de questionamento, sem dúvida, e a natural resistência daqueles que, aparentemente, sofrem perdas. Por outro lado, é transparente e unânime a certeza da premência do tema. Espero que, muito em breve, possamos passar do debate para a ação. Afinal, o desenvolvimento de cada um é também o de todos. Quer dizer, o desenvolvimento, sendo de todos, é do Brasil.

Eu trago este tema, nobre Presidente Vanessa Grazziotin e caros colegas, tendo em vista essa decisão, embora liminarmente, do Supremo Tribunal Federal em

relação aos *royalties*. Quando ele alega que o Estado do Rio pode pecar na legislação da responsabilidade fiscal, que não pode cumprir o seu orçamento elaborado, que vai retirar uma fatia que estava prevista no Orçamento e não tem como cumprir, mesmo baseado também no Plano Plurianual, liminarmente, o Supremo tem dado, dizendo que os *royalties* não podem ser subdivididos nesse instante.

E nos questionamos agora: e em relação aos Estados e Municípios, quando o Governo Federal desonera este ou aquele setor com IPI ou Imposto de Renda, quando usa esses princípios, como é que fica? Não é no mesmo princípio, não é mesma esteira que o Governo Federal também comete uma certa inconstitucionalidade? Não têm direito também os governadores a buscarem, junto ao Supremo, com base nisso? Não tem também a Confederação, sobre os Municípios, o mesmo direito de buscar no Supremo aquilo que foi retirado de uma parte do que estava previsto no Orçamento para cumprir nesse exercício? E eu não posso mais cumprir, vou ter que parar? Não tem como buscar, em face dessa decisão? Isso não tem jeito. E Cofins não faz parte do rateio do Fundo de Participação, do FPE e mesmo do FPM. A CSLL também não faz parte.

Olha, eu senti que a Senadora Ana Amélia compreendeu. E eu quero, com muita alegria, partilhar este meu raciocínio, sem dúvida alguma, se V. Ex^a quiser.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Eu queria que a nossa Presidente, muito gentil e generosa, Vanessa Grazziotin lhe concedesse um pouquinho de tempo, Senador Casildo Maldaner, porque a sua veemência é justificada plenamente. É uma situação absolutamente desigual e injusta a forma como está havendo a repartição. E quando acontece de o Governo desonerar com IPI setores da economia, como automóveis ou linha branca, impacta diretamente na receita dos Municípios, que são hoje os primos miseráveis da Federação. Eu apresentei uma proposta, no ano passado, a propósito disso, a PEC 70, que está na Comissão de Constituição e Justiça, que obriga a União, toda vez que ela fizer uma desoneração sobre esses impostos, a compensar o Município ou o Estado com aquele dinheiro que ela retirou unilateralmente, sem consultar ninguém. Então, eu queria compartilhar com V. Ex^a dessa preocupação e dizer que nós temos que encontrar, sim, uma solução para essa combalida Federação brasileira, sob pena de colocar em risco a própria estabilidade institucional e, de alguma maneira, a estabilidade política. Muito obrigada, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Até porque o nosso tempo está se esgotando, eu recolho (*Fora do microfone.*) a participação de V. Ex^a com muita alegria, Senadora Ana Amélia. Reco-

lho e encerro dizendo que este é o princípio. Não tem como. E agora é o momento de esta Casa, na equalização ou não do ICMS, ou coisa que o valha, buscar assegurar, através da Cofins, ou da contribuição sobre os lucros presumidos, ou da CSLL, que são contribuições do Governo Federal que ficam só para ele, para assegurar essas garantias. Tem que ter caução, para que os Municípios e os Estados não pequem na responsabilidade fiscal. Não é que nós não sejamos contra desonerar esta linha ou aquele setor, mas, quando isso for preciso, para aquecer a economia em determinados lugares, em determinados setores, nós temos que prever, para não afetarmos a consecução de propostas orçamentárias dos Estados e dos Municípios que estão caracterizadas, sob pena de eles cometerem irresponsabilidades, serem enquadrados, como agora o Supremo, embora liminarmente, vem dizer que no Rio, ou no Espírito Santo, ou em outros Municípios, em relação aos *royalties*, pode acontecer. Eu acho que esse é um princípio que nós temos que resguardar.

Essas são as considerações, nobre Presidente e caros colegas, que não podia deixar de trazer à Casa na tarde de hoje.

Presidente, fico muito grato se puder ouvir o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para saudar os prefeitos de Santa Catarina que vieram ouvi-lo aqui: o Prefeito Volnei Weber, de São Ludgero, Santa Catarina; o Prefeito de Modelo, Ricardo Maldaner. Então, é sobrinho do Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É sobrinho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – José Schotten, Prefeito de São Martinho; e Robson Back, Vice-Prefeito de São Martinho, que vieram ouvir as suas explicações e preocupações sobre as decisões relativas à distribuição dos *royalties*, e, em especial, também as consequências de modificações para a receita dos Municípios.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu fico muito grato que o Senador Suplicy tenha vindo de São Paulo elogiar...

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ... os nossos Municípios de Santa Catarina. Fica bem melhor vir de V. Ex^a do que de minha parte, que sou catarinense, elogiar o nosso Prefeito de São Ludgero, São Martinho, o Prefeito e Vice-Prefeito. São Municípios que eu conheço bem – aliás, por obrigação até. E também do meu Modelo, do Ricardo, meu sobrinho. Está presente o Clovis Schlosser, que é o Vice-Prefeito.

É um Município pequenininho lá no oeste. Sou eleitor, inclusive. Comecei há 50 anos, minha primeira eleição como vereador, naquela comunidade. Fico muito grato que o Senador Suplicy levante isso, o que não deixa dúvidas de que nós estamos concatenados nessas ideias. Muito obrigado.

Muito obrigado, nobre Presidente, caros colegas, por poder trazer à reflexão da Casa esta preocupação que interessa a todos, a todos os Estados do Brasil e aos cinco mil e poucos Municípios também.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Parabéns, V. Ex^a, Senador Maldaner, pelo pronunciamento.

Dando sequência, convido para fazer uso da palavra, no período de comunicação inadiável, a Senadora Ana Amélia, que falará dentro do prazo regimental.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Senadora Vanessa, que preside esta sessão, caros Senadores e Senadoras, prefeitos visitantes de Santa Catarina, os nossos visitantes que acompanham a sessão aqui do Senado, eu penso que o tema que eu vou tratar aqui, cara Presidente, é questão que interessa muito a V. Ex^a, porque estou saindo de uma reunião, convocada pela Presidente da CPMI que investiga a violência contra as mulheres, Deputada Jô Moraes, e a relatoria está nas mãos da nossa colega Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo.

A prorrogação por 120 dias é necessária para que esse trabalho, que foi uma coleta, em todo o Brasil, dos índices de violência contra a mulher tenham uma conclusão adequada à relevância desse tema.

A propósito, Senadora Vanessa, hoje, ao ler o jornal, como gaúcha e mulher, fiquei apavorada com a informação de que o meu Estado é o segundo em violência contra a mulher, pelo levantamento do Conselho Nacional de Justiça sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, colocando o meu Estado entre os Estados do País com maior número de ações de violência contra a mulher.

Entre 2006, quando entrou em vigor a Lei Maria da Penha, e 2011, foram contabilizados 81.197 procedimentos judiciais, como inquéritos, ações penais e medidas protetivas. Os dados divulgados ontem pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça mostram que, no País, foram 677.087 ações, sendo 157.470 somente no Rio de Janeiro, Estado que lidera esse *ranking* vergonhoso.

O estudo observa que ao comparar com o contingente populacional, o número de procedimentos não é considerado tão elevado. No entanto, destaca a

necessidade de haver maior atenção nas políticas de estruturação judicial uma vez que esse grande número de procedimentos tem sido processados por uma única vara sediada na capital.

No caso do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, são Municípios indicados pela pesquisa para receberem varas ou juizados com competência exclusiva aos procedimentos relacionados à Lei Maria da Penha.

A sugestão do CNJ leva em conta o número de habitantes e a posição geográfica das cidades para promover a melhor prestação judicial. O Brasil tem 4,6 mortes por 100 mil mulheres. Atualmente, há 54 varas especializadas em nosso País. Para o Conselho, seriam necessárias 120 novas varas especializadas.

Sancionada em 2006, para combater a violência doméstica, a Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas, como a de impedir o companheiro de chegar perto da mulher, e até mesmo prisão, se houver risco para a vítima.

Segundo os números nacionais do Conselho, do total, 280.062 foram pedidos de medidas protetivas, como suspensão da posse ou restrição do porte de armas, encaminhamento ao programa oficial ou comunitário, afastamento do lar, domicílio ou local de convivência.

Ainda de acordo com esse relatório, no Brasil ocorrem 4,6 mortes para cada 100 mil mulheres; no Espírito Santo, da Senadora Ana Rita, apresenta a taxa mais alta com 9,8 homicídios a cada 100 mil mulheres.

Assim, a Senadora Vanessa Grazziotin – V. Ex^a que criou aqui a Procuradoria da Mulher nesta Casa – sabe da relevância desse tema e dei apoio para prorrogar por mais de 120 dias o trabalho da CPMI que investiga a violência contra a mulher, comandada pelas duas brilhantes Parlamentares, Jô Moraes e a nossa Ana Rita, do Espírito Santo.

E também eu queria, Sr^a Presidente, há pouco o Senador Paulo Paim usou esta tribuna para falar sobre um tema relevante, que é a questão que está sendo comandada agora pela negociação de uma proposta de repartição do FPE, que é o Fundo de Participação dos Estados. Também o Senador Casildo mencionou essa questão, mas o Rio Grande do Sul vai perder, sim, receita, mantido o relatório do Senador Walter Pinheiro. Mas, pela habilidade política, pela competência que ele tem e pela responsabilidade, os três Senadores do Rio Grande do Sul, os três Senadores, que não foram convidados pelo Estado para fazer esse trabalho, mas voluntariamente, como representantes e constitucionalmente defensores e representantes do Estado aqui nesta Casa, nós iremos, os três Senadores, Pedro Simon, Paulo Paim e eu, realizar um estudo mais minu-

cioso desse projeto e apresentar alguma proposta para que não haja penalização das combatidas finanças do nosso Estado, que já são preocupantes na visão do próprio Secretário de Fazenda atual.

Eu queria fazer essa observação e, à luz dessas questões, Senadora Vanessa Grazziotin, eu queria mencionar, para encerrar essa comunicação inadiável, o que aconteceu hoje na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, comandada pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Acontece que foi votado por unanimidade um projeto, o de nº 356, de minha autoria, do ano de 2011, que concede uma obrigatoriedade de que a União seja obrigada a prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para elaboração do Plano Diretor e outras normas decorrentes dessa colaboração.

Esse projeto que agora segue para a Câmara Federal é muito importante, considerando o atual debate do novo pacto federativo que envolve uma série de temas atuais, como a nova partilha do FPE e alíquota única de 4% para o importante Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, o ICMS.

Dado relevante. Essa sugestão de projeto veio do pequeno Município de Lagoão, no noroeste do meu Estado, com pouco mais de seis mil habitantes. O Vereador Dirceu Silvestre Francischetti, que é do meu Partido, com apoio do Deputado Estadual Adolfo Brito, me encaminhou a sugestão de uma PEC para obrigar a União – porque hoje a lei determina que a União...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Suplicy.

A União só ajudará os Municípios acima de 20 mil habitantes, para ajudar a confeccionar o Plano Diretor. E a proposta é que a União ajude especialmente os pequenos Municípios, com menos de 20 mil habitantes, que são os que têm maior necessidade. Então, o projeto – e não PEC, como sugeria o Vereador Dirceu Silvestre Francischetti, mas um Projeto de Lei do Senado – agora vai ser submetido à Câmara.

A própria Confederação Nacional de Municípios ajudou na elaboração ao sugerir que deveria ser projeto de lei e não emenda constitucional, que teria a grande dificuldade de ser votada, uma vez que o Governo não via com bons olhos essa iniciativa. Aliás, a prima rica sempre é assim: pouco mais egoísta do que deveria ser em relação ao compartilhamento das responsabilidades.

As divergências sobre o novo formato do pacto federativo são naturais. Mas é preciso focar atenção nos nós das questões federativas para avançarmos com o debate. E ao chegar aqui ao Plenário o Senador Walter Pinheiro, eu queria renovar o agradecimento a ele pela

abertura para que possamos discutir com mais detalhe a questão relacionada ao Fundo de Participação, para que o Rio Grande do Sul não seja penalizado.

Então, eu queria fazer esse registro, Senador Suplicy. E o senhor também, como nós, aqui nesta Casa, a Casa da República, tem se preocupado muito com essa questão federativa. Vi suas perguntas ontem ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e a forma como V. Ex^a, junto com os demais Parlamentares, tem atuado nessa questão.

O Senador Walter Pinheiro está fazendo um belíssimo trabalho, e nós vamos ter, certamente, a colaboração dele na competência. Ele já abriu espaço, já ampliou o período de transição, que ele tinha fixado em 2 anos, para 5 anos, e já mostrou aí a sua habilidade política para uma matéria tão complexa quanto essa que diz respeito a repartir o quinhão da União para que a Federação seja mais justa e mais forte.

Muito obrigada, Senador Suplicy.

Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, a Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, por sua preocupação relativa ao fortalecimento de todos os Estados da Federação, inclusive do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra, agora, à querida Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, pelo prazo regimental, como oradora inscrita.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, volto a esta tribuna para, mais uma vez, falar sobre um assunto que entendo deva ser amplamente debatido em todo o País, não apenas pelo Parlamento... *(Pausa.)*

Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo espirro aqui fora de hora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Prossigo: não apenas pelo Parlamento... *(Pausa.)*

Senador, agora sou eu que não consigo falar.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar do assunto que tem sido uma matéria de grande debate pelos meios de comunicação, pelo Parlamento brasileiro, pelo Poder Judiciário, pelo Poder Executivo, tanto na esfera Federal, como na esfera dos Estados e das unidades da

Federação. Refiro-me ao tema distribuição dos *royalties* do Petróleo.

Nos últimos anos, nós votamos, Sr. Presidente, entre Câmara e Senado, em torno de sete vezes a matéria, mudando, modificando, o relacionamento e a repartição dessa riqueza brasileira de uma forma mais justa, de uma forma mais distributiva entre todos os Estados brasileiros, inclusive entre os Estados não produtores.

Esse debate, sem dúvida nenhuma, ganhou força em nosso Brasil, em nosso País, a partir do momento em que se descobre a grande reserva de petróleo do pré-sal. É uma reserva que vai do Estado do Espírito Santo, aproximadamente, até o Estado de Santa Catarina, que tem em torno de 200km de extensão e que está distante do litoral brasileiro, ou seja, distante do território brasileiro, a aproximadamente 250 a 300km, Senador Valdir Raupp. O que significa dizer que esse petróleo do pré-sal, que está distante do continente, do litoral, a mais de 200km, não pode receber, quanto à repartição dos benefícios, dos *royalties*, principalmente, tratamento igual ao petróleo que está ou em território, em terra firme, ou então na costa muito próxima do litoral, que é o caso dos nossos poços de petróleo que vinham sendo explorados até os dias atuais.

Obviamente, que o impacto ambiental, causado pela exploração do petróleo, no pré-sal, não é o mesmo impacto ambiental causado pela exploração do petróleo próximo ao continente, muito próximo ao continente, ou até mesmo em terra firme.

Então, esse debate da necessidade de melhor distribuir essa riqueza para o Brasil, para os Estados e Municípios brasileiros, tomou força de tal sorte que, com muita determinação, com muita segurança e com muita responsabilidade debatemos a matéria. Porque há quem pense que não estaria havendo responsabilidade por parte das bancadas dos Estados não produtores, Senador Cássio. Debatem, votamos uma, duas, três, quatro, cinco, seis vezes a matéria. E quando vetada pelo Poder Executivo tivemos a capacidade de nos organizar e votar também a derrubada desse veto. E o que assistimos de lá para cá? Primeiro, foi que vimos uma votação frustrada; frustrada por uma medida liminar dada pelo Ministro Fux, do Supremo Tribunal Federal. E por fim, decidida a não mais validade dessa medida liminar. O Congresso voltou a se reunir e fizemos novamente a votação. Feita a votação que muda não o contrato, mas a regra de distribuição de recursos que são públicos. Foi isso que nós mudamos.

Feito isso, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo ingressaram com uma ação no Supremo Tribunal Federal e, novamente, conseguiram uma medida liminar, dessa feita proferida pela Ministra

Carmen Lúcia, que, na última segunda-feira, garantiu a liminar. Concedeu liminar a uma ação impetrada pelo Estado do Rio de Janeiro e, dessa forma, não mais validando, invalidando – posso melhor dizendo – artigos da lei que trata dessa nova distribuição de petróleo.

Os argumentos que foram elencados pelo Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, giram em torno da questão da falta de uma segurança jurídica, giram em torno da frustração na má arrecadação de recursos públicos e também se referem à questão de que estão sendo mexidos contratos já assinados.

Em primeiro lugar, o que quero dizer, repetir – e aí me socorro também com os governadores – é que ontem tivemos na Casa uma reunião para tratar de ICMS, que também é uma mudança no pacto federativo brasileiro, nas regras. Isso porque, se vigorassem algumas das observações que estão sendo feitas, nós jamais mudaríamos qualquer regra do pacto federativo brasileiro, o que também frustra, Sr. Presidente, Senador Suplicy, a arrecadação de vários Estados brasileiros. Quando se muda a regra de FPE, quando se muda a regra de ICMS, nós estamos frustrando, sim, de alguns e ampliando de outros a capacidade de arrecadação.

Mas os governadores foram questionados e perguntados pela imprensa, por jornalistas, no dia de ontem, e, obviamente, os que representam os Estados produtores, que são três, principalmente o Estado do Rio de Janeiro, falaram que, de fato, a medida seria aprovada por todos nós, seria inconstitucional; já governadores, como o Governador do Rio Grande do Sul e o do Piauí, elencaram muitos argumentos no sentido de mostrar que não há nada de inconstitucional na lei aprovada pelo Congresso Nacional, absolutamente nada.

E vamos, aqui, Sr. Presidente, às questões: quanto aos contratos, repito, nós não estamos mexendo em contratos. O que existe é que em torno de 30% aproximadamente do petróleo do pré-sal já estão contratados, já foram licitados. Esses contratos não estão sendo mexidos; nós estamos mexendo no resultado da parcela que pertence ao poder público, que pertence à União, e que, de acordo com uma regra, uma lei nacional, essa parcela é dividida de acordo com as regras dessa lei, e é essa lei que está sendo modificada, não são os contratos. Careceria de um período de adaptação, de um período de transição? Até penso que sim, Sr. Presidente. Entretanto, dizer que estamos mexendo no contrato? Sinceramente, quero afirmar, com uma convicção pessoal muito forte, que não vejo, nessa medida, a mudança de qualquer contrato já assinado.

Sobre a frustração na arrecadação de recursos e que isso traria uma insegurança, repito: nós aprovamos no ano passado uma resolução, aqui no Senado Federal, que mudou profundamente e impossibilitou

que Estados brasileiros praticassem aquilo que nós chamamos de guerra dos portos, ou seja, que concediam incentivos fiscais para entrada de produtos através de seus portos. Com a aprovação da resolução, no ano passado, alguns Estados brasileiros, principalmente Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás e outros, tiveram uma frustração na sua arrecadação, o que não significou dizer que a resolução tenha sido considerada inconstitucional.

Penso, Sr. Presidente, que nós precisamos resolver rapidamente essa questão. O Supremo acena com um julgamento da matéria logo depois da Semana Santa, e eu espero que, de fato, ocorra e que esse julgamento seja imparcial, que não estejam os ministros e as ministras com os olhos voltados somente para o Rio de Janeiro, mas que olhem para o Brasil inteiro; olhem para o fato da diferença do petróleo do pré-sal, que tem, inclusive, um regime diferenciado, não de concessão e sim de partilha, e não apenas para esses Estados, porque, se há perda para alguns, a grande maioria perde com a regra atual, se essa regra for mantida.

Veja, Sr. Presidente, até 2020, se as regras não mudarem – e eu, aqui, quero repetir um pronunciamento que o Senador Cícero Lucena fez nesta tribuna, baseado num estudo realizado pela Consultoria do Senado, e que mostra, Senadora Lídice, que até 2020, se não mudarmos a regra, as receitas projetadas seriam em torno de R\$35 bilhões, dos quais aproximadamente R\$20 bilhões ficariam exclusivamente no Estado do Rio de Janeiro. Nos Estados produtores, em três Estados, quase R\$15 bilhões, ou seja, mais de 73% iriam para o Rio de Janeiro; R\$1,5 bilhão, que significa 7,5%, para o Espírito Santo; e R\$1,3 bilhão, 6,5%, para o Estado de São Paulo.

Isso significa dizer que os demais Estados não produtores teriam que dividir entre si somente 13% do fruto dos *royalties* do petróleo. É isso que não está certo, porque eu repito que nós não estamos falando do petróleo explorado no continente, em terra firme, ou em plataforma marítima muito próxima ao continente. Nós estamos falando do petróleo que está a mais de 200 quilômetros do litoral, Sr. Presidente. E essa riqueza, sim...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ... precisa ser dividida entre todo o País.

Portanto, eu espero que não apenas a Ministra Carmem Lúcia, que concedeu a última liminar ao Estado do Rio de Janeiro, mas todos os ministros tenham um olhar nacional e trabalhem a questão jurídica com muito cuidado. Eu sempre confiei e confio na maturidade, principalmente na responsabilidade dos ministros do

Supremo Tribunal Federal, que, tenho certeza, farão um julgamento justo para o Brasil e correto juridicamente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin pela defesa de suas composições e agora passo a palavra, falando pela Liderança PSDB, ao Senador Cássio Cunha Lima, da Paraíba.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu quero iniciar este meu pronunciamento com uma palavra de agradecimento que começa por V. Ex^a, pela generosidade da presença, pelas palavras amáveis dirigidas à memória do meu pai que, na última segunda-feira, estaria completando – o nosso poeta Ronaldo Cunha Lima – 77 anos.

Este plenário esteve lotado com amigos, familiares vindos da Paraíba, presença de muitos Senadores, o que tocou profundamente a minha alma, o meu coração e, naturalmente, o de toda a minha família, em nome de quem também agradeço, sobretudo da minha mãe, Dona Glória, e dos meus irmãos, Ronaldo Filho, Glaucete e Savigny. E, coincidentemente, no nascimento do meu pai, nasciam, também, Clara e Gabriel, gêmeos, filhos de Savigny e Silvana, que estavam aniversariando naquela data e a emoção me traiu, Senadora Lídice, e não pude fazer a devida homenagem a essas duas crianças.

E nós estávamos, então, falando de nascimento e morte. Era uma sessão em homenagem à memória do meu pai, e, também, celebrando o nascimento de Clara e Gabriel. E, por coincidência, é sobre nascimento e morte que ocupo essa tribuna novamente. E não é a primeira vez que o faço para tratar desse tema, como já testemunhei igual pronunciamento vindo da Senadora Lídice.

Falo, mais uma vez, da gravíssima seca que assola o Nordeste, e, desta feita, farei algo que contraria o meu estilo de fazer política. Sou de um partido da oposição, como todos sabem, aqueles que acompanham mais atentamente a política, estou, inclusive, nesse espaço, ocupando o tempo reservado à Liderança do PSDB, mas nunca fiz política em caráter pessoal. Sempre tratei das questões com aspectos institucionais.

Mas, hoje, fazendo exceção a esse meu estilo, a essa minha forma de conduta, eu vou me dirigir pessoalmente à Presidenta Dilma e vou pedir, posso dizer, implorar que a Presidenta Dilma adote providências urgentíssimas em relação ao Nordeste brasileiro.

Nós não estamos vivendo, propriamente, uma seca, que atinge as populações humanas. Essas estão

um pouco mais protegidas, é verdade, e temos facilidade de reconhecer os méritos, por exemplo, do Bolsa Família; temos facilidade de aplaudir iniciativas que sejam exitosas. Não é essa a questão, porque, toda vez que dirigimos alguma crítica, apresentamos algum tipo de apelo ou formulamos uma reivindicação em relação ao problema grave da estiagem, a resposta única que o Governo Federal tem dado é: “Não, mas no passado era pior. No passado não tinha o Bolsa Família, não tinha este ou aquele programa”, e não elevamos o nível do debate nem muito menos nos aprofundamos para a realidade vivida pelo médio produtor rural, este, sim, absolutamente abandonado e esquecido.

Eu vou fazer uma referência a um fraterno amigo, a um extraordinário brasileiro, chamado Manelito Dantas Vilar, que é primo, inclusive, do nosso famoso e igualmente querido Ariano Suassuna, que tem uma propriedade em Taperoá, Fazenda Carnaúba, que tem praticamente um século de construção, Senador Suplicy, de uma genética bovina adaptada à convivência com o semiárido.

Há quase cem anos, a família Dantas, mantida agora por Manelito, seus filhos e suas filhas, com coragem, com brasilidade, com vigor, com amor e com devoção ao Semiárido, vem construindo essa genética de convivência com o Semiárido. Pois essa genética vai desaparecer, porque o rebanho está morrendo, o gado está morrendo. Os médios produtores já estão juntando as carcaças dos animais nas margens das estradas.

Não se vê uma única providência, uma única providência sequer em relação aos problemas de financiamento, ao suprimento de alimentação, Deputado Mauro Benevides, que me honra muito com sua presença neste instante no plenário desta Casa, que será sempre sua.

E o Governo faz um discurso equivocado, com um viés absolutamente distante da realidade: “Ah, mas nós temos o Bolsa Família”. O Nordeste agradece o Bolsa Família, como o Brasil agradece o Bolsa Família, mas o Estado não vive de Bolsa Família, não sobrevive de Bolsa Família.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Nós não podemos reduzir a nossa região a famílias às quais esteja sendo assegurada uma renda mínima.

É faço um apelo à Presidenta Dilma. Que ela consiga dar agilidade a um Governo que se mostra absolutamente insensível, inoperante, distante, abandonando o Nordeste. Que a Presidenta possa chamar os seus ministros, alocar os recursos que estão disponíveis no Orçamento da União.

Eu peço só mais um minuto, Presidente, pela sua conhecida generosidade, para concluir o meu pronunciamento.

No Orçamento da União, R\$5,7 bilhões foram reservados para catástrofes naturais. Estamos solidários, mais uma vez, com a população do Rio de Janeiro, sobretudo da serra de Teresópolis, de Petrópolis, principalmente, para onde, dos R\$5,7 bilhões, pouco mais de R\$420 milhões foram liberados. Há recursos, mas não há providências, não há sequer conhecimento dessa realidade.

É por isso que, em nome do povo da Paraíba, Estado que, com muita honra, represento neste Senado da República; em nome do Nordeste brasileiro, Senador Agripino – V. Ex^a sempre foi uma voz altiva e ativa na defesa de nossa região –, e contrariando o meu estilo, fugindo da minha praxe de fazer política, dirijo este apelo pessoalmente à Presidenta Dilma: Presidenta, lembre-se do Nordeste. O Nordeste está desaparecendo. O Nordeste está sofrendo. O Nordeste está sendo punido de forma severa, de forma grave.

Presidenta Dilma, é hora de se mexer, é hora de atuar, é hora de fazer com que a região seja atendida nas suas necessidades básicas. É esse o apelo que fazemos.

Proselitismo, discurso, eufemismo sobre Bolsa Família não resolve o problema do Semiárido, como tem sido a postura do Governo Federal.

Escuto, com muito prazer, o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – Senador Cássio Cunha Lima, eu vim às pressas para o Congresso, ouvindo o discurso de V. Ex^a na Rádio Senado. O apelo que V. Ex^a faz é absolutamente verdadeiro. Estou voltando ao meu Estado amanhã. Estive lá na semana passada, na semana anterior e na outra semana. Estive recentemente em Currais Novos, Caicó, Pau dos Ferros e Mossoró, todos Municípios do Seridó e do Alto Oeste do Estado. O quadro de seca do meu Estado...

(Interrupção do som)

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – ... é igualzinho ao quadro de seca da Paraíba, que é de extrema aflição, com um detalhe: algumas adutoras feitas tanto na Paraíba como no Rio Grande do Norte possibilitam que exista água em algumas cidades. O sertanejo vive da atividade da pecuária. O que está ocorrendo é uma coisa de cortar coração! O ganha-pão das pessoas está indo embora! Ainda ontem, eu vi, na televisão, uma cena inédita de caminhões recolhendo carcaças putrefactas, ossadas de animais para levá-las para algum lugar. O ganha-pão das pessoas

está morrendo! Quando fui Governador – lembro-me bem –, em tempo de seca, parava tudo que era obra, e o dinheiro de que o Estado dispunha era para aplicar na ação da emergência. Eu vinha buscar recurso aqui, em Brasília – recurso era o que não faltava! E eu tinha mais do que dinheiro, tinha ouvidos abertos aos reclamos. Seu pai foi governador na mesma época em que fui Governador. Fomos colegas de aflição e também colegas de solidariedade do então governo federal, que acudia, que chegava, naquele tempo, com as frentes de emergência, com ocupação, com trabalho para as pessoas, com suprimento de alimentação. Lembro-me muito bem! Até hoje, o povo do meu Estado se lembra do tal feijão de Jajá – Jajá é como o povo me chama; jota, a, jota, a. Parava tudo e comprava alimento, para fazer com que as pessoas mais pobres tivessem o sustento. Hoje, não há para quem apelar. É verdade que existe o Bolsa Família, mas não é tudo. Os animais estão morrendo, e o ganha-pão das pessoas está acabando. E há uma completa insensibilidade por parte do Governo Federal. Parece que o Nordeste está nadando de braçada...

(Soa a campanha.)

O Sr. José Agripino (Bloco/DEM – RN) – ... está em voo de cruzeiro. É preciso que vozes como a de V. Ex^a; como a minha, que modestamente se manifesta; e como a dos governadores tragam para Brasília a dureza de uma situação que é tão ou mais grave do que a que a televisão está mostrando com os desabamentos de Petrópolis, porque lá a perspectiva é de inanição, de raquitismo de crianças, de uma quadra perversíssima. Em Pernambuco, na Bahia, em Sergipe, em Alagoas, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Maranhão, no Piauí, numa região inteira, há uma seca sem precedentes, porque é mais um ano de estiagem – não é um ano, e, sim, mais um ano – que está fazendo com que o gado morra de fome, as criações morram de fome e as pessoas passem necessidade. Agora, é preciso que o Governo abra os ouvidos e chegue lá.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador José Agripino, incorporo integralmente o seu aparte ao meu pronunciamento, com sua experiência, com sua visão lúcida, com todo o conhecimento que possui da Região Nordeste, particularmente do nosso querido Rio Grande do Norte.

Para concluir, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade e a tolerância, quero lembrar que os açudes estão secando. Cidades inteiras estão sem

abastecimento. Açúdes de grande porte estão chegando a 20%, 30% da sua capacidade – alguns com 6% apenas de capacidade!

Na próxima semana, voltarei a esta tribuna para novamente cobrar da Presidenta Dilma, do Governo Federal as providências que não podem mais retardar. As chuvas matam e fazem alarde, geram notícias e imagens comoventes na televisão, e todas as populações por elas atingidas contam com a nossa solidariedade.

A seca, não! A seca mata silenciosamente, e o Nordeste está morrendo e clama por ajuda.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Hoje, Deus nos ajudou, e choveu em algumas cidades da Paraíba. Mas o problema da seca continua existindo. Precisamos contar com providências que não devem mais tardar por parte do Governo Federal.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cássio Cunha Lima, possa, de fato, a Presidente Dilma Rousseff, agora abençoada pelo Papa Francisco, ouvir o seu clamor, ainda mais aqui, diante do nosso ex-Presidente Mauro Benevides, hoje Deputado Federal, que nos visita e assistiu a todo o seu pronunciamento.

Obrigado também por suas palavras.

Seu pai mereceu, de fato, a bonita homenagem proporcionada, na última segunda-feira, por iniciativa de V. Ex^a e dos Senadores da Paraíba.

Agora tem a palavra o Senador Ivo Cassol, do PP de Roraima.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Rondônia. Perdão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Continuo firme e forte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Rondônia. Muito bem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É uma alegria, Sr. Presidente, cumprimentá-lo e quero deixar o nosso abraço a V. Ex^a e aos demais colegas Senadores e Senadoras.

É com satisfação que está aqui, na galeria desta Casa, o Prefeito do Município de Alta Floresta, no Estado de Rondônia, o Prefeito Vantuil. É uma alegria tê-lo aqui junto conosco. Ao mesmo tempo, gostaria de cumprimentar também o Vereador Edmar, o Vereador Manoel da Saúde e o Vereador Tanúzio.

O Município de Alta Floresta do Oeste, em Rondônia, é um dos Municípios do Brasil com maior potencialidade de agropecuária e é o maior produtor de feijão da Região Norte do País.

É com alegria que recebi no meu gabinete, há pouco, tanto o Prefeito como os demais Vereadores. Em nome deles, eu quero deixar o meu abraço a todos os amigos e às amigas do Estado de Rondônia.

De um lado, há alegria, mas há tristeza, de outro. Tristeza porque a PEC da Transposição ainda não foi aprovada. Ainda há nesta Casa uma medida provisória que está trancando a pauta e também o Projeto de Lei da Câmara, o PLC nº 02, pronto para ser votado. O projeto foi colocado em regime de urgência e está aguardando para que a Casa possa – as Lideranças aqui já concordaram – incluí-lo na pauta tão logo ela se destranque.

Mas, ao mesmo tempo, é com preocupação que eu recebi um ofício da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do ex-Território Federal de Rondônia, Ofício nº 12, em que colocam a preocupação que têm com a redação dada pelo Palácio do Planalto quanto aos servidores que vão para a transposição. Infelizmente, da maneira como está, isso muito nos preocupa. Alguns dizem o seguinte: “Não se preocupe. Fique tranquilo porque está tudo certo.”

Mas eu quero dizer para vocês que, por mais que nós e as crianças acreditemos em Papai Noel, nós queremos e aceitamos esse presente de Páscoa ou esse presente de Papai Noel, de final de ano, para que o Estado de Rondônia e os servidores possam ser contemplados com a transposição dos servidores, sem perder, de maneira alguma, as conquistas já adquiridas.

A exemplo disso, já houve várias decisões judiciais para os policiais militares e do corpo de bombeiro que ganharam na Justiça. Outros servidores já foram para a transposição, lá atrás ainda, quando foram beneficiados. E agora, com a nova redação, isso muito nos preocupa.

Eu fiz a seguinte emenda de plenário, que já apresentei nesta Casa:

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2, de 2013, onde couber, o seguinte artigo, dando-lhe a devida numeração:

“Art. A aplicação do disposto nesta Lei em hipótese alguma poderá resultar em redução de salário, remuneração, soldo, proventos de aposentadoria ou pensão ou, ainda, na supressão ou redução de qualquer benefício ou vantagem percebida, a qualquer título, inclusive mediante decisão judicial, pelos servidores civis, militares e empregados, ativos, inativos ou pensionistas por ela abrangidos, observados

os termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Portanto, meu desejo, como Senador nesta Casa, é que possamos aprovar essa emenda, nem que o projeto volte à Câmara dos Deputados. Pelo menos, isso não deixa dúvida para que as pessoas que vão para a transposição fiquem estimuladas a fazer sua transferência do Estado ou do Município para o quadro da União.

Um servidor que ganha R\$3 mil por mês e ganha mais auxílio-alimentação, auxílio-creche ou qualquer outro benefício ou gratificação, na lei, da maneira como está, não é contemplado. E servidor nenhum vai trocar uma dúzia por meia dúzia; servidor nenhum vai trocar seis por três. O mínimo que se tem que fazer é igualar ou deixar da mesma maneira que aí está.

Portanto, eu fiz essa emenda, atendendo à solicitação do Presidente Luiz Francisco da Costa, da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do ex-Território Federal de Rondônia, para que sejam contemplados dessa mesma maneira.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, além da preocupação com a transposição que nós queremos aprovar nesta Casa, há também – e nós discutimos ontem aqui nesta Casa, no plenário – o projeto de lei complementar que ficou adormecido nesta Casa. O Supremo Tribunal Federal deu o prazo de dois anos para este Senado aprová-lo, mas, por dois anos consecutivos, infelizmente, a Presidência desta Casa deixou adormecido o projeto do Fundo de Participação dos Estados, sem sequer tocar a mão.

E, ontem, na última hora, ou na calada da noite, ou no último dia, como se tivesse que aprovar no último instante, prejudicando os Estados da Região Amazônica, prejudicando alguns Estados de outros locais, do Centro-Oeste brasileiro, e privilegiando alguns Estados da maneira que já foram contemplados quando foi feita a lei lá atrás, quando foi constituído já o FPE para contemplar os Estados da nossa Federação.

Portanto, ficou para nós, no próximo dia 21, discutirmos e, ao mesmo tempo, trabalharmos juntos nesta Casa, para buscar um entendimento, onde, no mínimo, podemos manter, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que aqui já está.

Eu tenho certeza absoluta de que, se o Governo Federal quiser botar mais recursos no Fundo de Participação dos Estados, aí podemos contemplar algum Estado extra. Mas tirar de um Estado da Amazônia, tirar de um Estado que já é pobre, tirar de um Estado igual Rondônia, tirar do Estado do Acre, tirar do Estado do Amapá, para contemplar o Estado da Bahia? Ou con-

templar outro Estado, digamos, o Estado de São Paulo? É inaceitável. O mínimo que nós podemos concordar...

Mas alguém diz o seguinte: “Mas, Senador Cassol, é para daqui a dois anos!” Não importa. O fumo, planta-se hoje a semente e se colhe o fumo daqui a dois anos. E aí o prejuízo vai ficar, Prefeito Vantuil e Vereadores, para os Municípios também, porque o Fundo de Participação dos Municípios também vai estagnar. O Fundo de Participação dos Municípios do Estado de Rondônia, da Região Amazônica também vai diminuir. E o índice do Estado...

Alguém pode até dizer: “Mas o governo que está governando Rondônia é um governo de oposição do Senador Ivo Cassol.” É de oposição, mas nós não somos contra as receitas do nosso Estado. Eu, aqui no Senado, defendo que as receitas que temos têm que ser mantidas ou aumentadas. Diminuir, não. É por isso que, como Senador da República, eu defendo que, no mínimo, se possa manter o que já está estabelecido por lei.

Mais uma vez, o Supremo deu 150 dias para nós. Já se passaram 60 dias e, nos próximos dias, nós vamos ter a oportunidade, aí sim, de rever, debater e aprovar, para que possa ser, na verdade, regulamentado e, ao mesmo tempo, ter a tranquilidade dos Estados da Federação brasileira, sem perder os recursos que já tenham obtido.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como representante do povo de Rondônia e representante dos demais Estados da Federação brasileira, como Senador compete a mim este cargo, que é defender os Estados menos favorecidos, para que sejam contemplados, e, ao mesmo tempo, o mínimo é, como disse agora há pouco, que permaneça como está.

E o pior disso tudo, Sr. Presidente, é que, no Congresso Nacional, ou nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, muitas vezes, criam-se benefícios para que os Estados cumpram. Muitas vezes, aqui, criamos despesas para que os Municípios paguem. Ninguém pergunta para o prefeito, ninguém pergunta para o governador de onde vem o dinheiro.

Da mesma maneira, ouvi agora: “Ah, não vão aumentar os custos de repasses do SUS para cobrir as despesas com os tratamentos médicos que os prefeitos e os Estados têm”.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ao mesmo tempo, todos os prefeitos investem na saúde não 15%, nem os Estados investem 12%; os Municípios investem de 25% a 30% na área da saúde, e os Estados investem mais de 14%, 15%.

Por isso, temos de trabalhar em conjunto e não só criarmos despesa, mas criarmos mecanismos que

deem condições de eles poderem cumprir com as despesas e fazer as atividades obrigatórias que os prefeitos têm na sua localidade.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

Mais uma vez, estou junto com os demais pares meus, para que possamos dar plena condição de tranquilidade de se ter a receita, para que todos os Estados da Federação brasileira possam continuar trabalhando e possam continuar, ao mesmo tempo, tendo expectativa de aumentar sua receita e não de diminuí-la.

Da mesma maneira, é a discussão que temos hoje da reforma tributária: todo mundo discute, todo mundo quer, mas ninguém quer perder. Eu sou da mesma maneira: pelo menos empatando, nós podemos permanecer de igual para igual.

É isso que tenho buscado como Senador da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Ivo Cassol, Senador por Rondônia, por expressar o ponto de vista de defesa de seu Estado e dos demais Estados em condições semelhantes.

Agora, eu chamo o Senador Eduardo Lopes, que tem a palavra, no tempo regimental, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Neste momento, eu quero, já com a emoção à flor da pele – todos aqui já citaram ou já ouviram a respeito da situação de Petrópolis, no Estado de Rio de Janeiro –, de forma emocionada, trazer à memória verdadeiros heróis dessa tragédia.

Se, de um lado, temos a seca, como disse o Senador, nós temos, de outro lado, muito chuva, ou seja, tanto falta de água como muita água trazendo tragédias.

E, na questão de Petrópolis, eu acredito no seguinte: quando se pensa na perda de um filho, qual é o pai, qual é a mãe que sente a dor e quer passar por isso? Assim também é comigo. Não é diferente.

Mas, na cidade de Petrópolis, na nossa região serrana, aconteceu, mais uma vez, essa tragédia. Já estamos beirando 30 mortos e a previsão de chuva para todo o mês de março deste ano, em Petrópolis, era de 270 milímetros – a previsão para todo o mês de março na cidade de Petrópolis era de 270 milímetros. Em algumas áreas, como no bairro Quitandinha, entre o domingo e a segunda-feira, dia 18, foi registrado um acúmulo de 390 milímetros. Quer dizer, em praticamente 24 horas. Em apenas dois dias, choveu mais que o esperado para todo o mês.

Todas são vidas preciosas, mas enterrar um filho, ao meu sentir, transgride a ordem natural da existência humana e, também por isso, causa agravo quase insuportável ao sofrimento pela morte de um familiar.

É a frustração de sonhos, da perpetuação de nossa passagem pelo mundo e a interrupção permanente, violenta e inesperada de uma doce convivência.

Em 2011, em Petrópolis e em outras seis cidades da região serrana, abateu-se a mesma tragédia, quando 916 pessoas morreram.

Antes mesmo de os petropolitanos se recuperarem do que ocorreu naquele tenebroso janeiro, outra vez a chuva provoca estragos na Cidade Imperial. Mesmo assim, Petrópolis contabiliza quase 1.500 desalojados e desabrigados.

Por isso, quero apenas que seja consignado aqui o meu voto de solidariedade a todos os petropolitanos. Mas também quero deixar registrado, nos Anais do Senado Federal, o nome de verdadeiros heróis que sucumbiram nesta tragédia.

O primeiro: Paulo Roberto Alves Freitas.

Em meio à tempestade que se abateu sobre a cidade, Paulo Roberto, um ambulante de 42 anos, se armou de uma enxada e partiu em socorro dos vizinhos.

Foi a última vez em que foi visto com vida!

Ele foi soterrado por um desmoronamento que carregou quatro casas no bairro da Boca do Mato. Deixou a viúva Francisca e também quatro filhos.

Como Paulo Roberto, também o jardineiro Nilton Pereira Fonseca deu a sua vida para socorrer outras.

A sua atuação salvadora nos temporais era tão rotineira que ele era chamado, carinhosamente, de “tenente” Fonseca, mas era um simples jardineiro.

Registro ainda, o nome dos dois agentes da Defesa Civil que morreram no cumprimento do dever: Fernando Fernandes Lima e Paulo Roberto Filgueiras.

A esses heróis o nosso reconhecimento e a nossa gratidão.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Que em meio ao sofrimento imposto às suas famílias pelas prematuras mortes, haja espaço para orgulharem-se da bravura e do amor ao próximo por eles demonstrado.

Que Deus os abençoe e conforte os seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Eduardo Lopes, depois de o Senador Cássio Cunha Lima falar dos danos causados pela seca tão intensa lá na Paraíba e em todo o Nordeste, V. Ex^a nos traz aqui o excesso de chuvas que ocorrem na região serrana do Rio de Janeiro.

A Senadora Lídice da Mata até já a chamo, porque é a próxima oradora. Mas, nesses últimos dias os jornais e a imprensa estão tratando desses dois fenômenos. À primeira vista, não ligamos um ao outro, mas, entretanto estão ligados de uma forma profunda, porque no Nordeste a maior seca dos últimos 40 ou 50 anos assola a região, no Sul há três anos é registrado um aumento desenfreado de chuva a partir da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, em Caxias na região serrana de Petrópolis, sul do Estado do Rio e norte do Estado de São Paulo até a capital. E chuvas também no Rio Grande do Sul um fenômeno que vem aumentando a cada ano. Como explicar isso? Simplesmente parece ser um efeito do aquecimento global. O semiárido está ficando cada vez mais árido e a região úmida cada vez mais úmida, com consequências terríveis para as vidas humanas. Quase todos os lugares são lugares de risco. As encostas de montanhas que deslizam, as fazendas planas que não têm água nem para beber. Só na zona serrana do Rio contam-se cinco mil pessoas desabrigadas. Em Pernambuco, por exemplo, 22 cidades estão em estado de calamidade por conta da seca. É o fato mais trágico a morte de fome e sede todo o gado do semiárido, como nos apontou ontem o jornal da Globo que foi registrado aqui tanto pelo Senador Cássio Cunha Lima, como pelo Senador José Agripino, que trouxe a história de um sucateiro de carne que comprava as carcaças e jogava-as fora, a preço vil para os matadouros. Agora, ele só tem o trabalho de recolher as carcaças das beiras das estradas. Em um só dia, conseguiu grátis 500 toneladas. É desses ossos que ele queima que são tiradas as rações que vão alimentar o gado que sobrevive.

Senadora Lídice da Mata, V. Ex^a é agora a próxima oradora, uma vez que os Senadores Angela Portela e Flexa Ribeiro estão presentemente em reunião da Mesa Diretora. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

Senadora Lídice da Mata, do Partido Socialista Brasileiro da Bahia.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente, muito obrigada. Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria registrar pelo menos dois fatos aqui hoje desta tribuna.

Primeiro, Sr. Presidente, é que se realiza, desde ontem à noite e durante todo o dia de hoje e amanhã, a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Esta é a primeira conferência que o Brasil realiza sobre essa questão que é central no desenvolvimento do nosso País, um País com dimensões continentais.

Semana passada, o Ministro Fernando Bezerra esteve aqui, na CDR, e durante mais de uma hora expôs e debateu um plano nacional para o desenvolvimento

regional em nosso País. E nós, durante o dia de hoje, vimos aqui toda a discussão novamente, se repetindo, porque essa é uma discussão que vem sendo feita permanentemente pelos Srs. Senadores e Senadoras do Nordeste, colocada mais de uma vez pelo Senador Cássio Cunha Lima da situação da seca.

V. Ex^a falou, há pouco, que essas duas questões, a seca e o excesso de chuva no Sudeste, são resultado do aquecimento global.

Eu diria que isso é também resultado do aquecimento global, mas as consequências que vive a população do Semiárido brasileiro, da seca do Nordeste, eu creio que estejam muito mais vinculadas ao resultado de uma política econômica em que o desenvolvimento regional não é colocado no centro.

O Nordeste brasileiro vive, há muitos e muitos anos, uma situação de desigualdade em relação ao crescimento do Sul e Sudeste brasileiros, assim como o Norte do Brasil. E o desenvolvimento do nosso País, que recentemente se tornou parte do grupo do BRICS, dos países em grande desenvolvimento, encontrar-se-á, sem dúvida nenhuma, num impasse real da sua economia, se nós não formos capazes de transformar o Brasil num país desenvolvido e, sim, num país de regiões desenvolvidas.

A seca do Nordeste é previsível, é estudada. A convivência com a seca é algo muito difícil, mas, se nós tivermos investimentos estruturantes para o abastecimento do Nordeste, para o desenvolvimento de políticas que possam dar sustentação aos produtores do Nordeste, nós poderemos diminuir, e muito, as consequências da seca nos nossos Estados nordestinos, que já chega realmente a um grau muito elevado, apesar de enormes investimentos realizados pelo Governo Federal, inclusive agora, no socorro às chamadas vítimas da seca do nosso sertão, mas que não conseguem fazer com que esses investimentos cheguem rapidamente, Senador Eunício Oliveira, à ponta, ao produtor, à população sofrida da nossa região.

E esta situação se torna mais dramática, no momento do Brasil de hoje, quando nós a somamos a um desenvolvimento profundamente desigual do nosso País, a um Pacto Federativo injusto, que é o que nós temos hoje, hegemônico como política da Nação brasileira.

Nós estamos, no Senado Federal, discutindo pelo menos dois projetos grandes que dizem respeito a esse Pacto Federativo.

A mudança do FPE, relatada pelo Senador Walter Pinheiro de forma brilhante, creio que, após grande período de debate, já vai chegando a um período, a um processo de finalização, podendo resultar realmente num acordo geral dentro desta Casa. Mas a medida

provisória que trata do ICMS demonstra com toda a força, com todo o vigor a desigualdade dessa política no nosso País e que não haverá solução que realmente possa ser sustentada pelos Estados nordestinos e pelos Estados do Norte e Centro-Oeste do nosso País, com base naquela política que está prevista hoje nessa medida provisória.

Eu creio, portanto, Sr. Presidente, que é preciso que o Brasil se debruce e este Senado também, para que nós possamos debater essas duas grandes questões o desenvolvimento regional, buscando a igualdade de desenvolvimento das regiões do nosso País e um Pacto Federativo mais justo porque o que temos hoje é a inversão de um Pacto Federativo justo.

Nós temos ampliação de programas federais sustentados naquele que é o elo, o elo mais frágil da cadeia federativa, que são justamente os Municípios brasileiros. Na semana passada, o Senado realizou aqui uma grande reunião com os governadores do Brasil e recebeu o apelo desses governadores para a melhoria desse Pacto Federativo e para que esse pacto possa ser dado levando em conta um desenvolvimento desigual.

Hoje, o Senado recebe os prefeitos das capitais. Eu também fui prefeita de uma capital brasileira, sei das grandes dificuldades dos grandes Municípios brasileiros que certamente sistematizaram as suas angústias nessa reunião acontecida aqui hoje. Mas é preciso, acima de tudo, que este Senado possa representar a angústia daqueles Municípios, maioria do nosso País, com população abaixo de 50 mil habitantes, que dão sustentação a uma política nacional, a uma política estadual sobre os ombros dos prefeitos, submetidos diretamente à pressão das suas populações, sem terem condição de realmente reagir e dar a efetividade de atendimento às reivindicações dessa população.

Imagine tudo isso nos Municípios nordestinos, que, além dessa desigualdade de condição de responder às necessidades de sua população, têm que fazer isso sob o desafio de vencer a convivência com a seca que se abate sobre esses Municípios da forma mais cruel que poderia acontecer neste momento.

Portanto, o Senado brasileiro está diante do desafio de realmente levar o Poder Executivo a refletir sobre a necessidade de descentralizar os recursos federais para os Estados e Municípios brasileiros.

Não adianta ficarmos apenas na discussão do FPE, importante instrumento, na discussão do ICMS unificado, que pode ser importante ou não para a unificação e o desenvolvimento desse País, se não pegarmos realmente na necessidade de descentralizarmos os recursos da União, visando a sua descentralização para Estados e, especialmente, para os Municípios

brasileiros para que realmente nós possamos levar o desenvolvimento à população do Brasil que mora nas cidades brasileiras e não mora no grande Estado federado...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... na grande Nação brasileira que tem a responsabilidade, a atribuição de cuidar do dia a dia da vida das populações do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, é disso que nós precisamos, em minha compreensão, fazer como centro da agenda política do Senado Federal neste ano de 2013.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senadora Lídice da Mata, tanto pelo apelo que faz a respeito às consequências da seca, bem como por aqui colocar a palavra dos prefeitos das capitais que hoje estiveram visitando o Congresso Nacional.

Tenho o prazer de registrar a visita da delegação de parlamentares da França que estão participando da reunião técnica da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, com a participação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Sejam muito bem-vindos. *Bienvenue*, Srs. Bertrand Auban, Senador e Presidente do Grupo de Parlamentares para o Espaço; a Srª Chantal Berthelot, Deputada da Guiana Francesa, Vice-Presidente do Grupo de Parlamentares para o Espaço; Sr. Jean-Marie Tétart, Deputado; Sr. Jacques Gautier, Senador; Sr. Alain Gournac, Senador; Srª Monique Iborra, Deputada; Srª Delphine Gillaizeau-David, Secretária-Geral do Grupo de Parlamentares para o Espaço; Srª Céline Giusti, Primeira-Secretária da Embaixada da França no Brasil; Sr. Clément Cadoret, Segundo-Secretário da Embaixada da França no Brasil; e Sr. Damien Marcé, Adido Aeronáutico da Embaixada da França no Brasil.

Sejam todos muito bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Comunicações do Deputado Eduardo Sciarra, Líder do PSD, que cumprimenta o Senador Renan Calheiros, Presidente, e nomeia para Comissão Mista da MPV 606: Moreira Mendes e Armando Vergílio, como Deputados titulares; Hugo Napoleão e Eliene Lima, suplentes; Comissão Mista da MPV 607. Titulares: Ademir Camilo e Edson Pimenta. Suplentes: Paulo Cesar e Luiz Fernando; Comissão Mista da MPV 608. Titulares: Guilherme Campos e Walter Ihoshi. Suplentes: Júlio Cesar e Armando Vergílio; Comissão Mista MPV

609: Titulares: Irajá Abreu, Moreira Mendes. Suplentes: Walter Ihoshi, Roberto Santiago.

A Presidência designa os Deputados referidos para comporem as Comissões Mistas, conforme **Ofício nº 377, de 2013**, da Liderança do PSD, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício GAB/PSD nº 377

Brasília, 20 de março de 2012

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente e, nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, indico os seguintes parlamentares para comporem as Comissões Mistas que especifica:

Comissão	Titulares	Suplentes
Comissão Mista da MPV 606, de 2013 . (Subvenção econômica ao BNDES).	Moreira Mendes Armando Vergílio	Hugo Napoleão Eliene Lima
Comissão Mista da MPV 607, de 2013 - Altera a Lei nº 10.836, de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza.	Ademir Camilo Edson Pimenta	Dr. Paulo César Dr. Luiz Fernando
Comissão Mista da MPV 608, de 2013 . (Crédito presumido e títulos de crédito)	Guilherme Campos Walter Ihoshi	Júlio César Armando Vergílio
Comissão Mista da MPV 609, de 2013 . (Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação in)	Irajá Abreu Moreira Mendes	Walter Ihoshi Roberto Santiago

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Sciarra**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Gim, Líder do Bloco Parlamentar União e Força, encaminha ao Sr. Presidente Renan Calheiros a indicação, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Blairo Maggi, como membro suplente, em substituição ao nobre Senador João Costa, para integrar a Comissão Mista da **Medida Provisória 609, de 2013**, que *reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep Importação e da Cofins Importação, e dá outras providências*.

A Presidência designa o Senador Blairo Maggi, referido, para compor a Comissão Mista, conforme o **Ofício nº 69, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. nº 69/2013 – BLUFOR

Brasília, 20 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Blairo Maggi, como membro Suplente e em substituição ao nobre Senador João Costa, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 609, de 2013, que “reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Cofins, da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS –Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB / PR / PSC / PPL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, tem a palavra o Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina, a quem cumprimento por seu aniversário. Parabéns e muitas felicidades!

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, nesse instante, saudar V. Ex^a e todos os demais Senadores e Senadoras, registrando que, sem dúvida, é um dia muito especial, é um dia muito alegre para mim, já que é o dia meu aniversário, e recebi desta Casa, mais precisamente da Comissão de Assuntos Sociais, um presente de aniversário que quero estender à juventude do meu País.

Graças ao trabalho e ao relatório da Senadora Ana Amélia, um projeto de lei que apresentei foi aprovado, no dia de hoje, em caráter terminativo. Agora, esse projeto será encaminhado pela Mesa do Senado à Câmara dos Deputados. É um projeto que estabelece, em lei, uma nova regra para os estágios de trabalhadores, de jovens, nas empresas brasileiras.

Precisamos dar aos jovens aprendizes, aos recém-formados no ensino médio, àqueles que querem, efetivamente, exercer uma profissão, a condição de obterem um local de trabalho e lá possam praticar o seu aprendizado escolar e se transformar em mais um contribuinte do desenvolvimento do País.

Na data de ontem, também já recebi, com muita alegria, um presente, com a votação, neste plenário, da PEC que dá aos empregados domésticos, às empregadas domésticas, o tratamento idêntico àquele que é dado aos trabalhadores em caráter geral. E,

graças a uma emenda que apresentei na Comissão de Constituição e Justiça, aquela PEC pôde ser aprovada, alterando-se a redação que foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

Aquela PEC, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados encaminhou ao Senado previa a necessidade de se fazer um lei para estabelecer as regras de concessão da licença-maternidade. E é óbvio que uma mulher, ao dar à luz um filho, não precisa mais provar nada a ninguém, basta que o filho tenha nascido para que o dispositivo constitucional seja autoaplicável.

Pela emenda que apresentei e que foi acolhida pela Senadora Lídice da Mata, graças a uma sugestão do Senador Pedro Taques, graças ao trabalho do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós pudemos contemplar a minha proposta na redação da PEC, que finalmente foi aprovada e que, agora em caráter terminativo, será mais uma vez votada no plenário desta Casa, em duas sessões, que ainda deverão se realizar para tanto. E, finalmente, as empregadas domésticas do nosso País terão todos os direitos trabalhistas que outros trabalhadores já possuem.

Também quero registrar, Sr. Presidente – e esta é uma observação e um registro de ordem pessoal –, que, dentre tantos presentes de aniversário que recebi hoje, sem dúvida, o melhor e o maior de todos foi ter recebido um telefonema da cidade de Jaraguá do Sul, de onde minha mãe me mandou um abraço e um beijo pelo aniversário e de onde pude ouvir, de viva voz, o meu pai, que já está há muitos meses enfrentando dificuldades muito graves no seu estado de saúde, me dizer que, hoje, finalmente, ele conseguiu sozinho caminhar do seu quarto até outra dependência da casa, o que é uma vitória para quem tem 78 anos, já foi prefeito, já foi empresário. É um homem lutador e é, sem dúvida, um homem que me inspirou muito para que eu pudesse seguir na vida pública de forma correta, coerente e trabalhando pelo bem do povo brasileiro. Por isso, eu envio ao meu pai, Vitor Bauer, um abraço carinhoso aqui da tribuna do Senado.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, reportar-me a um assunto que está preocupando muito Santa Catarina e que, certamente, precisa merecer providências urgentes do Governo Federal.

Passo a ler o pronunciamento que aborda o tema que quero trazer ao conhecimento de V. Ex^{as}.

O Governo brasileiro está prestes a tomar uma decisão absolutamente temerária, com previsíveis e drásticos prejuízos para o setor pesqueiro nacional e possíveis danos de ordem sanitária, que podem afetar milhões de consumidores. Estou me referindo, Senador Roberto Requião, à medida anunciada em fins do ano passado e que agora dependeria apenas da conclusão

de análise de riscos de importação de liberar a importação de camarão argentino para abastecer o mercado brasileiro. Essa liberação, se concretizada, pode vir a representar mais um agrado ao país vizinho, na tentativa de promover o equilíbrio da balança comercial, mas será um duro golpe no setor pesqueiro nacional, já afetado pela entrada do pescado procedente da China e do Japão.

Aparentemente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Presidente Dilma e o Ministro Marcelo Crivella, nosso colega Senador, não estão preocupados com a possibilidade de falência dos produtores do Sul, do Sudeste ou dos carcinicultores da Região Nordeste do País, especialmente os do Rio Grande do Norte e os do Ceará.

O Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí, cidade portuária de Santa Catarina, e também de toda a região pesqueira de Santa Catarina, o Sindipi, tem se mobilizado no sentido de evitar que a importação venha a se concretizar. Eles lembram que a crise no setor, nos últimos três anos, já provocou a paralisação de 50 barcos de pesca somente naquela região, o que representa uma redução de 20% do total de embarcações de pesca existentes.

Para os profissionais do setor, os brasileiros não podem competir com os produtores argentinos, pois não temos incentivos que tornem a pesca e a carcinicultura competitivos. Basta lembrar, por exemplo, que o óleo diesel usado nos barcos em Santa Catarina custa R\$1,70 o litro, já com subsídio do Governo estadual, enquanto o combustível na Argentina custa o equivalente a R\$1,00; portanto 70% mais barato.

Deve-se lembrar, também, que a carga tributária é responsável por 40% do custo final do pescado brasileiro, e há que se levar em conta ainda que um barco de pesca custa em torno de R\$1 milhão e que R\$50 mil precisam ser gastos em cada saída de um barco desses para o mar. Nessas condições, Sr. Presidente, é de se imaginar que o Governo brasileiro, se não está articulando o desmonte do nosso setor pesqueiro, também não está preocupado com o seu futuro.

Além da desigualdade de condições entre os produtores argentinos e os brasileiros, o setor pesqueiro chama a atenção para o problema derivado de problemas sanitários. O crustáceo cuja importação o Governo pretende liberar é da espécie *Pleoticus Muelleri*, também conhecido como Camarão Vermelho, que não é produzido nem criado no Brasil. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura, a liberação para a entrada desse produto depende apenas da conclusão da análise dos requisitos zoossanitários. Os produtores e criadores nacionais receiam que o mercado interno possa ser infectado com vírus do produto importado,

já que, em outros países sul-americanos, a legislação sanitária não costuma ser tão rigorosa quanto a nossa.

Nos Estados do Nordeste, os criadores de camarão também se rebelam contra a liberação da importação. O Senador Cássio Cunha Lima, que é um digno representante da Região Nordeste e que, em seguida, vai fazer um aparte ao meu pronunciamento, está me ouvindo e sabe qual é a importância da carcinicultura no Nordeste do País. A Associação Brasileira de Criadores de Camarão, inclusive, protocolou uma ação administrativa, junto a diversos órgãos governamentais, para barrar a importação do camarão argentino. Ao pedir a nulidade administrativa da análise de risco da importação, a entidade alega que esse procedimento não obedeceu aos critérios exigidos pela legislação vigente, desconsiderando “os reais e potenciais riscos de dispersão de doenças virais para os crustáceos cultivados no Brasil”.

O Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar Rocha, informou ter tratado desse tema com o Ministro Marcelo Crivella, que, no entanto, manteve-se irredutível. O Ministro Crivella, que entende muito de pesca, que é um *expert* no assunto, agora passou a entender também de camarão argentino e disse que ele pode entrar no Brasil, sem prejuízo dos nossos. Trata-se de uma postura inexplicável do Ministério da Pesca, para um Governo que, em diversas ocasiões, previu que o Brasil, em face dos nossos recursos hídricos e da extensão do nosso litoral, poderia se tornar um grande fornecedor de camarão para o mercado mundial.

Ouçó, com muito prazer, o nobre colega Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB) – Senador Paulo Bauer, a praxe é que, em momentos como este, diante de tão oportuno e relevante pronunciamento como o que V. Ex^a faz neste instante, possamos apartear sobre o tema abordado, mas a razão do meu aparte não é o desejo de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, mas o de cumprimentá-lo por sua própria vida. Trago este aparte no dia do seu aniversário, para que eu possa, em nome da Bancada do PSDB e, tenho certeza, em nome de toda a bancada do Senado Federal, que o respeita e o admira por sua postura ética, por seu talento, por sua capacidade de argumentação, pelo orgulho que V. Ex^a desperta no Estado de Santa Catarina, pelo mandato extraordinário que tem aqui exercido, desejar pessoalmente os mais escolhidos e sinceros votos de felicitações, para que V. Ex^a tenha uma vida longa e saudável e continue honrando a atividade pública brasileira e bem representando este tão querido Estado de Santa Catarina. Parabéns, saúde, paz e vida longa!

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima. Muito me honra receber a manifestação e os votos de felicidade de V. Ex^a. Muito obrigado.

Ouçó o Senador Roberto Requião, que me solicita também um aparte.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, devo cumprimentá-lo pela heróica defesa do crustáceo verde e amarelo que V. Ex^a faz dessa tribuna. Ao mesmo tempo, em nome da Bancada do PMDB, quero cumprimentá-lo pelo seu aniversário, visando a garantir, hoje à noite, a presença dos nossos 21 Senadores na sua residência, para degustar camarões argentinos ou brasileiros, que, certamente, serão oferecidos por V. Ex^a. Estaremos todos lá. Parabéns, Senador!

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião. É um grande prazer ouvir a manifestação de V. Ex^a, que, além de ser meu amigo, é um brilhante Senador e que tão bem representa o Estado do Paraná nesta Casa.

Já encerro, Sr. Presidente, em um minuto, dizendo ainda, com relação ao assunto que abordava há poucos minutos que, de tudo o que se observa, é lícito concluir que o Governo brasileiro está mais preocupado em fazer média e em obter créditos com o país vizinho do que em incentivar e dar competitividade ao seu próprio setor pesqueiro. Esse viés vem de longa data e abrange o setor automobilístico e outros setores estratégicos da indústria nacional. Em recente editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* salienta que, “há vários anos, o Governo brasileiro vem moldando boa parte de suas decisões estratégicas de acordo com os interesses definidos em Buenos Aires”.

O descaso com importantes setores da atividade produtiva nacional, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, entre eles o da pesca e aquicultura, parece dar razão ao periódico. O Brasil não pode ter a pretensão de ser o salvador do mundo, especialmente quando não consegue salvar a si próprio. O Governo brasileiro não pode fazer caridade com produtores estrangeiros à custa dos produtores locais nem promover o equilíbrio da balança comercial à custa de seus contribuintes.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Por todos os motivos aqui relacionados e outros mais, já exaustivamente demonstrados por nossos produtores e carcinicultores, espero que a Presidente Dilma Rousseff e o Ministro da Pesca, nobre Senador Marcelo Crivella, tenham a lucidez de sustar a importação do camarão argentino, tenham a consciência de que não podem trabalhar contra ou desconhecer os

interesses do setor pesqueiro nacional, que, como já disse, é importante para o País e é fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina, onde tem expressão, grandeza e competência. E, por isso mesmo, eu me manifesto em seu favor.

Muito obrigado a V. Ex^{as}. Aguardaremos notícias por parte do Poder Executivo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Bauer. Mais uma vez, meus cumprimentos pelo seu aniversário. Que possa seu pai logo estar com plena saúde, recuperado.

E que possa o encontro da Presidenta Dilma Rousseff com a Presidenta Cristina Kirchner, em Roma, perante o Papa, contribuir para um melhor entendimento entre as duas nações.

Agora, tem a palavra pela Liderança do Democratas, o Senador Jayme Campos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, tem a palavra Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fico grato a V. Ex^a.

Sr. Presidente, apresentei à Mesa um requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Padre Ernesto Sassida, em Corumbá. Era um eminente religioso, que prestou relevantes serviços àquela comunidade. Seu passamento se deu recentemente, no dia 13 de março.

Eu quero ressaltar apenas um fato positivo de sua vida: foi Presidente do Clube das Mães da Cidade Dom Bosco, de Corumbá, que agasalhou e agasalha permanentemente mais de mil crianças. Esse fato, além dos préstimos que ele prestou à comunidade de Corumbá, fez dele uma pessoa de relevantes serviços.

Eu gostaria que V. Ex^a consignasse este voto de pesar pelo falecimento do Padre Ernesto Sassida e fizesse uma comunicação à Câmara e à Prefeitura de Corumbá para sinalizar nossa solidariedade à figura desse grande sacerdote, que prestou, repito, relevantes serviços a Corumbá.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento de pesar de V. Ex^a com respeito ao Padre Ernesto Sassida será devidamente encaminhado tanto à Prefeitura de Corumbá quanto à família do Padre Ernesto Sassida, conforme V. Ex^a solicitou.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 218, Inc. II e Inc. III alínea e, Art. 219 e Art. 221, Inc. I e II, voto de pesar pelo falecimento do Padre Ernesto Sassida, uma pessoa extremamente importante para a cultura e a inclusão social de Corumbá, em Mato Grosso do Sul.

Justificação

Padre Ernesto Sassida faleceu em Corumbá na manhã de 13 de março, véspera do Dia Nacional da Poesia, aos 93 anos, após passar 11 dias internado no CTI do Hospital de Caridade de Corumbá, por causa de uma pneumonia.

Padre Ernesto foi umas das figuras proeminentes da cultura e da inclusão social do município sul-mato-grossense. Seu trabalho de décadas dedicadas à missão de salesiano na cidade deixou um exemplo para a posteridade.

De origem conservadora, o Padre Ernesto foi fiel à formação estoica de missionário do início do século XX e soube conviver com pessoas de concepções religiosas, filosóficas e até ideológicas diversas, próprias de um cidadão do mundo e à frente de seu tempo.

Seu trabalho social foi de longo alcance, principalmente entre os jovens carentes da região de fronteira.

Foi de sua iniciativa a criação do Clube de Mães da Cidade Dom Bosco, com o lançamento de um periódico impresso para as famílias assistidas pelos diversos projetos da Cidade Dom Bosco. Além do Clube de Mães, o Clube dos Amigos do Padre Ernesto e a União dos Ex-alunos da Cidade Dom Bosco (UECDB) formam a rede de ações interligadas que ele idealizou e deixou para a posteridade como grande obra social.

Padre Ernesto foi um grande amigo de Corumbá. Homem de sinceridade ímpar, com agudo senso de responsabilidade. Ficará na história para sempre.

Portanto, senhor Presidente, peço o apoio de meus Pares para a aprovação deste voto.

Sala das Sessões, – Senador **Ruben Figueiró**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qualquer evento de magnitude internacional exige intervenções logísticas e preparativos urbanos que afetam o cotidiano de qualquer comunidade. O Brasil se prepara para quatro grandes acontecimentos de repercussão planetária nos próxi-

mos três anos: a Jornada Mundial da Juventude, que tem caráter religioso e é organizada pela Igreja Católica; a Copa das Confederações de 2013; a Copa do Mundo de Futebol de 2014; e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

Recursos financeiros, tecnológicos e humanos estão sendo mobilizados para a execução desses projetos. Cidades inteiras, principalmente no caso da Copa do Mundo, tiveram suas rotinas alteradas em razão de obras e construções reivindicadas pela Federação Internacional de Futebol Associados, a Fifa, para o pleno êxito da competição. É normal que seja assim. Isso é saudável do ponto de vista mercantil, desde que tais intervenções não prejudiquem economicamente os pequenos empreendedores dessas comunidades.

Meu caro e ilustre Senador Ruben Figueiró, Cuiabá, por exemplo, é uma das sedes do torneio, e uma parcela do empresariado local passou a ter enormes problemas, contratemplos e desfavores com as chamadas obras de desbloqueio. Na verdade, há interdições de parte das vias públicas onde estão sendo cumpridas as construções da mobilidade urbana. O desenvolvimento impõe sacrifícios, é certo. O bem coletivo exige renúncias, mas precisamos encontrar alternativas para que o impacto de tais avanços não signifique a asfixia de muitos corajosos e visionários empreendedores.

Peço licença para apresentar alguns números dessa situação conflitante. São informações levantadas em entidades mato-grossenses, mas que podem muito bem ilustrar um drama que também ocorre em outras cidades brasileiras sedes da Copa do Mundo de 2014.

Segundo o sindicato do setor, nas áreas de desbloqueio, 33 postos de gasolina tiveram seu faturamento reduzido em até 80%, com a demissão de aproximadamente cem funcionários.

Conforme levantamento do próprio Governo Estadual, 500 estabelecimentos comerciais entre Cuiabá e Várzea Grande, onde fica o aeroporto Marechal Rondon – a cidade onde residio é Várzea Grande, que faz parte do aglomerado urbano Cuiabá e Várzea Grande –, foram afetados pelas obras de trincheiras.

Os comerciantes também apontam para perdas da ordem de 80% nessas regiões. O supermercado Hipermodelo, um dos maiores do Estado, fechou as portas com a queda de 90% de seu movimento diário.

Na Avenida Tenente Coronel Duarte, uma das mais importantes do comércio popular da capital mato-grossense, 27 locatários de lojas serão despejados nos próximos dias com a desapropriação dos imóveis que ocupam. A expectativa é a de que 300 trabalhadores sejam também demitidos.

Como eu disse anteriormente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são pequenos dramas, mas que afetam a sociedade como um todo. Até agora, esses eventos têm representado contratemplos e dificuldades para a comunidade. Além dos transtornos diários no trânsito, o revés econômico de alguns setores das áreas do comércio e serviços, inclusive com a perspectiva de demissões em larga escala, pode macular a aura progressista desses investimentos.

Nesse sentido, caro Senador Ruben Figueiró, que também teve a honra de ser Deputado do Estado naquela oportunidade, no intuito de minimizar as perdas desses empresários, encomendei à minha assessoria, no sentido de inserir, na legislação pertinente ao Regime Diferenciado para Contratação de Obras e Serviços para a Copa do Mundo, dispositivos que autorizem o Poder Público, seja em esfera federal, municipal ou estadual, a comprar ou adquirir serviços das empresas afetadas pelos desbloqueios, nas mesmas condições do RDC, ou seja, com a agilidade e a dispensa de licitações existentes no bojo dessa lei.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sim, podemos, Sr. Presidente, amparar essas empresas, ofertando-lhes condições semelhantes àquelas que garantiram regime especial como prestadoras de serviços à Copa do Mundo.

Da mesma forma, reivindico do Governo Federal que, nesse período de obras, para aquelas entidades privadas diretamente afetadas pelos desbloqueios, sejam suspensas temporariamente as cobranças de tributos, tais como o PIS e a Cofins.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confio plenamente no desenvolvimento de nossa Nação. E sei também que só conseguiremos avançar com a fé, a crença e a cooperação de todos. Porém, a cota de sacrifício de alguns tem sido maior do que a de outros. Precisamos, então, criar um cenário em que o bem comum não signifique a falência, o desemprego e a miséria de milhares de brasileiros que lutam e sonham com uma Nação justa e acolhedora.

O saldo da Jornada Mundial da Juventude, da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e das Olimpíadas deve ser amplamente positivo aos brasileiros. Esses eventos devem produzir, antes de tudo, prosperidade e bem-estar, jamais um sentimento de frustração e tristeza para nossas famílias.

Precisamos, portanto, encontrar alternativas compensatórias viáveis e de rápida execução, antes que muitos empreendedores conheçam...

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...a face dolorosa da falência, antes que muitos trabalhadores conheçam a tragédia do desemprego.

Era o que tinha a dizer neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Jayme Campos, Senador pelo Mato Grosso, por seu pronunciamento.

Agora, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque, que permutou com o Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Então, tem a palavra o Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de tempo regimental, com a generosidade necessária.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, minha preocupação é com essa guerra declarada dos crustáceos brasileiros contra os camarões-rosa argentinos. Quero, desde já, dizer ao Senador Paulo Bauer que estou do lado do camarão-de-sete-barbas, pescado na costa de Santa Catarina.

Mas, na verdade, venho hoje a esta tribuna para fazer uma confissão, Senador Suplicy: eu confesso que tenho medo de fantasmas. Esse pavor acentuou-se em minha recente viagem à Polônia e à Suécia. Longe do Brasil, sob o frio europeu, com temperaturas nunca acima do zero, frequentando ambientes antigos, antigos mesmo, de antes que Cabral aqui aportasse. Diante desses ambientes e nessa circunstância, elevou-se o meu terror de almas penadas – terror antigo.

A cada notícia do Brasil, especialmente as notícias sobre a economia nacional, sobressaltava-me com o desfile dos espectros que emergiam da tela do computador, da tela da televisão, da tela do celular, da tela dos equipamentos eletrônicos que usamos na comunicação, das páginas dos jornais, dos *releases* dos bancos e das corretoras, dos *releases* das empresas de consultoria que a nossa gloriosa mídia utiliza como fonte primária. Como no filme *Poltergeist*, um dos clássicos do cinema de terror dos anos 80, as assombrações surgiam, reproduziam-se, envolviam-me. Mesmo que fantasmagóricas, ilusivas, era possível reconhecer as aparições. E lá vinham os avejões dos irmãos Mendonça de Barros, o Luiz Carlos e o José Roberto. O primeiro, nada amistoso para a circunstância de desencarnado, interpelava a Presidente Dilma, acusando-a de impor “condições inaceitáveis” às concessionárias privadas. “Nos limites da irresponsabilidade” – ele dizia isso –, reivindicava “condições de mercado” para as privatizações petistas, semelhantes às da entrega

da telefonia, da Vale, das ferrovias e comezainas da espécie, como diriam os antigos portugueses – comezainas da espécie.

Ainda dando de dedo na Presidente, vi esfumar-se o Mendonção, e dá-se o aparecimento de José Roberto. Suas apóstrofes dirigem-se ao “modelo do setor elétrico” do atual Governo.

As reprimendas foram tão incisivas que, assustado, vieram-me à lembrança aqueles anos, entre 1995 e 2002, quando o Brasil quebrou três vezes, e não foi possível ver os estragos da *débâcle* porque houve um apagão tão denso que jornais, televisões, rádios não puderam noticiar por falta de energia elétrica e, certamente também, para não espalhar o medo antipatriótico entre os brasileiros. Afinal, o patriotismo é um recurso à mão, quando faltam razões, como nos exemplifica aquele jornal a serviço do Brasil.

Mal se evaporaram os Mendonças, emergem do vazio as barbas brancas de Gustavo Loyola, tantas vezes colocadas de molho. Professoralmente, elas advertem: “O Brasil não está preparado para conviver com taxas de juros estruturalmente menores”.

Proclamada a nossa incapacidade atávica – atavismo, de *atavus*, o quarto avô da linguagem latina –, a nossa incapacidade atávica tantas vezes proclamada de se liberar dos usurários, as barbas do ex-presidente do Banco Central desmancham-se em mil fios. Enquanto opera-se o prodígio, coça-me uma pergunta: seriam os ares tropicais ou a nossa tão celebrada mulatice responsável pela inabilitação a desenredar-se da agiotagem? Seria atribuída a essa mestiçagem brasileira essa incapacidade de resistir aos usurários?

Pela janela do hotel em Varsóvia via a neve cair, e aquela chuva branca produzia a ilusão de novos fantasmas.

Agora vinham em cortejo, esvoaçando, voltejando, rodopiando, bailando na noite fria, de fraque e cartola, pois era um cortejo de banqueiros, embora, embaçando-se no fundo da cena, parecia-me que alguém vinha a cavalo; pelo porte, um puríssimo corcel árabe. Banqueiros, corretores, financistas, ex-presidentes do Banco Central. Enfim, uma finíssima coleção de espectros.

Não consegui identificar todos. Goldfarb? Arida? Lara Rezende? Gustavo Franco? Bacha? Ou aquele lá atrás poderia ser, Senador Suplicy, o famoso Salvatore Cacciola?

Seja como for, como um jogral ou um coro sinistro de uma tragédia grega, invectivavam contra o Ministro Mantega, a Presidente Dilma, o PT, o Lula, acusando-os de não entender nada de economia; de “ignorantes dos fundamentos macroeconômicos”, de remendões

pretensiosos que ultrapassaram os limites dos chineses, de perdulários, de dissipadores da burra pública.

Um deles – não consegui identificar quem, embora uma vozinha miúda o traísse – gritava: “E a inflação? O que é que o PT tem a me dizer da inflação? Hein, hein?” A que outro fantasma também presente atalhou: “E a inadimplência? E a inadimplência? Não se esqueça da inadimplência. Quando é que vai parar essa ganância dos trabalhadores? As famílias já estão muito endividadas”!

E eis que ouço um “oh!”, extasiante, comovedor. Os espectros financeiros apartam-se reverentes, e, no centro da fantasmagoria, surgem Milton Friedman e Eugênio Gudin, uma visagem tão inesperada que me paralisa. De que profundezas, de que ideias tão fossilizadas ergueram-se? Pontificais, não com jeito do argentino, mas, ainda assim, pontificiais. Recitam a litania: corte dos gastos públicos, redução do consumo, enxugamento do crédito e elevação de juros como mecanismos de combate à inflação, contenção dos aumentos salariais, flexibilização das leis trabalhistas, abertura ilimitada ao capital estrangeiro e remessa de lucros para o exterior, privatizações, terceirizações, concessões, e, recitando a chorumela, esvaíram-se na noite tenebrosa.

Enquanto Friedman e Gudin se desmancham, o coro financeiro, agora encorpado por notáveis da oposição, pelos “especialistas” ouvidos todos os dias pela *GloboNews* e pela *CBN*, a cada meia hora, por colunistas multiuso que nada entendem de tudo, o coro de novo extasia-se, deleita-se, inebriado.

À medida que se produz a esfumação, revelasse-me certa confusão, transparece-me que os fantasmas inquietam-se, e vejo – tenho a ilusão de ver – que uma nova assombração, toda esbaforida, quer se incorporar ao cortejo, talvez querendo ser o próprio filho nessa trindade.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não deu tempo. Chegou atrasado, e vejo toda a frustração no rosto maldelineado, na bruma gelada de Mailson da Nóbrega.

Nem bem se dissolve o coro dos financistas, colunistas e avizinados, vejo formando-se novo préstito cantante. São editorialistas dos jornalões, apresentadores de televisão, comentaristas, economistas e analistas do mercado e os inefáveis oradores da oposição.

Esvoaçam, adejam sem qualquer graça ou arte, desafinam na cantoria, um cantochão maçante, cujo estribilho repete sem parar, como o corvo de Poe: “contabilidade criativa”, “contabilidade criativa”, “contabilidade criativa”.

O coro eleva o tom, vocifera protestos, vergasta o lombo do Ministro Mantega com adjetivos contundentes, pontiagudos. Deploram o que chamam de fraude, desonestidade, falta de transparência. Enquanto o pobre Ministro e a própria Presidenta veem-se na roda espetados por tanta indignação, eis que surge um estraga-prazeres para espantar os fantasmas. É o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo. Ele faz voltas em torno dos avejões, com um cartaz onde se lê: “Lembrem-se dos anos 90”.

Curioso pela advertência do economista, acuro os ouvidos para entender o que ele diz. Mas o vozerio das assombrações é muito forte, e o tom, elevado. Há muito custo, distingo parte do que ele diz, e ele diz: “Não é novidade o uso de receitas não recorrentes para engordar o superávit primário”.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – “Assim foi feito nos anos 90, na era das privatizações”. Isso não impediu a escalada da dívida pública entre 1995 e 1999. Nesse período, a dívida saltou de 29% do PIB para 44,5% do PIB.

Estarreço-me com a revelação do economista: “Contabilidade criativa nos dois períodos de governo tucano. O PSDB também fez isso? Não posso nem quero acreditar”. Mas, sendo verdade o editorial do Estadão, afirmando que a Presidenta Dilma, ao fazê-lo, “deu mais uma prova firme do compromisso com o atraso e o subdesenvolvimento”, também se aplica isso a Fernando Henrique Cardoso, Senador Suplicy? Seria S. Ex^a também a vanguarda do atraso e do subdesenvolvimento, como os Mesquitas, ou seja lá quem hoje domina e manda no Estadão de São Paulo? Eles disseram isso no passado. Afirmaram assim.

Doem-me ainda nos ouvidos os agudos da exasperação, da santa fúria do jornalão: “As bases de uma economia saudável, promissora e atraente para empreendedores de longo prazo, estão sendo minadas por uma política voluntarista, imediatista, populista e irresponsável, embalada num mal costurado discurso desenvolvimentista”.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senti pena do couro dos Srs. Pedro Malan, Gustavo Franco e de outros criativos condutores da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Com que marteladas foram agraciados pelos barões paulistanos!

O constrangimento provocado pelo economista palmeirense, reavivando fatos tão recentes, opera como exorcismo, pulverizando o cortejo fantasmático.

As assombrações, no entanto, não se aquietam. Deixo a Polônia, despeço-me de Varsóvia, que, tão coberta de neve, parece-me irreal, fictícia, para quem acostumado aos trópicos. Na Suécia não faz menos frio. Faz mais. Também Oslo envolve-se na neve.

As noites ermas, frias e escuras são um convite à visitação das almas penadas. E elas não se fazem de rogadas e logo me assombam, espantam-me, asustam-me. Vejo ajuntamentos de pessoas, desfiles.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– São imagens muito antigas. Os pelotões passam, os marchadores erguem o braço direito, gritam uma saudação indígena. No alto das mangas de suas camisas, um símbolo, uma letra, o sigma, a décima oitava letra do alfabeto grego, também usada como símbolo matemático, representando somas ou variáveis estatísticas.

Tenho a ilusão de que o sigma desgruda das camisas verdes, gira em um caleidoscópio e compõe como que uma coroa de letras e transforma-se agora em símbolo da mais poderosa usina das ideias conservadoras do Brasil, o *think tank* Instituto Millenium. A visagem deságua em pesadelo quando o subconsciente trás à memória siglas como Ipês – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais; Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática; GPMI – Grupo Permanente de Mobilização Industrial, usinas de ideias antipopulares, antitrabalhistas, antissociais, antidemocráticas, antibra-sileiras, anti-humanas.

Ipês, Ibad, GPMI, anauê, sigmas... Que pesadelo!

Na derradeira noite sueca, fria, nebulosa, inóspita, os fantasmas se divertem em me pespegar outra pantomima. De novo, um imenso cortejo espectral. Não me é muito difícil distinguir as fisionomias dessas almas aflitas que flutuam entre os fantasmas dos terríveis *vikings* e o espírito inquieto de Gunnar Myrdal, desolado com o afastamento de suas ideias.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Furando as brumas polares, penso ver plataformas de exploração de petróleo, espalhando-se mar adentro. Tenho a ilusão de navios, imensos petroleiros. Desorienta-me, em seguida, nova dança de símbolos, logotipos que se sobrepõem; dissolvem-se, anulam-se. E das águas glaciais, das geleiras tão áridas quanto o ardente Saara, ilumina-se um dístico heráldico: Petrobrax.

À medida que a marca toma conta do campo visual do meu pesadelo, ouço vozes, discursos indignados e leio manchetes de genuíno e antigo verde-amarelismo, em defesa da estatal. E fico confuso com essa troca de papéis entre os fantasmas da Pátria tão distante.

Teria ocorrido alguma revolução? Alarme-me.

Esses foram os últimos espectros que me rondaram e me assombraram no Velho Continente. Aportado o Brasil, de outra qualidade, Senador Suplicy, são os meus espantos.

Aterroriza-me não a contabilidade criativa, e, sim, a ideologia do *superávit* primário. Desassossega-me não o aumento da inflação, e, sim, a corrosão da nossa base industrial, sucateando-se ao céu aberto da incúria governamental. Alvorça-me não o crescimento da inadimplência, e, sim, a fragilidade de uma política econômica que se ancora no consumo, no crédito consignado e na exportação de *commodities*. Assusta-me não a expansão dos gastos públicos, e, sim, a paralisia das obras de infraestrutura, a execução lentíssima, sonolenta, do Orçamento da União.

De que têm medo os nossos próceres ministeriais? Intimidam-nos a insepulta Delta ou o libérrimo Cachoeira?

Apavora-me não o desacordo em relação às metas, e, sim, as próprias metas, camisa de força imposta pelo mercado, pela financeirização da economia, que certa esquerda transforma em bandeira para ser vista como “responsável”, “moderna”.

Argh!! É terrível!

Estarrecem-me não as privatizações, e, sim, o abuso, o desregramento das concessões, superando até mesmo toda a fobia privatista de Margaret Thatcher, como se vê agora, no caso da medida provisória dos portos.

Assombra-me não o picadinho variado das medidas do Ministério da Fazenda, e, sim, a falta de uma política econômica que se enquadrasse em um programa para o Brasil, doutrinariamente à esquerda, fundado na solidariedade, na distribuição da renda e dos benefícios do avanço tecnológico, na prevalência, sempre, dos interesses populares e nacionais.

A oposição, a direita sabe o que quer. Não se apoquentam com dúvidas, receios ou escrúpulos. Quando muito, disfarça o tom para não assustar e açucara o óleo de rícino com que, no poder, trata as crises e os interesses conflitantes.

São dessa ordem, são dessa qualidade os meus espantos, os espectros que me assombam, assustam e inquietam. E até quando viveremos esse tormento, sem rumo, sem qualquer garantia, sem nenhuma segurança? E a única segurança que podemos ter é um programa para o Brasil.

Aproximam-se as próximas eleições presidenciais. Partidos e candidatos se ensaiam nas tribunas dos palanques, mas, quem se habilita a montar com seriedade um programa para o Brasil, democrático, popular e nacionalista?

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É a pergunta que deixo nesta tarde na tribuna do Senado. Quem se habilita?

Obrigado pela tolerância do tempo, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a esteve lá com Gunnar Mirdow, em Estocolmo, na Suécia. Acho que dialogou também com Oskar Lange, na Polônia, e trouxe uma reflexão aqui que fez com que os Senadores presentes observassem uma tolerância especial para a construção de um pronunciamento de muito peso e de muita reflexão.

Cumprimento V. Ex^a. Por isso avaliei que era importante.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mais que um pronunciamento, Senador Suplicy, um desabafo dos meus pesadelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 5 horas e 11 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Regimento Interno determina que a Ordem do Dia comece, impreterivelmente, às 16 horas.

Não é mais possível, Presidente. Sinceramente, por mais que eu ouça com prazer, sempre, o discurso do Senador Requião e o de outros colegas, nós temos uma deliberação a tomar, hoje, e temos um Regimento a cumprir, não é? Não é possível que, em plena quarta-feira, não tenha sequer um membro suplente da Mesa e nós estejamos aqui, já, há 1 hora e 11 minutos além da hora em que o Regimento determina o início, impreterivelmente, da Ordem do Dia.

Eu adoro ver V. Ex^a presidindo a sessão, mas não é possível continuar. Ou V. Ex^a encerra a sessão, porque não há, visivelmente, organização do Plenário, da Mesa, para votar, ou então eu não sei o que fazer. O que não dá é para continuar assim, sinceramente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Aloysio Nunes, a advertência de V. Ex^a é pertinente e eu vou solicitar à Secretaria da Mesa que, imediatamente, comunique ao Presidente Renan Calheiros e a todos os membros da Mesa Diretora, que estão reunidos, a respeito da observação de V. Ex^a.

Vou dar a palavra ao próximo orador, Senador Wellington Dias, que está inscrito como Líder. (*Pausa.*)

Também, Senador Armando Monteiro, como Líder. (*Pausa.*)

Então, Senador Rodrigo Rollemberg, tem a palavra V. Ex^a.

Eu vou pedir a providência que V. Ex^a aqui nos alertou a todos, que é necessário iniciar a Ordem do Dia.

Então, como Senador não membro da Mesa, eu estou pedindo à Secretaria que, imediatamente, venham aqui os membros da Mesa Diretora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Eduardo Suplicy, que preside esta sessão, prezados Senadores e Senadoras, nós comemoramos, na semana passada, o Dia do Consumidor.

No Dia do Consumidor, a Presidenta da República anunciou uma série de medidas para a proteção e defesa do consumidor em nosso País, que busca fortalecer a estrutura da rede protetiva no País e lança, também, o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, que traz medidas, propostas de gestão e fiscalização em relação ao consumo.

Mas eu queria destacar como medida mais importante a medida de fortalecimento dos Procons no Brasil, que precisam ter um perfil mais resolutivo pelo importante papel que desempenham.

Entendo que algumas das sugestões, das decisões apresentadas pelo Poder Executivo, devem ser incorporadas na comissão especial criada pelo Presidente Sarney para apreciar três projetos de lei que procuram regulamentar no País o comércio eletrônico, a proteção ao superendividamento e a regulamentação das ações coletivas de acesso à Justiça.

Por quê? Porque, sem dúvida, além de fortalecer o Parlamento, além de fortalecer projetos de iniciativa do Congresso Nacional e que já tiveram uma contribuição de pessoas extremamente qualificadas e comprometidas com a área, uma comissão de juristas presidida pelo Ministro Herman Benjamin, composta por pessoas que participaram da elaboração do Código de Defesa do Consumidor, e porque a principal medida anunciada pelo Governo Federal já está sendo trabalhada no âmbito dessa comissão especial, que tenho a honra de presidir. Eu me refiro ao fortalecimento dos Procons.

Nós já estamos, inclusive, com audiência pública marcada para logo após a Semana Santa, para ouvir especialistas sobre o tema e incluir, além da regulamentação do comércio eletrônico, da proteção ao superendividamento e da regulamentação das ações

coletivas, medidas efetivas legais, um novo marco legal que busque fortalecer os Procons de todo o Brasil.

Hoje, Sr. Presidente, há no Brasil quase 700 Procons, que têm feito um esforço louvável para atender o fluxo de dois milhões de processos a cada ano. Esses institutos precisam ter maior poder resolutivo. O próprio Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nos alertou para uma questão muito importante. Disse que 70% das demandas judiciais dos Juizados de Pequenas Causas no Brasil estão relacionadas com o direito do consumidor.

Segundo informou o Ministro, um problema que custaria cerca de R\$300,00 para o Estado resolver acaba chegando ao triplo do custo, cerca de R\$1 mil, devido à tramitação no Judiciário.

É preciso resolver essa irracionalidade sistêmica. Como disse o Ministro Eduardo Cardozo – abro aspas –: “Se políticas são necessárias para atacar as causas do conflito dos consumidores, políticas também são necessárias para a boa composição desses conflitos”. Nesse sentido, o fortalecimento dos Procons dando o poder maior de resolver, por meio de conciliações ou de decisões definitivas, sem dúvida contribuirá muito para a defesa do consumidor do nosso País.

São bem-vindas também as decisões, as resoluções, anunciadas pelo Governo, do Conselho Monetário Nacional, que obrigam bancos a informar a diferença dos custos nas tarifas bancárias individualizadas e nos pacotes, além de destacar a composição dos custos nas operações de crédito e de câmbio. Além, também, do anúncio de que se abrirá consulta pública junto à Agência Nacional de Telecomunicações para ser feita uma forte mobilização da sociedade, para dar o salto que se espera na regulamentação do atendimento da cobrança e da oferta de serviços ao consumidor.

Vale lembrar que os diferentes rankings no País nos mostram que os serviços que mais têm deixado os consumidores insatisfeitos são os de telecomunicações, telefonia móvel e fixa, serviços bancários, que respondem, junto à Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor –, por cerca de 90% das reclamações registradas no último ano.

Não por acaso, esses dois setores foram os que mais cresceram com o sistemático aumento das classes C e D no Brasil. Hoje, a classe C já representa a maioria da população, 54%. Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, até 2014, esse índice chegará a 60%.

Importante também registrar que a comissão especial tem atuado com a participação da população através do Alô, Senado! E todas as vezes, qualquer que seja o tema que esteja sendo discutido na comissão – já realizamos audiência pública sobre comércio eletrônico, sobre proteção ao superendividamento e

regulamentação das ações coletivas –, há uma enxurrada de perguntas, de reclamações e de opiniões de consumidores de todo o Brasil contra o serviço prestado especialmente pelos bancos, pelos cartões de crédito e pelas operadoras de telefonia.

No que se refere ao comércio eletrônico, é importante registrar que, quando aprovado o Código de Defesa do Consumidor, há 23 anos, houve um grande avanço na sociedade brasileira. Talvez um dos instrumentos legais mais bem sucedidos produzidos pelo Congresso Nacional. Não havia o comércio eletrônico. Hoje, essa é uma realidade em que mais de 90% das pessoas que utilizam a Internet já fizeram algum tipo de compra pela Internet. E as transações pela Internet estão crescendo exponencialmente, num percentual muitas vezes maior do que o crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil, nos últimos anos.

Portanto, é fundamental garantir tranquilidade, segurança jurídica e regras claras no comércio eletrônico, para proteger o consumidor.

No que se refere ao superendividamento, nos últimos anos, surgiu um dado extremamente positivo da economia brasileira, que foi o fato de que 40 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza e passaram a fazer parte da classe C. Com isso, aumentou a capacidade de consumo da população brasileira.

O próprio Governo Federal, ao enfrentar a última crise econômica, no final do governo do Presidente Lula, utilizou como estratégia de combate a essa crise estimular o consumo, facilitando o acesso ao crédito. Se isso produziu resultados positivos naquele momento, produziu outro resultado, que foi o processo de superendividamento das famílias brasileiras, que precisa ser enfrentado e regulamentado no sentido de prevenirmos o superendividamento, dando segurança e tranquilidade ao consumidor e dando também tranquilidade e segurança jurídica nas relações comerciais entre aquele que opera o crédito e o consumidor.

Da mesma forma, a regulamentação das ações coletivas, que traz como grande novidade a prioridade na análise pela Justiça das ações coletivas em relação às ações individuais. É claro que isso produz um impacto social extremamente positivo, porque, quando o Poder Judiciário tem a oportunidade de apreciar uma demanda, uma determinada questão que beneficia um conjunto enorme de consumidores que estão na mesma situação e o faz a favor dos consumidores, que é o elo mais frágil dessa relação, acaba resolvendo um problema, melhorando a vida de muita gente.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Daí a importância dessa inovação no Código de

Defesa ao Consumidor no que se refere à proteção ao superendividamento, de priorizar as ações coletivas em relação às ações individuais.

E é claro que também é fundamental investirmos em educação, em conscientização e em informações claras, porque as relações de consumo só tendem a aumentar no País, mas é importante que possamos agregar valores do consumo sustentável, do consumo consciente, e que as pessoas tenham acesso às informações as mais adequadas possíveis para que possam tomar suas decisões de consumo de forma adequada.

Portanto, fica aqui o registro, cumprimentando o Governo Federal pelo anúncio dessas diversas medidas...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... que fortalecem o plano nacional de defesa do consumo. Mas, aqui, a nossa posição, em tudo aquilo que se refere a marco legal, que aproveitemos a comissão especial já instalada para, no âmbito dessa comissão especial, tratar desses temas, porque conseguiremos, assim, dar maior celeridade à tramitação dos projetos.

Era o registro que gostaria de fazer, agradecendo a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal, por suas ponderações.

Chamo agora o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

Quero informar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que tomei as providências e pedi que avisassem aos Srs. Membros da Mesa para que logo venham ao plenário, porque, segundo me informou a Dr^a Cláudia Lyra, estão tomando a decisão sobre a medida provisória que está por ser examinada e logo estarão aqui.

Tem a palavra o Senador Anibal Diniz, pelo tempo regimental.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado; ouvintes, aproveito este momento aqui na tribuna, para cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff por mais um recorde de aprovação medido pela pesquisa CNI/Ibope, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria.

A Presidenta Dilma obteve 63% de aprovação do seu Governo, mostrando que a gestão da Presidenta Dilma tem a completa aprovação do povo brasileiro.

Segundo a pesquisa CNI/Ibope, divulgada ontem, o modo de governar e a confiança na Presidenta Dilma também bateram recordes, chegaram a 79% da apro-

vação dos brasileiros, contra 17% que desaprovam a forma de gestão da Presidenta Dilma e 75% confiam na Presidenta contra apenas 22% que não confiam.

Outro dado, igualmente importante, diz respeito ao otimismo com relação ao restante do Governo que subiu três pontos percentuais e chegou à marca de 65%.

Assim, oportunamente, reitero que é justo esse reconhecimento ao trabalho da Presidenta Dilma e sua equipe. E faço isso porque é visível a dedicação da Presidenta Dilma e de toda a sua equipe e o compromisso demonstrado pelo atual Governo no sentido de fazer justiça social, fazer com que aqueles que não têm e não podem passem a ter e passem a ter opinião também em relação a nosso Governo.

A Presidenta Dilma assumiu compromissos ousados no sentido de promover a redução da pobreza extrema no Brasil, está trabalhando dedicadamente para cumprir esse objetivo, e o resultado tem sido mostrado pesquisa após pesquisa: a Presidenta Dilma com um nível de aceitação superior ao que o Presidente Lula teve ao término do seu mandato.

Então, com esses números apresentados pelo Ibope e pela Confederação Nacional da Indústria, com 79% dos brasileiros aprovando a forma de gestão da Presidenta Dilma, acredito que temos uma resposta segura para aqueles que têm dúvida quanto ao sucesso deste Governo. E aí, mais uma vez, eu vejo a oportunidade do pronunciamento que ouvi do ex-Presidente Lula. No ato de comemoração dos 10 anos do Governo Democrático e Popular à frente da Presidência da República, ele afirmou que a resposta à oposição virá em 2014 com a reeleição da Presidenta Dilma. Tudo indica, com esses números apresentados, que a Presidenta Dilma tem uma *performance* fantástica, e isso vai se reproduzir com muito mais força daqui para 2014, quando os resultados de todas as ações que estão acontecendo neste Governo se fizerem sentir por todo o povo brasileiro.

Quero também aproveitar, Sr. Presidente, para tecer algumas considerações a respeito da Petrobras. Houve uma entrevista muito importante da Presidenta Graça Foster, da Petrobras, ao *Correio Braziliense*, em que ela fez muitos esclarecimentos a respeito da solidez dessa empresa, que é um orgulho nacional. É preciso que reforçemos esse posicionamento, porque são milhões de brasileiros como acionistas dessa grande empresa nacional. É importante que todos tenham segurança de que a Petrobras está fazendo todos os investimentos e procurando encontrar o caminho para o seu fortalecimento e para ajudar no crescimento do Brasil.

Considero importante fazer, nesta tarde, um registro a mais na defesa e também no repúdio às críticas

e aos equívocos tantas vezes trazidos a este plenário, por parte da oposição, sobre a suposta decadência de uma empresa estratégica para o País, que é a Petrobras.

Nada mais longe da verdade. Na realidade, os próprios fatos rebatem essa teoria e não confirmam a torcida pessimista que está em curso contra a companhia.

Gostaríamos aqui de destacar a pertinência e a clareza da recente entrevista da Presidente da Petrobras, Graça Foster, ao jornal *Correio Braziliense*. Ali, ficou claro que, apesar dos ataques interessados em diminuir a imagem da empresa, a Petrobras não está em declínio, nem perto disso: “A Petrobras não está em crise”, reforçou Graça Foster. Ao contrário: está no caminho para superar grandes desafios e criar oportunidades para desenvolver todos os investimentos programados para 2013.

Graça Foster esclareceu que o menor resultado em 2012 ocorreu, principalmente, devido à desvalorização cambial, ao aumento da importação de derivados a preços mais elevados, ao aumento de despesas extraordinárias com poços secos e subcomerciais e à menor produção de petróleo em relação a 2011.

Mas há o trabalho para superar um quadro adverso. Há um diagnóstico preciso das atividades operacionais, há a definição de prioridades e, principalmente, há a implementação de ações estruturantes, de curto e médio prazo.

Graça Foster deixou claro também que a alegada comparação negativa entre a Petrobras e as empresas equivalentes em porte e atuação no mundo não é verdadeira. Isso porque, na comparação do lucro líquido da Petrobras com o de outras grandes empresas do setor, fica claro que aquelas empresas também registraram queda em 2012 frente a 2011. Mas, por outro lado, a Petrobras foi a única entre as grandes companhias a ter crescimento na produção de óleo e gás natural de 45%, de 2002 a 2012.

Nos últimos nove meses, tivemos quatro reajustes de preço do *diesel*, que somaram 21,9% de aumento. Em relação à gasolina foram dois reajustes de preço, que somaram 14,9% de aumento.

No entanto, a desvalorização cambial acabou prejudicando a maior convergência dos preços domésticos com os preços internacionais.

Ainda assim, é importante deixar claro que essa diferença não compromete investimentos e a rentabilidade da empresa. Em 2012, foi cumprido integralmente o que estava previsto no Plano de Negócios e Gestão e não há motivos para dúvidas de que os objetivos do plano serão cumpridos também em 2013.

Para este ano, inclusive, está mantida a expectativa de uma recuperação financeira e operacional da

companhia a partir do segundo semestre, como foi dito pela própria presidente Graça Foster aos analistas e investidores em 5 de fevereiro, durante a divulgação dos resultados de 2012. E, ainda, melhora dos balanços anuais a partir de 2014.

O que ficou bem explicado, nessa entrevista, é que, neste primeiro semestre, a empresa terá um menor patamar de produção de petróleo por causa da concentração de paradas programadas. E, ainda, pela menor contribuição dos novos sistemas de produção que estão entrando em operação, entre os meses de janeiro a maio, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas, para o segundo semestre é esperada uma retomada. A expectativa é contar com a maior produção dessas três unidades e com a entrada em produção das plataformas P-63, em julho; da P-55, em setembro; da P-58, em novembro; e da P-61, em dezembro, dando sustentação para o aumento consistente da produção previsto para 2014.

E não é verdade, como apregoam aqueles que insistem em torcer pelo prejuízo de uma das principais empresas do País, que não houve avanços importantes de gestão em 2012.

Ao contrário, foi exatamente uma boa gestão que levou ao desempenho operacional positivo que pode ser medido por vários fatores: pelo atingimento da meta de produção de 1,98 milhão de barris por dia; pelo aumento das reservas de óleo e gás, com índice de reposição de reservas de 103,3%, pelo aumento da produção do pré-sal, de 36% em relação a 2011; ou pelo recorde de processamento do parque de refino, com 2,1 milhões de barris por dia em agosto de 2012.

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Temos também o recorde de geração de energia – de 5.883 *megawatts* em novembro de 2012 – e o recorde de entrega de gás nacional – de 49,6 milhões de metros cúbicos diários em outubro de 2012.

No refino, por exemplo, a Petrobras já bateu novos recordes em 2013: atingiu 2,11 milhões de barris diários de processamento em 1º de janeiro de 2013.

Sr. Presidente, dois minutos para eu concluir.

No refino, por exemplo, a Petrobras já bateu novos recordes em 2013: atingiu 2,11 milhões de barris diários de processamento em 1º de janeiro e 2,12 milhões em 2 e 3 de março.

Por último, gostaria de mencionar também que a propalada perda de valor de mercado da companhia, exposta de forma supervalorizada há poucos dias, pela oposição, não se mantém.

Por exemplo, tivemos, com o recente anúncio do reajuste de 5% no preço do *diesel*, uma alta no valor

das ações da estatal de 20%, o que permitiu a Petrobras ganhar R\$35,5 bilhões em valor de mercado em apenas dois dias. Sabemos que o reajuste do *diesel* foi necessário para corrigir a defasagem entre os preços internos dos combustíveis e a cotação do petróleo no mercado internacional.

No último dia 8, as ações ordinárias, com direito a voto, haviam avançado 4,94%, para R\$17,22.

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Hoje, as ações oscilam ao longo do dia em um preço próximo. As ações preferenciais, sem direito a voto, subiram naquele momento 4,99%, chegando a R\$18,95, e, hoje, mantêm aproximadamente esse patamar.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de destacar que, na última sexta-feira, dia 15, a companhia anunciou que o novo plano de negócios, o plano estratégico 2013-2017, mantém a manutenção de metas de produção de óleo e gás e não inclui novos projetos, exceto na área de exploração e produção.

Segundo noticiado da empresa, essa decisão foi bem avaliada por especialistas de mercado, que a viram como a continuidade de um planejamento de gastos mais realista.

O plano estratégico da Petrobras incorpora resultados de programas de redução de custos e eficiência operacional.

Para executar os projetos prioritários, a companhia elevou os recursos destinados à área de exploração e produção e cortou recursos para as demais áreas: abastecimento, gás e energia, biocombustíveis e da área internacional.

Do total projetado até 2017, a Petrobras pretende destinar grande parte para o setor de exploração e produção, num total de US\$147,5 bilhões: US\$24,3 bilhões serão usados para a exploração e US\$106,9 bilhões estão programados para projetos de desenvolvimento da produção.

Na área de abastecimento,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Um minuto *(Fora do microfone)*.

Na área de abastecimento, houve recuo de quase US\$1 bilhão, e o valor ficou em US\$64,8 bilhões. Isso foi devido, principalmente, à conclusão de projetos de qualidade e conversão e à finalização das refinarias em construção até 2016.

Segundo informações do jornal *Valor*, na segunda-feira, o mercado recebeu bem a notícia da decisão da companhia de não aumentar os investimentos programados, e analistas avaliaram que a separação entre projetos em fase de implantação e projetos em

análise, que não foram aprovados, foi mais uma vitória da Presidenta Graça Foster.

Sr. Presidente, finalizo este pronunciamento colocando que a saúde financeira da Petrobras está absolutamente em dia e que o acionista não tem motivo para temer. A Petrobras é uma empresa que orgulha todos os brasileiros...

(Interrupção do som.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A Petrobras é uma empresa que orgulha todos os brasileiros e todos os acionistas podem ficar certos de que a melhor condução está sendo adotada pela nossa Presidenta Graça Foster.

Tenho certeza de que, com a mesma determinação que o Presidente Lula protegeu a Petrobras, a Presidenta Dilma mantém-se no mesmo caminho, fazendo essa proteção. E a Presidenta Graça Foster vai dar continuidade a esse trabalho, para fortalecer essa empresa que é orgulho maior de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Anibal Diniz, pelo pronunciamento que faz, esclarecendo os principais fatos administrativos da Presidenta da Petrobras, Graça Foster, que tem merecido a confiança de todos nós brasileiros e da Presidenta Dilma Rousseff.

Agradeço a V. Ex^a se puder substituir-me um pouco na Presidência dos trabalhos.

Tem a palavra agora a Senadora Ana Rita, pelo tempo regimental.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Colegas Senadoras, Colegas Senadores, expectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho à tribuna, hoje, para tratar da chuva torrencial que se abateu sobre o meu Estado, o Espírito Santo, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória, desde a última segunda-feira, causando grandes transtornos e prejuízos à nossa população.

Segundo relatório da Defesa Civil apresentado ontem, o acumulado de chuvas, num período de 14 horas, entre a noite de segunda e terça-feira, já era de aproximadamente 170 milímetros.

Os Municípios mais atingidos são o de Vila Velha e Cariacica. Ambos já decretaram estado de emergência, pois inúmeros bairros estão debaixo d'água.

Em Vila Velha, a prefeitura suspendeu as aulas e fez apelo à população para que, caso a chuva persista, não saia de casa, pois apesar de as chuvas terem dado uma trégua na manhã desta quarta-feira, as principais ruas e avenidas continuam completamente alagadas e intransitáveis.

Até o final da tarde de ontem, apenas no Município de Vila Velha, onde resido, foram registradas sessenta ocorrências de famílias desalojadas, quatro deslizamentos – ocorridos em Jaburuna, Alecrim e Paul – e três quedas de árvore.

Os bairros com as situações mais críticas são: Alecrim, Cobilândia, Cristóvão Colombo, Jaburuna, Itapuã e Paul. Felizmente, não foram registradas vítimas ou mesmo danos humanos mais graves.

Em Vila Velha a situação é tão grave que a prefeitura solicitou ajuda do exército. Trinta e um agentes do 38º Batalhão de Infantaria trabalham no resgate das vítimas, com botes, ônibus e caminhões.

Com a inundação no Bairro Cobilândia, que é o meu bairro, onde eu resido, pacientes do Hospital da Mulher e do Pronto Atendimento de Cobilândia, tiveram que ser transferidos para o Hospital da Polícia Militar – HPM, Maternidade de Cariacica, Pro Matre, Hospital Evangélico e Santa Casa. Logo que os pacientes foram transferidos, as duas unidades foram desativadas. Ao todo, 15 pacientes, entre adultos e bebês, foram removidos com a ajuda do Exército. As unidades se encontram completamente alagadas.

A escola João Calmon, no Parque das Gaivotas, foi transformada em um abrigo. Até o início da noite de ontem, dez pessoas permaneciam por lá, sob cuidados de profissionais da prefeitura e recebendo alimentação e medicamentos.

Segundo dados da Prefeitura de Vila Velha, cerca de 200 profissionais da Defesa Civil, agentes de trânsito, de saúde e Assistência Social estão atuando nas ruas e no atendimento às vítimas.

Sabemos que essa é uma situação histórica, que essa não é a primeira, e, infelizmente, não será a última vez que chuvas mais fortes irão causar danos, causar enormes transtornos e prejuízos à população, principalmente em função de enchentes, alagamentos e inundações.

A origem desses problemas, Sr. Presidente, está na ocupação desordenada do solo, na falta de planejamento e, principalmente, na omissão do Poder Público, seja ao permitir o loteamento indiscriminado dessas áreas, sem a menor infraestrutura, seja porque não adotaram as medidas necessárias de cobrar dos responsáveis e mesmo de executar as intervenções e obras necessárias para evitar os transtornos decorrentes das chuvas.

É esse quadro que, com razão, mais revolta e deixa indignada a população. São anos e anos de descaso com uma situação mais do que previsível e passível de solução.

Ciente de tudo isso, desde o início do nosso mandato, tenho atuado no sentido de minimizar e propor

soluções para esses problemas, não só pensando em meu Estado, mas em outras regiões do País.

No Senado Federal, tenho manifestado minha preocupação com essas situações de enchentes que atingem as cidades em períodos de fortes chuvas e atuado no sentido de contribuir com uma legislação capaz de dar respostas a esses problemas que atingem cotidianamente milhares de brasileiros e brasileiras.

Cito aqui, Projeto de Lei de minha autoria, que trata especificamente do processo de impermeabilização dos solos, o qual altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.

Especificamente em relação ao meu Estado, é importante registrar as iniciativas previstas para atenuar o problema das enchentes na Grande Vitória.

Tenho, reiteradamente, feito manifestações, tanto aqui da tribuna do Senado quanto em reuniões no Estado com integrantes dos Governos estadual e municipal, a exemplo de reuniões que tive recentemente com os prefeitos Rodney Miranda, de Vila Velha, e Juninho Luzia, de Cariacica, para colocá-los a par dos recursos já disponíveis para a mitigação das enchentes nos respectivos Municípios.

Uma dessas iniciativas é o Projeto de Revitalização dos Rios Formate e Marinho, que é uma reivindicação antiga dos Municípios de Vila Velha e Cariacica e aprovado pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória – Comdevit, e apoiado com recursos de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

Com recursos da ordem de R\$114 milhões, o projeto pretende realizar uma série de intervenções ao longo das bacias dos dois rios, Formate e Marinho, nos quais está prevista a execução de obras de limpeza e de dragagem; a construção de parques lineares; a requalificação dos espaços degradados; a execução de ações de preservação ambiental com a implantação de sistema de monitoramento de informações hidroclimáticas; e o reassentamento de famílias que residem às margens do leito do Marinho.

Estima-se que, com a conclusão do projeto, cerca de 190 mil moradores sejam diretamente beneficiados com as intervenções. Também será favorecida a população das demais cidades da região metropolitana que utiliza o sistema viário, cuja mobilidade urbana é afetada com os efeitos das inundações.

A viabilização desse projeto, Sr. Presidente, é fruto do acúmulo de forças dos Governos Federal, Es-

tadual e Municipais e atende a reivindicação histórica dos movimentos sociais que conseguiram, através de manifestações populares, de muitas reuniões e caminhadas, chamar atenção do Poder Público.

É preciso agora novos esforços para que elas de fato se efetivem.

No entanto, tenho defendido que o problema das enchentes e dos alagamentos em Vila Velha não se esgota apenas com essas intervenções propostas nos rios Marinho e Formate, já que a cidade é entrecortada por diversos outros rios e canais, a exemplo do rio Aribiri, Canal da Costa e Rio Guaranhuns. Portanto, a solução parte de uma intervenção macro em toda a bacia hidrográfica do Município de Vila Velha.

Nesse sentido, atuei fortemente no Governo da Presidenta Dilma com o objetivo, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, de angariar recursos para elaboração de estudos e projetos capazes de apontar as soluções definitivas para o problema das enchentes e alagamentos em boa parte dos Municípios de Vila Velha e Cariacica.

O resultado dessa luta foi a liberação, por parte do Ministério das Cidades, de recursos da ordem de R\$5 milhões...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ... destinados ao Governo do Estado, para elaboração de estudos e projetos, para o manejo de águas pluviais das bacias hidrográficas dos Rios Aribiri, Canal da Costa e Guaranhuns, em Vila Velha, e Córrego Campo Grande e Jardim de Alah, em Cariacica.

Em decorrência desses estudos e projetos, espera-se a indicação e proposição de soluções adequadas para minimização de cheias e inundações, desencadeando-se um ciclo virtuoso entre preservação e qualificação dos espaços degradados, associado à drenagem urbana e ao aumento da consciência ambiental.

Os estudos e projetos também deverão trazer soluções para a mitigação dos problemas decorrentes de cheias, privilegiando a revitalização do rio e humanização da área, afastando os riscos inerentes e prejudiciais das enchentes, dando condições adequadas de habitabilidade da população que ocupa áreas irregulares.

Tais recursos, Sr. Presidente, específicos para estudos e projetos, criaram as condições necessárias para que o Governo do Estado viabilizasse, junto ao Governo Federal, mais de R\$345 milhões para execução das obras previstas.

Temos ciência de que esse é apenas um primeiro passo, mas fundamental para termos a exata dimensão de quais as intervenções e obras necessárias...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ... para solucionar definitivamente tais problemas.

Por fim, Sr. Presidente – estou finalizando –, o mais importante: todos os recursos financeiros aqui citados já estão à disposição do Governo do Estado. Não se trata de simples promessas. Cabe agora ao Poder Público estadual o empenho, a determinação e o trabalho para efetivar e implantar as soluções capazes de, pelo menos, minimizar os transtornos e prejuízos que tanto afetam a população da Grande Vitória, em particular a nossa população querida do Município de Vila Velha.

É isso, Sr. Presidente, que eu tinha para hoje e agradeço a oportunidade.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Ana Rita, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

Durante o discurso da Sr^a Ana Rita, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Ana Rita.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) –

ORDEM DO DIA

Pedindo a compreensão dos colegas Senadores e Senadoras, estávamos numa reunião da Mesa Diretora da Casa, nós temos um entendimento com o Líder do Governo no Congresso, Senador José Pimentel, e com o Relator do **Item 1** da nossa pauta, a MP nº 586, matéria da maior importância, que tem recebido inclusive um cuidado muito especial do Líder do PSDB na Casa, Senador Aloysio, e o Relator da matéria pediu que nós déssemos um pouco mais de tempo.

Como ele está aqui já a postos para poder dar as devidas justificativas, passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a compreensão da Mesa e dos colegas para que possamos fazer uns ajustes finais na MP nº 586, para que tenhamos um entendimento, uma compreensão e uma melhor elaboração dessa tão importante medida provisória que, com certeza, vai melhorar muito a alfabetização sobretudo das crianças no nosso País.

Então, necessito de pelo menos 24 horas mais para que possamos fazer os ajustes finais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, eu espero, tem a compreensão do conjunto do Plenário ...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ... para que possamos apreciar logo após esses ajustes finais, pois V. Ex^a, mercedosamente, necessita do tempo e merece o tempo para que ocorra, tendo em vista a importância da matéria.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias; em seguida, o...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para, primeiro, agradecer a compreensão, mas acho importante a prorrogação, porque nós temos a necessidade realmente de alguns ajustes, como disse o Relator. Além disso, é importante a gente tratar com o Governo, e o Ministro está fora do País, chega amanhã.

Então, eu queria agradecer pela compreensão. Eu acho importante, pois é uma matéria fundamental. O Relator tem conduzido bem. E creio que a gente tem condições de trabalhar aqui e chegar ao entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Líder Wellington Dias.

Com a palavra, o Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar a maneira competente, correta e a gentileza com que o nosso Relator, o Senador Eduardo Amorim, tem conduzido tanto a Medida Provisória 586 como as matérias que a ele são designadas, seja como Relator, seja como Presidente de Comissão, seja como revisor. Ele fez um excelente trabalho na Comissão Mista do Congresso Nacional.

A esta matéria ele tem apresentado uma série de contribuições, que tem melhorado muito o teor da medida provisória. O nosso Líder da Oposição, em especial o Senador Aloysio Nunes Ferreira, tem contribuído com este debate. As propostas apresentadas têm como objetivo aprimorar, cada vez mais, o parecer. Por isso, o Governo concorda com a prorrogação, até porque é regimental o pedido do Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Pimentel, Líder do Governo no Congresso. É um tema da maior importância para a Nação brasileira. Nós estamos falando da alfabetização de nossas crianças. Estou seguro de que o Relator, com esse tempo, encontrará uma maneira de darmos agilidade ao processo e deliberarmos sobre esta matéria no sentido de envolver todos os que

compõem o Congresso Nacional, especialmente, já que está aqui sendo apreciado, o Senado.

A Senadora Angela Portela...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco PT – RR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu peço a inclusão, na pauta da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2003, que cria a Procuradoria Especial da Mulher. Já foi aprovado hoje, na CCJ, projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, com o parecer favorável do Senador Antonio Carlos Valadares.

Esse projeto – eu queria lembrar aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras – não vai implicar nenhum custo adicional para o Senado Federal, vai representar um espaço para discutir e aprovar projetos de interesse da mulher brasileira e vai zelar pelos direitos da mulher em nosso País.

Por isso, eu queria pedir sua inclusão na pauta e aprovação por parte dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Bem, eu consulto o Plenário sobre a solicitação da nobre Senadora Angela Portela, até porque se trata de uma matéria interessante.

Nós estamos ainda não muito longe do dia oito de março. Estamos no mês de março, que normalmente se considera o mês da mulher. Ontem tivemos aqui a presença da Ministra, de grandes parlamentares, quando o Senado deliberou sobre uma matéria da maior importância, que é a regulamentação do trabalho doméstico das mulheres e dos homens. Agora essa matéria tem origem no projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, parte da Resolução da Mesa Diretora do Senado também, presidida pelo Senador Renan, e agora a Senadora Angela Portela pede que façamos a inclusão e que deliberemos sobre essa matéria nesta sessão de hoje.

Consulto o Plenário se posso encaminhar favoravelmente a solicitação da Senadora Angela Portela.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, da parte do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Wellington e Senador José Agripino.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhando a orientação, acho que é um projeto que não deve ter maior divergência. Nós acompanhamos e apoiamos.

E, na mesma linha, Presidente, sem prejuízo dessa votação, na forma do art. 304 do nosso Regimento, eu queria que vissem o Item 4, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 576, que aprova a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhado ao

Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012. Solicito que pudéssemos ter a votação antes do final da Ordem do Dia...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de um PRS, que, mesmo com a pauta trancada, regimentalmente é possível votar. Trata-se da criação da Procuradoria da Mulher, uma matéria meritória. Eu acho que, até em homenagem à Senadora Vanessa, à Senadora Angela Portela, às companheiras de Plenário, mulheres, nós nos vemos na agradável obrigação de concordar em que a matéria seja incluída na Ordem do Dia para ser votada, apreciada e aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu incorporo as orientações do Líder Agripino. Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O PSDB também é favorável, encaminha da mesma forma, para que seja feita a vontade da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Bem, nós temos uma solicitação também do Líder Wellington Dias. Mesmo a pauta estando trancada, essa matéria, esse item pode ser apreciado se tiver um entendimento do Plenário, por se tratar de um decreto legislativo, e uma matéria em que já houve deliberação e que trata da Política de Defesa Nacional.

Eu solicito um posicionamento do Plenário se podemos incluí-lo como terceiro item da pauta, já que não há nenhuma objeção do ponto de vista regimental. (*Pausa*.)

Como não há uma manifestação desfavorável, entendo que esses dois itens serão apreciados.

Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero dizer que concordo com a inclusão do novo item e manifestar meus cumprimentos à Senadora Vanessa e às mulheres pela iniciativa de nós instituímos a Procuradoria de Defesa dos Direitos da Mulher no Senado Federal. Concordo com o encaminhamento de V. Ex^a na votação do tema. O PSOL vota favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Vanessa, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nós já estamos antecipando as manifestações acerca do projeto que deveremos votar. Mas quero agradecer, primeiro, ao Senador Renan Calheiros, que, ainda quando candidato a Presidente desta Casa, abraçou a ideia dessa Procuradoria com muita força.

Quero agradecer também a toda a Bancada Feminina, através de nossa Senadora Angela Portela, que faz parte da Mesa Diretora, que também aprovou, no dia de hoje, esse projeto.

O mais importante é que vamos ter uma Procuradoria efetiva, trabalhando de mãos dadas com a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, sem gerar ônus para a Casa. Penso que isso é o mais importante.

Então, agradeço a manifestação dos Senadores e dos Líderes partidários. Agradeço-lhes o apoio.

Tenho a certeza absoluta de que a criação dessa Procuradoria fará com que o Senado ajude ainda mais na luta pela emancipação das mulheres, por uma sociedade em que homens e mulheres convivam e se respeitem mutuamente.

Agradeço a todos.

Cumprimento também V. Ex^a, Senador Jorge, que nos apoiou muito nessa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – De igual forma, Sr. Presidente, pelo PMDB, quero manifestar nossa concordância com esse encaminhamento e com a imediata deliberação, pela propriedade, pela tempestividade, também cumprimentando a Senadora Vanessa Grazziotin pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Item 2...

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2013

Projeto de Resolução nº 2, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal*.

Há, sobre a mesa, pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão Diretora, que concluem favoravelmente ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão Diretora, que serão publicadas na forma regimental.

São os seguintes os Pareceres:

PARECERES NºS 138 E 139, DE 2013

Sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal”.

PARECER Nº 138, DE 2013

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares****I – Relatório**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução nº 2, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal”.

Tal instituição será constituída de uma procuradora e duas procuradoras adjuntas, escolhidas por escrutínio dentre as parlamentares no início e na terceira sessão legislativa do Senado Federal, nos cinco dias úteis que se seguirem à eleição da Mesa, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado.

A primeira e a segunda procuradoras adjuntas substituirão a Procuradora em seus impedimentos e a auxiliarão no cumprimento das atribuições da Procuradoria. É assegurado à procuradora, ou à sua substituta, as prerrogativas dos líderes partidários estabelecidas no Regimento Interno do Senado Federal.

A competência da Procuradoria Especial da Mulher abrange zelo pela defesa dos direitos da mulher; o incentivo à participação das parlamentares em suas ações e participações nos trabalhos legislativos e na administração do Senado Federal; o recebimento, exame e encaminhamento aos órgãos competentes das denúncias de violência e discriminação contra a mulher, além da sugestão, fiscalização e acompanhamento da execução de programas do governo federal que visem a promoção da igualdade de gênero, assim como implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito regional e nacional.

Compete-lhe, igualmente, “cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres”; assim como “promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher”; e “auxiliar as comissões do Senado Federal na discussão de proposições que tenham no mérito direito relativo à mulher ou à família”.

A Comissão Diretora do Senado, no prazo de cento e oitenta dias, disciplinará a estrutura administrativa da Procuradoria da Mulher.

II – Análise

A proposição trata da instituição de um novo ente no Senado Federal, a Procuradoria Especial da Mulher. A matéria veiculada mediante projeto de resolução, o instrumento normativo adequado à espécie. Não exis-

tem quaisquer restrições de natureza constitucional ou jurídica que possam obstar o exame do mérito do projeto pelo Senado Federal.

Com efeito, a ascensão das mulheres nos mais diversos planos – político, social, cultural, militar, científico – não apenas constitui uma das marcas definidoras do século XX como remanesce como necessidade imperiosa deste início de século: as chamadas questões de gênero são temas contemporâneos de enorme relevância.

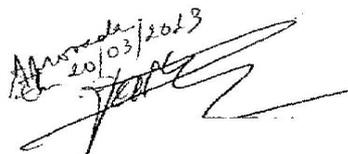
Nessa perspectiva, o Projeto de Resolução de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin se põe em harmonia com a defesa dos mais elevados valores e contribui para situar a Câmara Alta do Parlamento brasileiro em melhores condições para participar desse debate e para contribuir com todos os esforços destinados à defesa das causas femininas, que interessam a todos os democratas, mulheres ou homens.

Nesse plano, aliás, situa-se o único obstáculo de natureza material, substantiva, que, conforme nos parece, pode inquinare a matéria do vício de inconstitucionalidade; trata-se da disposição que consta do artigo 1º, pelo qual a Procuradoria da Mulher seria escolhida em reunião da bancada feminina de Senadoras. Tal nos parece não apenas chocar-se com o princípio do processo legislativo relativo à soberania do Plenário, como também esgarçar o próprio princípio isonômico que aqui se pretende exaltar. Por isso, proponho emenda a esse item.

Quanto a todo o mais, cumpre simplesmente elogiar a feliz iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, e destacar o mérito da iniciativa de Sua Excelência. Trata-se, como afirma a justificação da matéria, de “contribuir para os avanços necessários à tão sonhada igualdade social desejada por homens e mulheres”.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2013, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotada as seguintes emendas:

**EMENDA Nº 1, CCJ**

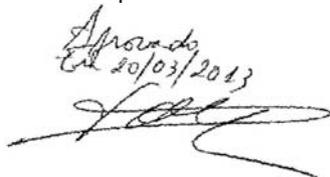
Art. 1º “Fica instituída a Procuradoria Especial da Muller do Senado Federal, constituída de 1 (uma) Procuradora, a ser designada pelo Presidente do Se-

nado Federal, a cada 2 anos, no início da primeira e da terceira sessão legislativa.”

*Aprovado
Em 20/03/2013*


EMENDA Nº 2, CCJ

Art. 3º Suprima-se o art. 3º do Projeto.

*Aprovado
Em 20/03/2013*


EMENDA Nº 3, CCJ

Art. 4º “A Comissão Diretora, no prazo de 90 (noventa) dias, disciplinará a estrutura administrativa da Procuradoria.”

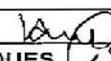
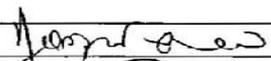
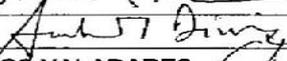
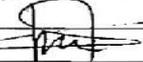
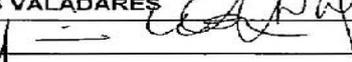
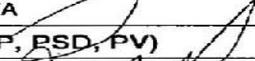
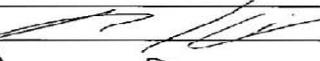
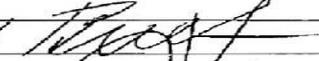
Sala da Comissão, 20 de março de 2013. – Senador, **Aníbal Diniz**, Presidente em exercício

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PRS Nº 2 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/03/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <i>Sen. Aníbal Diniz</i>	
RELATOR: <i>Sen. Antônio Carlos Valadares</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLYCY
ANA RITA 	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA 
ANÍBAL DINIZ 	4. ACIR GURGACZ 
ANTÔNIO CARLOS VALADARES 	5. WALTER PINHEIRO 
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. ROMERO JUÇA 
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO 
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE 	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA 
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA 
SÉRGIO PETECÃO 	8. KÁTIA ABREU 
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES DE OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. ALOYSIO NUNES FERREIRA
JOSÉ AGRIFINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
SODRÉ SANTORO	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

PARECER Nº 139, DE 2013

(Da Comissão Diretora)

Relatora: Senadora **Angela Portella****I – Relatório**

Vem ao exame da Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 2, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Graziottin, que *cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal*.

O órgão será constituído de uma Procuradora e duas Procuradoras Adjuntas, encarregadas de substituí-la em seus impedimentos e auxiliá-la no cumprimento das atribuições da Procuradoria, escolhidas por escrutínio dentre as parlamentares no início e na terceira sessão legislativa do Senado Federal, nos cinco dias úteis que se seguirem à eleição da Mesa, pela Bancada Feminina do Senado Federal, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam da Casa.

A proposição assegura à Procuradora, ou à sua substituta, as prerrogativas dos líderes partidários estabelecidas no Regimento Interno do Senado Federal.

A competência da Procuradoria Especial da Mulher abrange o zelo pela defesa dos direitos da mulher; o incentivo à participação das parlamentares em suas ações e participações nos trabalhos legislativos e na administração do Senado Federal; o recebimento, exame e encaminhamento aos órgãos competentes das denúncias de violência e discriminação contra a mulher, além da sugestão, fiscalização e acompanhamento da execução de programas do governo federal que visem a promoção da igualdade de gênero, assim como implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito regional e nacional.

Compete-lhe, igualmente, *cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de política para as mulheres; assim como promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher; e auxiliar as comissões do Senado Federal na discussão de proposições que tenham no mérito direito relativo à mulher ou à família*.

O projeto ainda prevê que a Procuradora, ou sua substituta eventual, presidirá as reuniões da bancada feminina do Senado Federal para a discussão e apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentário anual e que a Comissão Diretora, no prazo de cento

e oitenta dias, disciplinará a estrutura administrativa da Procuradoria.

Encaminhada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PRS nº 2, de 2013, foi aprovado, na forma de parecer da lavra do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, com três emendas.

A Emenda nº 1 altera o art. 1º da proposição, para estabelecer que a Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher será designada pelo Presidente do Senado Federal, a cada dois anos, no início da primeira e da terceira sessão legislativa, suprimindo-se a previsão da existência de Procuradoras Adjuntas e da concessão das prerrogativas de líder a titular do órgão.

A Emenda nº 2 suprime o dispositivo que prevê que a Procuradora presidirá as reuniões da bancada feminina do Senado Federal para a discussão e apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentário anual.

Finalmente, a Emenda nº 3 reduz de cento e oitenta para noventa dias o prazo para que a Comissão Diretora discipline a estrutura administrativa da Procuradoria Especial da Mulher.

II – Análise

Compete à Comissão Diretora emitir parecer sobre a presente proposição, conforme determina o inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

São indiscutíveis a oportunidade e o mérito da presente proposição.

Efetivamente, impõe-se ao Senado Federal, no caminho dos ventos da igualdade entre os gêneros que, felizmente, vêm soprando na sociedade brasileira nas últimas décadas, avançar na direção de aparelhar-se para o debate e para a consolidação da isonomia de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Assim, a criação da Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Casa não apenas significará um avanço na organização político-administrativa do Senado Federal, como permitirá que a Câmara Alta do Congresso Nacional se coloque na direção de cumprir os princípios constitucionais que presidem a matéria.

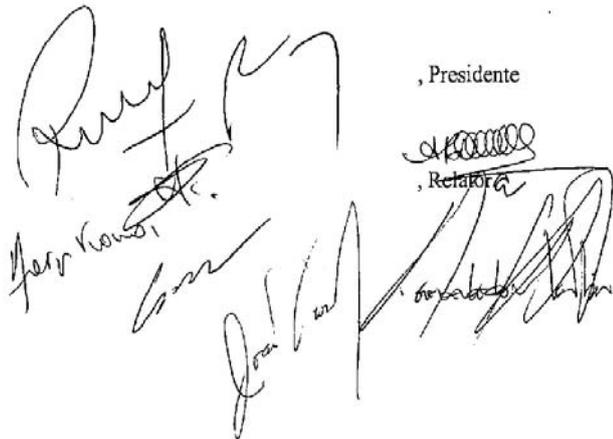
No tocante às emendas da CCJ, as iniciativas, com certeza contribuem não apenas para eliminar qualquer possibilidade de contestação do projeto, como caminham na direção de harmonizá-lo com outros diplomas legais do Senado Federal, como o seu

Regimento Interno e a Resolução nº 40, de 1995, que institui órgão congênere, a Procuradoria Parlamentar, e de agilizar a implantação da Procuradoria Especial da Mulher.

III – Voto

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2013, e das Emendas nºs 1 a 3, da CCJ, apresentadas à proposição.

Sala da Comissão Diretora, 20 de março de 2013.



, Presidente
, Relatora

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Completada a instrução da matéria, passa-se à apreciação.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Se não há interesse na discussão, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão Diretora.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 140, DE 2013

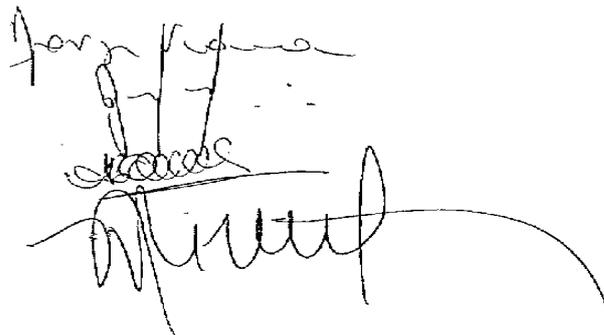
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 2013.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 2013, que *cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal*,

consolidando as Emendas nºs 1 a 3 – CCJ, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 140, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2013

Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, constituída de 1 (uma) Procuradora, a ser designada pelo Presidente do Senado Federal, a cada 2 (dois) anos, no início da primeira e da terceira sessão legislativa.

Art. 2º Compete à Procuradoria Especial da Mulher:

- I – zelar pela defesa dos direitos da mulher;
- II – incentivar a participação das parlamentares em suas ações e participações nos trabalhos legislativos e na administração do Senado Federal;
- III – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher;
- IV – sugerir, fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo federal que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito regional ou nacional;
- V – cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- VI – promover audiências públicas, pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra

a mulher, bem como sobre a participação política da mulher; e

VII – auxiliar as Comissões do Senado Federal na discussão de proposições que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família.

Art. 3º A Comissão Diretora, no prazo de 90 (noventa) dias, disciplinará a estrutura administrativa da Procuradoria.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Como não há interesse na discussão, como não há Senadora ou Senador inscrito para a discussão, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Parabenizo as Senadoras Angela Portela e Vanessa Grazziotin, dizendo ao Plenário e a todos os que nos acompanham que, mesmo com as bravas e atuantes parlamentares que temos aqui, o nosso País ainda conta com baixíssima participação da mulher nos parlamentos, não só no Senado, mas também nas Câmaras, nas Assembleias, na Câmara Federal. O nosso País ocupa a posição nº 158 do ponto de vista de participação das mulheres. Então, ainda temos de corrigir essa terrível distorção, mas o Senado dá um passo importante, criando hoje a Procuradoria da Mulher nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Item 3 da pauta...

Item 4:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 576, DE 2012**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 51, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Senador Jayme Campos), que *aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012.*

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

A discussão e a votação da matéria em primeiro turno foram encerradas na sessão deliberativa ordinária do dia 7 de março.

Discussão do projeto, em segundo turno. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passa-se à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 141, DE 2013

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012, que *aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17-7-2012, na origem).*

Sala de Reuniões da Comissão, 20 de março de 2013.

ANEXO AO PARECER Nº 141, DE 2013

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012.

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao

Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, incluído pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, constam do Anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2013 (*Proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012).*

Parecer sob nº 2, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); e Relator Revisor: Deputado Márcio Macêdo (PT/SE), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, que oferece.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2013 (*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 147, de 2013*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2013 (nº 4.787/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais van-*

tagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.

Pendente de parecer da CCJ.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 116, de 2013, do Senador Jayme Campos, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 375, 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 137, 157, 214, 328, 334, 335, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 48, 49, 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (benefícios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Voltamos à lista de inscrição das Srªs e Srs. Senadores.

Chamo, para fazer uso da palavra, porque tinha solicitado ainda antes da Ordem do Dia, o Senador Eduardo Lopes, que pediu para falar em nome da Liderança, como primeiro orador.

Sigo com a lista de oradores inscritos.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Pedro Taques declina.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço e convido, inclusive, o Senador Paulo Paim – pedindo licença – para que assuma a Presidência, porque sou o próximo orador inscrito, e o Senador Paulo Paim, de alguma maneira, vai registrar o falecimento de um grande artista da cultura brasileira, o Emílio Santiago, e ele vai fazê-lo daqui a pouco.

Peço que V. Ex^a me substitua na Presidência.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quando oportuno, eu peço a palavra em nome da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como foi anunciado pelo Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Casa:

Requerimento. Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de pesar pelo falecimento de Emílio Vitalino Santiago.

O cantor Emílio Santiago, 66 anos, morreu na manhã desta quarta-feira, no Hospital Samaritano, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. De acordo com o hospital, o artista morreu em função de complicações decorrentes de um acidente vascular cerebral isquêmico que sofreu em 7 de março.

Emílio Santiago nasceu em 1946, na cidade do Rio.

Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, mas a paixão pela música fez com que ele iniciasse sua carreira participando de diversos festivais de música, sendo vencedor de muitos deles.

Transas de Amor, seu primeiro compacto, saiu em 1973. A estreia em um álbum cheio aconteceu dois anos mais tarde. Autointitulado, o trabalho trazia interpretações de canções de nomes como Ivan Lins, Gilberto Gil, Nelson Cavaquinho e Jorge Ben.

Conhecido pelo tom de voz ao mesmo tempo grave e suave, o cantor apresentou diferentes gêneros durante sua carreira, mas esteve especialmente voltado para a música romântica, a MPB e o samba.

Em 1988, lançou Aquarela Brasileira, o primeiro disco da série criada por Roberto Menescal e Heleno Oliveira. O álbum trouxe a releitura de 20 clássicos da música brasileira, como Sampa (Caetano Veloso), Anos Dourados (Chico Buarque e Tom Jobim) e Eu sei que vou te amar (Tom Jobim e Vinícius de Moraes). A série Aquarela Brasileira, responsável por aumentar consideravelmente a popularidade do cantor no País, teve mais seis volumes, o último deles lançado em 1995.

Um de seus mais importantes trabalhos, Feito para Ouvir, de 1977, foi reeditado pela Dubas Música, em 2009. Outro relançamento em sua carreira aconteceu em 1989, com Brasileiríssimas, seu segundo disco, originalmente de 1976. Entre seus maiores sucessos, estão Saigon, Verdade Chinesa, Lembra de Mim, Vai e Vem, Tudo que se Quer, Flor de Lis.

Seu último disco saiu em 2012, com uma versão de Só Danço Samba, de 2010, que, por sua vez, foi o primeiro trabalho do selo Santiago Music.

Por fim, Sr. Presidente, o álbum é uma homenagem ao “rei dos bailes”, Ed Lincoln, trazendo canções que fizeram sucesso nos clubes do Rio de Janeiro nos anos 60, além de músicas atuais de artistas como Mart’nália, Jorge Aragão e Dona Ivone.

Ao todo, sua discografia conta com 30 álbuns. Eu gostaria que o presente voto fosse enviado para o Ex^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Jorge Felipe, no seguinte endereço:

Palácio Pedro Ernesto

Praça Floriano, s/nº – Cinelândia

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 180, DE 2013

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento de Emílio Vitalino Santiago.

O cantor Emílio Santiago, de 66 anos, morreu na manhã desta quarta-feira (20) no Hospital Samaritano, em Botafogo, na Zona Sul do Rio. De acordo com o hospital, o artista morreu em função de complicações decorrentes de um acidente vascular cerebral isquêmico (AVC) que sofreu em 7 de março.

Emílio Santiago nasceu em 1946 na cidade do Rio. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, mas a paixão pela música fez com que ele iniciasse sua carreira participando de diversos festivais de música, sendo vencedor de muitos deles. “Transas

de amor”, seu primeiro compacto, saiu em 1973. A estreia em um álbum cheio aconteceu dois anos mais tarde. Autointitulado, o trabalho trazia interpretações de canções de nomes como Ivan Lins, Gilberto Gil, Nelson Cavaquinho e Jorge Ben.

Conhecido pelo tom de voz ao mesmo tempo grave e suave, o cantor apresentou diferentes gêneros durante sua carreira, mas esteve especialmente voltado para a música romântica, a MPB e o samba. Em 1988, lançou “Aquarela brasileira”, o primeiro disco da série criada por Roberto Menescal e Heleno Oliveira. O álbum trouxe a releitura de 20 clássicos da música brasileira, como “Sampa” (Caetano Veloso), “Anos dourados” (Chico Buarque e Tom Jobim) e “Eu sei que vou te amar” (Tom Jobim e Vinícius de Moraes).

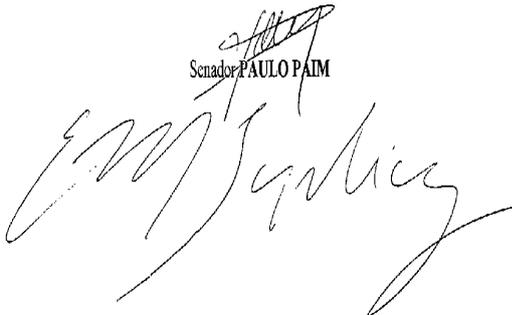
A série “Aquarela brasileira”, responsável por aumentar consideravelmente sua popularidade no país, teve mais seis volumes, o último deles lançado em 1995. Um de seus mais importantes trabalhos, “Feito para ouvir”, de 1977, foi reeditado pela Dubas Musica em 2009. Outro relançamento em sua carreira aconteceu em 1989 com “Brasileiríssimas”, seu segundo disco, originalmente de 1976. Entre seus maiores sucessos estão “Saigon”, “Verdade chinesa”, “Lembra de mim”, “Vai e vem”, “Tudo que se quer” e “Flor de lis”.

Seu último disco saiu em 2012, uma versão ao vivo de “Só danço samba”, de 2010 – que, por sua vez, foi o primeiro trabalho do selo Santiago Music. O álbum é uma homenagem ao “rei dos bailes” Ed Lincoln, trazendo canções que fizeram sucesso nos clubes do Rio de Janeiro nos anos 60, além de músicas atuais de artistas como Mart’nalía, Jorge Aragão e Dona Ivone Lara. Ao todo, sua discografia conta com 30 álbuns e 4 DVDs.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Jorge Felipe, no seguinte endereço: Palácio Pedro Ernesto, Praça Floriano, s/nº - Cinelândia - CEP: 20031-050

Sala das Sessões, PT/RS.

Senador PAULO PAIM



paulopaim@senador.gov.br

Registro sobre o falecimento do cantor Emílio Santiago.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.

Gostaria de lembrar neste registro uma das grandes vozes da música brasileira que, infelizmente, se calou no dia de hoje.

O cantor Emílio Santiago, de 66 anos, morreu na manhã desta quarta-feira em função de complicações decorrentes de um acidente vascular cerebral isquêmico (AVC) que ele havia sofrido em 7 de março, segundo o laudo médico.

Ele estava internado há 13 dias no Centro de Terapia Intensiva (CTI) do Hospital Samaritano em Botafogo, na Zona Sul do Rio.

Emílio tinha verdadeira paixão pela música. Ele formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, mas seu amor pela música fez com que ele iniciasse sua carreira participando de diversos festivais de música, e ele venceu muitos deles.

Ele gravou grandes sucessos como “Saygon”, “Lembra de mim” e “Verdade chinesa”.

Interpretou canções de nomes como Ivan Lins, Gilberto Gil, Nelson Cavaquinho e Jorge Ben.

Eu era um dos milhões de fãs desse grande cantor que tinha um tom de voz muito forte, grave, mas ao mesmo tempo, bastante suave.

Em seu último disco, 2012, “Só danço samba”, ele fez uma homenagem ao “rei dos bailes” Ed Lincoln, trazendo canções que fizeram sucesso nos clubes do Rio de Janeiro nos anos 60.

Fiz questão de prestar minhas homenagens a esse artista incrível que encantou o Brasil e o mundo cantando músicas românticas, MPB e samba.

Fiz um voto de pesar, que apresento aqui, pelo falecimento do cantor Emílio Santiago. Tenho certeza de que ele permanecerá em nossos corações e que, onde quer que esteja, seguirá cantando e encantando àqueles que o rodearem.

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, 20 de março de 2013. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Era esse o requerimento de solidariedade aos familiares e de pesar pela morte do líder e grande cantor Emílio Vitalino Santiago.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de associar-me à manifestação que V. Ex^a acaba de ler, se me permite apenas complementá-la, porque

também estou encaminhando à Mesa requerimento de pesar pelo falecimento do cantor e compositor Emílio Santiago, ocorrido esta manhã.

Como V. Ex^a já leu o histórico a respeito dele, permita-me apenas concluir com as palavras de Saigon, composição de Emílio Santiago:

*Tantas palavras
Meias palavras
Nosso apartamento
Um pedaço de Saigon
Me disse adeus
No espelho com batom*

[...]

*Anoiteceu!
Olho pro céu
E vejo como é bom
Ver as estrelas
Na escuridão
Espero você voltar
Pra Saigon*

A nossa homenagem a Emílio Santiago.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, eu peço a V. Ex^a que assinie também o nosso requerimento junto à Mesa, e nós encaminhamos ambos.

Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Antes de tudo, eu queria dizer que eu estava presidindo a sessão e que, num entendimento com o colega Paim, S. Ex^a assumiu a Presidência, para, simbolicamente, mostrar o nosso respeito a este grande artista que, hoje, deixa um vazio na cultura brasileira, Emílio Santiago.

Ninguém melhor e com autoridade maior do que V. Ex^a, Senador Paim, que preside a sessão, para fazer a leitura desse voto de pesar, tão bem complementado pelas manifestações do Senador Suplicy, que está sempre atento a essas questões que são genuínas da vida do nosso País.

Então, aqui, também expresse meus sentimentos aos familiares, aos amigos e aos fãs desta figura tão querida, que fez tanto sucesso no nosso País e que nos deixa tão precocemente, Emílio Santiago.

Sr. Presidente, venho à tribuna – eu queria ter feito isto ontem – para fazer o registro de um ato de que participei nesta semana, em Rio Branco, a convite do Governador Tião Viana, talvez um dos atos mais im-

portantes dos últimos anos de que tive o privilégio de participar. Foi o início das obras do que o Governador, o Governo do Acre chama de Cidade do Povo. É uma intervenção urbanística no entorno de Rio Branco, em que se tenta pôr em prática a ideia, alguns conceitos da cidade sustentável, levando em conta essa construção a partir de um planejamento bem-feito, que estende a mão aos mais pobres, que prioriza os mais pobres.

A primeira etapa da obra envolve a construção de casas para famílias que percebem de zero a três salários mínimos. Depois, lá três faixas de renda serão atendidas. Não será uma cidade-dormitório a Cidade do Povo, que o Governo do Acre está começando a construir. Ao contrário, no seu entorno, haverá espaços para serviços e atividades industriais, ou seja, para a geração de emprego. Serão construídas mais de 40 escolas, nenhuma escola estará num raio maior do que 500 metros de distância de onde mora o aluno, a clientela.

O Governador Tião Viana reuniu uma equipe competente, dedicada, que acumulou experiência ao longo de anos, seja comigo no governo; seja com o Prefeito Raimundo Angelim, que muito trabalhou nessa área; seja com o ex-Governador Binho Marques.

Agora, fazendo-se um apanhado de toda uma expertise que adquirimos no Acre, do ponto de vista urbanístico, do ponto de vista da infraestrutura urbana, do ponto de vista da boa aplicação dos recursos públicos, foram assinados contratos envolvendo a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o Ministério das Cidades. O Ministro Aguinaldo Ribeiro nos recebeu em seu gabinete, fazendo a coleta de assinaturas.

Estou seguro de que o Acre vai também, nesse aspecto, virar um endereço em que governantes, prefeitos, governadores irão se inspirar e ver uma boa atitude de um gestor público, que é a Cidade do Povo.

Depois de ter sido prefeito e governador, como técnico e como cidadão, não conheço nada que possa ser mais eficiente do ponto de vista de atender plenamente ao que se chama de cidadania do que programa habitacional. Do ponto de vista econômico, para gerar emprego, talvez, seja a melhor mão a ser estendida, pois pessoas com pouca qualificação ou com qualificação nenhuma, simplesmente, têm oportunidade para desenvolver uma atividade, para trabalhar, para ter a sua renda. E pessoas com alta qualificação também são chamadas para construir habitações. Toda a cadeia produtiva da indústria e do comércio é intensamente movimentada quando há prioridade na educação. E, mais do que isso, o melhor de tudo é que construir ca-

sas é abraçar as mães, as líderes das famílias, é dar oportunidade a quem não a tem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive o privilégio de acompanhar o Governador Tião Viana, que lutou tanto por esse programa ainda nesse começo de mandato. São dois anos de muita batalha! Ele já conseguiu quebrar a ponta dos espinhos que foram colocados no seu caminho e estabelecer as parcerias necessárias, porque não haveria a Cidade do Povo se não fosse o Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, se o Presidente Lula não tivesse começado esse programa, que, na época, era coordenado pela então Ministra Dilma.

Hoje, ele é ampliado e virou sinônimo de emprego e renda, sinônimo de respeito às mães deste País. O programa Minha Casa, Minha Vida é motivo de orgulho. Um milhão e meio de empregos, dos mais de dez milhões criados no nosso Governo, com carteira assinada, vêm do programa Minha Casa, Minha Vida. E o Governo do Acre faz uma parceria que vai mudar o perfil das cidades da Amazônia brasileira.

É claro que muitos tentaram pôr obstáculos, para que o Governador Tião Viana não realizasse o ato que foi realizado na segunda-feira, em Rio Branco. É claro que os opositores ficaram revoltados. É claro que alguns tentam diminuir a importância do programa. É claro que alguns teimam em desacreditar, em pôr sob suspeição algo que está sendo feito com tanto amor, com tanto carinho e com tanta determinação pelo Governador Tião Viana. Mas é assim: em todos os Estados do Brasil, há alguns que fazem política de maneira pequena, medíocre; alguns não produzem nada e ainda querem impedir que quem trabalha, quem produz possa trabalhar e produzir.

E o projeto Cidade do Povo, no Acre, não é diferente. O Governador Tião Viana, toda a sua equipe... O projeto é coordenado pelo Vice-Governador, César Messias. Há o envolvimento de todo o empresariado acriano, de todas as federações.

Espero – e tenho lutado também para isto – que todas as pequenas e microempresas da construção civil possam ser aquinhoadas. E o certo é que deve haver perto de 15 mil empregos gerados ao longo da construção das 10.518 unidades habitacionais.

É uma cidade, é o embrião de uma cidade sustentável, onde há calçadas. Quem não tem transporte, quem anda a pé é priorizado. E há os que têm um meio de transporte mais simples. O primeiro transporte de um cidadão que tem poucos recursos é a bicicleta. Hoje, passou a ser sinônimo de saúde o transporte nas

ciclovias, através de bicicletas. No Acre, Rio Branco é uma das cidades com mais ciclovias no Brasil. E tenho orgulho de ter começado isso, de ter feito a primeira etapa dessas ciclovias e de ter criado uma referência para a cidade de Rio Branco em ciclovias, Senador Paim.

Quando estou lá, no Acre, sempre pego a minha bicicleta e faço uso dela, que é sinônimo de saúde, como faço também em Brasília, nas poucas vezes em que tenho o privilégio de passar o fim de semana aqui, pois sempre que posso estou no Acre.

Agora, a Cidade do Povo institucionaliza o transporte do mais pobre, através das ciclovias. Ela põe um sistema intermodal de ônibus eficiente. Os centros de saúde, os postos de saúde, as escolas, as creches, todas vão estar distribuídas de tal maneira que vão virar uma referência para o desenvolvimento urbano na Amazônia.

Oitenta e quatro por cento dos cidadãos brasileiros, hoje, vivem na cidade. As cidades são imprestáveis, a grande maioria delas, para se morar bem. Não se mora bem nas cidades brasileiras. E temos muito o que fazer, como fizemos em Rio Branco, que hoje é uma cidade agradável. Mas o que foi possível fazer foi feito. Ainda há muito a ser feito, mas há limites, por conta de a cidade estar consolidada. Na Cidade do Povo, não. Estamos começando de maneira correta algo que, se for respeitado ao longo dos próximos anos, certamente vamos ter bons resultados e fazer do Acre referência em ocupação.

Então, nesta etapa do meu discurso, queria fazer o registro e cumprimentar o Governador Tião Viana pelo que ele tem feito.

Mas agora, Sr. Presidente, para concluir a minha fala, já que estou somando o que falaria ontem com o que pretendia falar hoje, pois ontem fiquei presidindo a sessão e não pude falar, vou falar da última pesquisa CNI/Ibope, que foi divulgada ontem e que, de alguma maneira, pode ter deixado mais intranquilos alguns opositores. Certamente alguns opositores ficaram um pouco mais intranquilos. Alguns vão ter que rever seus planos; outros ficam tendo que alterar seus discursos, mas o certo é que a Presidenta Dilma, caro Senador Valdir Raupp, que preside o PMDB, grande aliado desse projeto nosso, a cada dia que passa conquista mais brasileiros, conquista a confiança de mais brasileiros e consegue quebrar um recorde atrás do outro, inclusive quando fazemos comparação com o governo do Presidente Lula, que teve muitas dificuldades até se consolidar como um grande governante, como um

grande líder, como um grande gestor no nosso País. Aliás, talvez o maior das últimas décadas.

A Presidenta Dilma consegue ganhar aquilo que é o sonho de consumo dos políticos, que é ganhar a confiança do cidadão, Senador Jayme. E a Presidenta Dilma, modéstia à parte, tem conquistado a confiança do cidadão brasileiro.

Da última pesquisa para cá, ela cresceu. Agora, ela tem uma aprovação pessoal de 78%, segundo a pesquisa realizada, ouvindo 1,2 mil eleitores em 142 Municípios do Estado. O Governo da Presidenta Dilma se manteve no nível recorde – e aqui estou lendo matéria publicada no G1, das Organizações Globo – de 62% entre setembro e dezembro, de acordo com a pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria, divulgada na sexta-feira passada. Sesenta e dois por cento dos entrevistados consideram o Governo da Presidenta Dilma ótimo ou bom. Não é uma aprovação. Qualquer aprovação nas pesquisas políticas se dá quando passa de 50%. Soma-se o regular, e considera-se aprovação a soma de ótimo e bom maior do que 50%, somado ao regular. Não estou somando o regular. Estou dizendo que 62% dos entrevistados definem o Governo liderado pela Presidenta Dilma como ótimo ou bom.

Queria também dizer que 63% da população brasileira, no caso, aprovam o Governo da Presidenta Dilma, e cresce o otimismo em relação ao restante do Governo da Presidenta Dilma. Isso é importante, porque o percentual dos que acreditam que o Governo é ótimo ou bom passa de 62% para 65%. Há um otimismo por parte dos brasileiros em relação ao futuro da gestão da Presidenta Dilma.

Setenta e cinco por cento dos brasileiros, segundo a pesquisa da CNI/Ibope, confiam na Presidenta Dilma. Não é um dado qualquer. Quando comparados esses dados ao próprio governo Lula e ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Presidenta Dilma sai-se ainda melhor.

Em noticiário recente sobre o Governo da Presidenta Dilma, constatou-se que 38% dos entrevistados consideraram que o noticiário foi favorável à Presidenta Dilma. Então, vejam bem, apenas 38% dos entrevistados acham que o noticiário foi favorável ao Governo, mas eles fazem um reconhecimento, na sua ampla maioria. No caso em questão, 63% consideram o Governo ótimo ou bom – antes eram 62% – e, para 61% da população, o Governo da Presidenta Dilma está sendo igual ao do Presidente Lula.

Vejam que há aí a indicação da continuidade de um trabalho iniciado pelo Presidente Lula. Não estou me referindo a continuísmo, mas à continuidade de um trabalho aprovado pelo cidadão brasileiro, liderado pelo Presidente Lula, que agora segue com a Presidenta Dilma.

Há ainda outra situação: a Presidenta Dilma não era tão forte, não aparecia tão forte nas últimas pesquisas no Nordeste, se comparada ao Presidente Lula, mas isso também mudou na pesquisa de agora. Quando se fazia qualquer comparação entre a avaliação do Presidente Lula, no Nordeste, e a avaliação do governo da Presidenta Dilma, ela parecia não estar tão bem-posicionada como o Presidente Lula, mas essa situação mudou na pesquisa de agora, que mostra uma avaliação muito positiva do Governo da Presidenta Dilma na região. O percentual de pessoas que avaliam o Governo da Presidenta Dilma como ótimo ou bom passou de 68% para 72% no Nordeste, Presidente Paim, e, na comparação com dezembro do ano passado, a aprovação da maneira de a Presidenta Dilma governar – vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam todos os que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado –, o número de pessoas que aprovam a maneira de a Presidenta Dilma governar subiu de 80% para 85%, explicou o gerente-executivo da pesquisa CNI/Ibope, Renato Fonseca.

Na avaliação do pesquisador, três fatores ajudaram na boa avaliação do Governo: baixa taxa de desemprego com crescimento da renda; as políticas sociais, que são aprovadas pela grande maioria dos brasileiros; e – isto se embasa em outras pesquisas – o carisma pessoal da Presidenta, que passa a imagem de administradora competente, firme e segura nas decisões.

Então, vejam, o crescimento do respeito à maneira de governar da Presidenta Dilma se deve a três fatores. Vejam como é interessante: os investimentos que geram emprego; as políticas sociais do Governo, estendendo a mão para os mais pobres; e a firmeza, o cuidado com que a Presidenta Dilma tem governado o nosso País.

Então, eu queria concluir minhas palavras e dizer que, dessa maneira, quando chegamos à metade do Governo, a Presidenta Dilma quebra recordes, se comparada com o governo do Presidente Lula nessa época, com o governo do Presidente Fernando Henrique nessa época. E eu acho que, se seguirmos trabalhando assim, pensando o Brasil como um todo – a Presidenta mudou sua agenda, está andando mais

pelo Brasil, está conversando mais –, e se retomarmos os investimentos, a vontade do setor empresarial brasileiro, dos empreendedores como parceiros aos investimentos públicos, certamente esse número tem espaço ainda para crescer.

Daí, entendo que alguns adversários políticos nossos, alguns partidos procuram antecipar a agenda eleitoral para que possam recuperar um terreno que cada dia fica mais curto. Entendo que se a Presidenta Dilma, se o Governo procurar aproveitar essa oportunidade, essa confiança do cidadão brasileiro, fazendo melhorias na infraestrutura do nosso País, melhorando a logística, diminuindo o custo Brasil, certamente essa confiança que o cidadão brasileiro tem hoje no Governo da Presidenta Dilma crescerá.

Sei – e encerro dizendo – que isso incomoda os nossos adversários, mas não deveria incomodar, porque é sinal de que o Governo da Presidenta Dilma está fazendo bem ao País. E este é um ano que não temos eleição. É um ano de trabalho. Acho que seria um grande equívoco se a Presidenta Dilma transformasse o ano de 2013 em uma antecipação da eleição.

Alguns confundem o ato que fizemos de comemoração dos 10 anos do PT no Governo – dessa frente de partidos governando o Brasil – com antecipação da eleição. Não foi. Aquele ato foi uma solução interna, porque é bem natural que, tendo os dois maiores Líderes do País, como Lula e Dilma, o Partido possa ter opiniões diferentes sobre quem deve seguir candidato num eventual 2014, se novamente a Presidenta, numa reeleição, ou se volta o Presidente Lula.

E aquele ato liderado pelo Presidente Lula foi determinante não como uma antecipação de 2014, mas como um ponto final em algumas especulações. O Presidente Lula tomou uma atitude interna, para dentro do PT, para o conjunto de partidos aliados, dizendo: “A candidata é a Presidenta Dilma. Mas isso vamos discutir em 2014”.

Então, quem está no Governo tem que saber aproveitar bem esse terceiro ano, que é o melhor ano de uma boa administração. E fazer isso, aproveitar bem 2013, só se faz com muito trabalho e dedicação, corrigindo as falhas e trabalhando ainda mais. E, certamente, se acertarmos a mão em 2013, vamos estar melhores em 2014.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, se estivermos melhores em 2014, certamente a população brasileira nos dará mais tempo para completar essa

obra iniciada pelo Presidente Lula, que segue fazendo do Brasil uma referência para o mundo, especialmente na área social, que junta crescimento econômico com inclusão social, e no resgate da dignidade, da autoestima do cidadão brasileiro.

Então, fica aqui o meu reconhecimento ao Governador Tião Viana pelo trabalho que tem feito e pelo sucesso que está sendo a Cidade do Povo.

Cumprimentos à Presidenta Dilma e a toda a equipe de Governo, pela ampliação da confiança do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana.

Passamos a palavra agora...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem. Só anunciando que será um Líder, Senador Wellington Dias.

Senadora Ana Rita, pela ordem.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Ex^a a possibilidade de fazer a leitura do requerimento, solicitando a prorrogação de prazo da CPMI que investiga a violência contra as mulheres.

Já constam na mesa assinaturas tanto dos Deputados quanto dos Senadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

De imediato, passamos à leitura do requerimento solicitado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu requerimento solicitando prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo **Requerimento nº 4, de 2011**, do Congresso Nacional, destinada a investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

O requerimento contém o número regimental de subscritores e será publicado no *Diário do Senado Federal* de 21 de março do corrente.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2013-CN

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN e prorrogada pelo Requerimento nº 2 de 2012 - CN, "com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em conformidade ao Art. 58, §3º da Constituição, combinado com o Art. 21 do Regimento Comum, e Art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a sua prorrogação por mais 120 dias. Limitando-se às despesas anteriormente aprovadas.

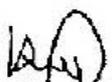
JUSTIFICATIVA

Após um ano de trabalho da CPMI, com a realização de visitas a 17 Estados e o Distrito Federal para audiências de inquirição de autoridades e diligências a equipamentos públicos, 35 reuniões realizadas, mais de 15 mil páginas de informações recebidas, entendemos por bem prorrogar os trabalhos da CPMI por mais 120 dias, para garantir a finalização do Relatório da CPMI em bons termos. Busca-se, com isso, garantir que as parlamentares membros possam analisar o relatório com prazo suficiente e permita votação com total conhecimento do documento. Ressaltamos que está sendo elaborada uma radiografia do enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil e que terá, em sua versão final, volume considerável, tornando inviável sua votação dentro do atual prazo que finda no dia 28 de março.

Tendo em vista a complexidade do tema abordado, o volume de material para análise dos documentos provenientes de estados e organizações que chegaram até a última semana, tornou a análise mais longa do que inicialmente prevista.

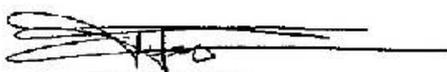
Sala das Sessões, em

2013.

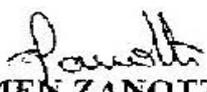

ANA RITA
Senadora da República PT/ES

JÓ MORAES
Deputada Federal PCdoB/MG

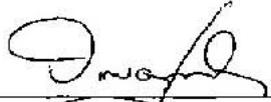
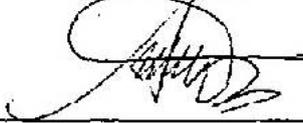
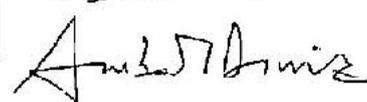
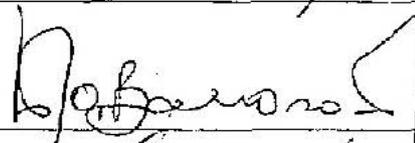
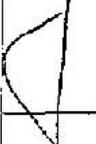
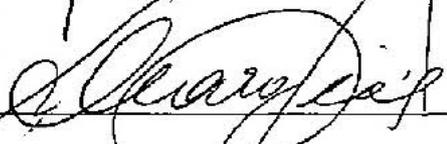
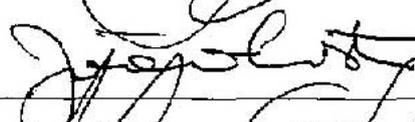
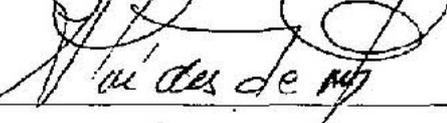

KEIKO OTA
Deputada Federal PSB/SP

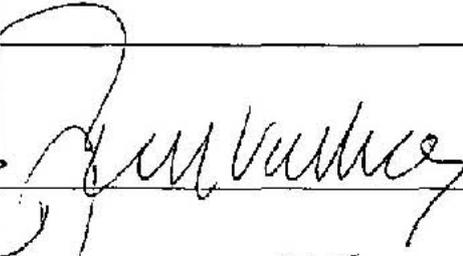
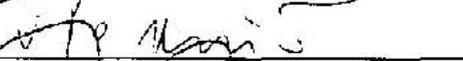
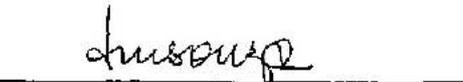
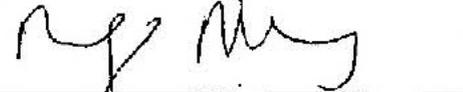
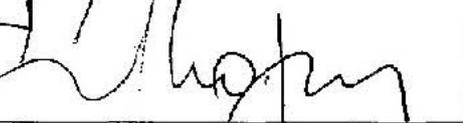
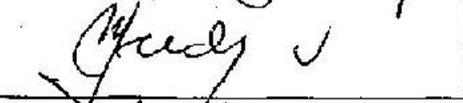
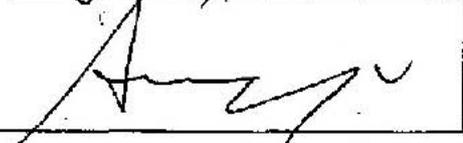

Dr. ROSINHA
Deputado Federal PT/PR

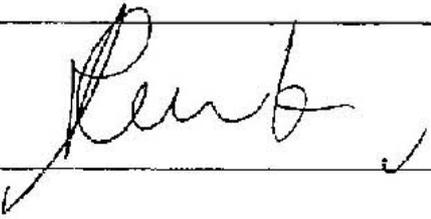
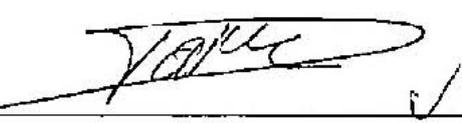
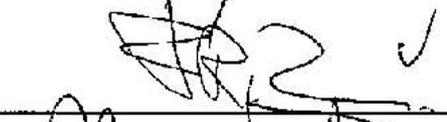
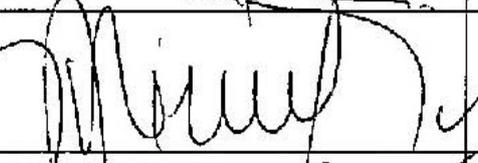
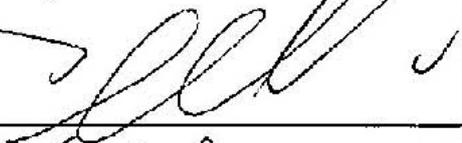

ROSANE FERREIRA
Deputada Federal PV/PR

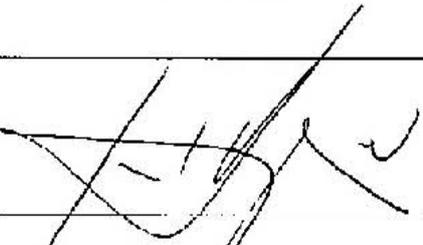
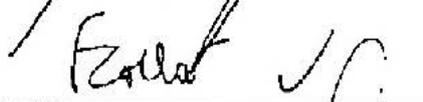
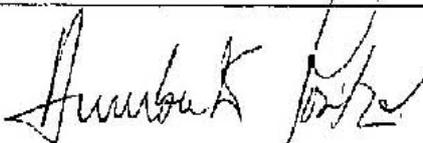
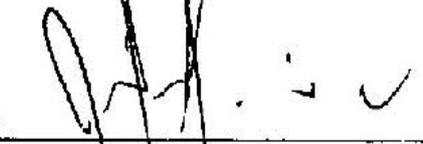

CARMEN ZANOTTO
Deputada Federal PPS/SC

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN e prorrogada pelo Requerimento nº 2 de 2012 - CN, "com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em conformidade ao Art. 58, §3º da Constituição, combinado com o Art. 21 do Regimento Comum, e Art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a sua prorrogação por mais 120 dias. Limitando-se às despesas anteriormente aprovadas.

NOME	ASSINATURA	GABINETE
José Carlos		16 ✓
Universa Guimarães		✓
WILLIAM MARQUES		13
Angela Portela		10 ✓
Augusto Diniz		08 ✓
Beneditina		12 ✓
José Pinheiro		13 ✓
		✓
José Carlos		✓
Staudes de Oliveira		✓
FOO MASSOL		✓

NOME	ASSINATURA	GABINETE
JARBAS VASCONCELOS		✓
		✓
CASSIO C. LIMA		✓
CECERO LUCENA		✓
Castro Waldeck		✓
Lidice da Costa		✓
Rodrigo Rollenberg		✓
INÍCIO (PCTOR)		✓
EDUARDO BRAGA		✓
ALFREDO NASCIMENTO		✓
Aloysio W. FERNANDES		✓

NOME	ASSINATURA	GABINETE
Aécio Neves		
Paulo Henrique	PEDRO SIMON	
Paulo R. Jorge		
Ana Amélia (PP/RS)		
Ronaldo Moura		
JEAN VICENTE CLAUDINO		
ALBERTA	WELLINGTON DIAS	
SUZANA DE OLIVEIRA		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		12
FRANCISCO CARLOS MOURA		
LUIZ M. NUNES		

NOME	ASSINATURA	GABINETE
JOSE AGRIPINO		
FERNANDO COLLOR		
HUMBERTO COSTA		
	 EUNÍCIO OLIVEIRA	
	 VITAL DO RÊGO	
Jaime Campos		
Eduardo M. Braga		

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requer a prorrogação por mais 120 dias do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”.

Conferência de assinaturas de Senadores

Assinaturas analisadas	41
Conferem com a original	41
Repetidos	00
Licenciados	00
Total Válidas	41

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	ESTADO	CONFERE
1. Ana Rita	PT	ES	SIM
2. Lúcia Vânia	PSDB	GO	SIM
3. Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	SIM
4. Wilder Moraes	DEM	GO	SIM
5. Angela Portela	PT	RR	SIM
6. Anibal Diniz	PT	AC	SIM
7. Benedito de Lira	PP	AL	SIM
8. José Pimentel	PT	CE	SIM
9. Alvaro Dias	PSDB	PR	SIM
10. João Costa	PPL	TO	SIM
11. Ataídes Oliveira	PSDB	TO	SIM

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	ESTADO	CONFERE
12. Ivo Cassol	PP	RO	SIM
13. Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE	SIM
14. Roberto Requião	PMDB	PR	SIM
15. Cássio Cunha Lima	PSDB	PB	SIM
16. Cícero Lucena	PSDB	PB	SIM
17. Casildo Maldaner	PMDB	SC	SIM
18. Lídice da Mata	PSB	BA	SIM
19. Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	SIM
20. Inácio Arruda	PCdoB	CE	SIM
21. Eduardo Braga	PMDB	AM	SIM
22. Alfredo Nascimento	PR	AM	SIM
23. Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	SIM
24. Aécio Neves	PSDB	MG	SIM
25. Pedro Simon	PMDB	RS	SIM
26. Paulo Paim	PT	RS	SIM
27. Ana Amélia	PP	RS	SIM
28. Paulo Davim	PV	RN	SIM
29. João Vicente Claudino	PTB	PI	SIM
30. Wellington Dias	PT	PI	SIM
31. Armando Monteiro	PTB	PE	SIM
32. Antonio Carlos Valadares	PSB	SE	SIM
33. Cyro Miranda	PSDB	GO	SIM
34. Antonio Carlos Rodrigues	PR	SP	SIM
35. José Agripino	DEM	RN	SIM
36. Fernando Collor	PTB	AL	SIM
37. Humberto Costa	PT	PE	SIM
38. Eunício Oliveira	PMDB	CE	SIM
39. Vital do Rêgo	PMDB	PB	SIM
40. Jayme Campos	DEM	MT	SIM
41. Eduardo Suplicy	PT	SP	SIM

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2013-CN

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN e prorrogada pelo Requerimento nº 2 de 2012 - CN, "com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em conformidade ao Art. 58, §3º da Constituição, combinado com o Art. 21 do Regimento Comum, e Art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a sua prorrogação por mais 120 dias. Limitando-se às despesas anteriormente aprovadas.

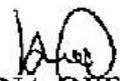
JUSTIFICATIVA

Após um ano de trabalho da CPMI, com a realização de visitas a 17 Estados e o Distrito Federal para audiências de inquirição de autoridades e diligências a equipamentos públicos, 35 reuniões realizadas, mais de 15 mil páginas de informações recebidas, entendemos por bem prorrogar os trabalhos da CPMI por mais 120 dias, para garantir a finalização do Relatório da CPMI em bons termos. Busca-se, com isso, garantir que as parlamentares membros possam analisar o relatório com prazo suficiente e permita votação com total conhecimento do documento. Ressaltamos que está sendo elaborada uma radiografia do enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil e que terá, em sua versão final, volume considerável, tornando inviável sua votação dentro do atual prazo que finda no dia 28 de março.

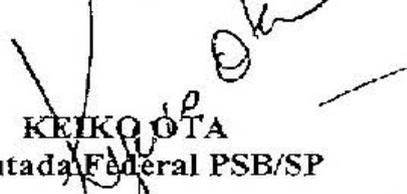
Tendo em vista a complexidade do tema abordado, o volume de material para análise dos documentos provenientes de estados e organizações que chegaram até a última semana, tornou a análise mais longa do que inicialmente prevista.

Sala das Sessões, em

2013.

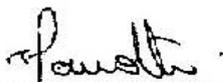

ANA RITA
Senadora da República PT/ES


JÔ MORAES
Deputada Federal PCdoB/MG

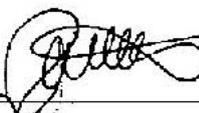
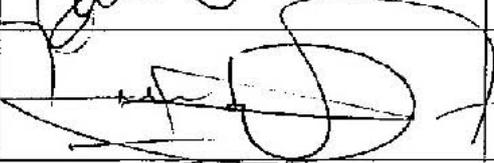
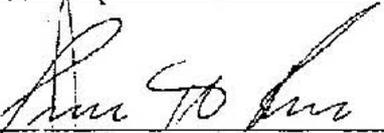
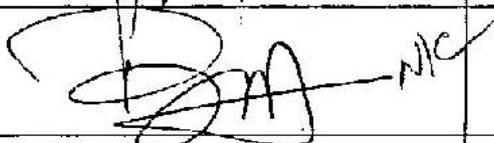
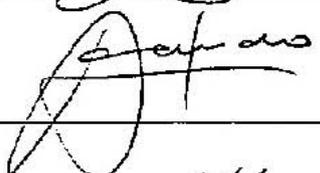
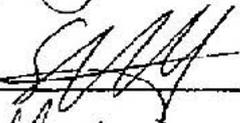

KEIKO OTA
Deputada Federal PSB/SP

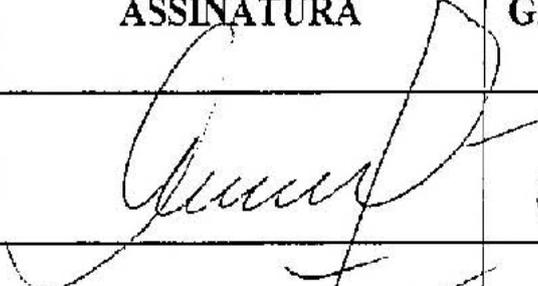
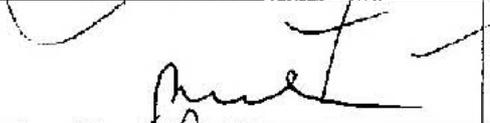
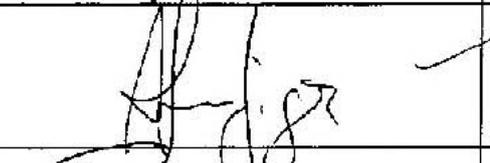
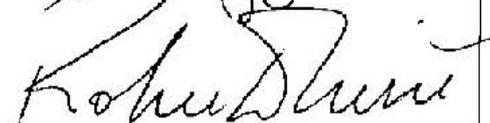
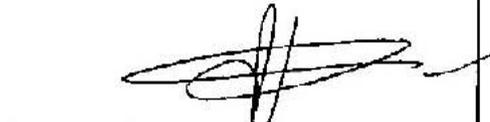
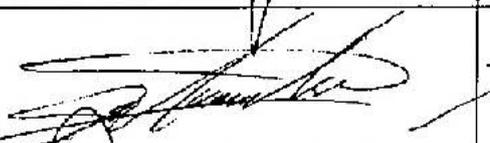
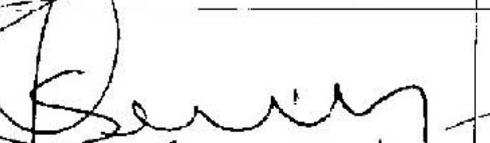

DR. ROSINHA
Deputado Federal PT/PR

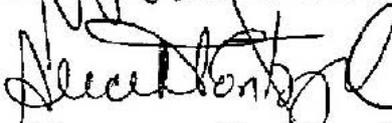
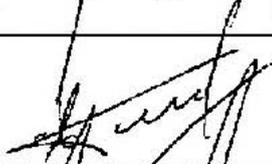
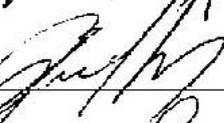
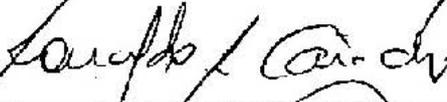

ROSANE FERREIRA
Deputada Federal PV/PR

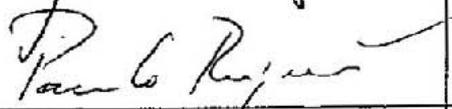
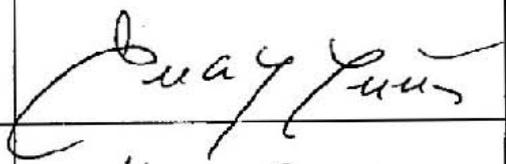
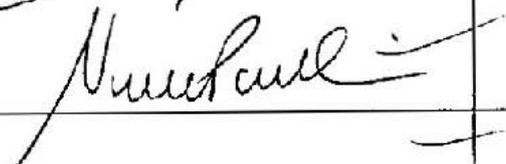
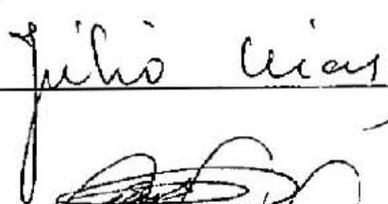
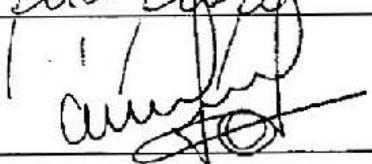
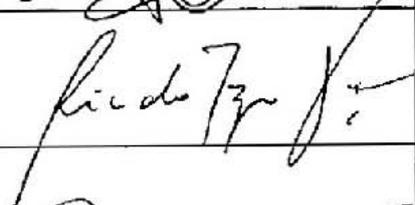
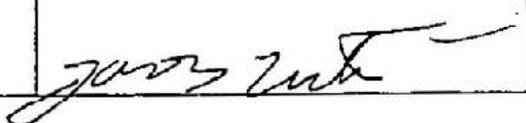

CARMEN ZANOTTO
Deputada Federal PPS/SC

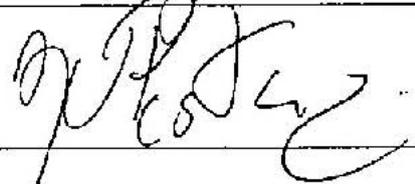
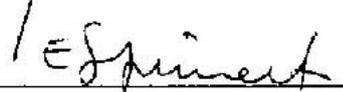
-A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN e prorrogada pelo Requerimento nº 2 de 2012 - CN, "com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em conformidade ao Art. 58, §3º da Constituição, combinado com o Art. 21 do Regimento Comum, e Art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a sua prorrogação por mais 120 dias. Limitando-se às despesas anteriormente aprovadas.

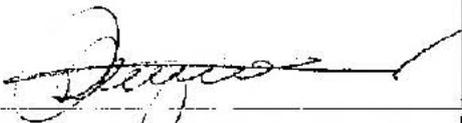
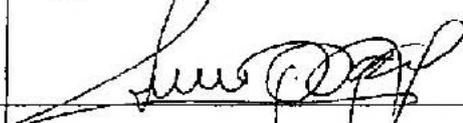
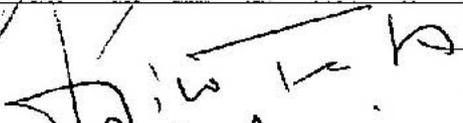
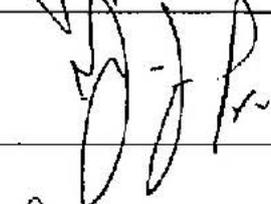
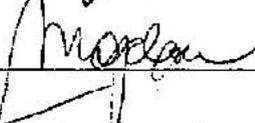
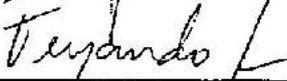
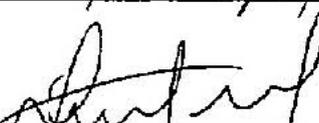
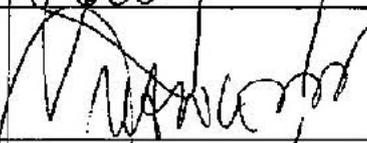
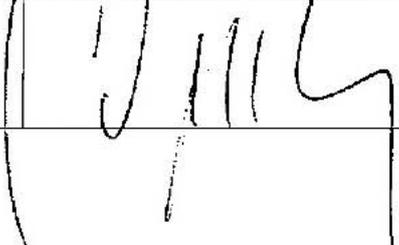
NOME	ASSINATURA	GABINETE
	Jir. P. L.	422
Resimlia da Adefal		230
WALDIRY FRANCO		541
Clozer Vende		710
Genete Ferraz		206
JAIRO MANTINO		377
Beto Maurer		616
SENADOR MAREL		443
Silv. SÉTIMO		550
Saetez Filho		202
ROCANO VENTURA		241

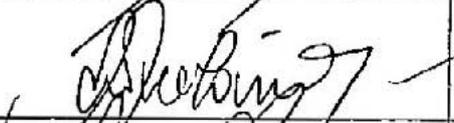
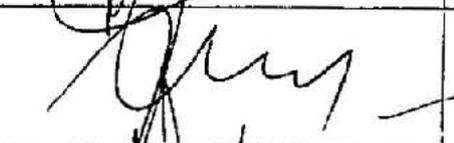
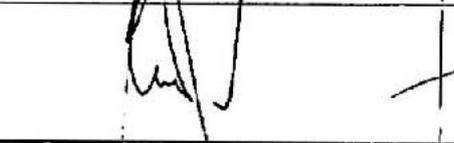
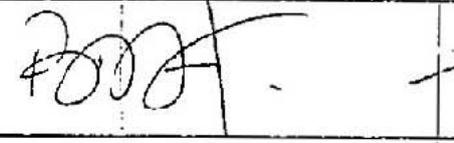
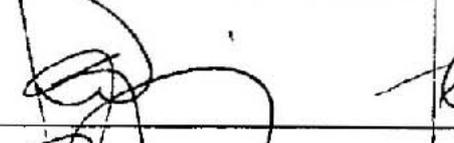
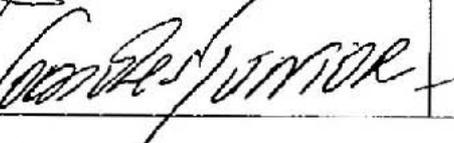
NOME	ASSINATURA	GABINETE
HUMBERTO SOUTO		558
RUBENS BUENO		623
ARNALDO JORDY		376
ROBERTO FREIRE		606
ALMEIDA LIMA		
JOÃO AUGUSTO		758
SILVANO		517
AUGUSTO CASVALH		941
SILVANO TRAVES		887
FELIXIANO MOTA		224
NILMAR RUIZ		950

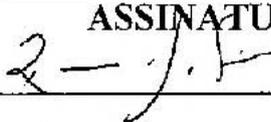
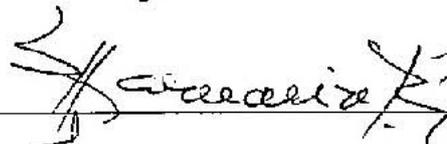
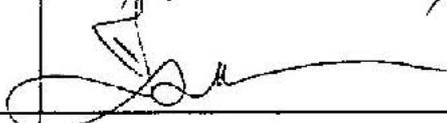
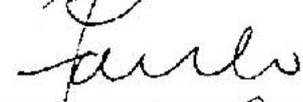
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Amanda Zito		636
Amanda Zito		237
		529
LICE MAZUCO PONTUAL		420
Severino Ninko		380
Severino Ninko		922
Wladimir Costa		343
Delegado Protógenes		745
		415
Donaíza Zaitav		227
Efraim Filho		744

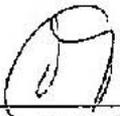
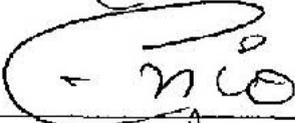
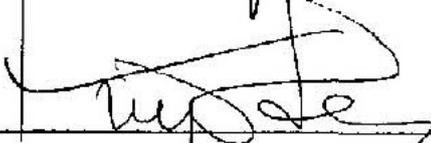
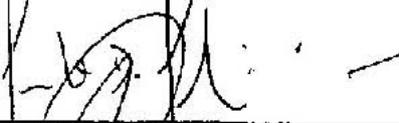
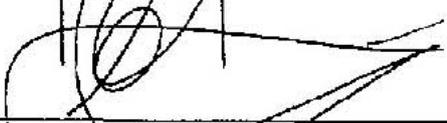
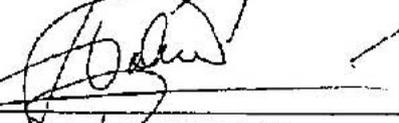
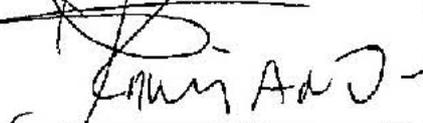
NOME	ASSINATURA	GABINETE
SUELI VIDIGAL		812
Paulo Rubem		423
JUTAHY JUNIOR		407
NILSON PINTO		527
Julio Cezar		944
DAVI ALVES SILVA JR		831
Lucio Vale		822
MARCELO MATOS		579
RICARDO IZAR		634
Arnis Melo		609
JOSÉ GOMES GUTERRES		808

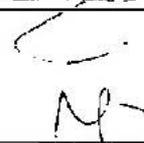
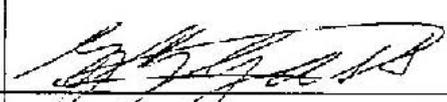
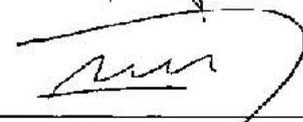
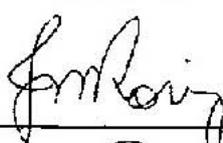
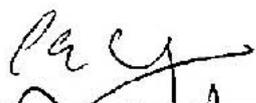
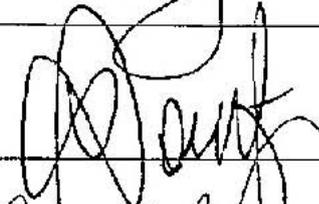
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Perpetua	M. Almeida	625
MARIO HELIJOEL		573
LUCIANA B. DE O. SANTOS		531
ROBERTO BRITO		733
TONINHO PINHEIRO		584
EDUARDO AZEVEDO		722
MARCUS PESTANA		715
EDSON PIMENTA		403.
EDUARDO BARBOSA		540
ROBERTO SANCIAO		533
DANIEL FELICIANO		939

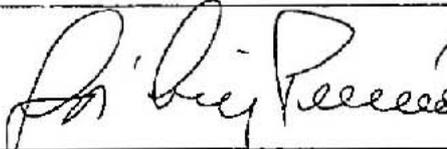
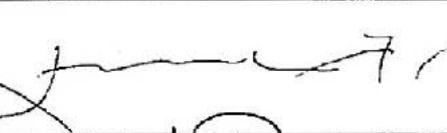
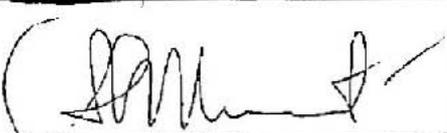
NOME	ASSINATURA	GABINETE
PANIZZI ALMEIDA		317
Chico Lopes		310
CHICO DTS VERDEIRA		729
Yozareno Fontels		640
MIRAO TEIXEIRA		270
R. JOZE SILVA		323
MAGDA MORAATTO		536
FERNANDO LOPES		585
AUREO		581
MANUEM		408
OSMAR JUNIOR		356

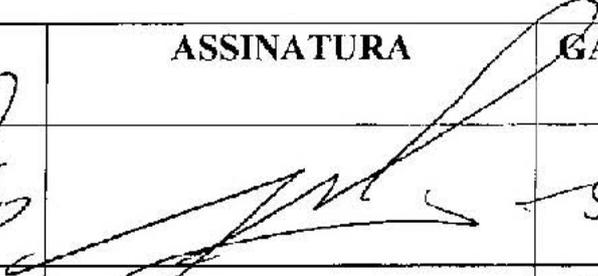
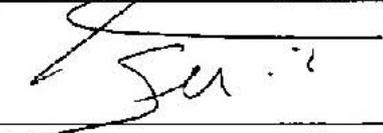
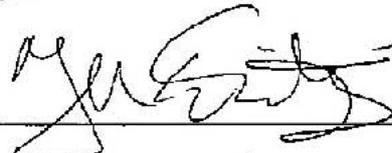
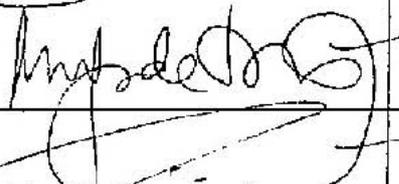
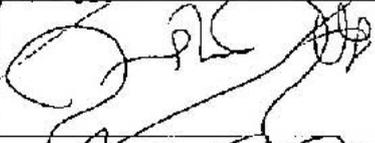
NOME	ASSINATURA	GABINETE
FELIPE MAIA		528
		940
		291
		324
VADERNIA		850
		378
Bruna Das Furlan		-
Costa + area		554
		601.
Wellington Costa		514
SANDRES JUNIOR		702

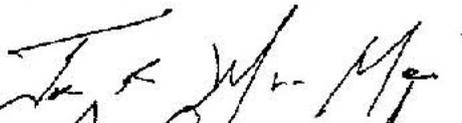
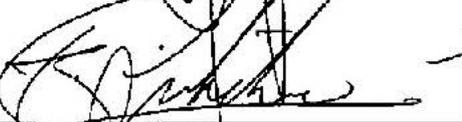
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Dep. Romero		411
Dep. CAMARINHA		609
João Silveira		425
Dep. Glauber Braga		362
Dep. Leopoldo Meyer		233
Dep. Antonio Bothmann		522
PAULO TOLETO		889
PINTAR ENRIQUE		369
DR. WISHI		560
JOSE STREILE		354
Dep. Givaldo CARIMBÃO		732
Dep. Valter Pereira		953

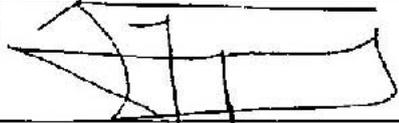
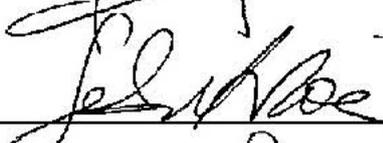
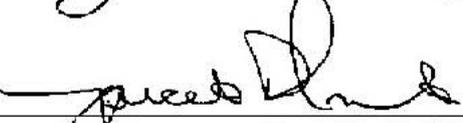
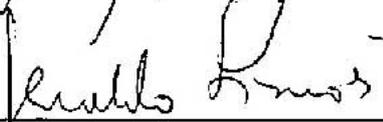
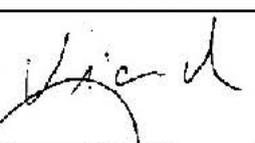
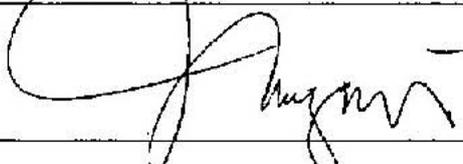
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Flávia Moraes		738
ENIO BACCI		930
Alfredo Sardo		240
SIMÃO SASSIM		709
Sergio Guerra		754
Renezo Aguiar		572
FERNANDO FRANCISCHINI		265
CARLOS REBERTO		568
NELSON PADOVANI		543
MARINA COSTA		708
F ^{CO} PACCIANO		803

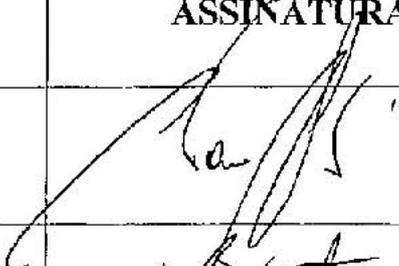
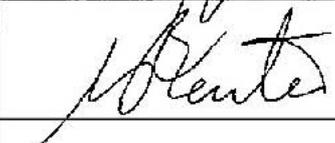
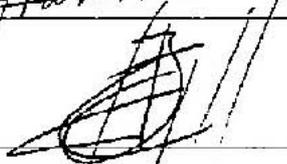
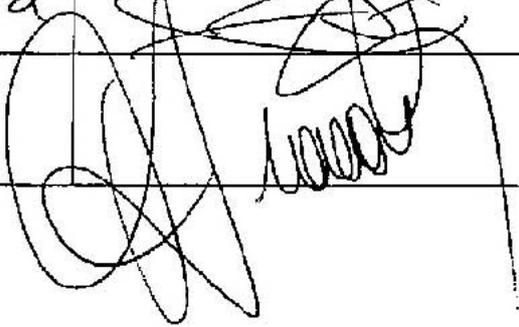
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Emílio Faria	Emílio A. Faria	375
PAULO NELSON ARAÚJO		432
CELSO FARELA		705
John Gass		269
J. P. S. Gondim		833
PAULO QUARTIERO		NIC 205
JACQUELINE KORIZ		408
REBUFFE		372
Carlos Zastrow		808
Wander Roberto		838
Arildo Reis		717

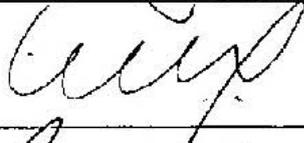
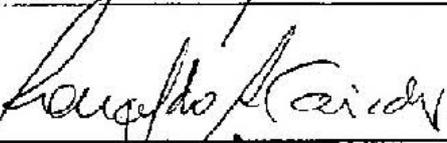
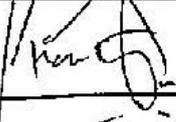
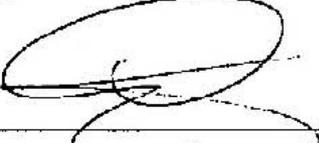
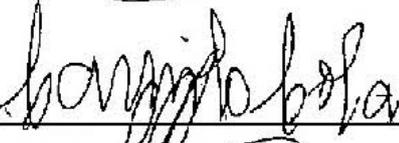
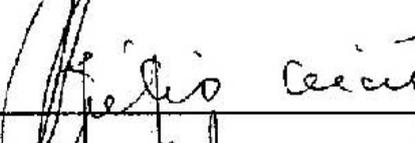
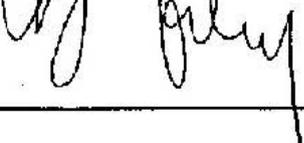
NOME	ASSINATURA	GABINETE
PENNA		205
Paulo Wagnert		324
Dr. Marco Feliciano <small>PSL-SP</small>		254
ARTUR BRUNO		467
DR. SÉRGIO OLIVEIRA		521
Melo Costa		268
Roth de F.		535
Davi Acolmeida		231
MANTO		313
Almeida Lima		
Dep. Antonio Roberto		376

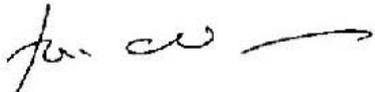
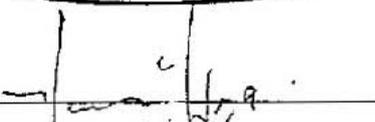
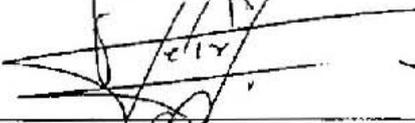
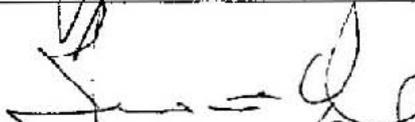
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Marcos Fabris		506
Sergio Zveiten		437
JORGE BUTTAR		232
MARGARIDA SALOMÃO		276
LEONARDO PICCIANI		302
RONALDO ZULKE		858
JOÃO ARRUDA		633
JOSE MENTON		503
VALMIR ASSUNÇÃO		739
ALEX CANZIANI		
Bernardo Santana		854

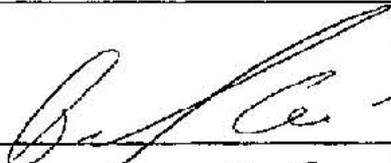
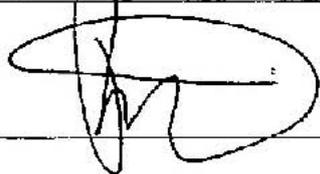
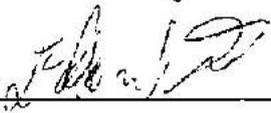
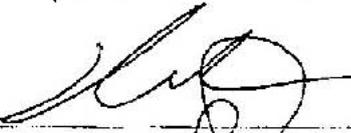
NOME	ASSINATURA	GABINETE
JOÃO MARINHA		439
JOSE GONDIM		967
ZERÉU TAVARES		571
Fátima Bezerra		30
BERNARDO RANHA		658
Ivan Veloso		716
Petrônio Campos		346
João Lima		218
LUIZ PATIMAN		930
PIRETTA		552
DR. UBIRATAN		660

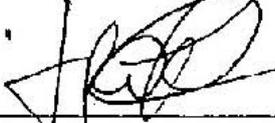
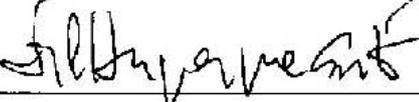
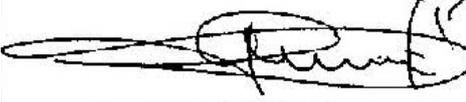
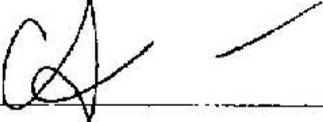
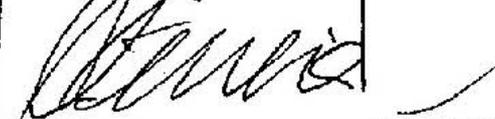
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Alessandro Molon		652
Henrique Fontana		256
Deley		727
Ruy Costeira		565
Sebastião Salgado		608
MARCELO ALMEIDA		820
Luiz Alberto		954
GERALDO SIMOES		446
Antonio Honorato		575
		603
Regina Marinho		823

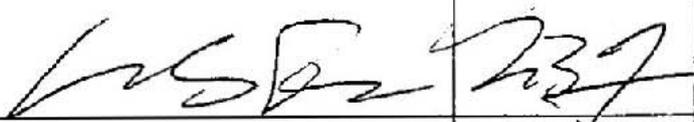
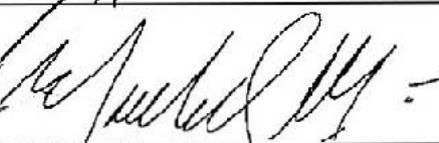
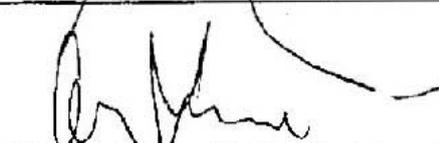
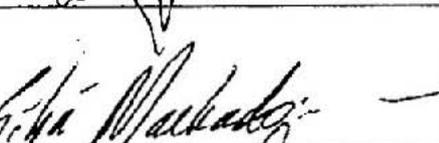
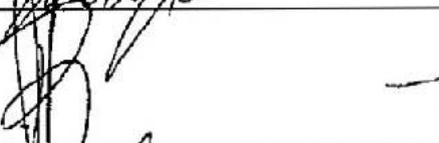
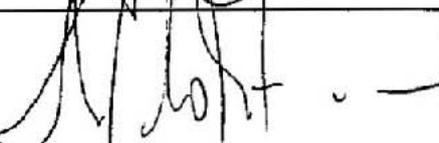
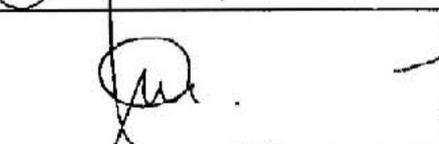
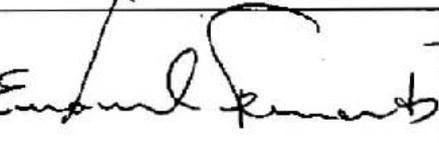
NOME	ASSINATURA	GABINETE
OTAVIO LEITE		225
ADEVON BENTON		410
ARTHUR O. MAIA		537
JOSÉ ROCHA		908
CARLOS DE GUS		948
MARCON		569.
ZECI DINCEV		613
LEON MARINELLI		920
GIORGIO CERINI		468
PAULO FERREIRA		277
MILAZO		762

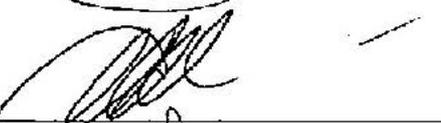
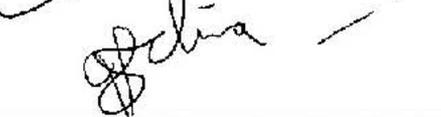
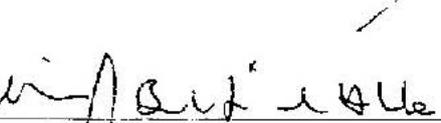
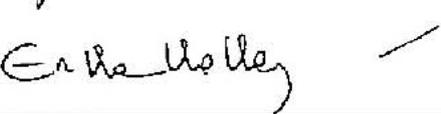
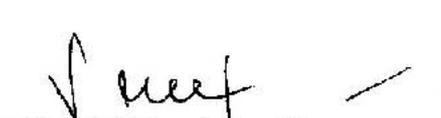
NOME	ASSINATURA	GABINETE
		619
		471
		227
MENDONÇA FILHO		314
FELIPE MAIA		528
Luiz de Deus		939
		637
Barrista Bola		626
IZALCI		284
Julio César		944
João Francisco		938

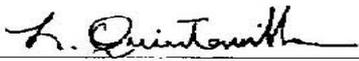
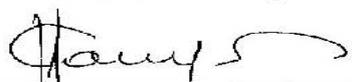
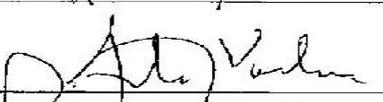
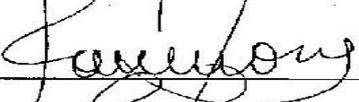
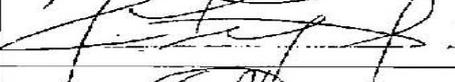
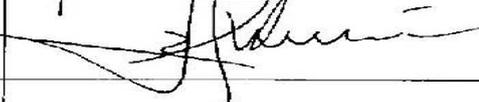
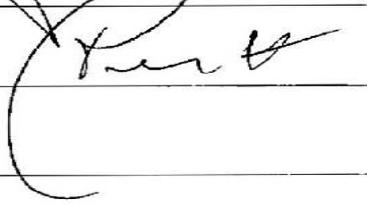
NOME	ASSINATURA	GABINETE
PEDRO CHAVEZ		406
GIVALDO CARIMBAO		732
ELISEU PADILHA		227
Marcelo Aguiar		321
JOÃO LYRA		720
FELIX MEDONÇA JR		912
FRANCISCO FLORIANO		719
INOCÊNCIO OLIVEIRA		267
Dr. Paulo Lima		904
Dep. Renato Nollay		337
Maurício Amarello Lora		425

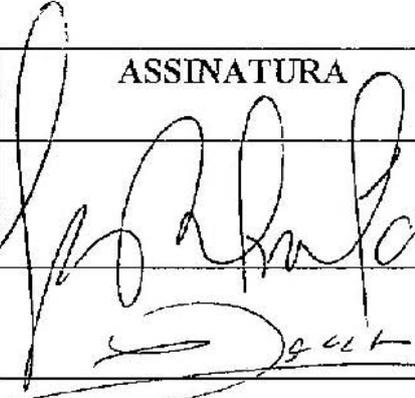
NOME	ASSINATURA	GABINETE
Newton Prado		932
Mário Negromonte		245
Vicente Condeia		819
Poucaredo		352
Edson Santos		402
Luiz Lorenz		409
Sis de Araujo		530
Fernando Ferraz		427
Francisco Chaves		611
Roberto Moura		452
V. SIRADU		574

NOME	ASSINATURA	GABINETE
NELSON MEURER		916
George Hilton		843
ANTONIO BUHÕES		327
VIEIRA DA CUNHA		711
ANDRÉ ZACHAROW		238
ARNALDO F. DE SA		989
Beto Ara		723
LUIZ COUTO		442
Migueloni		312
		848
	Paulo FERREIRA	545

NOME	ASSINATURA	GABINETE
AMANDA TAVARES		237
EDIVALDO TRAVASSOS		418
Manoel Ceatim		811
CARLOS BEZERRA		815
		422
ARALINDO CHUDAGLIA		-
Antonio Q. Bill		260
GUIMARÃES - PT CE		358
Daniel Forte - MOD - CE		384
MÁRCIO MACEDO		654
Emanuel Fernandes		760

NOME	ASSINATURA	GABINETE
MARCOS MESIANO		834.
José Nunes		728.
Zilda		265
Pouso - Brasil		366
ADRIANA FLORENCO		481
Alicia		740
Pódua TOM		780
ASSIS DO COURO		428
ERIKA KOKAY		203
Paula Tarpiney		281
Reginaldo W/S		426

NOME	ASSINATURA	GABINETE
LEOMAR QUINTANILHA		478
JUAREZ COIMBRA		274
JULIO CAMPOS		524
Amorim Valdeir		672
Antônio Lucio		444
Jedair Fighali		622
WILSON FILHO		534
E. AMIN		252
SARAIVA FELIPE		429
ROGERIO CARVALHO		641

NOME	ASSINATURA	GABINETE
DEP. GONZAGA Patrícia		430
Luiza Grandine		620

Ofício n. 142/2013 - SGM

Brasília, 19 de março de 2013.

Ao Senhor

MOZART VIANNA DE PAIVA

Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral da Mesa,

Solicito a V. SA. a gentileza de verificar a possibilidade da conferência das assinaturas constantes das folhas originais numeradas de 1 a 25, anexas, recebidas nesta data, referentes ao Requerimento s/n, de 2013-CN, que solicita a prorrogação por mais 120 dias do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “investigar a situação da violência contra a mulher, no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”.

Atenciosamente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa

SGM n. 97/2013

Brasília, 20 de março de 2013.

À Senhora

CLAUDIA LYRA NASCIMENTO

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

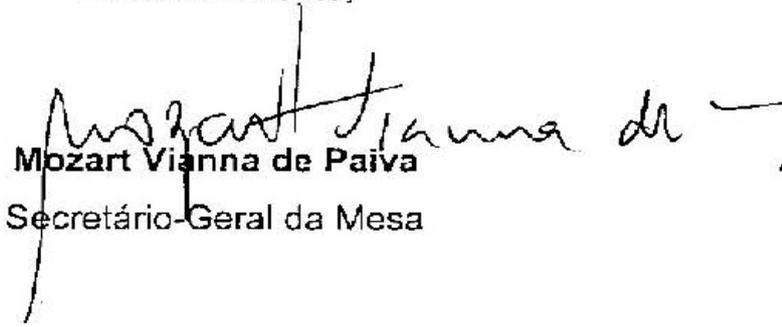
N E S T A

Assunto: **Conferência de assinatura de Deputado.**

Senhora Secretária-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 142/2013-SGM de 19 de março de 2013, a conferência das assinaturas constantes das folhas originais numeradas de 1 a 25, anexas, referentes ao Requerimento s/n, de 2013-CN, que solicita a prorrogação por mais de 120 dias do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de "investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência".

Atenciosamente,



Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SGM - SECAP****Conferência de Assinaturas**

20/03/2013 11:06:22

Página: 001

Proposição: OF. 0142/13**Autor da Proposição:** SENADO FEDERAL**Data de Apresentação:** 19/03/2013

Ementa: Encaminha Requerimento s/n, de 2013-CN, que solicita a prorrogação por mais 120 dias do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Folha: 01

Deputado	Partido	UF	Confere
JÔ MORAES	PCcoB	MG	SIM ✓1
KEIKO OTA	PSB	SP	SIM ✓2
DR. ROSINHA	PT	PR	SIM ✓3
ROSANE FERREIRA	PV	PR	SIM ✓4
CARMEN ZANOTTO	PPS	SC	SIM ✓5

Folha: 02

Deputado	Partido	UF	Confere
VITOR PAULO	PRB	RJ	SIM ✓6
ROSINHA DA ADEFAL	PTdoB	AL	SIM ✓7
WALDIR MARANHÃO	PP	MA	SIM ✓8
CLEBER VERDE	PRB	MA	SIM ✓9
GORETE PEREIRA	PR	CE	SIM ✓10
JAIME MARTINS	PR	MG	SIM ✓11
BETO MANSUR	PP	SP	NÃO X
SANDRO MABEL	PMDB	GO	SIM ✓12
PROFESSOR SETIMO	PMDB	MA	SIM ✓13
SARNEY FILHO	PV	MA	SIM ✓14
RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP	SIM ✓15

Folha: 03

Deputado	Partido	UF	Confere
HUMBERTO SOUTO	PPS	MG	SIM ✓16

RUBENS BUENO	PPS	PR	SIM 
ARNALDO JORDY	PPS	PA	SIM 
ROBERTO FREIRE	PPS	SP	SIM 
ALMEIDA LIMA	PPS	SE	SIM 
JOSÉ AUGUSTO MAIA	PTB	PE	SIM 
STEPAN NERCESSIAN	PPS	RJ	SIM 
AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF	SIM 
SIMPLÍCIO ARAÚJO	PPS	MA	SIM 
FLAVIANO MELO	PMDB	AC	SIM 
NILMAR RUIZ	PEN	TO	SIM 

Folha: 04

Deputado	Partido	UF	Confere
ANDREIA ZITO	PSDB	RJ	SIM 
AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	SIM 
CARLOS BRANDÃO 	PSDB	MA	SIM 
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	SIM 
SEVERINO NINHO	PSB	PE	SIM 
LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	SIM 
WLADIMIR COSTA	PMDB	PA	SIM 
DELEGADO PROTÓGENES	PCdoB	SP	SIM 
CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC	PE	SIM 
RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM 
EFRAIM FILHO	DEM	PB	SIM 

Folha: 05

Deputado	Partido	UF	Confere
SUELI VIDIGAL	PDT	ES	SIM 
PAULO RUBEM SANTIAGO	PDT	PE	SIM 
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	SIM 
NILSON PINTO	PSDB	PA	SIM 
JÚLIO CESAR	PSD	PI	SIM 
DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	PR	MA	SIM 
LÚCIO VALE	PR	PA	SIM 
MARCELO MATOS	PDT	RJ	SIM 
RICARDO IZAR	PSD	SP	SIM 
ASSIS MELO	PCdoB	RS	SIM 
DOMINGOS DUTRA	PT	MA	SIM 

Folha: 06

Deputado	Partido	UF	Confere
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	SIM ✓1
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	SIM ✓2
LUCIANA SANTOS	PCdoB	PE	SIM ✓3
ROBERTO BRITTO	PP	BA	SIM ✓4
TONINHO PINHEIRO	PP	MG	SIM ✓5
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	SIM ✓6
MARCUS PESTANA	PSDB	MG	SIM ✓7
EDSON PIMENTA	PSD	BA	SIM ✓8
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	SIM ✓9
ROBERTO SANTIAGO	PSD	SP	SIM ✓10
DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB	SIM ✓11

Folha: 07

Deputado	Partido	UF	Confere
DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	SIM ✓12
CHICO LOPES	PCdoB	CE	SIM ✓13
CHICO DAS VERDURAS	PRP	RR	SIM ✓14
NAZARENO FONSELES	PI	PI	SIM ✓15
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	SIM ✓16
DR. JORGE SILVA	PDT	ES	SIM ✓17
MAGDA MOFATTO	PTB	GO	SIM ✓18
FERNANDO LOPES	PMDB	RJ	SIM ✓19
AUREO	PRTB	RJ	SIM ✓20
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS	SIM ✓21
OSMAR JÚNIOR	PCdoB	PI	SIM ✓22

Folha: 08

Deputado	Partido	UF	Confere
FELIPE MAIA	DEM	RN	SIM ✓23
ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE	SIM ✓24
DCMINGOS SÁVIO	PSDB	MG	SIM ✓25
WILLIAM DIB	PSDB	SP	SIM ✓26
VAZ DE LIMA	PSDB	SP	SIM ✓27
MILTON MONTI	PR	SP	SIM ✓28
BRUNA FURLAN	PSDB	SP	SIM ✓29
COSTA FERREIRA	PSC	MA	SIM ✓30
MANOEL JUNIOR	PMDB	PB	SIM ✓31

WELLINGTON ROBERTO	PR	PB	SIM <i>U1</i>
SANDES JÚNIOR	PP	GO	SIM <i>U2</i>

Folha: 09

Deputado	Partido	UF	Confere
ROMÁRIO	PSB	RJ	SIM <i>U3</i>
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	SIM <i>U4</i>
ISAIAS SILVESTRE	PSB	MG	SIM <i>U5</i>
GLAUBER BRAGA	PSB	RJ	SIM <i>U6</i>
LEOPOLDO MEYER	PSB	PR	SIM <i>U7</i>
ANTONIO BALHMANN	PSB	CE	SIM <i>U8</i>
PAULO FOLETTTO	PSB	ES	SIM <i>U9</i>
PASTOR EURICO	PSB	PE	SIM <i>U10</i>
DR. UBIALI	PSB	SP	SIM <i>U11</i>
JOSE STÉDILE	PSB	RS	SIM <i>U12</i>
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	SIM <i>U13</i>
VALTENIR PEREIRA	PSB	MT	SIM <i>U14</i>

Folha: 10

Deputado	Partido	UF	Confere
FLÁVIA MORAIS	PDT	GO	SIM <i>U15</i>
ENIO BACCI	PDT	RS	SIM <i>U16</i>
ALFREDO SIRKIS	PV	RJ	SIM <i>U17</i>
SIMÃO SESSIM	PP	RJ	SIM <i>U18</i>
SERGIO GUERRA	PSDB	PE	SIM <i>U19</i>
REINALDO AZAMBUJA	PSDB	MS	SIM <i>U20</i>
FERNANDO FRANCISCHINI	PEN	PR	SIM <i>U21</i>
CARLOS ROBERTO	PSDB	SP	SIM <i>U22</i>
NELSON PADOVANI	PSC	PR	NÃO <i>X</i>
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	SIM <i>U23</i>
FRANCISCO PRACIANO	PT	AM	SIM <i>U24</i>

Folha: 11

Deputado	Partido	UF	Confere
EURICO JÚNIOR	PV	RJ	SIM <i>U25</i>
JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM <i>U26</i>
CELSO JACOB	PMDB	RJ	SIM <i>U27</i>
BOHN GASS	PT	RS	SIM <i>U28</i>
NILDA GONDIM	PMDB	PB	SIM <i>U29</i>
PAULO CESAR QUARTIERO	DEM	RR	NÃO <i>X</i>

JAQUELINE RORIZ	PMN	DF	SIM ✓ 19
REGUFFE	PDT	DF	SIM ✓ 20
CARLOS ZARATTINI	PT	SP	SIM ✓ 23
VANDER LOUBET	PT	MS	SIM ✓ 24
OSVALDO REIS	PMDB	TO	SIM ✓ 25

Folha: 12

Deputado	Partido	UF	Confere
PENNA	PV	SP	SIM ✓ 27
PAULO WAGNER	PV	RN	SIM ✓ 28
PASTOR MARCO FELICIANO	PSC	SP	SIM ✓ 29
ARTUR BRUNO	PT	CE	SIM ✓ 30
PROFESSOR SÉRGIO DE OLIVEIRA	PSC	PR	SIM ✓ 31
HÉLIO SANTOS	PSD	MA	SIM ✓ 32
JHONATAN DE JESUS	PRB	RR	SIM ✓ 33
DAVI ALCOLUMBRE	DEM	AP	SIM ✓ 34
MANATO	PT	ES	SIM ✓ 35
ALMEIDA LIMA	PPS	SE	SIM (R) ✓ 36
ANTÔNIO ROBERTO	PV	MG	SIM ✓ 37

Folha: 13

Deputado	Partido	UF	Confere
MANOEL SALVIANO	PSD	CE	SIM ✓ 38
SERGIO ZVEITER	PSD	RJ	SIM ✓ 39
JORGE BITTAR	PT	RJ	SIM ✓ 40
MARGARIDA SALOMÃO	PT	MG	SIM ✓ 41
LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	SIM ✓ 42
RONALDO ZULKE	PT	RS	SIM ✓ 43
JOÃO ARRUDA	PMDB	PR	SIM ✓ 44
JOSÉ MENTOR	PT	SP	SIM ✓ 45
VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA	SIM ✓ 46
ALEX CANZIANI	PTB	PR	SIM ✓ 47
BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS	PR	MG	SIM ✓ 48

Folha: 14

Deputado	Partido	UF	Confere
JOÃO MAIA	PR	RN	SIM ✓ 49
JOSÉ GENOÍNO	PT	SP	SIM ✓ 50
ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA	SIM ✓ 51
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	SIM ✓ 52

ELEUSES PAIVA	PSD	SP	SIM ✓1
IVAN VALENTE	PSOL	SP	SIM ✓2
JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP	SIM ✓3
DÉCIO LIMA	PT	SC	SIM ✓4
LUIZ PITIMAN	PMDB	DF	SIM ✓5
PAULO PIMENTA	PT	RS	SIM ✓6
DR. UBIALI	PSB	SP	SIM (R)

Folha: 15

Deputado	Partido	UF	Confere
ALESSANDRO MOLON	PT	RJ	SIM ✓7
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	SIM ✓8
DELEY	PSC	RJ	SIM ✓9
RUY CARNEIRO	PSDB	PB	SIM ✓10
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	SIM ✓11
MARCELO ALMEIDA	PMDB	PR	SIM ✓12
LUIZ ALBERTO	PT	BA	SIM ✓13
GERALDO SIMÕES	PT	BA	SIM ✓14
ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE	SIM ✓15
VICENTE ARRUDA	PR	CE	SIM ✓16
ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	SIM ✓17

Folha: 16

Deputado	Partido	UF	Confere
OTAVIO LEITE	PSDB	RJ	SIM ✓18
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	SIM ✓19
ARTHUR OLIVEIRA MAIA	PMDB	BA	SIM ✓20
JOSÉ ROCHA	PR	BA	SIM ✓21
ANSELMO DE JESUS	PT	RO	SIM ✓22
MARCON	PT	RS	SIM ✓23
ZECA DIRCEU	PT	PR	SIM ✓24
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	SIM ✓25
GIOVANI CHERINI	PDT	RS	SIM ✓26
PAULO FERREIRA DA SILVA	PDT	SP	SIM ✓27
GIACOBO	PR	PR	SIM ✓28

Folha: 17

Deputado	Partido	UF	Confere
ZOINHO	PR	RJ	SIM ✓29
MANUEL ROSA NECA	PR	RJ	SIM ✓30

RONALDO CAIADO	DEM	GO	SIM (R)
MENDONÇA FILHO	DEM	PE	SIM ✓
FELIPE MAIA	DEM	RN	SIM (R)
LUIZ DE DEUS	DEM	BA	SIM ✓
TIRIRICA	PR	SP	SIM ✓
CAMILO COLA	PMDB	ES	SIM ✓
IZALCI	PSDB	DF	SIM ✓
JÚLIO CESAR	PSD	PI	SIM (R)
DAMIÃO FELICIANO	PCT	PB	SIM (R)

Folha: 18

Deputado	Partido	UF	Confere
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	SIM ✓
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	SIM (R)
ELISEU PADILHA	PMDB	RS	SIM ✓
MARCELO AGUIAR	PSD	SP	SIM ✓
JOÃO LYRA	PSD	AL	SIM ✓
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA	SIM ✓
FRANCISCO FLORIANO	PR	RJ	SIM ✓
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PR	PE	SIM ✓
DR. PAULO CÉSAR	PSD	RJ	SIM ✓
RENATO MOLLING	PP	RS	SIM ✓
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	AL	SIM ✓

Folha: 19

Deputado	Partido	UF	Confere
NEWTON CARDOSO	PMDB	MG	SIM ✓
MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA	SIM ✓
VICENTE CANDIDO	PT	SP	SIM ✓
POLICARPO	PT	DF	SIM ✓
EDSON SANTOS	PT	RJ	SIM ✓
LUIZ SÉRGIO	PT	RJ	SIM ✓
ÍRIS DE ARAÚJO	PMDB	GO	SIM ✓
FERNANDO FERRO	PT	PE	SIM ✓
FRANCISCO CHAGAS	PT	SP	SIM ✓
FABIO TRAD	PMDB	MS	SIM ✓
VANDERLEI SIRAQUE	PT	SP	SIM ✓

Folha: 20

Deputado	Partido	UF	Confere
NELSON MEURER	PP	PR	SIM ✓ 1
GEORGE HILTON	PRB	MG	SIM ✓ 2
ANTONIO BULHÕES	PRB	SP	SIM ✓ 3
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	SIM ✓ 4
ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR	SIM ✓ 5
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	SIM ✓ 6
BETO FARO	PT	PA	SIM ✓ 7
LUIZ COUTO	PT	PB	SIM ✓ 8
FERNANDO MARRONI	PT	RS	SIM ✓ 9
CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	SIM ✓ 10
PAULO FERREIRA	PT	RS	SIM ✓ 11

Folha: 21

Deputado	Partido	UF	Confere
AMAURI TEIXEIRA	PT	BA	SIM (R) ✓ 12
EDINHO ARAÚJO	PMDB	SP	SIM ✓ 13
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	SIM ✓ 14
CARLOS BEZERRA	PMDB	MT	SIM ✓ 15
SIBÁ MACHADO	PT	AC	SIM ✓ 16
ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	SIM ✓ 17
BIFFI	PT	MS	SIM ✓ 18
JOSÉ GUIMARÃES	PI	CE	SIM ✓ 19
DANILO FORTE	PMDB	CE	SIM ✓ 20
MÁRCIO MACÊDO	PT	SE	SIM ✓ 21
EMANUEL FERNANDES	PSDB	SP	SIM ✓ 22

Folha: 22

Deputado	Partido	UF	Confere
MARCOS MEDRADO	PDT	BA	SIM ✓ 23
JOSÉ NUNES	PSD	BA	SIM ✓ 24
ZÉ GERALDO	PT	PA	SIM ✓ 25
PAULÃO	PT	AL	SIM ✓ 26
AFONSO FLORENCE	PT	BA	SIM ✓ 27
VICENTINHO	PT	SP	SIM ✓ 28
PADRE TON	PT	RO	SIM ✓ 29
ASSIS DO COUTO	PT	PR	SIM ✓ 30
ERIKA KOKAY	PT	DF	SIM ✓ 31
PAULO TEIXEIRA	PT	SP	SIM ✓ 32
REGINALDO LOPES	PT	MG	SIM ✓ 33

Folha: 23

Deputado	Partido	UF	Confere
LEOMAR QUINTANILHA	PMDB	TO	SIM ✓1
JÚNIOR COIMBRA	PMDB	TO	SIM ✓2
JÚLIO CAMPOS	DEM	MT	SIM ✓3
ANGELO VANHONI	PT	PR	SIM ✓4
ANTÔNIA LÚCIA	PSC	AC	SIM ✓5
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	SIM ✓6
WILSON FILHO	PMDB	PB	SIM ✓7
ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC	SIM ✓8

Folha: 24

Deputado	Partido	UF	Confere
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	SIM ✓9
ROGÉRIO CARVALHO	PT	SE	SIM ✓10

Folha: 25

Deputado	Partido	UF	Confere
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	SIM ✓11
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	SIM ✓12

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 21 de março, simbolicamente, é o dia internacional de combate a todo tipo de preconceito e discriminação.

V. Ex^a teve uma bela iniciativa para prorrogar essa importante CPI que combate a violência contra as mulheres, exatamente no dia 21 de março do corrente, o Dia Internacional de Combate aos Preconceitos.

Cumprimento a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro, como Líder. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Houve permuta entre o Senador Sérgio Souza e Acir Gurgacz. Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz. Em seguida, passaremos a palavra, como Líder, ao Senador Ricardo Ferraço, que anuncia que falará depois do nobre Líder Acir Gurgacz.

E me permita, Senador Acir Gurgacz: eu tuitei neste momento e disse a V. Ex^a que fiquei muito satisfeito com a franqueza do novo Ministro do Trabalho,

Manoel Dias, do PDT, quando ele declarou que é compromisso partidário o combate ao fator previdenciário.

Parabéns, Ministro! Parabéns, Senador Acir Gurgacz!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, hoje pela manhã, realizamos uma audiência pública importante na Comissão de Infraestrutura, em que debatemos com o General Jorge Fraxe, Diretor-Geral do Dnit, e afirmamos a importância de vermos a nossa BR-364 sendo restaurada o mais rápido possível, matéria que já debatemos amplamente no Ministério dos Transportes, já debatemos amplamente no Dnit, a Bancada do Estado de Rondônia, juntamente com a Bancada do Acre e com a bancada do Mato Grosso, pois precisamos ter a BR-364 restaurada o mais rápido possível.

Não adianta mais fazer o serviço de tapa-buraco, fazer o serviço de remendo. A BR-364 está como uma colcha de retalhos e precisa ser restaurada, precisa

ser reconstruída novamente. Essa BR foi inaugurada em 1984 para uma realidade da época, totalmente diferente da realidade hoje, em que a produção agrícola e pecuária do Estado de Rondônia é por ali transportada, assim como a produção agrícola do Estado de Mato Grosso, que utiliza a BR-364 até Porto Velho e, de lá, em balsas pelo Rio Madeira, chega a Itacoatiara, onde ganha os mares. Portanto, foi muito importante a audiência pública realizada hoje na Comissão de Infraestrutura.

Trago também, Sr. Presidente, o seguinte tema:

O Estado de Rondônia é o segundo produtor de café conilon do País, produzindo cerca de 1 milhão de sacas por ano. É o sétimo produtor nacional de leite, com um volume de 2 milhões de litros diários. A produtividade de ambos os sistemas é baixa, reflexo do baixo nível de inovação tecnológica. São 3 litros de leite/dia por animal, e apenas 11 sacas de café beneficiado por hectare. Considerando que Rondônia já foi o maior produtor de café conilon do País, produzindo, há 10 anos, cerca de 4 milhões de sacas/ano, sabemos que temos condições de retornar a esse patamar de produção, em condições muito melhores.

A redução da participação rondoniense na produção nacional de café, nos anos recentes, foi causada pela perda da competitividade da agricultura estadual, reflexo claro da falta de investimentos em assistência técnica, em inovação tecnológica e na gestão integrada das cadeias produtivas. O grande desafio do Governo do Estado, dos agricultores e empresários do setor, assim como também tem sido o nosso desafio, aqui no Senado, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é melhorar o patamar tecnológico em que se encontra a agricultura familiar de Rondônia.

E bom ressaltar e ressalvar que a nossa agricultura, de modo geral, e em particular alguns setores, como a pecuária, a piscicultura, a soja, o milho e os grãos de forma geral, estão em franco desenvolvimento no Estado de Rondônia. Mas esses setores crescem dentro do modelo da agricultura empresarial, que não depende tanto da assistência técnica e do apoio do Governo como dependem os nossos pequenos agricultores, que são mais de 80 mil propriedades no Estado de Rondônia.

O que nos preocupa ao analisar a situação da agricultura familiar é justamente o fato de que temos tecnologia conhecida para aumentar a produção e a produtividade do café e do leite, assim como de todas as demais culturas em nosso Estado. O que ainda não conseguimos é fazer com que essas tecnologias cheguem ao agricultor e sejam adotadas por eles. Falta assistência técnica e extensão rural.

Essa discussão alimentou boa parte dos debates que realizamos nos últimos dois anos na Comissão de Agricultura.

Debatemos a situação da pecuária leiteira em Rondônia em audiências públicas aqui no Senado e em Rondônia, nos Municípios de Alvorada do Oeste, São Miguel, Seringueiras e Nova Brasilândia, com o apoio da Associação Rondoniense de Municípios (Arom) e também com o apoio do governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura do Estado.

Além da falta de assistência técnica e de condições para o beneficiamento da produção, os produtores denunciavam a cartelização dos grandes laticínios para a compra do leite. Uma das alternativas que encontramos, juntamente com os produtores e também com o Governo do Estado, foi a de ativar definitivamente o Conselho Estadual do Leite (Conseleite/RO), para que este conselho determine o preço justo para o nosso produtor.

Como medida legislativa para resolver o problema, aprovamos, na Comissão de Agricultura, o PLC 80/2011, estabelecendo a obrigatoriedade de as indústrias informarem, até o dia 25 de cada mês, anterior à entrega do produto, o preço a ser pago aos produtores. Esse projeto foi sancionado pela Presidenta Dilma e a norma está em vigência.

No que diz respeito à cafeicultura, realizamos seminários em Cacoal e Ji-Paraná que resultaram na elaboração de um plano de ação para fomentar o setor no Estado, de forma que os agricultores possam retomar o plantio com mais tecnologia, assistência técnica, acesso a crédito e apoio governamental.

Enfim, Sr. Presidente, meus amigos e minhas amigas, agricultores do Estado de Rondônia, temos o diagnóstico da situação, algumas propostas para melhorar esse quadro e também algumas ações que estão em andamento.

A verdade é que a maioria dos agricultores familiares possui poucos recursos para acessar as novas tecnologias. Por outro lado, existe um grupo emergente de produtores ávidos por tecnologia e com algum recurso, mas que ainda não conseguiu contato regular com a assistência técnica necessária. Simplesmente porque temos poucos técnicos que ensinem ao produtor rural as práticas corretas de plantio, cultivo, colheita, armazenamento e comercialização de sua safra.

A Emater de Rondônia presta importante serviço ao Estado, mas a limitação de pessoal e o acúmulo de funções na organização fazem com que tenhamos apenas técnicos generalistas, que acompanham muitas propriedades, o que dificulta a assistência técnica efetiva e direta. A agricultura de Rondônia aguarda a implantação da Agência Nacional de Assistência

Técnica e Extensão Rural, anunciada pela Presidenta Dilma em junho de 2012. Esse é um dos desafios do Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, empossado no sábado passado, e do Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário.

Precisamos de especialistas para cada setor e que possam auxiliar os produtores de café e de leite em toda a cadeia produtiva, lá no campo, ao lado do produtor rural. E, nesse sentido, além da contratação de pessoal qualificado, faz-se necessária a integração entre as agências de desenvolvimento de tecnologia, como a Embrapa, e as de fomento da agricultura, como a Emater e a Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia.

O que discutimos com o Governo do Estado, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a Embrapa e a Emater é a implantação de uma proposta de inovação tecnológica que visa o aumento da competitividade da agricultura familiar rondoniense, através de uma ação de otimização da assistência técnica oferecida pelo Estado.

Neste momento em que a economia de Rondônia está aquecida e que vislumbramos a melhoria da infraestrutura e da logística para o escoamento da safra, precisamos somar esforços institucionais, técnicos, científicos e políticos para executar ações inovadoras, como o programa integrado do desenvolvimento dos produtores de leite cooperados da Cooperativa Agroindustrial de Vilhena (Coopervil), que pode ser um exemplo para o Estado. Esse programa busca multiplicar a produção, melhorar a genética e o manejo do rebanho com pastagens adequadas, treinamento e capacitação dos produtores, visando o incremento econômico do Estado de Rondônia.

No que diz respeito à cafeicultura e à pecuária leiteira do Estado, também recebemos uma proposta da Embrapa Rondônia, desenvolvida como sugestão para a Secretaria de Estado da Agricultura, para a qual destinamos total apoio na sua implantação.

Com a participação efetiva da Embrapa, junto com a Emater e a Seagri, podemos otimizar resultados em inovação no aumento da produtividade e da competitividade do café e do leite no Estado.

Destaco apenas quatro tópicos dessa proposta:

1 – O estabelecimento de uma força-tarefa na Emater, de trabalho exclusivo com leite e com café nos principais Municípios produtores. A Embrapa capacitará esses técnicos em um sistema de produção adaptado aos pequenos produtores, mas capaz de melhorar o volume e a qualidade do produto.

2 – O trabalho será progressivo e pedagógico. Para o rebanho leiteiro, será trabalhada a nutri-

ção, que inclui o manejo de pastagens, sanidade e genética. Para a cafeicultura, será trabalhada a poda, adubação e correção do solo, colheita e pós-colheita. A grande motivação para o resgate da cafeicultura de Rondônia é o lançamento da primeira variedade de café genuinamente de Rondônia, chamada BRS Conilon.

3 – O governo incentivará o programa através do fornecimento do calcário para os participantes. Também negociará com os bancos o subsídio ao crédito para os participantes do programa através do pagamento dos juros para os produtores que se fizerem adimplentes. Esta é uma ação que o Governo de Estado já está fazendo, assumindo os juros dos agricultores que tomam empréstimo através do Pronaf. O Governo Federal garante 57% do pagamento dos juros e o Governo de Estado garante o pagamento dos outros 50% dos juros, o que vem beneficiar e muito a melhoria da produtividade e o engrandecimento dos nossos agricultores.

4 – O programa de pecuária leiteira incluirá parceria com os laticínios, visando o aumento e a regularidade da oferta de leite aos mesmos, visando a redução de custos e a maior competitividade do setor lácteo rondoniense.

Com prazer, concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nobre Senador Acir, só para testemunhar o trabalho que V. Ex^a vem desempenhando na área da agricultura e pecuária de Rondônia. Como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, V. Ex^a levou para Rondônia inúmeras reuniões da Comissão, transmitidas pela Rádio e TV Senado, de que participaram centenas, milhares de produtores, pecuaristas e agricultores. E V. Ex^a continua contribuindo e colaborando, como membro titular e Vice-Presidente da Comissão, juntamente com o Senador Benedito de Lira. V. Ex^a aborda, neste momento, temas importantíssimos da economia de Rondônia, como a cafeicultura, o setor leiteiro, o cacau, a produção de soja e de gado. Rondônia tem um grande rebanho de gado leiteiro, uma grande bacia leiteira, e tem trazido dividendos para os agricultores, economia para os nossos pequenos agricultores, assim como a pecuária de gado de corte e de confinamento. Rondônia está entrando numa era moderna na pecuária de leite e de corte e na agricultura, num momento de mecanizações, de calcário. Não tenho dúvida de que Rondônia vai continuar crescendo cada vez mais, e os setores da agricultura e pecuária têm sido muito importantes para elevar os índices de desenvolvimento humano do nosso Estado, nas áreas de educação e

de saúde. Parabéns pelo pronunciamento. Estamos juntos trabalhando para que nosso Governador Confúcio Moura consiga implementar os programas que tem lançado, de distribuição de calcário, de mecanização de áreas, de incentivo à produção, pedindo também um reforço aos nossos bancos de fomento, como o Banco da Amazônia, que tem emprestado muito dinheiro para os produtores, tanto para a agricultura e pecuária como para a indústria, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. São bancos públicos que têm contribuído muito com o desenvolvimento de Rondônia. Não vamos dizer que os bancos privados não têm ajudado, mas, sobretudo, estas três instituições financeiras, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, pelo seu aparte e também pelo apoio que tem dado ao nosso trabalho na Comissão de Agricultura e ao nosso Governador Confúcio Moura, do PMDB. Ele e o Vice, do PDT, Airton, juntos fazem um grande trabalho à frente da administração do Estado do Rondônia, que tem investido, e muito, na agricultura, no agronegócio, mas principalmente na agricultura familiar. É o trabalho grande do nosso Governador com toda a equipe que compõe o Governo ligado a essa área, o Secretário da Agricultura, o Presidente da Emater. Desenvolvem um trabalho grande, em parceria com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e também com a Embrapa, que tem um investimento grande em nosso País e, especialmente no Estado de Rondônia.

Essas ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, pelo setor privado e por cooperativas poderão, até o final do ano, quando Rondônia sediará um evento internacional da cadeia produtiva do leite, auxiliar a termos um setor mais produtivo e organizado.

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2013, a cidade de Porto Velho será anfitriã do XI Congresso Internacional do Leite, evento que reunirá empresários, produtores e investidores de diversos países.

Portanto, Rondônia, por intermédio do Governo Confúcio, faz um grande trabalho, e nós vamos ver a produção de leite e derivados, de grãos e de pescados aumentar, e muito, no Estado de Rondônia.

Outro assunto que trago para o plenário do Senado nesta tarde é o projeto de lei que regulamenta a transposição dos servidores do ex-Território Federal de Rondônia para os quadros da União – já discutimos aqui, inúmeras vezes, Senador Paim, este tema e voltamos à discussão –, aprovado há duas semanas na Câmara dos Deputados e que está na Ordem do Dia para votação no plenário do Senado Federal. Nossa expectativa era que pudéssemos votar hoje. No

entanto, a pauta está trancada por conta de medidas provisórias que têm preferência na votação.

Desse modo, gostaria de solicitar ao Presidente Renan Calheiros, ao Colegiado de Líderes e à Mesa Diretora que, tão logo vencidas essas matérias, colocássemos para apreciação em regime de urgência urgentíssima o PLC nº 2, de 2013, que trata da transposição dos servidores de Rondônia para os quadros da União.

Essa é uma reivindicação antiga, uma batalha justa que travamos aqui no Congresso, e é a última etapa para que os servidores que auxiliaram na formação de nosso Estado tenham seus direitos reconhecidos pela União.

O Governo do Estado, com o apoio do Ministério do Planejamento, já está com tudo pronto para transpor os servidores, inclusive com previsão orçamentária de R\$300 milhões para 2013.

Temos aí uma discussão com relação aos servidores policiais militares, e queremos, com eles e com o relator da matéria no Senado, o Senador Valdir Raupp, encontrar uma saída que contemple os servidores que são da Polícia Militar do Estado de Rondônia, que estão discutindo o tema, estão debatendo, e espero que possamos encontrar uma solução para que sejam incluídos na transposição, sem nenhum prejuízo aos servidores da honrosa Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, eram esses os assuntos que eu tinha para tratar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Acir Gurgacz.

Como Líder, fala o Senador Wellington Dias. Em seguida, como o Senador Romero Jucá permutou com o Senador Benedito de Lira, ele falará em seguida. Depois, vêm, na sequência, os outros Líderes...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... Senador Armando Monteiro, que pediu para adiar um pouco, eu adiei; Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Obrigado, Presidente. Obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero aqui dizer da minha alegria com o Plano de Capacitação lançado pelo Governo Federal.

O Governo vai capacitar os técnicos de Municípios de todo o País que trabalham na elaboração dos Planos Plurianuais, e o objetivo do Governo é fortale-

cer os PPAs federais e estaduais e municipais como instrumentos de planejamento e gestão.

Sr. Presidente, a ideia é trabalhar a partir do território de desenvolvimento de cada Estado. No meu Estado, o Estado do Piauí, nós temos lá 11 territórios de desenvolvimento. Então, cada região dessa tem um potencial, mas há a necessidade de uma qualificação do Município para que possa o Plano Plurianual não ser apenas um faz-de-conta.

Ao lado disso, eu tenho defendido junto ao Governo que a gente tenha a capacitação por intermédio, por exemplo, da Universidade Caixa, da Caixa Econômica Federal, que tem uma capilaridade em todo o Brasil, o que permita capacitar os programas do Governo Federal. Ou seja, nós temos aí cerca de 400 programas e subprogramas importantes, pelo menos 80, fazendo uma forte interface com os Municípios e há a necessidade de que haja, em cada Município, uma equipe que seja capaz de ali poder tratar sobre o programa e conhecê-lo com profundidade, acerca da elaboração e análise de projetos, sobre licenciamentos, licitação, enfim, tudo aquilo que, com certeza, emperram, muitas vezes, os convênios, as obras e as ações.

Sr. Presidente, sobre este tema, eu queria, na verdade, dar como lido o texto que trago aqui, porque eu queria me ater a um outro assunto também importante.

É com muito orgulho e alegria que registro aqui, neste plenário, o crescimento do índice de aprovação do Governo da Presidenta Dilma.

Segundo a pesquisa CNI/Ibope, divulgada nessa terça-feira pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, são vários números que nos deixam extremamente felizes por ser este um Governo, não só de meu Partido e de uma Frente de Partidos que dão sustentação ao Governo da Presidenta Dilma, mas pelo êxito da primeira mulher Presidente do Brasil. Ou seja, há algo novo no Brasil. Eu sei que havia muita dúvida e, como ela mesma disse, por ocasião de sua posse, ela ouviu de uma criança: “A mulher pode!” A mulher pode fazer, sim, um governo dentro dos interesses maiores de nosso País.

A avaliação sobre o modo de governar da Presidenta Dilma subiu de 78% para 79% – quase 80%, Sr. Presidente. A confiança do povo na Presidenta passou de 73%, nas duas pesquisas anteriores, para 75%, agora. O otimismo em relação aos próximos meses do Governo – eu diria, otimismo com o Brasil – é o esperado por mais de 65% dos entrevistados.

E, para 63% dos entrevistados, o Governo Dilma é ótimo ou bom. Sr. Presidente, isso é um bom indicador, pois dizer que um governo é razoável é algo mais comum, mas alguém, espontaneamente, quando perguntado como avalia o Governo, se ótimo, bom,

regular, ruim, péssimo, afirmar que é ótimo ou bom – próximo de 2/3 dos questionados – é algo, realmente, excepcional.

O levantamento revelou também que 29% dos entrevistados consideram o Governo da Presidente como regular e apenas 7% como ruim ou péssimo. Reduziu, ainda, a fatia que desaprova a gerência da Presidente, atualmente em 17%. Ou seja, cresceu o número de pessoas que compreendem a Presidente como uma boa gerente do Brasil.

Na área da economia, Sr^{as} e Srs. Senadores, os que nos escutam pelo Brasil, a pesquisa CNI/Ibope, identificou que, de maneira mais geral, a população está mais satisfeita com o Governo.

Em relação ao combate à fome e à pobreza, a taxa subiu de 62% para 64%.

Sobre o meio ambiente, o avanço foi de 52% para 57%.

No quesito combate ao desemprego, a alta foi um pouco mais tênue, de 56% para 57%, mas é algo fundamental no momento em que o Brasil comemora uma das mais baixas taxas de desemprego, o que demonstra que a população sente, percebe isso em cada Município.

A política de combate à inflação recebeu a aprovação de 48%. Antes era considerada como positiva por 45% da população.

Sobre a educação, a taxa de aprovação subiu de 43% para 47%, uma área em que a população percebe importantes mudanças.

Em relação à taxa de juros, também a população percebe como um feito importante. Temos, hoje, uma das menores taxas de juros da história, embora muitas vezes ao consumidor chegue ainda elevada, mas, na média, tivemos grandes reduções. E 42% da população percebem e aprovam como um ponto importante.

Apenas três quesitos da pesquisa – e faço questão de registrar isto aqui – estão com taxas de desaprovação acima de 60%: a cobrança de impostos – ninguém gosta de impostos –, que está exatamente em 60%, o que mostra o quanto o Congresso Nacional está no caminho certo ao tratar do Pacto Federativo, da desoneração da folha, que ela trabalha, mais a discussão do ICMS, que vai gerar um impacto na carga tributária, com a redução desses impostos. Aliás, muitas vezes, eu não compreendo como é que não há uma mobilização importante para uma pauta como essa, uma pauta que vai reduzir de 19% para algo em torno de 8% – 4% na origem e 4% no destino. Então, é uma pauta realmente que, muitas vezes, é cobrada e, na hora em que está na Ordem do Dia, a gente não vê as mobilizações.

A segurança pública passou de 68% para 66% – ela tem uma redução, mas ainda é elevada. E a saúde, o maior problema da Presidenta, na avaliação da população, mas cuja taxa de desaprovação recuou de 74% para 67%.

Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para a discussão do que fazer das receitas aqui. Coloco aqui na mesa a discussão das receitas de *royalties*, de participação. Eu tenho sustentado a importância da prioridade para a educação. Eu acho fundamental um pouco mais de recursos para a educação, garantindo que se possa atingir a condição de dobrar os investimentos nessa área.

Mas, Sr. Presidente, não podemos esquecer da saúde. Isso aqui a população percebe e é real. Ainda há pouco, participamos, na Comissão de Assuntos Sociais, com os secretários de saúde dos Estados, e a grita é geral. Quer dizer, se de um lado não há dinheiro para pagar uma elevação na tabela do SUS para vários procedimentos, como garantir, lá embaixo, as condições desse atendimento? Do outro lado está a garantia das condições de mais recursos. É claro que tem que mudar o gerenciamento e outras coisas, mas essa é uma área fundamental. A estimativa é da necessidade de mais R\$60 bilhões – o que teríamos se não tivesse caído a CPMF.

Um estudo também anunciado nesta semana que me deixou imensamente feliz e ainda mais confiante de que estamos com o nosso projeto seguindo no caminho certo – e eu sempre ressalto que o importante é o projeto –, Sr. Presidente, foi um levantamento do Instituto Data Popular, baseado em cruzamentos e projeções da PNAD e da POF – ambas do IBGE: a classe média brasileira está mais escolarizada do que há 20 anos. O jovem da classe média de hoje, por exemplo, Sr^{as} e Srs. Senadores, possui 50% mais tempo de escolaridade do que o jovem que ocupava a mesma classe econômica há 20 anos.

E é bom lembrar que cresceu: dez anos atrás, nós tínhamos uma classe média na casa de 50% da população; agora, nós estamos falando de 85% da população.

Esse estudo aponta que houve um recente aumento no acesso a níveis mais elevados de escolaridade para a classe média no Brasil. Prova disso é a população de 25 a 44 anos ter 8,7 anos de escolaridade, número muito superior ao dos demais grupos. Por exemplo, de 44 a 64 anos, 5,8 anos de escolaridade, e os que estão acima de 64 anos, 2,8 anos de escolaridade. Isso significa dizer que os mais jovens possuem três vezes o tempo de estudo das pessoas mais idosas. Então, isso, para uma mudança que nós temos na pirâmide, uma pirâmide com uma base mais

larga, significa que nós vamos ter um aumento de produtividade, uma capacidade de iniciativa, de empreendedores, enfim, no nosso País espetacular.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o estudo também vincula a escolaridade com uma melhor remuneração. Mais escolarizados, os filhos das classes E, D e, principalmente, das classes B e C passam a ocupar cargos que necessitam de maior especialização e por isso conseguem melhor remuneração. Enquanto para os com a idade mais avançada as principais ocupações são de atividades ligadas aos serviços domésticos ou à agricultura, para os mais jovens, a liderança é assumida por cargos que começam já de vendedores, atendentes até cargos técnicos mais importantes.

Então eu queria hoje, nesta sessão, fazer esse registro para dizer do quanto tenho orgulho deste momento que vive o Brasil.

Parabéns à Presidenta Dilma e toda a sua equipe! Parabéns ao Congresso Nacional por ter respondido a muitas propostas importantes aqui apresentadas! E, em nome de V. Ex^a, saúdo os que fazem o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS.

O SR WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o governo federal vai capacitar os técnicos de municípios, de todo País, que trabalham na elaboração dos planos plurianuais. O objetivo do governo é fortalecer os PPAs federal, estaduais e municipais como instrumentos de planejamento e gestão.

As Agendas de Desenvolvimento Territorial, como são chamados os cursos de capacitação, começam no próximo dia 25, segunda-feira que vem, e são fruto da parceria entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Essas Agendas serão realizadas ao longo desse ano e do ano que vem. E é por meio delas, que o governo federal vai apoiar os municípios na elaboração e implementação dos PPAs municipais.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que sempre fui entusiasta dessa idéia. Porque, o diálogo entre União, Estados e Municípios, na hora de elaborar o PPA, otimiza os investimentos. As Agendas, certamente, se constituirão em relevantes instrumentos de planejamento e gestão. E mais. Os técnicos que participarem das Agendas serão também multiplicadores das informações em seu estado ou município de origem.

Para nós, que trabalhamos com os assuntos de natureza pública, falar de PPA é muito tranquilo, até

porque muitos de nós já ocupou governos estaduais ou prefeituras. Porém, para o cidadão comum, que está em casa, envolvido com seu cotidiano, às vezes é difícil entender o quanto é importante a elaboração do Plano Plurianual e como essa medida do governo – de criar as Agendas para formação dos técnicos – vai beneficiar os Estados e Municípios de todo o Brasil.

O PPA é o planejamento que o governante faz para sua administração, em um determinado período. Nesse Plano, o administrador - seja ele governador ou prefeito - estabelece metas voltadas para diversas áreas, como saúde, educação, infraestrutura etc.

Por exemplo, no Plano Plurianual de 2012 a 2015, do governo federal, estão fixadas as seguintes estratégias para a área social: - Valorização real do salário mínimo, do Bolsa Família, fortalecimento dos CRAS, das Creches, do Brasil Carinhoso etc.

Já para a área de Infraestrutura, foram estabelecidas essas estratégias: investimentos no PAC, Plano Integrado de Logística – Ferrovias, Rodovias, Portos e Aeroportos Regionais, fortalecimento do Sistema de proteção Social, entre outras.

Com essas estratégias traçadas, o governo vai definir as metas mais detalhadas para cada item. E para alcançar essas metas, o administrador vai apresentar projetos, aderir a convênios ou buscar parcerias.

No caso do Piauí, as estratégias para o PPA de 2012 a 2015, podem ser resumidas assim:

- Universalização das políticas sociais, com a redução do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade social.
- Fortalecimento da Educação, erradicação do analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda, Acesso à água, Habitação.
- Promoção do Desenvolvimento na região da MATOPIBA: PAC rodovias, política agrícola, aeroportos regionais, barragens,
- Redução das desigualdades Rural e Urbano, com a regularização fundiária, aproveitamento do potencial de geração de energia hídrica e eólica, etc.

Havendo sintonia entre do PPA do Piauí e o do governo federal, muitas das metas do estado podem ser atingidas mais rapidamente. Afinal, muitas vezes, o governo federal já estabeleceu metas que contemplam os objetivos do Piauí.

Assim, trabalhar em conjunto propicia desenvolver os programas de forma mais eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Wellington Dias, que destaca o excelente resultado da pesquisa da Presidenta Dilma.

Passamos a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Romero Jucá; em seguida, o Senador Armando Monteiro, que não se encontra, e o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um comunicado, um registro e um agradecimento.

Nós acabamos de ter uma solenidade na Presidência do Senado, com a presença do Presidente Senador Renan Calheiros, do Senado, e o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, em que foi criada, instalada uma Comissão Mista de seis Senadores e seis Deputados, que tem o objetivo de consolidar toda a legislação federal e regulamentar os dispositivos da Constituição que ainda não estão regulamentados.

São mais de 120 dispositivos que precisam regulamentar a Constituição e, no Brasil hoje, nós temos mais de 160 mil dispositivos legais, muitos deles conflitantes, muitos deles que já perderam a validade, que, na verdade, constituem um verdadeiro entulho legal a complicar a vida dos brasileiros.

O trabalho dessa Comissão será consolidar esse trabalho, será modernizar a legislação brasileira e será, efetivamente, buscar um caminho de simplificar toda essa legislação.

Para essa tarefa, que é uma tarefa grandiosa, foi designado, como Presidente da Comissão, o Deputado Federal Cândido Vaccarezza, do PT, Senador Paulo Paim. Como Relator da Comissão, coube a mim a indicação de ser o Relator dessa Comissão.

Então, eu quero, primeiro, fazer o registro da importância desse trabalho que vai fazer o Congresso Nacional nessa consolidação; depois, agradecer a confiança do Presidente Cândido Vaccarezza, do Presidente Renan Calheiros, do Presidente Henrique Eduardo Alves e de todos os pares da Comissão, para que nós tenhamos a condição de fazer o trabalho.

Aqui, eu quero registrar que, sendo Relator, eu serei um Relator que fará um trabalho participativo, com todos os Senadores e Deputados do Congresso. Estarei aberto a todas as solicitações, sugestões. Nós teremos um *site* nessa Comissão, nós estaremos abertos à sociedade para que mande, encaminhe a indicação de conflitos, de problemas, de falta de leis. Enfim, nós estaremos conectados com a sociedade para que o trabalho dessa Comissão possa ser, efetivamente, o mais produtivo possível.

Eu gostaria de registrar os membros da Comissão: pela Câmara, o Deputado Cândido Vaccarezza, que a presidirá; o Deputado Edinho Araújo; o Deputado Carlos Sampaio; o Deputado Sérgio Zveiter; o Deputado Arnaldo Jardim; e o Deputado Miro Teixeira. Pelo

Senado, o Senador Romero Jucá, que sou Relator; o Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ; o Senador Jorge Viana; o Senador Pedro Taques; o Senador Aloysio Nunes Ferreira; e o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Portanto, fica o registro da instalação dessa Comissão e da responsabilidade que nós temos sobre os ombros para fazer efetivamente um trabalho que venha a honrar o Congresso e facilitar a vida dos brasileiros.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer. E queria pedir a transcrição do ato conjunto da Câmara e do Senado, assinado pelos dois Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São 120 ou 160 artigos?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Há mais de 125 dispositivos só de regulamentação da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

**ATO CONJUNTO Nº , DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL
E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando que a Constituição Federal possui 25 dispositivos ainda pendentes de regulamentação por meio de leis complementares e 117 dispositivos pendentes de regulamentação por meio de leis ordinárias;

Considerando que recente levantamento da Casa Civil da Presidência da República contabilizou mais de 180 mil diplomas normativos, entre leis, decretos-leis, portarias, resoluções e instruções normativas, grande parte deles conflitantes entre si e com a própria Constituição Federal;

Considerando a necessidade de tornar o sistema normativo federal mais compreensível, seguro, transparente e homogêneo, para isso devendo-se proceder à consodlição normativa prevista no parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal,

Resolvem:

Art. 1º Fica constituída Comissão Mista, composta por seis Senadores e seis Deputados Federais, destinada a apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projetos de lei visando à consolidação da legislação federal e à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição:

I – seis Deputados Federais:

- a) Cândido Vaccarezza, que a presidirá;
- b) Edinho Araújo;
- c) Carlos Sampaio;
- d) Sérgio Sveiter;
- e) Armaldo Jardim e
- f) Miro Teixeira.

II – seis Senadores:

- a) Romero Jucá;
- b) Vital do Rego;
- c) Jorge Viana;
- d) Pedro Taques;
- e) Alysio Nunes Ferreira e
- f) Antônio Carlos Rodrigues.

Art. 3º A Comissão contará com o apoio de servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, na forma do art. 145 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e as despesas com o seu funcionamento serão custeadas na forma do art. 150 do Regimento Comum.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal prover os serviços de secretaria da Comissão.

Art. 4º Os projetos elaborados pela Comissão serão encaminhados alternadamente ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, na forma do art. 142 do Regimento Comum.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federa – Deputados **Henrique Eduardo Alves**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Senador Romero Jucá, que será o Relator dessa importante Comissão cujo Presidente será o Deputado Cândido Vaccarezza. E há um clamor da sociedade efetivamente para que a gente regulemente os artigos da Constituição.

Passamos a palavra agora, como Líder, ao Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr.

Presidente desta sessão, eminente Senador e amigo Paulo Paim; Sr^{as} Senadoras; Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para falar da trajetória de um homem, da trajetória de um Estado e da singularidade de um tempo. Venho até aqui para falar, acima de tudo, sobre uma história de superação, uma história de união, uma história escrita coletivamente à custa de muita luta e de muita dor.

O homem desta história, Sr. Presidente, chamava-se Alexandre Martins de Castro Filho, Juiz de Direito brutalmente assassinado há exatos dez anos. O Estado era o meu Estado, o Estado do Espírito Santo. O tempo foi o de um passado que, tenho certeza, todos os capixabas de bem, os capixabas que trabalham e que devotam sua vida a uma construção positiva, desejariam esquecer.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores que nos acompanham pela TV Senado, brasileiros e capixabas, inicio meu pronunciamento falando de um período muito triste e recente na construção da história do Espírito Santo, falando de um tempo em que nosso Estado ficou mergulhado por desvios de toda a ordem, estagnado e atolado na lama da corrupção e dominado pelo crime organizado.

Falo de um tempo, Sr. Presidente, em que muitos capixabas tinham vergonha de dizer que eram do Espírito Santo. Falo de um tempo em que meu Estado ganhava destaque na mídia nacional não por suas potencialidades e vocações, não por suas virtudes e potenciais. Falo de um triste e amargo tempo em que ocupávamos as páginas policiais dos grandes jornais e revistas do nosso País. Éramos retratados, fielmente, naquele momento, como moradores de um Estado falido, desmoralizado, dominado e liberado pelo crime organizado, pois, durante quase uma década, até o início de 2003, nós, capixabas, vivemos um dos mais tristes períodos da nossa história. Os capixabas, impotentes, assistiam ao crime organizado estender todos os seus tentáculos sobre os Poderes constituídos no Espírito Santo. A desorganização político-administrativa era completa. Havia uma crise muito mais do que conjuntural, havia uma crise estrutural, em que as instituições públicas estavam lideradas, dominadas e contaminadas pelo crime organizado.

Sr. Presidente, essa história e esse tempo levaram o nosso Estado e os capixabas a um momento de união e de unidade. Houve a necessidade de que nós nos juntássemos, com diferenças, com divergências, com respeito àqueles que pensam assim ou assado, mas sem abrir mão de nossas convicções, para empreender a necessária construção de um projeto Político, com “p” maiúsculo, de um projeto administrativo,

de um projeto que pudesse, na prática, recriar toda a história do nosso Estado.

Felizmente, essa triste página de nossa história começou a ser virada em 2002, quando os capixabas elegeram o então Senador Paulo Hartung como nosso Governador. Eu tenho muito orgulho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de ter feito parte dessa construção, de ter dado uma modesta contribuição a esse movimento liderado pelo nosso ex-Governador Paulo Hartung, pois, no seu primeiro período, fui Secretário de Estado da Agricultura e, como Secretário, pude tratar de reorganizar o interior do nosso Estado, período em que a Secretaria evoluiu para muito além da agricultura, para ser a verdadeira Secretaria de articulação dos interesses e da integração das nossas regiões, das regiões do nosso Estado do Espírito Santo. Depois, no segundo mandato, como Vice-Governador, pude consolidar o nosso Estado, restaurá-lo, devolvendo aos capixabas a necessária autoestima.

Mas essa foi, seguramente, acima de tudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma obra construída coletivamente, uma obra construída por muitas mãos, por muitos corações que se uniram nessa reconstrução. Certamente, essa travessia não teria obtido sucesso, sem que houvesse a união e a participação de muita gente destemida e ousada, que colocou o interesse do Estado e o interesse público acima de qualquer outro interesse. Poderes instituídos, partidos políticos, lideranças comunitárias, sociedade civil organizada, igrejas – no plural –, a Ordem dos Advogados do Brasil, enfim, homens e mulheres de bem do Espírito Santo se uniram no mais importante e verdadeiro mutirão pela reconstrução do Estado do Espírito Santo.

Falei aqui de um tempo de tristes lembranças de um Estado que conseguiu se reerguer do atoleiro em que se encontrava, dando demonstração da sua capacidade de superação. Mas, agora, Sr. Presidente, passo a ressaltar o trabalho e a coragem de um jovem juiz de direito cuja atuação foi fundamental para libertar o Espírito Santo das amarras da criminalidade organizada.

Eu me refiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a um carioca que adotou o meu Estado, o Juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Com apenas 32 anos de idade, cinco dos quais vividos no Espírito Santo, foi, brutalmente e covardemente, assassinado com três tiros no momento em que entrava em uma academia de ginástica no Município de Vila Velha, na região da Grande Vitória, na manhã de 24 de março de 2003.

O Juiz Alexandre era um dos mais atuantes membros da missão especial federal que, desde julho de 2002, investigava as ações do crime organizado no Espírito Santo. O trabalho destemido e obstinado desenvolvido e liderado pelo Juiz Alexandre representava

um grande obstáculo aos representantes de todos os tipos de organizações criminosas que, há anos, dominavam as instituições capixabas: bancas de jogo do bicho, casas de bingo, grupos de extermínio, de tráfico de drogas, de lavagem de dinheiro, com corrupção de tudo quanto é tipo. Por conta desse trabalho, o magistrado vinha recebendo ameaças e estava sendo escoltado por seguranças. Infelizmente, Sr. Presidente, no dia do crime, ele havia dispensado a escolta.

O assassinato do jovem juiz causou uma das maiores comoções populares já vistas no Estado Espírito Santo: carreatas, mobilizações de protesto e manifestações foram organizadas em várias das nossas cidades. Mais de seis mil pessoas compareceram ao seu velório, realizado no Tribunal de Justiça do Estado.

Em vez de causar a intimidação daqueles que atuavam na linha de frente dessa guerra, a morte do sempre saudoso Dr. Alexandre Martins foi responsável por promover a reação de toda a sociedade capixaba contra o crime organizado ainda com uma intensidade muito mais elevada na direção do dever e do desafio de uma superação que nós precisávamos cumprir, de uma página que nós precisávamos virar.

Dois dias antes de sua morte, o Dr. Alexandre Martins concedeu sua última entrevista, publicada no jornal *A Tribuna*, do meu Estado. O título da matéria era a resposta do magistrado às ameaças que vinha recebendo por causa de sua atuação: “Não vamos nos intimidar”.

A coragem do Juiz Alexandre Martins rendeu frutos. Seu parceiro na 5ª Vara de Execuções Penais de Vitória, o Juiz Carlos Eduardo Lemos, fez questão de afirmar logo após o crime – abre aspas: “Espero que os juízes não se acovardem. Se tirar um, tem outro para colocar no lugar, e assim por diante!” Essa foi a manifestação de seu companheiro e estimado magistrado do meu Estado, o Juiz Carlos Eduardo Lemos.

E foi sob o peso de toda a consternação provocada pela morte do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho que os homens e mulheres de bem do Espírito Santo intensificaram e continuaram sua união na direção dessa que era uma tarefa, uma missão de todos nós.

Por isso, a sociedade e o Poder Público precisam estar permanentemente atentos para evitar todo e qualquer tipo de retrocesso. É muito mais fácil destruir do que construir.

Sr. Presidente, passados dez anos do assassinato do Dr. Alexandre, os sete executores e intermediários do crime já foram julgados e condenados pela Justiça. Faltam ir a júri popular ainda três pessoas como mandantes. A demora para que o julgamento aconteça se deve aos intermináveis recursos interpostos pelas

defesas dos acusados, e, infelizmente, ainda não há data prevista para que eles sejam levados a júri popular.

Assim como todos os capixabas, eu desejo que esse julgamento aconteça o mais rápido possível. A dor pela perda do Dr. Alexandre nunca será apagada de nossos corações, bem como seu exemplo, sua luta, sua jornada. Mas ela se torna ainda maior diante da possibilidade de que os responsáveis pelo planejamento desse crime bárbaro e covarde permaneçam impunes, alimentando a impunidade brasileira.

Mas uma coisa é certa: a morte do Juiz Alexandre Martins jamais cairá no esquecimento. Todos os anos, no mês de março, os capixabas têm se reunido para homenagear esse grande magistrado, esse grande brasileiro, esse grande capixaba, que, com grande esforço, dedicou sua vida à construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Pelos dez anos de sua morte nós não poderíamos passar de forma indiferente, Sr. Presidente. A Academia Brasileira de Direitos Humanos, a Faculdade de Direito de Vitória e a Secretaria de Estado da Justiça vão promover, no próximo dia 24, domingo, um ato público em homenagem ao Juiz Alexandre Martins. O ato público terá início às 10 horas, com uma caminhada silenciosa, que partirá do Quiosque nº 1 da praia de Camburi, em Vitória.

Aqui, Sr. Presidente, desta tribuna, em nome dos organizadores dessa mobilização, faço o convite para que possamos estar juntos nesse evento em memória do saudoso Juiz Alexandre Martins. Será uma forma de mantermos viva a sua memória, a sua luta, a sua história, a sua missão. Será uma homenagem a um magistrado, a um brasileiro, a um capixaba que por nós foi acolhido e que, nas terras capixabas, fez do seu mandato, da sua missão, do seu ministério e da sua magistratura a expressão da mais alta e elevada dignidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, presto minha homenagem ao Juiz Alexandre, que tanta saudade deixou, por seu exemplo pessoal, por sua fibra, por sua ousadia e pela forma destemida de sua atuação! Durante aqueles anos todos, ele insistia em transformar o meu Estado, um Estado que não se revelava ou um Estado que não estava compatível com nossa história.

A minha homenagem, portanto, ao Juiz Alexandre!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ricardo Ferraço, nossos cumprimentos pelo brilhante pronunciamento em homenagem ao juiz Dr. Alexandre Martins, que, como V. Ex^a disse, foi covardemente assassinado há dez anos. Parabéns a V. Ex^a.

Convidamos o Senador Sérgio Petecão; em seguida, vai ser o Senador Sérgio Souza.

Autorizamos a transcrição, conforme Regimento, do discurso encaminhado à Mesa do Senador Wellington Dias.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, mais uma vez presidindo a sessão do Senado, venho à tribuna nesta tarde e noite de hoje – e prometo que serei bem breve, até porque temos outros oradores –, para, primeiramente, tratar de um assunto e, até por questão de justiça, fazer um agradecimento. Agradecimento à Presidente Dilma por ter contemplado o nosso Estado, o Estado do Acre, com 3,5 mil casas. Casas essas que, com certeza, vão ajudar – e muito – principalmente aquelas pessoas mais carentes do nosso Estado; aquelas pessoas que moram naquelas áreas alagadiças, um problema sério na periferia, especialmente, da nossa capital.

E foi feita uma festa bonita! Eu tive a preocupação de conversar com o Deputado Gladson Cameli, que inclusive participou da audiência, com o Ministro das Cidades, sobre essa liberação.

Para ser bem exato, foi em torno de 3,5 mil casas. É preciso que a verdade seja dita. Lógico que eu gostaria que fossem 10 mil casas, 20 mil casas. Até porque nós precisamos. O Acre é um Estado pobre, e, com certeza, a construção dessas casas aquece a economia do Estado. Mas o que nós temos de concreto, segundo o Deputado Gladson Cameli, que participou da audiência, é a construção de 3,5 mil casas.

Eu lamento que, na solenidade, segundo a imprensa, o Vice-Governador do meu Estado tenha perdido uma grande oportunidade de agradecer também à Presidente Dilma por esse benefício, pela liberação desse recurso. A informação que nós temos é que ele passou a solenidade toda me agredindo, como se o mandato do Senador Petecão não estivesse ajudando, aqui, a votação de projetos importantes para a Presidente Dilma.

Às vezes tenho discutido com alguns amigos aqui, do Partido dos Trabalhadores. Ouvi ainda agora o Senador Jorge Viana falar das pesquisas que mostram a Presidente Dilma numa situação, de certa forma, até confortável, números favoráveis. E às vezes não entendemos por que, no Acre, esses números não são tão favoráveis. Esses números não expressam a vontade do Brasil como um todo. Temos que reconhecer isso, pelo menos as pesquisas têm mostrado.

Eu penso que atitudes como essa do Vice-Governador, que, podendo, nessa oportunidade que ele tem, oportunidade ímpar, de agradecer à Presidente Dilma, de falar da importância da obra, ele apenas nos agride e nos calunia. Infelizmente, não respeita nem

a ausência. Mas o povo do Acre, com certeza, sabe tratar essa situação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de vir à tribuna, nesta noite de hoje, para fazer um agradecimento. Mais um agradecimento. Eu sou um daqueles que entendem que a gratidão é uma das virtudes importantes do ser humano.

Hoje, nós tivemos uma audiência pública lá na Comissão de Infraestrutura, Comissão da qual eu faço parte, com muito orgulho, como Vice-Presidente. E temos como Presidente o Senador Fernando Collor, Presidente Fernando Collor. Ontem, à noite, eu estava participando de uma partida de futebol e disse que tinha que sair cedo, porque nós teríamos uma audiência pública hoje, às 7h30 da manhã, e os Deputados Federais, que estavam conosco, não acreditaram.

Aqui, eu queria parabenizar o Senador Collor pela sua postura, pela forma com que tem conduzido a Comissão de Infraestrutura. Antes das 7h30, ele já estava lá no plenário, na Comissão, aguardando, para que nós começássemos a audiência.

Principalmente o povo do meu Estado sabe que fui Deputado Estadual por três mandatos; fui Deputado Federal e estou aqui, no Senado, há dois anos. Eu confesso que nunca havia participado de uma audiência pública em que eu pudesse sentir tanta garantia, em que eu pudesse, Senador Paulo Paim, sair daquela Comissão com um sentimento da verdade.

O General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes(DNIT)... E eu me lembro que esse DNIT, quando cheguei aqui, no Senado, era alvo de tanto escândalo! Havia tantos pronunciamentos aqui contra o DNIT!

Quero parabenizar também a Presidenta Dilma pela escolha do general.

Esse homem me transmitiu uma segurança tão grande! Saí dali convencido de que nós temos, à frente do DNIT, uma pessoa que está preocupada com este País. Isso não foi dito só por mim, mas foi dito pela maioria dos Senadores que estava ali desde cedo, deste 7h30 da manhã. Um número expressivo de Senadores reconheceu no general um homem com vontade de ajudar o Brasil e, principalmente, a Amazônia.

Ele é um amazônida, de Roraima, e eu não sabia, eu soube hoje. Eu fiz questão de abordar apenas dois assuntos com o general, mas são dois assuntos que lidam diretamente com o sentimento do povo acreano. Primeiro, a construção da ponte do Rio Madeira.

Eu fiquei muito feliz com a fala do general. E sobre o quele garantiu a construção daquela ponte, que é de fundamental importância para os rondonienses, porque ela é dentro do Estado de Rondônia. E

eu já vi aqui, várias vezes, o Senador Raupp lutando pelos interesses dessa ponte. Mas, em especial, essa ponte vai beneficiar o povo acriano, porque é a ponte que cruza o Rio Madeira e um pedaço do Rio Abunã; é a continuidade da BR-364, que é a estrada que dá acesso à nossa capital e a todo o nosso Estado. Corta praticamente o Estado todo. Vai até Cruzeiro do Sul.

Eu fiquei muito feliz, mas feliz mesmo, quando ele disse que o edital da ponte já tinha sido liberado.

Então, eu queria aqui, mais uma vez, parabenizar a Presidente Dilma. Parabenizar! Parabenizar o general pela sua postura em trazer a verdade, porque quantas audiências já tive, lá no DNIT, cobrando essa ponte, e sempre se dizia: “A ponte já foi licitada”. Depois: “Cancelou-se a licitação”. Na verdade, até hoje nós não entendemos o que estava por trás da não construção dessa ponte. Mas, como eu já disse, eu penso que a situação da ponte foi resolvida.

Outro assunto que abordei é um assunto sobre o qual, hoje, com certeza, todo acriano quer saber, principalmente as pessoas que moram na região do Juruá e também nos Municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e todo o Vale do Juruá. É a situação da BR-364. Fiz algumas perguntas que todo cidadão de Cruzeiro do Sul, com certeza, se tivesse a oportunidade que eu tive à frente de um diretor do DNIT, iria fazer. Não tenho dúvidas disso. Quantos telefonemas recebo, todos os dias, ou, então, mensagens, através do Facebook, de *e-mails*, de pessoas pedindo para que possamos fazer alguma coisa para resolver a situação da BR-364.

Mas se criou, lá no Estado, uma ideia. Quem fala sobre essa estrada, quem ousa argumentar contra ou a favor dessa estrada tem a pecha de ser contra a estrada. Confesso que não conheço nenhum cidadão, em sã consciência, que seja contra essa estrada, porque ninguém pode ser contra essa estrada. Ninguém. Nenhum cidadão acriano – seja do Juruá, seja do Alto Acre – pode ser contra a estrada. Nós sabemos da importância que tem essa estrada.

Tenho certeza de que todo mundo gostaria de fazer as perguntas que fiz. Entre as perguntas que fiz ao general, uma era sobre quando a obra vai ser concluída. Queremos saber quando é que essa obra vai ser concluída. Essa obra já vem se arrastando por muitos anos, muitos e muitos anos. Como o próprio Senador Jorge Viana disse – ele estava lá na audiência –, foi no governo dele. Ele deu continuidade, já vinha de outros governos. Sabemos que o BEC trabalhou naquela estrada, mas nunca houve um aporte de recursos tão grande como houve no governo Jorge Viana, como no governo Binho e, agora, no governo Tião Viana.

Então, nós queremos saber quando é que essa estrada vai ser concluída. Todo acriano quer saber quanto foi gasto nessa estrada. Gostaríamos de saber, é preciso saber, até para que nós possamos fazer a defesa da estrada. Tenho certeza de que todo cruzeirense quer saber quanto custou cada quilômetro dessa estrada.

O Senador Jorge Viana estava lá e falou como se, lá, no Acre, só tivéssemos essa estrada. Não podemos ser injustos. Na política, você não pode ser injusto.

Nós temos que reconhecer que o Governador Orleir construiu a estrada de Sena Madureira, o Governador Orleir construiu a estrada de Brasileia. Nós temos outras estradas no Acre, não temos só essa estrada. Agora, o sonho de todo acriano, de todo cruzeirense, de toda a população que mora às margens daquela estrada é vê-la construída, eu tenho certeza, por todas as dificuldades passadas.

E nós sabemos que construir estradas na Amazônia é muito difícil. Isso foi dito pelo Senador Jorge Viana, que na sua época a logística era muito difícil. Salvo engano, segundo ele, veio pedra da Colômbia, veio areia não sei de onde.

Uma das perguntas que fiz ao General... Eu não sou engenheiro, não tenho conhecimento nessa área, por isso fiz a pergunta, e aceito críticas também, é salutar, normal aceitar crítica. Perguntei e pedi que ele fizesse um relatório justificando essa decisão que, até hoje, Senador Paulo Paim,... Já perguntei a outras pessoas. Depois da nossa audiência, chegou um técnico querendo mais explicações sobre isso. Até hoje, eu quero saber por que essa estrada começou do final, de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, para Sena Madureira. Nós temos uma estrada que chegava até Sena Madureira, que foi construída pelo então Governador Orleir.

Ora, se já havia uma estrada aqui, é lógico... E se me provarem, como disse o Senador Jorge Viana, que fez questão de enaltecer – eu acho que ele tem méritos, temos que reconhecer –, como se aquela estrada fosse uma epopeia. Realmente, é uma estrada difícil, isso nós temos de reconhecer, mas quantas estradas difíceis há neste Brasil? Eu tenho certeza de que essa estrada, a BR-364... E conheci a estrada que liga Iñapari, no Peru, até Cuzco. Ela corta a Cordilheira dos Andes. Uma estrada difícilíssima. E a estrada está lá, construída, e começou depois da BR-364.

É isso que não entendo. O pior é que lá no Acre, no meu Estado, se você fala dessa estrada, você já passa a ser tachado como inimigo da estrada, você já passa a ser tachado como uma pessoa que é contra a estrada, o que não é verdadeiro. Não somos contra

a estrada. O que nós queremos é a estrada, porque sabemos que foi gasto um montante de recurso muito grande, mas muito grande mesmo.

Eu conversava com o Deputado Federal Flaviano Melo, que inclusive já fez requerimento no sentido de que possamos ter essa informação. Se esse requerimento não for suficiente faremos mais alguns.

Segundo o General, ele já teve mais de dez conversas com o Governador Sebastião Viana para encontrar uma alternativa, um meio de concluir nossa estrada. O General falava de novas tecnologias, com que hoje podemos contar, falava do túnel da chuva, em que se pode construir no inverno. Hoje, a tecnologia está avançada. Não existe estrada difícil, não existe estrada impossível, não existe. Existem estradas diferentes de outras. Mas não podemos aceitar esse argumento, depois do montante de recursos gastos nessa estrada e aquele povo do Juruá, o povo daquela região não ter uma estrada digna.

Agora, o que me chamou a atenção – gostei muito das palavras do General Fraxe – é que, de maneira alguma, o DNIT vai receber obra mal feita, o que nos tranquiliza, porque esse é o sonho de todo acreano. Não podemos prever se teremos governos generosos, como tivemos agora, tenho que reconhecer. O Presidente Fernando Henrique ajudou, o Governador Jorge Viana reconheceu isso de público...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – ... assim como o governo Lula. Não tenho palavras para agradecer pelos investimentos que foram feitos em nosso Estado. A Presidenta Dilma tem investido em nosso Estado e esteve lá. E eu fico pensando como explicar para a Presidente Dilma essa performance dela no País e lá no Acre. A prova foi a eleição. A Presidente Dilma perdeu no primeiro e no segundo turnos. Falta alguma coisa, e penso que o que falta é a Presidente Dilma chamar para si a responsabilidade da nossa BR-364, colocar ali a cara do Governo Federal.

Gostei muito quando o General Fraxe disse: “Senador, nós vamos construir essa estrada porque, como eu conheço a Amazônia, nós sabemos da importância que tem essa estrada para a sua região, para o seu Estado”. E disse mais, que tem um livro de multas debaixo do braço. Perguntei a ele como será quando ele chegar ao Acre com esse livro de multas e multar as empresas que, de forma inadequada, construíram aquela estrada, e ele afirmou que vai jogar duro, vai jogar pesado. Vai receber mais uma vez o Governador Tião Viana. Ele precisa receber o Governador Tião Viana para responder as perguntas que eu lhe fiz e farei por escrito.

Agora, o que me preocupou na fala do Senador Jorge Viana, que estava na Comissão, é que ele disse que há um monte de parasitas que tentam atrapalhar a construção da estrada. Ora, como seria importante que o ex-Governador e hoje Senador da República Jorge Viana revelasse quem são os parasitas, até para que possamos tornar público quem são os parasitas que atrapalham essa estrada – ou parasita, pode ter sido um adjetivo que ele usou –, os homens, as pessoas que estão atrapalhando essa estrada.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Falou-se lá em Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União. Tem que dizer quem é que está atrapalhando. As pessoas que estão atrapalhando a realização desse sonho dos acreanos têm que ser responsabilizadas. É o Tribunal de Contas da União? É o DNIT que está atrapalhando? É o Governo Federal?

Só um pouquinho, Senador Sérgio.

É o Governo Federal que está atrapalhando? Tenho certeza de que não é. Ou é o Governo do Estado? Ou é o Deracre, que tocava essas obras? Até porque as obras foram passadas para o Estado. São as empreiteiras? Foram as licitações? Tem que dizer quem são esses parasitas, porque, quando se generaliza, fica ruim. Eu fiquei até preocupado quando foi dito isso, porque pode estar acusando o pessoal do DNIT também.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Senador Sérgio Petecão, acho que foi muito prudente e importante a vinda do Diretor do DNIT, o General Fraxe, aqui no Senado Federal, atendendo a um convite da Comissão de Infraestrutura. Não tive oportunidade de estar lá por conta de outras comissões, mas eu gostaria de fazer uma reflexão incluindo o Acre, que é a porta de entrada para a América Central. O Acre é a porta de entrada para a Bolívia. A rodovia ou as estradas vão passar pelo Acre para ligar ao Pacífico. É importantíssima essa infraestrutura viária, rodoviária no Acre. O Brasil está planejando um país e buscando a construção de estradas por todos os Estados. Eu tenho viajado bastante pelo Brasil, inclusive de carro. Recentemente, conversei com a Senadora Ana Amélia e ela disse que foi até o Acre e, do Acre, fez uma viagem por alguns países da América do Sul. Então, veja só a importância disso. Quero congratular V. Ex^a e parabenizar pelo seu pronunciamento em favor da otimização e da realização de uma estrada que eu sei que não é só para o povo acreano, mas para todo o Brasil. Parabéns.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Agradeço o aparte do Senador Sérgio Souza. Conversei com a Senadora também. Ela voltou empolgada pelas belezas das cordilheiras. É verdade. Ela não teve o desprazer de viajar pela BR-364 no sentido Cruzeiro do Sul. Ela pegou a BR-317 e a Transoceânica, em território peruano. A estrada está novinha. Aquilo que eu disse: é uma estrada que, com certeza, as empreiteiras que construíram em território boliviano tiveram muitas dificuldades, porque corta as cordilheiras. Eles construíram a mais de 3.000 metros! Se para andar já é difícil...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Já concluo, Senador Paim.

Imagine para construir uma estrada daquela. E está lá a estrada e muito bem feita.

O que me preocupa é que eu conversava com alguns empresários lá de Cruzeiro do Sul, e criou-se a expectativa de que a estrada sairia o mais rápido possível. Quantas inaugurações já houve dessa estrada? Perdi as contas. E os empresários desativaram suas estruturas. Antigamente, as mercadorias vinham para Cruzeiro do Sul por intermédio de grandes balsas, que as traziam por um frete baixo. Hoje, pelas condições precárias em que está a estrada, só estão liberados caminhões com até oito toneladas. A estrada novinha e só podem passar caminhões com oito toneladas.

E aí? Lógico que os empresários, os comerciantes de Cruzeiro do Sul estão pagando um frete caro. O povo de lá, com certeza, está pagando uma mercadoria mais cara. Então, precisamos dar uma satisfação a essa população.

Fica aqui meu agradecimento ao General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor do DNIT, pela bela exposição no dia de hoje. Mostrou segurança, mostrou firmeza e, acima de tudo, mostrou um compromisso muito grande com este País.

Também lamento aqui, para finalizar... As coisas ruins ninguém deveria fazer, mas vou fazer porque, se não registrar... Até porque as pessoas ficam... Ontem, o Governador Tião Viana (Sebastião Viana), desesperado, foi a um canal de televisão e me acusou, me chamou...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – ... de “assaltante da democracia”. E olha que ele não é a pessoa mais adequada para falar em democracia. A forma como ele conduz nosso Estado, a forma como trata seus adversários políticos... Ele me acusou de “assaltante da democracia” por conta de uma relação, de uma decisão interna do PSB. O Líder maior do PSB do Acre deu um basta! O PSB do Acre não vai mais

ficar debaixo das ordens do Governador Sebastião Viana. Eles têm um candidato a Presidente. Eles vão trilhar o caminho deles. Aquelas pessoas que não trilharem o caminho do candidato deles é porque não eram do partido.

E aí, como se eu... É verdade, eu tenho relação...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – ... com o Senador Rollemberg, eu tenho excelente relação. Quando Deputado Federal, participava do mesmo Bloco do PSB lá na Câmara. Hoje, gozo, graças a Deus, da amizade do Governador Eduardo Campos. E o Governador disse-me: “Olha, o PSB do Acre não vai mais ficar sob a guarita do PT do Acre, ele vai ter luz própria”.

E o Governador, como sempre tem de arrumar um culpado, ele acha que eu fui o culpado de o PSB sair de baixo da saia dele. Então, é lamentável, porque, quando isso parte de um governador, chamar de assaltante, é muito ruim. Até porque ele, que esteve nesta Casa, foi Senador, deveria dar um bom exemplo. Mostrou total desequilíbrio. Como nós já estamos acostumados lá no Acre, essa é apenas mais uma do Sebastião, tentando impor, a duras penas, as suas regras do jogo.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Como nós não temos medo, fomos eleitos pelo povo do Acre, estou aqui para defender os interesses do Acre. Todos os projetos que forem do interesse do Acre eu estarei votando. Tenho dito, já tive oportunidade de dizer pessoalmente à Presidente Dilma: conte comigo para lhe ajudar. O que for de interesse do povo do Acre, pode ter certeza, eu vou votar.

E vou fazer mais, vou estar aqui em todas as ações. Não sou convidado para as ações do Governo Federal no meu Estado, mas em todas as ações do Governo Federal que levarem benefício para o meu Estado eu vou estar aqui, nesta tribuna, agradecendo, porque a Presidente Dilma não merece pagar o preço de algumas coisas erradas que acontecem lá, como pagou na eleição passada. Ela não merece!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Sérgio Petecão.

Quero registrar a presença conosco aqui, da cidade de Embu-Guaçu, São Paulo, do Vereador do PMDB Duda da Prefeitura e do Vereador do PT Sandro Social. Sejam bem-vindos!

Passamos de imediato a palavra ao Senador Sérgio Souza e, em seguida, à Senadora Angela Portela.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ângela Portela, vou falar bem menos.

Sr. Presidente, meu caro amigo Paim, Senador pelo PT do Rio Grande do Sul, venho hoje à tribuna para fazer uma análise sobre alguns blocos econômicos, especialmente sobre o BRICS, porque, nos próximos dias 26 e 27 do mês de março, será realizada, na cidade de Durban, na África do Sul, a 5ª Cúpula dos países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Trata-se de algo muito significativo se imaginarmos que, há mais de dez anos, era impensável a constituição de um bloco entre países de vários continentes longínquos. A gente imagina blocos econômicos dentro de um mesmo continente, quando, no máximo, num continente muito próximo. Trata-se de algo muito significativo, se imaginarmos a importância, hoje, que têm o BRICS.

Quando em 2001, o economista-chefe da Goldman Sachs criou a sigla BRICS para identificar economias atraentes ao investimento estrangeiro, ninguém poderia imaginar que, passado pouco mais de uma década, a ideia se transformaria em mecanismo de articulação entre os governos do Brasil, Rússia, Índia e China.

O conceito original expressava, Sr. Presidente, a existência de quatro países que, individualmente, tinham características que lhes permitiam ser considerados em conjunto. Entretanto, em setembro de 2006, uma reunião de chanceleres dos quatro países, organizada à margem da 61ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, ultrapassou o conceito e iniciou uma nova etapa de cooperação entre essas nações. Desde então, o BRICS, como agrupamento, foi incorporado à política externa do Brasil, Rússia, Índia, China, e tem sido utilizado como mecanismo de ressonância às aspirações convergentes do bloco.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase 70 anos, quando os vencedores do confronto definiram uma nova ordem global e, sobretudo, a sua governança, o mundo experimentou grandes e significativas mudanças políticas e econômicas. Nesse contexto, parece bastante lógico que tais mudanças sejam discutidas e consideradas para a redefinição do papel das nações na geopolítica mundial.

O Brasil e os demais países do BRICS possuem um peso muito maior no comércio e na riqueza do Planeta hoje do que no meio do século passado e, por isso, almejam ter maior participação, Sr. Presidente. E essa é uma luta constante de o Brasil, por exemplo, ter um assento permanente no Conselho de Segurança.

Então, os países buscam preencher alguns espaços, porque, de fato, isso denota sua grandeza.

A realidade econômica de alguns países, hoje, é totalmente diferente da dos países da década de 50 do século passado e querem esses países participar das grandes discussões mundiais.

É inegável que o BRICS possui grandes diferenças entre os seus membros, de ordem política, econômica e cultural, e, por vezes, interesses divergentes em pontos específicos, mas a pergunta é, Sr. Presidente: qual bloco ou organização de países, no mundo, goza da unanimidade de seus membros?

Penso que nenhum. Nem mesmo a União Europeia ou a Otan estão livres de divergências internas. Importa, portanto, que as convergências representem ganhos superiores aos eventuais conflitos e que a atuação conjunta em temas de interesse comum possa antecipar e viabilizar conquistas e resultados positivos para esses países.

Atualmente, é possível constatar resultados palpáveis nos temas relacionados às reformas do sistema financeiro mundial.

A atuação do BRICS, senhoras e senhores, dentro do FMI, por exemplo, tem sido, evidentemente, coordenada e já ultrapassa os temas de convergência natural, o que evidencia capacidade de acomodação de interesses em prol da posição do bloco.

Temos um posicionamento uniforme em relação à necessidade de redefinição da governança global em assuntos econômicos.

Ouso afirmar que a criação e o fortalecimento do G20 como fórum de discussão econômica mundial, substituindo, inclusive, o antigo G8 em importância, passa, seguramente, pela existência do BRICS. Nada mais natural, Sr^{as} e Srs. Senadores, afinal, o peso econômico do bloco é inegável, Senador Armando Monteiro.

Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em 2003, o BRICS respondia por 9% do PIB mundial. Seis anos depois, em 2009, o valor aumentou para 14%. No seguinte, o PIB conjunto dos cinco países, já incluindo a África do Sul, totalizou US\$11 trilhões, ou seja, 18% da economia global estão nesses cinco países.

Considerando o PIB pela paridade do poder de compra, esse índice é ainda maior, Sr. Presidente, US\$19 trilhões, ou seja, 25% de todas as riquezas do Planeta estão nesses cinco países, considerado como um bloco econômico, o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Isso sem falar no fato de juntos o BRICS possuírem 2,9 bilhões de habitantes, ou seja, 42% de toda a população mundial.

É evidente e clara, Sr. Presidente, a importância crescente dessas cinco economias no cenário internacional. Situação que foi reforçada sobremaneira depois da crise financeira de 2008, cujos efeitos negativos foram mais intensos nos países mais ricos e menos intensos nesses países considerados um bloco chamado BRICS.

Em 2009, foi realizada a primeira cúpula do BRICS na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia. Dois anos depois, por ocasião da III Cúpula, em Sanya, na China, a África do Sul passou a integrar o bloco, no ano de 2011, que adotou então a sigla BRICS, colocando o S de África do Sul.

Nestes quase cinco anos de cúpula, embora mantenha ainda um caráter informal, é inegável a ampliação da interação entre os membros do BRICS e a elevação do grau de institucionalização do bloco.

Já se observam, por exemplo, Sr. Presidente – e isto é salutar –, movimentos de coordenação entre os países através de declarações, ações convergentes e similaridades de comportamento.

O tema da mudança da ordem mundial, associado ao pleito do grupo por transformações correspondentes na governança internacional, perpassa todas as cúpulas do grupo BRICS.

Aliás, é importante reconhecer que as cúpulas têm colaborado para que, além das naturais convergências nas reformas do sistema financeiro internacional, novas frentes de cooperação sejam descobertas e passem a ser trabalhadas.

Agora estamos diante da 5ª Cúpula do BRICS, que se inicia na próxima semana no continente africano, o que certamente contribuirá para ampliarmos ainda mais a agenda do bloco.

A cúpula ocorre num momento de grandes debates mundiais, alguns deles de grande preocupação para a comunidade internacional, como a crise da Síria ou mesmo a polêmica envolvendo os testes nucleares na Coreia do Norte.

E talvez seja uma oportunidade, Sr. Presidente, ímpar para demonstrar que o BRICS pode ser mais do que um bloco que discute questões econômicas e possamos debater e apresentar novos caminhos e soluções para a convivência pacífica e harmônica de todos os países do Planeta.

Sabe-se que em Durban, os países do BRICS intensificarão o debate em torno da criação de um banco de desenvolvimento e de um fundo de reservas internacionais. Dois passos fundamentais para o fortalecimento do bloco, um fundo de reservas internacionais e um banco de desenvolvimento. Essa será a agenda principal dos temas que serão discutidos no 5º encontro desses países cuja sigla é BRICS.

Sr^{as} e Srs. Senadores, somos a sexta maior economia do Planeta. Este é o Brasil de hoje, um País com quase 200 milhões de habitantes, cujas perspectivas de futuro são bastante favoráveis. Queremos ser uma Nação, Sr. Presidente, efetivamente desenvolvida. E nada mais justo, portanto, que simultaneamente almejemos uma posição mais expressiva e mais condizente com a nossa realidade no cenário internacional.

Esta é uma agenda comum a todos os BRICS: ultrapassar a condição de nação emergente e atingir o patamar de país desenvolvido, inserido nas principais discussões mundiais.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo ser tão importante tornar o bloco cada vez mais coeso e procurar e exaltar as convergências possíveis que atendam aos interesses desse grupo.

Vejo com grande satisfação a realização da 5ª Cúpula do BRICS, e torço para que os resultados sejam os melhores possíveis e para que tenhamos uma agenda ainda mais positiva para 2014, quando o Brasil sediará 6ª Cúpula do BRICS.

Sr. Presidente, tenho feito algumas reflexões acerca da importância do Brasil. Tenho como bandeira de mandato a diminuição do custo Brasil e tenho refletido isso por vezes nas comissões desta Casa e também na tribuna do Senado Federal, manifestando que é inadmissível convivermos com produtos fabricados no Brasil ou vindos de outros países, que são vendidos ao consumidor, por vezes, mais caros do que aqueles consumidos na Europa ou nos Estados Unidos.

Não tenho dúvida de que o Brasil precisa otimizar os modais de transportes, diminuir a burocracia, estirpar a corrupção, ser mais eficiente. Mas também faço a reflexão de que o Brasil precisa não só resolver os seus problemas internos, mas também ocupar o seu espaço no cenário mundial.

Nós temos de mostrar ao mundo que o Brasil é um país de respeito e que não somos somente a sexta maior economia do mundo, mas altamente eficientes. Precisamos ocupar os espaços dentro das principais organizações mundiais, para fazermos ali valer o nosso valor, o nosso tamanho, a nossa expressão nesse cenário.

Eram essas as considerações de hoje, Sr. Presidente.

Agradeço a todos, desejando uma boa noite a quem nos assiste pela TV Senado, a quem nos escuta pela Rádio Senado.

Uma boa noite a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Sérgio Souza.

De imediato, passamos a palavra à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srs. Senadores, Sr^a Senadora, eu trouxe um tema que está na pauta da semana, que está na pauta do dia, que é a discussão do Fundo de Participação dos Estados.

Houve, na semana passada, uma ampla mobilização de governadores dos Estados junto à Câmara e ao Senado Federal, para que seja colocada em pauta a votação de temas que são de grande interesse dos Estados brasileiros, temas que envolvem questões relacionadas ao Pacto Federativo.

E eu queria falar especificamente dos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Ontem, por falta de acordo entre nós, aqui no Senado, a votação dos novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados acabou sendo adiada, mas o debate continua.

Hoje, tivemos reunião – membros da Bancada de Roraima, do Amapá, do Acre – com o Relator, Senador Walter Pinheiro, para que juntos possamos encontrar uma maneira de assegurar que esses Estados, esses ex-Territórios não sejam prejudicados com esse novo modelo de partilha do FPE.

O Senador Walter Pinheiro, com muita boa vontade, está discutindo conosco, com a nossa equipe, a possibilidade de encontrar um modelo de distribuição que assegure aquilo que foi previsto na Constituição para o Fundo de Participação dos Estados – FPE, que é a busca da redução das desigualdades regionais entre os Estados brasileiros.

Assim como se mantém muito forte a inquietação de todos os Senadores, principalmente dos Estados do Norte, pois, como sabemos, determinar forma de distribuição do FPE é uma tarefa legislativa bem complexa, no âmbito deste Senado, os interesses dos Entes federados são quase sempre díspares, refletindo a realidade de um País marcado por fortes desequilíbrios regionais e por um ritmo de desenvolvimento socioeconômico igualmente diferenciado entre os Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, me permita dizer que, no meu discurso, eu falei dessa situação dos Estados do Norte e disse que, na Região Sul, só o Rio Grande do Sul perdia. Mas fiz o destaque. E V. Ex^a está coberta de razão. Também tive um diálogo com o nosso querido Walter Pinheiro, e ele disse que estava preocupado em buscar uma solução tanto para o Rio Grande do Sul, quanto para os Estados do Norte.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Como para os Estados de Roraima, Acre, Rondônia e Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Nós estamos extremamente preocupados porque esses Estados não podem abrir mão dos recursos repassados por esses fundos.

No Estado de Roraima, 75% das receitas vêm do Fundo de Participação do Estado. Então, queremos encontrar uma fórmula, um modelo que não prejudique esses Estados menos desenvolvidos.

Mas compreendo que a análise do Pacto Federativo deve desenhar novas regras para o FPE, da distribuição dos *royalties* do petróleo, e do setor mineral, entre outras questões cruciais para o País. É a tal discussão dos temas que envolve a Federação.

Dessas discussões depende, com frequência, a viabilidade de muitos Estados brasileiros, mas nenhuma delas é tão premente quanto a que envolve o Fundo de Participação dos Estados, principalmente para os Estados da Região Norte e Centro-Oeste.

Não poderia concordar com propostas até então apresentadas, cujas linhas de raciocínio em que se assentam trariam sérios prejuízos aos Estados do Norte.

Essas propostas, em geral, retiram do meu Estado participação relativa do montante da Federação. E isso não podemos admitir.

Os percentuais propostos diminuiriam, drasticamente, ao longo dos anos, tendo como meta atingir 2,15%, conforme última proposta formulada e apresentada aqui ontem. Nesse percurso, Roraima chegaria, em 2017, a 2,46%, quando o percentual atual é de 2,48%. Quer dizer, claramente mostra uma perda nos repasses.

Não obstante o crescimento absoluto do montante – e, neste caso, considerando-se o crescimento do bolo federativo –, existem, de fato, perdas para Roraima, na proposta em discussão apresentada ontem. Esse é um fato.

No anexo dessa proposta que demonstra a evolução do rateio do FPE, Estados próximos de nós em arrecadação, pelo modelo vigente, apresentam uma evolução mais expressiva no montante distribuído, em bilhões de reais.

Roraima, por exemplo, que, em 2012, apresentava R\$1,5 bilhão, chegaria, em 2017, com R\$2 bilhões, enquanto outros Estados teriam aumento bem maior, avolumando o hiato entre membros federados. Haveria, grosso modo, decréscimo dos percentuais relativos a Roraima.

A exemplo de outros Estados da Região Norte, Roraima tem base tributária mais estreita. Logo, tem o FPE como principal fonte de recursos e, assim sendo, não pode dele prescindir. Nós somos o menor PIB entre

os Estados brasileiros. Esse Fundo é de fundamental importância para a sobrevivência de nosso Estado.

Atualmente, os Estados das Regiões Sul e Sudeste recebem juntos 15% dos repasses. Os representantes das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, que ficam com os outros 85%, são os que mais dependem dos recursos, sem dúvida nenhuma.

Nesse contexto, quando do exame de novas regras para tão importante recurso, devemos ter em mente alguns conceitos básicos a respeito desse instrumento de redistribuição de renda, vital ao combate às desigualdades regionais.

Como sabemos, o objetivo da Constituição Federal, ao estabelecer esse mecanismo de transferência de recursos, é equalizar a capacidade financeira dos Estados que têm menores condições de arrecadar impostos com a dos Estados que contam com atividade econômica mais intensa e, em consequência, maior possibilidade de gerar receitas próprias.

Em 2010, o STF declarou inconstitucionais os coeficientes fixos de rateio contidos na Lei Complementar nº 62/1989 e estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2012 para este Congresso Nacional elaborar uma nova norma legal.

A determinação do Supremo Tribunal Federal não foi cumprida ainda. Por isso se torna imprescindível discutirmos e votarmos um novo desenho do Fundo de Participação dos Estados.

Criado em 1967, com o objetivo de redistribuir a renda e promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados brasileiros, esse novo desenho do FPE não pode afastar-se do objetivo que consiste na razão de ser do próprio Fundo: a equalização da capacidade tributária, gerando maior equidade entre os entes federados.

Esta é uma meta que, em qualquer modelo que possa ser criado para fazer os ajustes e definir a partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, nunca pode ser esquecida: o combate às desigualdades regionais, razão pela qual foi criado. Então, esta premissa tem que ser mantida: aqueles Estados que precisam mais do FPE obviamente precisam manter um número maior, precisam de um percentual maior de recursos.

Então, Sr. Presidente, eu queria aqui manifestar claramente a nossa grande preocupação com a proposta que está sendo elaborada e que será votada em breve, aqui neste Senado Federal.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de falar da nossa alegria, do nosso contentamento por ter sido aprovada hoje, aqui no Senado Federal, a Proposta de Resolução nº 2, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal. A exemplo do que já

existe na Câmara dos Deputados, nós aprovamos aqui no Senado Federal, aqui no plenário do Senado, já tendo passado antes pela CCJ, o projeto da Senadora Grazziotin.

Entre as competências da Procuradoria Especial da Mulher, Sr. Presidente, estão as seguintes: zelar pela defesa dos direitos das mulheres; incentivar a participação dos parlamentares em suas ações; participações nos trabalhos legislativos e na administração do Senado Federal. Está também, entre as atribuições da Procuradoria Especial da Mulher, receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher; sugerir, fiscalizar e acompanhar a execução de programas do Governo Federal que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias nos âmbitos regional e nacional. Também está entre suas atribuições cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres.

Então, nós queríamos aqui agradecer ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; à CCJ, à Senadora Vanessa Grazziotin, a todos os Senadores e Senadoras que se sensibilizaram e compreenderam a importância da aprovação dessa Procuradoria Especial da Mulher.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senadora Angela Portela!

Amanhã, nós, da Bancada do Rio Grande do Sul, teremos uma conversa com o Senador Walter Pinheiro. E vamos torcer para que haja um novo desenho para os Estados do Norte e, no caso específico, para o Rio Grande do Sul, que já recebia pouco e passou a receber menos ainda. Mas acredito que a gente há de construir, pela sensibilidade do nosso querido Walter Pinheiro, Senador Relator da matéria, um grande entendimento.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 115, de 2013**, da Liderança do PMDB, comunicando o desligamento do Senador Casildo Maldaner das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

É o seguinte o Ofício:

OF. GLPMDB nº 115/2013

Brasília, 13 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Casildo Maldaner, solicitou seu desligamento da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 589, de 2012**, conforme o **Ofício S/Nº, de 2013**, subscrito pela Líder do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), com a concordância do Líder do PR, na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº /2013-PTdoB

Brasília, 12 de março de 2013

Assunto: Indicação de Membro Suplente da Comissão Mista

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Laércio Oliveira (PR/SE) como membro suplente na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 589 de 2013, que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos juntos a Fazenda Nacional relativos as contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Respeitosamente, – Deputada **Rosinha da Adefal**, Líder do PTdoB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2013** (nº 571/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.*

É o seguinte o Projeto:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2013**

(Nº 571/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 2 de novembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE
COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA**

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República Federal da Alemanha (doravante denominados “as Partes”),

Buscando contribuir para a paz e a segurança internacional;

Desejando fortalecer as várias formas de cooperação de defesa entre as Partes, tendo como base a reciprocidade e o interesse mútuo;

Acordam o seguinte:

Artigo I

Áreas de Cooperação

(1) A cooperação entre as Partes poderá incluir:

1. assuntos relacionados à política de defesa, bem como o treinamento e operações militares;
2. pesquisa e desenvolvimento, aquisição de produtos e serviços de defesa, bem como apoio logístico;
3. assessoramento em equipamentos de defesa;
4. compartilhamento de conhecimentos e experiências nas áreas da ciência e tecnologia;
5. intercâmbio de informações relacionadas a assuntos de segurança internacional;

6. compartilhamento de experiências sobre questões relacionadas à prevenção de conflitos internacionais e a operações de gerenciamento de crises; e

7. outras áreas correspondentes no domínio da defesa que possam ser de interesse mútuo para as Partes.

(2) A cooperação será conduzida pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse mútuo e será implementada em conformidade com a legislação nacional e com as obrigações internacionais de cada Parte.

Artigo 2

Atividades e Métodos de Cooperação

A cooperação entre as Partes poderá ser realizada mediante as seguintes atividades:

1. intercâmbio de visitas de delegações de representantes civis e militares de alto nível;

2. visitas mútuas a instituições militares ou de defesa;

3. intercâmbio de instrutores e alunos entre instituições de treinamento militar relacionadas;

4. participação mútua de membros das Forças Armadas em eventos culturais e desportivos; e

5. intercâmbio de informações sobre projetos de desenvolvimento relacionados à tecnologia militar e a sistemas de defesa

Artigo 3

Respeito à Carta das Nações Unidas

Na execução das atividades de cooperação no âmbito do presente Acordo, as Partes comprometem-se a respeitar os princípios e as finalidades da Carta das Nações Unidas, que incluem igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territorial, bem como não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

Artigo 4

Finanças

(1) Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros.

(2) A não ser que seja acordado de forma contrária, cada Parte será responsável por todas as despesas contraídas por seu pessoal.

(3) Serviços prestados por uma Parte à outra Parte, por ocasião da implementação deste Acordo, serão indenizados à Parte prestadora dos serviços em conformidade com entendimentos específicos entre as Partes.

Artigo 5

Proteção da Informação Sigilosa

Todas as atividades de implementação do presente Acordo serão realizadas em conformidade com os acordos bilaterais pertinentes sobre a proteção mútua da informação sigilosa.

Artigo 6

Protocolos Complementares/Mecanismos de Implementação/Emendas

(1) Com o consentimento de ambas as Partes, protocolos complementares a este Acordo poderão ser assinados em áreas específicas de cooperação no domínio de defesa.

(2) Mecanismos relativos à implementação deste Acordo ou de seus protocolos complementares poderão ser desenvolvidos e celebrados pelas autoridades competentes das Partes. Tais mecanismos de implementação deverão estar restritos aos temas do presente Acordo e deverão ser consistentes com as respectivas legislações das Partes.

(3) Este Acordo poderá ser emendado com o consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo 7

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia que se origine da interpretação ou implementação deste Acordo será solucionada mediante negociação direta entre as Partes, por via diplomática

Artigo 8

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo (30º) dia após a data de recebimento da notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual o Governo da República Federativa do Brasil informa o Governo da República da Alemanha de que foram cumpridos seus requisitos legais internos, necessários à entrada em vigor deste Acordo.

Artigo 9

Denúncia

(1) Qualquer Parte poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por escrito e por via da sua decisão de denunciar o presente Acordo.

(2) A denúncia produzirá efeito noventa (90) dias após a data de notificação e não afetará programas e atividades em curso no âmbito do presente Acordo, a menos que as Partes decidam de outro modo.

(3) As obrigações das Partes relativas a assuntos Financeiros e proteção da informação sigilosa,

conforme estabelecido nos Artigos 4 e 5, continuarão a ser aplicáveis, não obstante o término deste Acordo.

Em fé do que, os plenipotenciários, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo.

Feito em Berlim, ao 8 dia de novembro de 2010, em dois originais, nos idiomas português, alemão e inglês, sendo todos os textos autênticos. Em caso de divergência na interpretação dos textos em português e alemão, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA



NELSON JOBIM
MINISTRO DA DEFESA



KARL-THEODOR ZU GUTTENBERG
MINISTRO DA DEFESA



RAINER BRÜDERLE
MINISTRO DA ECONOMIA

MENSAGEM Nº 68

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, interino, e da Defesa, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.

Brasília, 1º de março de 2012. – **Dilma Rousseff.**
EMI nº 106 MRE/MD

Brasília, 3 de março de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Berlim, em 8 de novembro de 2010, pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pelos Ministros da Defesa, Karl-Theodor Zu Guttenberg e da Economia, Rainer Brüderle, da República Federal da Alemanha.

2. O referido acordo tem como propósito promover a cooperação em assuntos relativos à defesa, especialmente nas áreas de política de defesa, pesquisa e

desenvolvimento militares, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; o assessoramento em tecnologia militar; o intercâmbio de experiências e conhecimentos em assuntos relacionados à defesa; educação e treinamento militar; e cooperação em outras áreas de interesse mútuo no campo da defesa.

3. O Ministério da Defesa e das Relações Exteriores conduziram as negociações do Acordo em tela e, em cumprimento do disposto no Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, acordaram seu texto final em reunião de coordenação realizada em 25 de outubro de 2010.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – **Ruy Nunes Pinto Nogueira,**
Celso Luiz Nunes Amorim.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2013**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 32, de 2013**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2011**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 32/2013-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de março de 2013

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Substitutivo, de autoria do Senador Jorge Viana, ao Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “Altera a Lei nº 12.340 de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a cooperação

federativa no âmbito da Defesa Civil e prever a formação da Força Nacional de Defesa Civil”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 32, de 2013**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Of. CDJEM nº 15/2013

Brasília, 20 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em sua 1ª reunião de 2013, ocorrida hoje, elegeu para a Presidência e a Vice-Presidência os Senadores Armando Monteiro e Cyro Miranda, respectivamente.

Comunico que nessa mesma reunião o Colegiado, após apreciar os 17 (dezessete) currículos com indicações ao Prêmio, escolheu as três personalidades que serão agraciadas com o Diploma José Ermírio de Moraes, a saber:

Francisco Ivens de Sá Dias Branco;
José Alexandre dos Santos; e
Robson Braga de Andrade.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração. – Senador **Armado Monteiro**, Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Of. nº 68/2013-BLUFOR

Brasília, 20 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Antonio Carlos Rodrigues passa a não integrar

a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força/PTB/PR/PSC/PPL.

Ofício GSRR nº 43/2013

Brasília-DF, 20 de março de 2013

Assunto: Comunica que passa a integrar o bloco de apoio ao governo

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 61 do Regimento Interno, comunicamos a Vossa Excelência que o PSOL passa a integrar o bloco de apoio ao Governo a partir desta data. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL – Senador **Wellington Dias**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB).

Of. nº 15/2013 – CI/PRES

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência a designação dos Senadores Vital do Rêgo e João Costa para comporem como membros titulares a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil. Segue abaixo quadro da composição consolidada.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)

Walter Pinheiro
João Costa

1. José Pimentel
2. Delcídio do Amaral

BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)

Vital do Rêgo
Eduardo Braga

1. Ivo Cassol
2. Vago

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB/DEM)

Flexa Ribeiro

1. Lúcia Vânia

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, conforme o **Ofício nº 126, de 2013**, da Liderança do PR, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 126/2013 – Bloco

Brasília, 16 de março de 2013

Assunto: Substituição de membro de Comissão Mista

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) para membro titular em substituição ao Deputado Anthony Garotinho (PR/RJ) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Respeitosamente, – Deputado **Anthony Garotinho**, Líder do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 89, DE 2013

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Nordeste do Pará-UFNORPA, com sede no Município de Capanema, por desmembramento da Universidade Federal do Pará –UFPA, e da Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Nordeste do Pará- UFNORPA, com sede no Município de Capanema, Estado do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA, e da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

Art. 2º A UFNORPA terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária, atuando nas diversas áreas do conhecimento, em especial no Turismo, no Direito, na Agronomia, na Engenharia e na Medicina.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFNORPA serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais pertinentes, obser-

vado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art.4º Fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a:

I – criar os cargos, funções e empregos indispensáveis ao funcionamento da UFNORPA;

II – transferir saldos orçamentários da UFPA e UFRA para a UFNORPA, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesa previstos na lei orçamentária;

III – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Estado do Pará possui cerca de seis milhões de habitantes e um território de quase 1,250 milhões de km², o que representa 16,7% das terras brasileiras. A economia do estado, tradicionalmente fundada no extrativismo, sofreu importantes mudanças nos últimos trinta anos, particularmente devido à política federal de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia. Nos anos mais recentes, a base produtiva do Pará tem-se desenvolvido em torno da agroindústria, da verticalização da produção mineral e do turismo.

São enormes as possibilidades de desenvolvimento do Pará. É preciso, entretanto, cuidar para que haja maior equilíbrio econômico entre as regiões do estado. O território nordeste do Pará, apesar de ser uma das mais antigas áreas de colonização agrícola da Amazônia, decorrido mais de 130 anos de colonização, fica evidente a necessidade de investimentos em educação superior, para que existam recursos humanos adequados às necessidades de desenvolvimento das potencialidades da região, caracterizada por uma densa malha rodoviária, tendo como eixos principais as rodovias BR-316 (Pará-Maranhão), BR-010 (Belém-Brasília) e a BR-222, e eixos secundários, com várias rodovias estaduais.

Nesse sentido, propomos a criação da Universidade Federal do Nordeste do Pará. A região nordeste do Pará têm-se destacado, principalmente, pela produção agrícola, pesqueira, pecuária, industrial, comércio e serviços. Todavia, a região é marcada por significativos conflitos sociais e problemas ambientais.

Para que as potencialidades da região sejam mais bem aproveitadas, em programas de desenvolvimento econômico ecologicamente correto e socialmente justo, é preciso que sejam formados profissionais tecnicamente preparados nas diversas áreas de conhecimento científico, e principalmente, com conhe-

cimentos adequados da região, de sua população e suas necessidades. Nesse sentido, a criação de uma nova universidade federal com sede na cidade de Capanema proporcionará importantes mudanças no perfil educacional e socioeconômico de toda a região nordeste do Pará.

Por fim, manifestamos nossa convicção de que proposições como esta podem favorecer a interiorização do desenvolvimento educacional e econômico. Igualmente, podem contribuir para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, de elevar, em dez anos, a escolaridade de nível superior de menos de 12% para 30% da população com idade entre 18 e 24 anos.

Assim, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2013

Altera o parágrafo único da Lei nº 11.372, de 2006, que regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, que “regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos dos Ministérios Públicos Estaduais e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação no parágrafo único de seu art. 2º:

“Art. 2º.
Parágrafo único. O Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG, em reunião ordinária, formará lista com os 3 (três) nomes indicados para as vagas destinadas a membros do Ministério Público dos Estados, a ser submetida à aprovação do Senado Federal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, “regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal,

para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público [CNMP] oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências”.

Em seu art. 2º, a referida Lei disciplina o processo de indicação dos três membros do CNMP “oriundos dos Ministérios Públicos dos Estados”, consoante determina o inciso III do *caput* do art. 130-A da Constituição Federal.

Os Procuradores-Gerais de Justiça já se reúnem, ordinariamente, junto ao CNPG – Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, ao qual o integram, para deliberar sobre assuntos de interesses institucionais, bem como para promover a escolha, a cada dois anos, dos membros dos Ministérios Públicos Estaduais que representarão os estados junto ao CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público.

Trata-se de reunião ordinária do CNPG que define, em voto secreto e trinomial, os representantes ao CNMP, para mandato de dois anos, havendo possibilidade de uma recondução.

Os integrantes do CNPG, são os Procuradores-Gerais de Justiça dos estados que, dentre as várias atribuições, tem a finalidade de escolher os três membros dos Ministérios Públicos Estaduais a integrar os CNMP, pelo período de representação de dois anos.

Portanto, o Projeto de Lei justifica-se em razão de que, na prática, este fato de escolha já acontece junto ao CNPG, órgão que congrega todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos estados.

Submeto, então, a proposição ao crivo das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores, com o objetivo de ver aperfeiçoada a Lei 11.372, de 2006, por meio de uma dequação que já corresponde à realidade jurídica do País.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.372, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006

Mensagem de veto

Regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público da

União serão escolhidos pelo Procurador-Geral de cada um dos ramos, a partir de lista tríplice composta por membros com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, que já tenham completado mais de 10 (dez) anos na respectiva Carreira.

§ 1º As listas tríplices serão elaboradas pelos respectivos Colégios de Procuradores do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar, e pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 2º O nome escolhido pelo Procurador-Geral de cada um dos ramos será encaminhado ao Procurador-Geral da República, que o submeterá à aprovação do Senado Federal.

Art. 2º Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos dos Ministérios Públicos dos Estados serão indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais de Justiça, a partir de lista tríplice elaborada pelos integrantes da Carreira de cada instituição, composta por membros com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, que já tenham completado mais de 10 (dez) anos na respectiva Carreira.

Parágrafo único. Os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, em reunião conjunta especialmente convocada e realizada para esse fim, formarão lista com os 3 (três) nomes indicados para as vagas destinadas a membros do Ministério Público dos Estados, a ser submetida à aprovação do Senado Federal.

Art. 3º Durante o exercício do mandato no Conselho Nacional do Ministério Público, ao membro do Ministério Público é vedado:

- I – integrar lista para promoção por merecimento;
- II – integrar lista para preenchimento de vaga reservada a membro do Ministério Público na composição do Tribunal;
- III – integrar o Conselho Superior e exercer a função de Corregedor;
- IV – integrar lista para Procurador-Geral.

Art. 4º Compete ao Conselho Superior de cada Ministério Público estabelecer o procedimento para a elaboração das listas tríplices mencionadas nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º **(VETADO)**

~~Art. 6º Ficam criados os Cargos em Comissão, de recrutamento amplo, constantes do Anexo II desta Lei. (Revogado pela Lei nº 11.967, de 2009)~~

Art. 7º Ficam criados os cargos efetivos nas Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União para atender a estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme o Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. O provimento dos cargos efetivos de Analista e Técnico poderá ser efetuado com a

nomeação de candidatos já aprovados em concursos públicos realizados pelo Ministério Público da União.

Art. 8º O Conselho Nacional do Ministério Público poderá utilizar a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral da República para atender as suas necessidades gerenciais, operacionais e de execução orçamentária.

Art. 9º **(VETADO)**

Art. 10. Aos Conselheiros são asseguradas as prerrogativas conferidas em lei aos membros do Ministério Público.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, e seus efeitos financeiros retroagirão à data de sua implantação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de novembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Márcio Thomaz Bastos, Guido Mantega, Paulo Bernardo Silva.**

Este texto não substitui o publicado no *DOU* de 29.11.2006.

.....

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

.....

CAPÍTULO IV

Das Funções Essenciais à Justiça

SEÇÃO I

Do Ministério Público

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

- I – o Procurador-Geral da República, que o preside;
- II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- III – três membros do Ministério Público dos Estados;
- IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;
- V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2013

Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Transferência de Imóveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Cadastro Nacional de Transferência de Imóveis.

Art. 2º Fica criado o Cadastro Nacional de Transferência de Imóveis, conforme prazos e condições previstos em resolução do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 3º Os serviços notariais e de registros públicos de que trata a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, deverão comunicar ao Cadastro Nacional de Transferência de Imóveis qualquer ato praticado em relação a negócios jurídicos envolvendo transferência de direitos relativos a imóveis.

§ 1º Incluem-se entre os atos mencionados no *caput* deste artigo:

I – o reconhecimento de firmas em instrumentos de cessão de direitos, de procuração ou de qualquer outro negócio relativo a:

- a) financiamentos imobiliários, ainda que não tenha havido o consentimento do mutuante;
- b) cessão de direitos de posse ou de detenção sobre imóveis.

II – o registro dos instrumentos de que trata os incisos I e II do § 1º deste artigo no Registro de Títulos e Documentos para mera conservação, conforme art. 127, inciso VII, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 2º A obrigação de comunicar os atos praticados anteriormente à entrada em vigor da regulamentação desta Lei não abrange os atos de reconhecimento de firmas.

§ 3º A prática dos atos de que tratam os incisos I e II do § 1º do art. 3º não garante qualquer direito às partes que celebraram o negócio jurídico sem observância dos requisitos legais de validade e eficácia previstos em lei, salvo disposição legal em sentido contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A obtenção de informações acerca da existência de direitos sobre imóveis é tarefa das mais árduas.

Quem se dedica a tal missão, além de ter de percorrer a trilha espinhosa da consulta a todos os milhares de cartórios espalhados pelo país, submete-se à sempre inexitosa busca pelos “contratos de gaveta” relativos a imóveis, os quais, em geral, não estão disponíveis nos registros públicos.

Realmente, é prática extremamente comum a celebração de “contratos de gaveta” para manter na informalidade transferências de direitos sobre imóveis. De um modo geral, tais contratos não são registrados nos cartórios, embora, em muitas situações, recebam o ato de reconhecimento de firma nos tabelionatos de notas.

Ora, a ausência de um cadastro nacional que concentre as informações relativas a direitos sobre imóveis dificulta o combate à criminalidade, ao impedir que as investigações policiais identifiquem os direitos em nome dos criminosos, além de prejudicar toda a sociedade com o estímulo à inadimplência.

A proposição em tela volta-se contra esses malefícios ao criar o Cadastro Nacional de Transferência de Imóveis.

É por conta do relevantíssimo mérito da presente iniciativa que solicitamos o apoio de todos os nobres Congressistas para as céleres tramitação e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Artigo 236 da Constituição Federal

Mensagem de veto

Regulamento

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Serviços Notariais e de Registros

CAPÍTULO I

Natureza e Fins

Art. 1º Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

Art. 2º (Vetado).

Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

Art. 4º Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

§ 1º O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.

§ 2º O atendimento ao público será, no mínimo, de seis horas diárias.

CAPÍTULO II Dos Notários e Registradores

SEÇÃO I Dos Titulares

Art. 5º Os titulares de serviços notariais e de registro são os:

- I – tabeliões de notas;
- II – tabeliões e oficiais de registro de contratos marítimos;
- III – tabeliões de protesto de títulos;
- IV – oficiais de registro de imóveis;
- V – oficiais de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas;
- VI – oficiais de registro civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas;
- VII – oficiais de registro de distribuição.

SEÇÃO II Das Atribuições e Competências dos Notários

Art. 6º Aos notários compete:

- I – formalizar juridicamente a vontade das partes;
- II – intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo;
- III – autenticar fatos.

Art. 7º Aos tabeliões de notas compete com exclusividade:

- I – lavrar escrituras e procurações, públicas;
- II – lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados;
- III – lavrar atas notariais;
- IV – reconhecer firmas;
- V – autenticar cópias.

Parágrafo único. É facultado aos tabeliões de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

Art. 9º O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

Art. 10. Aos tabeliões e oficiais de registro de contratos marítimos compete:

- I – lavrar os atos, contratos e instrumentos relativos a transações de embarcações a que as partes devam ou queiram dar forma legal de escritura pública;
- II – registrar os documentos da mesma natureza;
- III – reconhecer firmas em documentos destinados a fins de direito marítimo;
- IV – expedir traslados e certidões.

Art. 11. Aos tabeliões de protesto de título compete privativamente:

- I – protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação;
- II – intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto;
- III – receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação;
- IV – lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em microfilme ou sob outra forma de documentação;
- V – acatar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante;
- VI – averbar:

- a) o cancelamento do protesto;
- b) as alterações necessárias para atualização dos registros efetuados;

VII – expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

Parágrafo único. Havendo mais de um tabelião de protestos na mesma localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos títulos.

SEÇÃO III Das Atribuições e Competências dos Oficiais de Registros

Art. 12. Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas

competem a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civis das pessoas naturais às normas que definirem as circunstâncias geográficas.

Art. 13. Aos oficiais de registro de distribuição compete privativamente:

- I – quando previamente exigida, proceder à distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados; em caso contrário, registrar as comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes;
- II – efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência;
- III – expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

TÍTULO II

Das Normas Comuns

CAPÍTULO I

Do Ingresso na Atividade Notarial e de Registro

Art. 14. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:

- I – habilitação em concurso público de provas e títulos;
- II – nacionalidade brasileira;
- III – capacidade civil;
- IV – quitação com as obrigações eleitorais e militares;
- V – diploma de bacharel em direito;
- VI – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

Art. 15. Os concursos serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador.

§ 1º O concurso será aberto com a publicação de edital, dele constando os critérios de desempate.

§ 2º Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.

§ 3º (Vetado).

~~Art. 16. As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por concurso de remoção, de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga,~~

~~sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.~~

Art. 16. As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de títulos, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento inicial ou de remoção, por mais de seis meses. (Redação dada pela Lei nº 10.506, de 9.7.2002)

Parágrafo único. Para estabelecer o critério de preenchimento, tomar-se-á por base a data de vacância da titularidade ou, quando vagas na mesma data, aquela da criação do serviço.

Art. 17. Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.

Art. 18. A legislação estadual disporá sobre as normas e os critérios para o concurso de remoção.

Art. 19. Os candidatos serão declarados habilitados na rigorosa ordem de classificação no concurso.

CAPÍTULO II

Dos Prepostos

Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

§ 1º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 2º Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.

§ 3º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

§ 4º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.

§ 5º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

Art. 21. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade Civil e Criminal

Art. 22. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.

Art. 23. A responsabilidade civil independe da criminal.

Art. 24. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública.

Parágrafo único. A individualização prevista no caput não exime os notários e os oficiais de registro de sua responsabilidade civil.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e dos Impedimentos

Art. 25. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.

§ 1º (Vetado).

§ 2º A diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicará no afastamento da atividade.

Art. 26. Não são acumuláveis os serviços enumerados no art. 5º.

Parágrafo único. Poderão, contudo, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços.

Art. 27. No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e Deveres

Art. 28. Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei.

Art. 29. São direitos do notário e do registrador:

- I – exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia;
- II – organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.

Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

I – manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros;

II – atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza;

III – atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

IV – manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade;

V – proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;

VI – guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

VII – afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor;

VIII – observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício;

IX – dar recibo dos emolumentos percebidos;

X – observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício;

XI – fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

XII – facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas;

XIII – encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva;

XIV – observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.

CAPÍTULO VI

Das Infrações Disciplinares e das Penalidades

Art. 31. São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades previstas nesta lei:

I – a inobservância das prescrições legais ou normativas;

II – a conduta atentatória às instituições notariais e de registro;

III – a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência;

IV – a violação do sigilo profissional;

V – o descumprimento de quaisquer dos deveres descritos no art. 30.

Art. 32. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:

- I – repreensão;
- II – multa;
- III – suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta;
- IV – perda da delegação.

Art. 33. As penas serão aplicadas:

- I – a de repreensão, no caso de falta leve;
- II – a de multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave;
- III – a de suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

Art. 34. As penas serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.

Art. 35. A perda da delegação dependerá:

- I – de sentença judicial transitada em julgado; ou
- II – de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.

§ 1º Quando o caso configurar a perda da delegação, o juízo competente suspenderá o notário ou oficial de registro, até a decisão final, e designará interventor, observando-se o disposto no art. 36.

§ 2º (Vetado).

Art. 36. Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta.

§ 1º Na hipótese do caput, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.

§ 2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.

§ 3º Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá esse montante ao interventor.

CAPÍTULO VII

Da Fiscalização pelo Poder Judiciário

Art. 37. A fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro, mencionados nos arts. 6º a 13,

será exercida pelo juízo competente, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, sempre que necessário, ou mediante representação de qualquer interessado, quando da inobservância de obrigação legal por parte de notário ou de oficial de registro, ou de seus prepostos.

Parágrafo único. Quando, em autos ou papéis de que conhecer, o Juiz verificar a existência de crime de ação pública, remeterá ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

Art. 38. O juízo competente zelará para que os serviços notariais e de registro sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente, podendo sugerir à autoridade competente a elaboração de planos de adequada e melhor prestação desses serviços, observados, também, critérios populacionais e sócio-econômicos, publicados regularmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAPÍTULO VIII

Da Extinção da Delegação

Art. 39. Extinguir-se-á a delegação a notário ou a oficial de registro por:

- I – morte;
- II – aposentadoria facultativa;
- III – invalidez;
- IV – renúncia;
- V – perda, nos termos do art. 35.
- VI – descumprimento, comprovado, da gratuidade estabelecida na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997. (Inciso incluído pela Lei nº 9.812, de 10.8.1999)

§ 1º Dar-se-á aposentadoria facultativa ou por invalidez nos termos da legislação previdenciária federal.

§ 2º Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente declarará vago o respectivo serviço, designará o substituto mais antigo para responder pelo expediente e abrirá concurso.

CAPÍTULO IX

Da Seguridade Social

Art. 40. Os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados à previdência social, de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

Parágrafo único. Ficam assegurados, aos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares os direitos e vantagens previdenciários adquiridos até a data da publicação desta lei.

TÍTULO III Das Disposições Gerais

Art. 41. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução.

Art. 42. Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.

Art. 43. Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.

Art. 44. Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, através de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos, o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Em cada sede municipal haverá no mínimo um registrador civil das pessoas naturais.

§ 3º Nos municípios de significativa extensão territorial, a juízo do respectivo Estado, cada sede distrital disporá no mínimo de um registrador civil das pessoas naturais.

~~Art. 45. São gratuitos para os reconhecidamente pobres os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como as respectivas certidões.~~

Art. 45. São gratuitos os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como a primeira certidão respectiva. (Redação dada pela Lei nº 9.534, de 10.12.1997)

~~Parágrafo único. Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.534, de 10.12.1997)~~

§ 1º Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões a que se refere este artigo. (Incluído pela Lei nº 11.789, de 2008)

§ 2º É proibida a inserção nas certidões de que trata o § 1º deste artigo de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes. (Incluído pela Lei nº 11.789, de 2008)

Art. 46. Os livros, fichas, documentos, papéis, microfilmes e sistemas de computação deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro, que zelará por sua ordem, segurança e conservação.

Parágrafo único. Se houver necessidade de serem periciados, o exame deverá ocorrer na própria sede do

serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.

TÍTULO IV Das Disposições Transitórias

Art. 47. O notário e o oficial de registro, legalmente nomeados até 5 de outubro de 1988, detêm a delegação constitucional de que trata o art. 2º.

Art. 48. Os notários e os oficiais de registro poderão contratar, segundo a legislação trabalhista, seus atuais escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial desde que estes aceitem a transformação de seu regime jurídico, em opção expressa, no prazo improrrogável de trinta dias, contados da publicação desta lei.

§ 1º Ocorrendo opção, o tempo de serviço prestado será integralmente considerado, para todos os efeitos de direito.

§ 2º Não ocorrendo opção, os escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial continuarão regidos pelas normas aplicáveis aos funcionários públicos ou pelas editadas pelo Tribunal de Justiça respectivo, vedadas novas admissões por qualquer desses regimes, a partir da publicação desta lei.

Art. 49. Quando da primeira vacância da titularidade de serviço notarial ou de registro, será procedida a desacumulação, nos termos do art. 26.

Art. 50. Em caso de vacância, os serviços notariais e de registro estatizados passarão automaticamente ao regime desta lei.

Art. 51. Aos atuais notários e oficiais de registro, quando da aposentadoria, fica assegurado o direito de percepção de proventos de acordo com a legislação que anteriormente os regia, desde que tenham mantido as contribuições nela estipuladas até a data do deferimento do pedido ou de sua concessão.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial que vierem a ser contratados em virtude da opção de que trata o art. 48.

§ 2º Os proventos de que trata este artigo serão os fixados pela legislação previdenciária aludida no caput.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também às pensões deixadas, por morte, pelos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares.

Art. 52. Nas unidades federativas onde já existia lei estadual específica, em vigor na data de publicação desta lei, são competentes para a lavratura de instrumentos traslatícios de direitos reais, procurações, reconhecimento de firmas e autenticação de cópia reprográfica os serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais.

Art. 53. Nos Estados cujas organizações judiciárias, vigentes à época da publicação desta lei, assim previrem, continuam em vigor as determinações relativas à fixação da área territorial de atuação dos tabeliães de protesto de títulos, a quem os títulos serão distribuídos em obediência às respectivas zonas.

Parágrafo único. Quando da primeira vacância, aplicar-se-á à espécie o disposto no parágrafo único do art. 11.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO, Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**

Este texto não substitui o publicado no *DOU* de 21.11.1994

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Vigência

Atualizada a partir da republicação

Vide Lei nº 10.150, de 2000

Texto compilado

Texto original

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO IV

Do Registro de Títulos e Documentos

CAPÍTULO I

Das Atribuições

Art. 127. No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição: ([Renumerado do art. 128 pela Lei nº 6.216, de 1975](#)).

I – dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;

II – do penhor comum sobre coisas móveis;

III – da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador;

IV – do contrato de penhor de animais, não compreendido nas disposições do [art. 10 da Lei nº 492, de 30-8-1934](#);

V – do contrato de parceria agrícola ou pecuária;

VI – do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre

as partes contratantes, quer em face de terceiros (art. 19, § 2º do Decreto nº 24.150, de 20-4-1934);

VII – facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação.

Parágrafo único. Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2013

Altera o art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para impedir o exercício da advocacia perante os tribunais compostos por magistrados que sejam parentes do advogado postulante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica suprimido o inciso IV do art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e o parágrafo único do mesmo dispositivo passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 134.
Parágrafo único. É defeso ao advogado ou a qualquer entidade corporativa de advogados postular causas em qualquer tribunal em que tenham cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o 3º grau atuando como magistrado, proibição que deverá permanecer por cinco anos após a aposentadoria do juiz cônjuge ou parente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A chamada “exceção por impedimento”, prevista no artigo do Código de Processo Civil objeto de alteração por nossa iniciativa, ocorre quando o magistrado se torna incompatível para julgar o processo por fatos concretos diretamente relacionados com a demanda.

No art. 134 do Código, estão enumeradas as situações em que a referida exceção pode e deve ser levantada, como, por exemplo, o caso em que uma das partes na lide for cônjuge do juiz ou juíza que deverá julgá-la.

O preceito tem o salutar intuito de impossibilitar, no julgamento da causa, a presença de sentimentos e afeições que possam macular de parcialidade o resultado do processo e, portanto, há grande mérito em sua determinação, considerando a grande missão do Poder Judiciário e o verdadeiro sentido de justiça.

Entretanto, a prática do Direito tem demonstrado que o mandamento processual não vem sendo suficiente para o alcance do almejado propósito. O juiz nomeado para julgar determinada causa pode não ter laço de parentesco com nenhuma das partes, nem com nenhum dos advogados postulantes, mas eventualmente possui algum familiar dentro do tribunal sujeito a sua influência, pelo seu interesse na lide.

Daí a nossa proposta no sentido de vedar ao advogado ou a qualquer entidade corporativa de advogados postular causas em qualquer tribunal em que tenham cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o 3º grau atuando como magistrado, proibição que deverá permanecer por cinco anos após a aposentadoria do juiz cônjuge ou parente.

Creemos que nosso projeto, se transformado em lei, muito colaborará para evitar fatos tão danosos à coletividade e à imagem do Poder Judiciário, já marcado por diversas denúncias veiculadas pelos meios de comunicação.

A imparcialidade dos juízes é uma das maiores esperanças do cidadão no exercício de seus direitos. Sem ela, julgamentos justos ficam no campo da teoria e da quimera, e a edificação do verdadeiro estado democrático depende de um Poder Judiciário plasmado pela ética, celeridade e eficiência, atributos impensáveis se a imparcialidade não for garantida na sua inteireza.

Contamos, pois, com nossos ilustres Pares para a acolhida de nossa proposta, com a qual tencionamos aprimorar nossas instituições jurídicas.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Texto compilado

Vigência

Institui o Código de Processo Civil.

CAPÍTULO IV Do Juiz

SEÇÃO II

Dos Impedimentos e da Suspeição

Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I – de que for parte;

II – em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III – que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV – quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

V – quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

VI – quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Parágrafo único. No caso do nº IV, o impedimento só se verifica quando o advogado já estava exercendo o patrocínio da causa; é, porém, vedado ao advogado pleitear no processo, a fim de criar o impedimento do juiz.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2013

Acrescenta o inciso XI ao art. 21 e o art. 88-A à Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências”, a fim de atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais dos seus associados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o inciso XI ao art. 21 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....
XI – se a cooperativa tem poderes para agir como substituta processual de seus associados, na forma do art. 88-A desta lei. (NR)”

Art. 2º Acrescente-se o art. 88-A à da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com a seguinte redação:

“Art. 88-A. Poderão as cooperativas ser dotadas de legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa de direitos de seus associados, quando a causa de pedir versar sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado das cooperativas, desde que tais poderes sejam expressamente previstos nos seus estatutos.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A regra geral prevista no Código de Processo Civil, relativamente à legitimidade para postular em juízo, é a de que haja coincidência nas posições do titular do direito material (ou, ao menos, do que assim se intitula) e daquele que atua em juízo, consoante o que preceitua o art. 6º do mesmo diploma legal, segundo o qual “Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei”.

As exceções previstas na parte final do referido art. 6º dizem respeito a motivos de conveniência, assim considerados pelo legislador processual, como, por exemplo, o art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.560, de 1992, que atribui ao Ministério Público legitimidade para, em substituição processual, propor ação investigatória de paternidade, ou na hipótese do art. 54, inciso II, da Lei nº 8.906, de 1994, que confere poderes ao Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil para a defesa dos interesses individuais dos advogados, ou, ainda, quando o art. 99, § 2º, da Lei nº 9.610, de 1998, atribui legitimidade ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), relativamente aos direitos autorais de seus associados.

No que tange às cooperativas, regidas pela Lei nº 5.764, de 1971, não podem tais entidades exercer esse papel de fundamental interesse para seus associados, nas questões atinentes às operações de mercado, consoante decisão recente do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 901.782/RS, justamente por conta da falta de previsão expressa em lei nesse sentido.

Por tais razões, necessário se faz aprimorar o nosso sistema processual civil a fim de possibilitar esse tipo de legitimidade extraordinária, tornando, assim, mais dinâmica a defesa, pelas cooperativas, dos interesses dos seus associados.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 6º Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar:

I – a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II – os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III – o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV – a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V – o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI – as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VII – os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VIII – o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX – o modo de reformar o estatuto;

X – o número mínimo de associados.

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

Art. 2º Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.

§ 4º Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante

do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Art. 54. Compete ao Conselho Federal:

II – representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais dos advogados;

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.

§ 2º O escritório central e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a retirada definitiva do Requerimento de minha autoria, através do qual solicitei a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nº 124 e 126, de 2011, e nº 30, de 2012.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do cantor e compositor Emilio Santiago, na manhã desta quarta-feira, no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro.

Justificação

Emilio Santiago nasceu no Rio de Janeiro em 6 de dezembro de 1946. Formou-se em Direito, como queria seus pais, mas a paixão pela música fez com que ele iniciasse sua carreira artística participando de diversos festivais de música, sendo vencedor de muitos, e programas de televisão como “A Grande Chance”, apresentado por Flávio Cavalcanti.

Em 1973, gravou o primeiro compacto, “Transas de Amor”, e, em 1975, lançou o disco “Emílio Santiago” produzido por Durval Ferreira. Passou a fazer shows em casas do Rio de Janeiro e de São Paulo e, depois, em outros estados do Brasil.

Conhecido pelo tom de voz ao mesmo tempo grave e suave, o cantor se dedicou a diferentes gêneros durante sua carreira, entretanto, esteve especialmente voltado para a MPB e o samba. Em 1988, lançou “Aquarela brasileira”, o primeiro disco da série criada por Roberto Menescal e Heleno Oliveira. O álbum trouxe a releitura de 20 clássicos da música brasileira, como “Sampa” (Caetano Veloso), “Anos dourados” (Chico Buarque e Tom Jobim) e “Eu sei que vou te amar” (Tom Jobim e Vinicius de Moraes).

A série “Aquarela brasileira”, responsável por aumentar consideravelmente sua popularidade no país, teve mais seis volumes, o último deles lançado em 1995. Um de seus mais importantes trabalhos, “Feito para ouvir”, de 1977, foi reeditado em 2009. Outro grande sucesso de sua carreira é o disco “Brasileiríssimas”. Canções foram eternizadas em sua marcante voz como: “Saigon”, “Verdade chinesa”, “Lembra de mim”, “Vai e vem”, “Tudo que se quer” e “Flor de lis”.

Seu último disco saiu em 2012, uma versão ao vivo de “Só danço samba”, de 2010. O álbum é uma homenagem ao “rei dos bailes”, Ed Lincoln, trazendo canções que fizeram sucesso nos clubes do Rio de Janeiro, nos anos 60, além de músicas atuais de artistas como Mart'nália, Jorge Aragão e Dona Ivone Lara. Ao todo, sua discografia conta com 30 álbuns e 4 DVDs.

Segundo a cantora Alcione, uma das melhores amigas do cantor, a música está de luto com a perda de Emilio Santiago, o Brasil perdeu a grande voz masculina: “Como é que o Brasil vai viver sem essa voz e como é que eu vou poder viver sem o meu amigo? Sempre cantando juntos, desde a noite. Mas com certeza está com seu Luís e dona Hercília, que eram os pais dele que o amavam muito, e junto com outros cantores fazendo uma festa para ele”.

Em uma homenagem a esse grande artista brasileiro gostaria de registrar alguns versos de um dos seus maiores sucessos: “Saigon”.

Tantas palavras
Meias palavras
Nosso apartamento
Um pedaço de Saigon
Me disse adeus
No espelho com batom

[...]

Anoiteceu!
Olho pro céu
E vejo como é bom
Ver as estrelas
Na escuridão
Espero você voltar
Pra Saigon

[..]

Sala das Sessões, 20 de março de 2013. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de congratulações à Sua Eminência o Cardeal Jorge Mario Bergoglio, por sua eleição como o novo Papa, Bispo de Roma e líder mundial da Igreja Católica.

Requeiro, ademais, que o Voto de congratulação seja levado ao conhecimento de Sua Eminência e do Nuncio Apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri.

Justificação

Quero saudar com alegria e espírito de comunhão com os católicos do mundo inteiro, a eleição pelo Conclave do Cardeal Mario Bergoglio como novo sucessor

do Papa Bento XVI, que abdicou ao papado em 28 de fevereiro de 2013.

Sua santidade o Papa Francisco é o primeiro Pontífice latino americano (nasceu na Argentina); o primeiro a adotar o nome de “FRANCISCO”; o primeiro Papa jesuíta e o primeiro pontífice não-europeu em mais de 1.200 anos.

Nascido no continente da esperança, traz para o Ministério Petrino, como consta da saudação oficial da CNBB, **“a experiência evangelizadora da Igreja latino-americana e caribenha”**.

O Cardeal Raymundo Damasceno Assis, Presidente da CNBB, assim se expressou sobre o Papa Francisco:

“Creio que o Papa Francisco já traz suas características expressas no nome que ele escolheu, inspirado no Santo de Assis, São Francisco, como nós sabemos, é um santo da pobreza, da simplicidade, da comunhão com todas as pessoas, e com a própria natureza.

*.....
Mas creio que vai marcar o seu pontificado pela característica de ser um verdadeiro pastor. Um pastor que ama o seu povo, que está inteiramente voltado para o cuidado do seu povo, mas ao mesmo tempo aberto ao mundo, a todos os demais povos. Ele terá este coração grande, aberto, a exemplo de São Francisco de Assis. Creio que esta espiritualidade certamente inspirará o novo Papa, pela simplicidade, pelo diálogo, que serão suas marcas, como foram quando ele foi arcebispo de Buenos Aires, um homem de grande simplicidade, de grande amor aos pobres”.*

Dessa forma, ao saudá-lo no amor de Cristo, estendo minha saudação à Nunciatura Apostólica no Brasil, à CNBB, ao clero e a todos os católicos do meu país, esperando que o Brasil seja o primeiro país a receber a visita do Papa, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, de 23 a 28 de julho próximo.

Que o Espírito Santo de Deus abençoe o Papa Francisco.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2013
(Requerimento nº 1, de 2013 – CMA)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 2º da CF, informações do Ministério da Justiça sobre a realização e em que fase se encontram os estudos para a ampliação da Terra Indígena Enawenê Nawê, no Estado de Mato Grosso, inclusive com a indicação em mapa da extensão territorial, abrangendo os municípios de Juína, Sapezal e Brasnorte.

Sala das Sessões, 5 de março de 2013.

Senador Blairo Maggi

1
2
3
4
5
6
7
8
9

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: RMA Nº 1, de 2013-CMA

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 05/03/2013

OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

01. PRESIDENTE: BLAIRO MAGGI

AUTOR: BLAIRO MAGGI

02. FLEXA RIBEIRO

03. EDUARDO AMORIM

04. JORGE VIANA

05. RODRIGO ROLLEMBERG

06. ATAÍDES DE OLIVEIRA

07. JOÃO ALBERTO SOUZA

08. CÍCERO LUCENA

09. LUIZ HENRIQUE

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 185, DE 2013

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, a e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor Ministro de Minas e Energia, as seguintes informações acerca da adequação das políticas públicas para o Estado do Amazonas, no setor de produção de energia elétrica:

1. Qual o déficit estimado de energia elétrica que o Estado do Amazonas terá após a implementação do Linhão de Tucuruí?
2. Quais as regiões do Estado, segundo levantamentos desse ministério, que tem maior índice de localidades sem acesso à energia elétrica?
3. A instalação de grandes usinas de energia solar, a exemplo do que acontecerá com Manaus, poderá ser instalada, também, no interior do Estado do Amazonas, tendo em vista o potencial gerador?
4. Há estudos para viabilizar a produção em massa dessa tecnologia fotovoltaica, essencial para gerar energia advinda dos raios solares, e assim diminuir os custos de aquisição destes equipamentos?
5. Quais os fatores que ainda impedem a disseminação de políticas públicas para o setor energético, no que tange à produção de energia solar nas regiões de grande potencial de geração?

Justificação

A questão energética no Brasil é sempre um tema relevante para qualquer setor da administração pública e tem reflexo direto também nas atividades e investimentos do setor privado, influenciando toda a dinâmica da economia nacional e, porque não falar, também da internacional, uma vez que o Brasil é um dos países em desenvolvimento que mais se destaca em todo o mundo.

Todavia, o acesso à energia elétrica de qualidade e de forma constante não é importante tão somente para as questões ligadas a macroeconomia do país, é também crucial e uma questão de sobrevivência para pequenas comunidades e localidades afastadas dos grandes centros urbanos e que são povoadas, no caso do estado do Amazonas, por diversos ribeirinhos, os quais praticam a agricultura familiar e de subsistência além da prática da exploração extrativista, de forma sustentável, dos recursos naturais existentes.

Dentro desse contexto nacional, o Amazonas, a exemplo de outros estados da região, também sofre com a baixa oferta de energia elétrica e com a concentração da rede de distribuição, mesmo tendo um

papel crucial dentro do desenvolvimento social, econômico e ambiental da região norte, por abrigar um polo industrial e uma gigantesca floresta que, por vezes, isolam comunidades e pessoas do grande centro urbano que é a capital do estado ou de outros grandes municípios interioranos que contam com melhores estruturas urbanas.

Apesar desse quadro caótico, o estado tem grande potencial para a geração de energia gerada através da irradiação solar. Somente para se ter uma ideia do tamanho do potencial da região, o local onde se tem menor índice de irradiação solar no estado supera em cinco vezes o maior local de irradiação da Alemanha, que conta com uma estrutura de produção de energia solar de cerca de 35 Gigawatt.

Nesse contexto, estudos que apontam que há a possibilidade de atender a cerca de 80% das localidades mais isoladas do estado do Amazonas com pequenas centrais de energia alimentadas pela captação de energia solar.

Essa alternativa se mostra economicamente mais viável em razão de seus custos, pois enquanto o custo de geração de energia termelétrica é de R\$ 650,00/hora, o custo da energia solar é de R\$ 300,00/hora, devendo-se considerar ainda que os custos de manutenção tornam-se menos onerosos aos cofres públicos.

Além disso, deve ser considerado ainda o baixo impacto ambiental em sua instalação, pois esta é considerada um tipo de energia renovável e não destruidora dos recursos ambientais existentes. Mas que ainda conta com certos empecilhos para a sua implementação em razão da falta de produção em escala para baratear o seu custo.

O estado, inclusive, está em vias de implementar uma política ambiental concreta, na qual será instalada no entorno da arena da Amazônia uma usina de energia elétrica capaz de produzir de 1 a 4,5 MWs capaz de atender mais de 3 mil casas, conforme noticiado nos mais diversos meios de comunicação locais.

Importante ressaltar nesse ponto que há no interior do estado um projeto piloto em 12 comunidades isoladas nos municípios de Barcelos, Beruri, Eirunepé, Novo Airão e Maués de instalação de uma usina que gera 6,6 Kilowatts e que atende a 1,3 mil pessoas, projeto este que vem apresentando ótimos resultados para essas comunidades.

Portanto, como visto acima, faz-se mister a adequação das políticas públicas energéticas, para proporcionar ao cidadão o acesso à energia elétrica de fato, cumprindo assim com os objetivos do Poder Público em levar o desenvolvimento econômico e so-

cial, assim como em proporcionar maior dignidade e condições de vida para os mais diversos cidadãos brasileiros.

Sala das Sessões, 20 de março de 2013. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/AM.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 186, DE 2013

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, a e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam solicitadas ao senhor Ministro da Saúde as seguintes informações sobre mulheres amazonenses que foram afetadas pelo câncer de mama:

1. Qual montante de recursos serão destinados nos anos de 2013 e 2014 para programas de saúde públicas voltadas para investimento em exames preventivos, no Estado do Amazonas?
2. Há projetos para distribuição e instalação de equipamentos de mamografia pelo interior e capital do Amazonas?
3. Há estudos por parte deste Ministério para implementar projetos na área de saúde pública da mulher com objetivo de diminuir o número de casos de câncer de mama descobertos em estágio avançado?
4. Quais são as políticas públicas elaboradas para o período de 2013 e 2014 visando à conscientização da população como um todo sobre a importância dos exames preventivos?

Justificação

O câncer de mama é uma das doenças que mais preocupam os estudiosos, pesquisadores e trabalhadores da área da saúde pública deste país, tendo em vista o aumento expressivo do número de casos relatados em todo o país, e que tanto afligem as famílias brasileiras.

Nesse contexto, cresce ainda mais a preocupação dos governos federal, estadual e municipal a fim de garantir melhores instrumentos à população para realizar os exames preventivos necessários para detectar o quanto antes esses tipos de patologia que se previamente descobertas tem grande possibilidade de êxito para o paciente, sem lhes causar tanto sofrimento ou em casos extremos a morte.

Por isso, a aplicação efetiva de uma política pública mais concreta e eficiente que busque dar maiores condições e proporcionar maior qualidade de vida para os cidadãos deve ser considerada e discutida dentro de parâmetros em que seja possível maior participa-

ção popular para decidir os rumos das políticas públicas nos investimentos no setor de saúde pública dos vários estados da federação.

Apesar de se reconhecerem os enormes esforços realizados pelo governo federal para melhorar a saúde pública brasileira, a infraestrutura dos hospitais, a formação de técnicos e profissionais de saúde, expansão da rede hospitalar dentre outras ações necessárias, sabe-se que ainda há muito que fazer, principalmente, no que se refere à questão da desconcentração de médicos nos grandes centros, investimentos em infraestrutura hospitalar nos municípios do interior dentre outras iniciativas necessárias para proporcionar à população em geral uma saúde pública de qualidade.

Assim, em tempos em que há grande aumento do número de casos constatados deste tipo de câncer, o que preocupa não só as mulheres, mas também as suas famílias, parentes, entidades públicas e os governos federal, estadual e municipal, faz-se mister coordenar campanhas de conscientização voltada para o público alvo e investir no reaparelhamento do Sistema Único de Saúde – SUS para aumentar a possibilidade de diagnósticos precoces e conseqüentemente as chances de cura.

Tais fatos podem ser evidenciados em recentes publicações de jornais e meios de comunicação, principalmente, na região norte, onde a falta de diagnósticos precoces traz sérias conseqüências aos pacientes, fator esse que poderia ser evitado com os ditos programas de conscientização em massa e maior oferta de estrutura para realização de exames e diagnósticos.

Segundo os dados levantados no Brasil no ano de 2012 foram registrados cerca de 52.700 novos casos de câncer de mama, número muito acima do percebido no ano anterior, onde os casos registrados chegaram a 50 mil. O estado do Amazonas responde por cerca de 340 casos no ano de 2012, com expectativa de aumento para o ano corrente.

Desta forma, torna-se imperioso o maior investimento na área da saúde pública a fim de concretizar políticas e proporcionar ao cidadão melhores condições de vida, principalmente, no que concerne a estrutura hospitalar e médica para realização de exames de saúde preventivos.

Sala das Sessões, 20 de março de 2013. – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/AM.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2013

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, a e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao senhor Ministro das Cidades, no

âmbito da Secretaria Nacional de Habitação, as seguintes informações acerca da avaliação de novas modalidades de construção de casas no programa Minha Casa Minha Vida, mais adequadas ao desenvolvimento sustentável e à realidade de cada região do país:

1. Qual é o modelo arquitetônico adotado, atualmente, para a construção de casas no Programa Federal Minha Casa Minha Vida?
2. Há possibilidade de serem incorporados projetos de construção de habitações mais adequadas a cada tipo de região?
3. Há estudos sobre a viabilidade econômica para incorporar ao programa Minha Casa Minha Vida a construção de casas que visem à preservação ambiental?
4. Há nesses projetos estruturas para aproveitamento da água das chuvas e tratamento de esgoto, levando em consideração as tecnologias já criadas por brasileiros, as quais buscam implementar projetos com baixo custo?

Justificação

A busca pelo desenvolvimento sustentável é um dos assuntos mais discutidos por grandes doutrinadores, tanto brasileiros, como internacionais, estudiosos e pesquisadores em geral, assim como governos e ambientalistas, visando encontrar meios capazes de assegurar o desenvolvimento econômico das nações, sem deixar de lado a preservação do meio ambiente existente.

Essa premissa é hoje vista como uma das prioridades dos governos tanto da União, como de Estados e Municípios, a fim de atender as demandas sociais mais prementes da sociedade, como por exemplo, a implementação de programas que visem erradicar com o déficit de moradias atualmente existentes em todos os estados brasileiros, assim como respeitar a legislação ambiental criando mecanismos e instrumentos capazes de gerar o menor impacto ambiental possível na implementação das políticas públicas que se fazem necessárias.

Nesse ponto, é importante perceber que em inúmeras regiões deste país os estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento surgem com novas ideias e tecnologias capazes de agregar maior “valor ambiental” aos empreendimentos públicos ou privados, aos produtos ou serviços, demonstrando a viabilidade econômica e ambiental de sua utilização no cotidiano de diversos cidadãos brasileiros, onde uma das preocupações primordiais dessas pesquisas é apresentar um projeto de baixo custo para sua implementação em larga escala.

Com esse tipo de pensamento os pesquisadores elaboram projetos que agregam valores ambientais importantes para os dias atuais dentro inclusive de um contexto nacional e internacional, bem como mais adequados para cada tipo de região, fatores esses importantes para proporcionar ao cidadão melhor qualidade de vida quando da implementação de políticas públicas.

Nesse contexto, é importante salientar a iniciativa já implementada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, no município de São Sebastião do Uatumã e que apresentou resultados positivos tanto no que concerne à proteção do meio ambiente quanto na possibilidade de agregar maior qualidade de vida aos cidadãos daquela localidade.

No projeto em questão, através de uma licitação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram construídas 133 casas os moradores (ribeirinhos) da região, as quais contam com sistemas de captação das águas das chuvas para seu aproveitamento, sistema de coleta e tratamento do esgoto produzido pela casa, sem poluir os lençóis freáticos ou mesmo as áreas de plantio, bem como áreas que respeitam os costumes e tradições desses povos.

E a construção desse tipo de habitação mostrou-se além de ambientalmente sustentável, também economicamente viável tendo em vista que o custo total de cada casa alcançou valores de R\$ 30 mil (trinta mil reais), com um tempo de estimado de 7 (sete) dias para a construção, utilizando inclusive a mão de obra do próprio morador, tendo em vista a simplicidade das técnicas utilizadas no projeto.

Portanto, tais questões de desenvolvimento sustentável, implementação de políticas públicas com baixo impacto ambiental e mais adequadas a cada região deve ser vista como um instrumento capaz de garantir os respeito não somente à natureza mas também ao cidadão brasileiro, devendo ser considerada assim tanto pelo governo federal, como estadual e municipal para a aplicação de suas políticas públicas e atendimento das necessidades mais prementes da população, principalmente, a de baixa renda.

Sala das Sessões, 19 de março de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 42, de 2013**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputa-

dos, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 42/13/PS-GSE

Brasília, 20 de março de 2013

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram arquivadas as emendas oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 176, de 2007, da Câmara dos Deputados (PLC nº 62/11), que “Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Márcio Bittar**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, domingo passado, dia 17 de março, estivemos durante todo o dia em atividades que comemoraram os 158 anos de Aracaju, Capital do meu Estado.

Sergipe, até 1855, tinha como capital a secular São Cristóvão, mas as novas exigências geográficas, determinadas pela ampliação do comércio, faziam do povoado de Santo Antônio do Aracaju, entre mar e rio, um local privilegiado para escoamento da produção econômica do Estado, notadamente do açúcar extraído nos engenhos sergipanos.

Pouco mais de um século e meio foram suficientes para alterar a paisagem, agora coberta de edifícios modernos, praças, grandes avenidas, pontes e viadutos, que se estendem para todos os lados, além do traçado determinado pelo engenheiro Sebastião Pirro.

Aracaju foi a segunda cidade brasileira a ser planejada e tomou a forma de um tabuleiro de xadrez. Outrora alagadiça, pantanosa e insalubre, agora alcança os limites das vizinhas São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros para formar a região metropolitana da Grande Aracaju, com todos os desafios de transporte, abastecimento e planejamento urbano que uma cidade grande possui.

Estamos diante de um novo desafio de tornar Aracaju uma cidade moderna e mais preparada para o futuro. E o futuro tem a ver com a qualidade da educação básica oferecida nas escolas públicas, que desperte nas crianças a vontade de aprender e estudar;

O futuro está no atendimento de saúde eficiente, de qualidade, que valorize o paciente no seu momento de dor e vulnerabilidade, que valorize o profissional de saúde e que também dê segurança à família, para que eia saiba que está sendo feito o melhor;

O futuro está nas soluções de emprego e renda que possam devolver dignidade às famílias, cujos membros nesse momento estão desempregados ou subempregados, que dê mais empoderamento às mulheres sergipanas e boas expectativas para os jovens que estão buscando agora o mercado de trabalho. Os jovens precisam de educação, esporte, trabalho e muito acesso à cultura, para que não se tornem pessoas sem expectativas, sem sonhos, que facilmente possam ser abordados pelas drogas.

E, acima de tudo, temos o desafio de crescer e modernizar, sem sucumbir à violência que se alastra nas grandes cidades.

Há muita coisa a fazer e estamos dispostos a transformar nossa cidade num lugar cada vez melhor! Parabéns, aracajuanos! Parabéns, Aracaju!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao terminar a sessão do dia de hoje, a gente faz aqui uma pequena homenagem ainda ao nosso querido cantor, intérprete e compositor Emílio Santiago, lendo aqui uma das suas mais bonitas interpretações sobre 100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão.

Dizia ele, na voz inesquecível:

100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão

Será

Que já raiou a liberdade

Ou se foi tudo ilusão

Será

Que a Lei Áurea tão sonhada

Há tanto tempo assinada

Não foi o fim da escravidão

Hoje dentro da realidade

Onde está a liberdade

Onde está que ninguém viu

Moço

Não se esqueça que o negro também construiu

As riquezas do nosso Brasil

Pergunte ao criador

Quem pintou esta aquarela

Livre do açoite da senzala

Preso na miséria da favela

Sonhei

Que Zumbi dos Palmares voltou

A tristeza do negro acabou

Foi uma nova redenção

Senhor

Eis a luta do bem contra o mal

Que tanto sangue derramou

Contra o preconceito racial

O negro samba

Negro joga capoeira

Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira

Vá em paz, Emílio Santiago! Muita luz divina para você!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2013

(Proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012).*

Parecer sob nº 2, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); e Relator Revisor: Deputado Márcio Macêdo (PT/SE), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, que oferece.

(Lido no Senado Federal no dia 7.3.2013)

(Sobrestando a pauta a partir de 24.12.2012)

Prazo final prorrogado: 18.4.2013

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 147, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2013 (nº 4.787/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.* Pendente de parecer da CCJ.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2011 - COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011-Complementar, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2011

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2011-Complementar, dos Senadores Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp e Jorge Viana, que *altera o art. 2º e acrescenta os arts. 2ºA e 2ºB à Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, e dá outras providências.* *(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, DE 2011 - COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2011-Complementar, do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.* *(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)*

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 761, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 761, de 2011-Complementar, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2012 - COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2012-Complementar, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *altera o art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados-FPE e dá outras providências.*

(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2012 - COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2012-Complementar, do Senador João Vicente Claudino, que *estabelece critérios para a repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2012 - COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2012-Complementar, do Senador Francisco Dornelles, que *altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966, e 8.443, de 16 de julho de 1992, para estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2012 - COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos do Requerimento nº 174, de 2013 - art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2012-Complementar, do Senador Cristovam Buarque,

que *altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para incorporar o IDEB nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.*

(Pendente de emissão de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.)

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

12

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 116, de 2013, do Senador Jayme Campos, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 375, 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 137, 157, 214, 328, 334, 335, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 48, 49, 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (benefícios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 33 minutos.)

**Ata da 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 13 de março de 2013.**

Às dezenove horas do dia treze de março de dois mil e treze, na Sala de Audiências do Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Assinam também a lista de comparecimento os seguintes Senadores e Senadoras: Flexa Ribeiro, Primeiro Secretário; Ângela Portela, Segunda Secretária; Ciro Nogueira, Terceiro Secretário; e Casildo Maldaner, Quarto Suplente de Secretário.

**4ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
Em 13 de março de 2013.**

1. ABERTURA: Presidente agradece a presença dos Senadores

2. REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

2.1. Relator: Senador Flexa Ribeiro

2.1.1. Requerimento nº 75, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador Flexa Ribeiro)

Assunto: informações sobre a situação de municípios do Estado do Amazonas que têm suas contas julgadas

irregulares junto ao Cadastro Único de Convênios da Secretaria do Tesouro Nacional.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.2. Relator: Senador **Ciro Nogueira**

2.2.1 **Requerimento nº 78, de 2013**

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro do Estado dos Transportes.

(Relator: Senador **Ciro Nogueira)**

Assunto: informações acerca da fiscalização de embarcações irregulares que trafegam nos rios da Amazônia.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

2.3. Relator: Senador **João Vicente Claudino**

2.3.1. **Requerimento nº 1.110, de 2012**

Autoria: Senador Jayme Campos – ao Ministro de Estado da Fazenda.

(Relator: Senador **João Vicente Claudino)**

Assunto: informações sobre a estimativa da renúncia de receitas nos anos de 2013 a 2015, decorrente da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012.

(Observação: Relatório favorável)

Observação: Com a aprovação do Requerimento nº 1.110, de 2012, fica interrompida a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: transferido para a próxima Reunião da Mesa.

2.3.2. Requerimento nº 73, de 2013

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin – ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

(Relator: Senador João Vicente Claudino)

Assunto: informações sobre a administração, fiscalização e controle do tráfego aéreo no Aeroclube de Flores, em Manaus/AM.

(Observação: Relatório favorável)

Resultado: DEFERIDO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

3. REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA

3.1. Tramitação Conjunta

3.1.1. Requerimento nº 113, de 2013 (tramitação conjunta de Projetos de Lei do Senado que versam sobre regras para planos e seguros privados de assistência à saúde).

Autor: Senador Sérgio Souza

Assunto: Solicita a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 455, 456 e 470, de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.

- Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2012.

(Autor: Senador Antonio Carlos Valadares) - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que as operadoras e as pessoas jurídicas que intermedeiem a comercialização de planos de saúde exibam informações relativas a prazos de atendimento e carências em seus sítios eletrônicos.

- Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2012.

(Autor: Senador Antonio Carlos Valadares) - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar o reembolso integral das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde nos casos em que especifica.

- Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2012.

(Autor: Senador Antonio Carlos Valadares) - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar.

Resultado: APROVADO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

3.1.2. Requerimento nº 139, de 2013 (tramitação conjunta de Projetos de Lei do Senado que versam sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares).

Autor: Senador Jorge Viana

Assunto: Solicita a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 26, 35, 36, 37 e 53, de 2013, por versarem sobre a mesma matéria.

- Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2013.
(Autor: Senador Jorge Viana) – Altera o art. 250-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e dá outras providências.

- Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2013.
(Autor: Senador Gim) – Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

- Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2013.
(Autor: Senador Eduardo Amorim) - Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

- Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2013.
(Autor: Senador Romero Jucá) - Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

- Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2013.
(Autor: Senadora Vanessa Grazziotin) - Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos.

Resultado: APROVADO. À Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Justiça.

4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Ofício nº21/2013-CCS

(art. 3º da Lei 8.389/1991: “Compete ao Conselho de Comunicação Social elaborar seu regimento interno que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Senado Federal.”)

4.1. Requerimento do Conselho de Comunicação Social nº 1, de 2012 (Parecer nº 3/2012-CCS)

Autoria: Conselho de Comunicação Social

Assunto: alteração do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, nos termos de seu art. 49, parágrafo único: “*Qualquer modificação neste Regimento Interno somente vigorará após ser aprovada pela Mesa do Senado Federal.*”

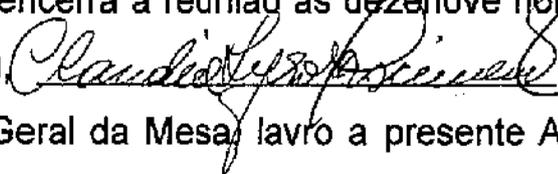
Observação: parecer aprovado em 4 de março de 2013, na 1ª reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional de 2013. Relatoria: Conselheiro Miguel Ângelo Cançado

Anexo ao ato da Mesa do Senado nº 1/2004	Parecer nº 3/2012 CCS
Art. 2º O Conselho de Comunicação Social reunir-se-á nas dependências do Palácio do Congresso Nacional, em local previamente indicado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.	Art. 2º O Conselho de Comunicação Social reunir-se-á nas dependências do Palácio do Congresso Nacional, em local previamente indicado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, no período da sessão legislativa do Congresso Nacional previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.

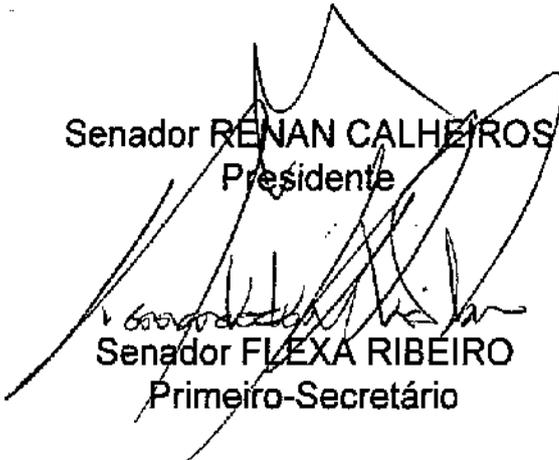
Anexo ao ato da Mesa do Senado nº 1/2004	Parecer nº 3/2012, CCS
	Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o Conselho de Comunicação Social contará com apoio administrativo do Senado Federal!
Art. 3º XII - matérias relacionadas à Lei nº 8.977, de 1995;	Art. 3º XII - matérias relacionadas à Lei nº 8.977, de 1995, e à Lei 12.485, de 2011;
Art. 4º O Conselho poderá realizar audiências públicas mediante convite a autoridades, personalidades e entidades da sociedade civil.	<p>Art. 4º O Conselho poderá realizar audiências públicas mediante convite às autoridades, personalidades e entidades da sociedade civil.</p> <p>§ 1º A convocação de audiência pública depende de prévia aprovação em reunião do Conselho de Comunicação Social!</p> <p>§ 2º Serão convidados e habilitados a se manifestar os convidados que guardem pertinência temática entre o assunto pautado e seus objetivos institucionais.</p> <p>§ 3º Para manifestação nas audiências públicas, as organizações da sociedade civil deverão demonstrar cumulativamente, além da pertinência temática a que alude o § 2º:</p> <p>I - autoridade em razão da matéria a ser discutida;</p> <p>II - resumo da tese que pretende defender, indicando precisamente sua colaboração com o objeto a ser deliberado;</p> <p>III - provas da regularidade de sua personalidade jurídica e efetiva atuação na defesa de seu objeto social há pelo menos 1 (um) ano.</p> <p>§ 4º O Conselho de Comunicação Social poderá dispensar o requisito de pré-constituição e atuação caso a organização da sociedade civil demonstre que sua manifestação será relevante e contributiva para a matéria a ser discutida.</p> <p>§ 5º O procedimento da audiência pública reger-se-á pelo que segue:</p> <p>I - serão convidados, no máximo, 5 (cinco) expositores, garantindo-se, se houver, igual distribuição entre defensores e opositores das teses relativas à matéria pautada;</p> <p>II - cada expositor terá 15 (quinze) minutos para se manifestar, sendo-lhe dada a palavra logo após o pregão do assunto e a declaração da respectiva habilitação à tribuna;</p> <p>III - o expositor deverá limitar-se à matéria pautada e à tese por ele defendida;</p> <p>IV - as exposições serão reduzidas a termo e juntadas à ata da reunião em que se efetivaram.</p>

Anexo ao ato da Mesa do Senado nº 1/2004	Parecer nº 3/2012/CGS
	<p>§ 6º Não sendo o caso de audiência pública, mas de pontuais e necessários esclarecimentos por parte do Conselho de Comunicação Social, poderá o Presidente, o relator ou a comissão de relatoria propor convite a autoridades do Poder Executivo e especialistas com notório saber a respeito da matéria pautada, cuja efetivação dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Comunicação Social.</p> <p>§ 7º O Presidente definirá, dependendo da relevância, a duração da exposição de autoridade e especialista convidado.</p> <p>§ 8º Após a manifestação dos convidados, o Presidente conduzirá, se for o caso, a respectiva deliberação.</p>
<p>Art. 20</p> <p>XIV - promover, por intermédio da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, a publicação das atas das reuniões no Diário do Senado Federal;</p> <p>XV - assinar o expediente do Conselho;</p> <p>XVI - assinar a correspondência dirigida pelo Conselho a autoridades.</p>	<p>Art. 20</p> <p>XIV - representar o Conselho de Comunicação Social perante o Congresso Nacional, demais Poderes e autoridades.</p> <p>XV - promover, por intermédio da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, a publicação das atas das reuniões no Diário do Senado Federal;</p> <p>XVI - assinar o expediente do Conselho;</p> <p>XVII - assinar a correspondência dirigida pelo Conselho a autoridades.</p>
<p>Art. 30</p> <p>Parágrafo único. O prazo a que se refere o § 2º do art. 4º da Lei nº 8.977, de 1995 (Serviço de TV a Cabo), para emissão dos pareceres do Conselho, será contado da leitura do expediente na primeira reunião do Conselho que se seguir ao recebimento da consulta e findará na reunião ordinária seguinte.</p>	<p>Art. 30</p> <p>Parágrafo único. <u>REVOGADO.</u></p>
<p>Art. 41 Todas as reuniões do Conselho de Comunicação Social serão públicas.</p>	<p>Art. 41. Todas as reuniões do Conselho de Comunicação Social serão públicas, podendo ser transmitidas ao vivo por qualquer plataforma de mídia mantida pelo Senado Federal.</p>

Resultado: transferido para a próxima Reunião da Mesa.

Esgotado os assuntos, e nada mais havendo a tratar, o Sr Presidente encerra a reunião às dezenove horas e dezoito minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavro a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 13 de março de 2013.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro-Secretário



Senadora ÂNGELA PORTELA
Segunda-Secretária



Senador CIRO NOGUEIRA
Terceiro-Secretário



Senador CASTILDO MALDANER
Quarto Suplente de Secretário

CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2012

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2012, quarta-feira, às 17h15, na Sala anexa ao Plenário, destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Estiveram presentes os Srs. Senadores titulares:

PMDB

Waldemir Moka

PSDB

Cyro Miranda

PTB

Armando Monteiro (Presidente)

DEM

José Agripino

PP

Ivo Cassol

PC do B

Inácio Arruda

PRB

Eduardo Lopes

PV

Paulo Davim

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (2ª Reunião)

13/06/2012

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco/PTB – PE) – Declaro aberta a 2ª Reunião do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, destinada especificamente à eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, cujos mandatos expiraram em 03 de maio.

Está aberta a reunião.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco/PTB – PE) – Concedo a palavra ao ilustre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu queria fazer uma sugestão, até pela boa condução tanto do Presidente quanto do Vice-Presidente. E, portanto, tomar a iniciativa de sugerir e pedir a aquiescência do Presidente e do Vice-Presidente, no sentido de que eles concordassem com as suas candidaturas à reeleição, aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Prêmio José Ermírio de Moraes.

Acho que é meritório, pelo trabalho que foi desenvolvido ao longo deste ano. Venceu no dia 03 de maio. É hora de se cuidar da remontagem da diretoria, da condução.

Queria tomar a iniciativa de propor o nome de V. Exª como candidato à reeleição da Presidência e o nome do Senador Waldemir Moka, como candidato à Vice-Presidência.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para aproveitar a oportunidade também.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a experiência e a sugestão de um Senador tão renomado e, ao mesmo tempo, com o conceito e a experiência que tem, não há outra chapa a não ser a recondução, conforme sugestão do próprio Senador Agripino, para que continue comandando esse trabalho, já que tiveram tanto o Senador Monteiro, como Presidente, quanto o Senador Moka, como Vice-Presidente.

Então, já estamos de acordo para que V. Exªs continuem os trabalhos em conjunto, como membros, a respeito dessa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Não havendo outros Senadores que queiram se expressar, declaro, então, eleitos, para o novo mandato do Conselho da Medalha José Ermírio de Moraes os Srs. Senadores Armando Monteiro e Waldemir Moka, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eleitos por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Aproveito a presença dos Srs. Senadores para submeter à devida aprovação a Ata da reunião realizada em 11 de abril de 2012, cujas cópias se encontram sobre a bancada à disposição de V. Exªs. (Pausa.)

Aprovada.

Documentos pertinentes à 2ª Reunião de 2012 do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes:

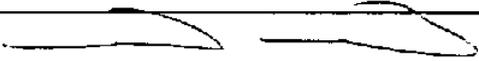
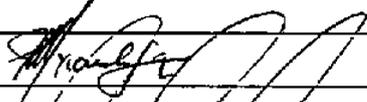
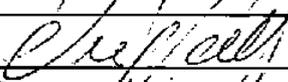
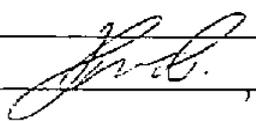
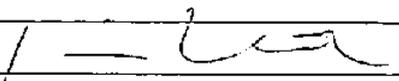
- Lista de Presença (02 folhas).

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES**

2ª REUNIÃO DE 2012

Em 13 de junho de 2012, quarta-feira, às 15h, na sala anexa ao Plenário, destinada à eleição de Presidente e Vice-Presidente.

LISTA DE PRESENÇA

	PMDB	
Senador WALDEMIR MOKA (MS)		
	PT	
Senador JORGE VIANA (AC)		
	PSDB	
Senador CYRO MIRANDA (GO)		
	PTB	
Senador ARMANDO MONTEIRO (PE)		
	DEM	
Senador JOSÉ AGRIPINO (RN)		
	PR	
	PP	
Senador IVO CASSOL (RO)		
	PDT	
Senador ACIR GURGACZ (RO)		
	PSB	
Senador RODRIGO ROLLEMBERG (DF)		
	PC DO B	
Senador INÁCIO ARRUDA (CE)		

	PSOL
<i>Eduardo Lopes</i>	PRB
Senador EDUARDO LOPES (RJ)	
	PSC
Senador EDUARDO AMORIM (SE)	
	PSD
	PPS
	PMN
Senador SÉRGIO PETECÃO (PSD-AC)	
	PV
Senador PAULO DAVIM (RN)	<i>Paulo Davim</i>

Visto: _____

PRESIDENTE

Brasília, 13 de junho de 2012

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PT – PE) Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores.

(Iniciada às 17 horas e 15 minutos e encerrada às 17 horas e 19 minutos)

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃO**PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 4, de 2013**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 002971/13-5, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor efetivo Analista Legislativo/Comunicação Social, **ROGÉRIO MOZART DY LA FUENTE GONÇALVES**, matrícula 186720, para exercer o cargo de Ombudsman, pelo prazo de dois anos, conforme o artigo 3º, § 1º do Ato do Presidente nº 4, de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: 5173 Seção I, de 04/03/2013*

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA**PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 5, de 2013**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** dispensar, a pedido, o servidor **HÉLIO RODRIGUES FIGUEIREDO JÚNIOR**, matrícula nº 53240, ocupante do cargo efetivo de Advogado do Senado Federal, do exercício da Função Comissionada de Advogado-Geral Adjunto, símbolo FC-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de março de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: 5173 Seção I, de 04/03/2013*

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DESIGNAÇÃO**PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 6, de 2013**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE designar o servidor **RÔMULO GOBBI DO AMARAL**, matrícula nº 244652, ocupante do cargo efetivo de Advogado do Senado Federal, para o exercício da Função Comissionada de Advogado-Geral Adjunto, símbolo FC-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de março de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- *Publicação extraída do Boletim original nº: 5173 Seção 1, de 04/03/2013*

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

EXONERAÇÃO**PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 7, de 2013**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004102/13-4, RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no art. 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDO CESAR DE MOREIRA MESQUITA**, matrícula nº 166720, do cargo, em comissão, de Diretor de Secretaria, SF03, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 01/03/2013.

Senado Federal, 4 de março de 2013. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- *Ato publicado no DOU nº 43. Seção 2, de 05/03/2013.*

- *Publicação extraída do Boletim original nº: 5174 Seção 2, de 05/03/2013*

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

20/03/2013
quarta-feira

14h	Recebe o Ministro Alexandre Padilha, da Saúde e o Prefeito Rui Palmeira, de Maceió Sala de Audiências
14h30	Reunião da Mesa Sala de Audiências
15h30	Recebe a Nova Diretoria da Juventude do PMDB Nacional Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário
16h	Recebe o Desembargador Luis Zveiter Sala de Audiências
16h	Instalação da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição com a presença do Presidente Henrique Eduardo Alves, da Câmara dos Deputados Sala de Audiências
18h	Recebe o Desembargador James Magalhães Medeiros, de Alagoas Sala de Audiências
18h30	Recebe o Senador Jader Barbalho acompanhado do Senhor Helder Barbalho e Vereadores do Pará Sala de Audiências
19h	Recebe a Insignia do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no Grau Grão Colar Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodré Santoro* (S)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Sodré Santoro.	PTB/RR

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
-----------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
PSOL.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,69)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,69)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (85,88)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (25,71,92)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,94) Rodrigo Rollemberg (68,100) Inácio Arruda (90,101) Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (25,71,92)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,96) Anibal Diniz (27,97) Paulo Paim (98) Eduardo Suplicy (99)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,94)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (68,100)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (90,101)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (103) Ataídes Oliveira (104) Cyro Miranda (33,95)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46,78)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,67)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,73)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPL - 1 João Costa (82,83)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18,77)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
67. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

78. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
88. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
89. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
93. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
94. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (2)
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (2)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT-PE) (5)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (5)
Paulo Paim (PT-RS) (5)	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayne Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. João Costa (PPL-TO) (4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayne Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ^(6,10,11)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

* Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares, e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares, e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMD, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 33033508

Fax: 33031176

E-mail: gbrandao@senado.gov.br

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
- Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹³⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,62)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁸⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(34,35,46,47)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(63,66)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(63,67)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶¹⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶¹⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶¹⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,61)
Jader Barbalho (PMDB) ^(36,37,49,50,61)	3. VAGO ⁽⁶¹⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(61,65)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(61,64)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶¹⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶¹⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(61,64)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,61)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶¹⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶¹⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶¹⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,61)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,61)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,60,61)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Morais (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁸⁾	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽⁶⁸⁾
Gim (PTB) ⁽⁶⁸⁾	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,68)
Blairo Maggi (PR) ^(26,27,28,53,68)	3. João Costa (PPL) ^(38,39,51,52,68)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,68)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,68)
PSD PSOL (24)	
	1. Randolfê Rodrigues (PSOL) (57)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

*** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

***** Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. N° 0012/2013-GLPSD).
58. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
59. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
60. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
61. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
64. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
65. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
67. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
68. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ^(3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 - Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 - Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
VAGO ^(7,9,34,40)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(27,22)	
Sodré Santoro (PTB) ^(31,38,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Costa (PPL) ^(28,29,32,39,41)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
VAGO (4)	1. VAGO (2)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. VAGO (6,7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (4)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 7. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
 8. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 - Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- ***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²³⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(11,71)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Sodré Santoro (PTB) ^(62,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,82)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que – tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Graziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁸⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,23)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(43,66)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,43,46,66)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,40,43,66)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(43,46,57,66)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,43,66)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(43,66)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,39,43,66)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(43,46,66)
Pedro Simon (PMDB) ^(17,43,66)	5. VAGO ^(43,46)
Ana Amélia (PP) ^(43,46,66)	6. VAGO ^(20,43,46)
Benedito de Lira (PP) ^(43,46,47,48,55,56,66)	7. VAGO ^(10,43)
Ciro Nogueira (PP) ^(43,46,66)	8. (43)
Kátia Abreu (PSD) ^(43,46,66)	9. (43)
VAGO ^(32,35,50,62,65)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,64)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(33,64)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,64)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,64)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,64)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,54,64)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(8,44,45,64,67)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(51,41)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁷¹⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(58,69,71)
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁷¹⁾	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,42,71,72)
VAGO ^(11,24,71)	3. VAGO ^(36,37,60,71)
VAGO ^(24,61,71)	4. VAGO ^(52,53,59,70,71)
PSD PSOL ⁽³⁴⁾	
	1. Randolfé Rodrigues (PSOL) ⁽⁶³⁾

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****, Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
33. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
43. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
44. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
45. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
46. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
47. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
48. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
51. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

52. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
53. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSJLB nº 0001/2012).
55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
57. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
56. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
58. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
59. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
60. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
61. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
63. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).
62. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
64. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
65. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
66. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
67. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Ofícios Nºs 10/2013-GLDEM e 58/2013-GLPSDB).
68. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
69. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
70. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
71. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
72. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁶⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁶⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO ⁽⁷³⁾
Acir Gurgacz (PDT) ^(11,15,39,40,49,50)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁷²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁷⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(16,65)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(41,42,53,54,65)
Luiz Henrique (PMDB) ^(19,20,38,65)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(65,67)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(20,21,65)
Valdir Raupp (PMDB) ^(6,65)	4. VAGO ^(17,65,71)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(31,32,35,67)
Kátia Abreu (PSD) ^(12,13,22,24,65)	6. VAGO ^(8,28,29,30,36)
	7. VAGO ^(4,5,9,34,44,45,56,57,64)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(59,61)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(7,10,59,62)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(59,63)
José Agripino (DEM) ^(18,26,27)	3. VAGO ^(26,51)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(46,37)	
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,25,52,69)	1. Gim (PTB) ^(2,66,69)
Blairo Maggi (PR) ^(47,48,55,60,69)	2. Fernando Collor (PTB) ^(43,69)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Randolfê Rodrigues (PSOL) ^(4,58)	

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
9. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
10. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
16. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
21. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
22. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
24. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
26. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
27. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
47. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
48. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
49. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
50. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
52. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
57. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
58. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
60. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
61. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
62. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
63. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
64. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

65. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
67. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
66. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
68. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
69. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
70. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
71. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
72. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).
73. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7)
VAGO	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO (8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a SubComissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a SubComissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(4,2,3)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(49,52,61)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(13,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(14,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(11,39,40)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(22,61)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴³⁾	
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Roberto Requião (PMDB) ^(7,9,26,33,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,12,28,29,30,42,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(38,60)
Paulo Davim (PV) ^(32,34,41,60)	3. VAGO
VAGO ^(17,31,60,64)	4. VAGO ⁽²⁰⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(19,60)	5. VAGO ⁽¹²⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(4,8,16,36,46,63)	1. VAGO ^(6,23,59)
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁸⁾
VAGO ^(18,37,45,54)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(51,43)	
Magno Malta (PR) ^(1,56,67)	1. VAGO ^(47,55,67)
VAGO ^(10,44,66,67)	2. VAGO ^(65,67)
VAGO ⁽⁶⁷⁾	3. VAGO ^(50,53,57,67)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽³⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 17.03.2011, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

9. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

20. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
48. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
53. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
56. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
57. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
58. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
59. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
62. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).

63. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
64. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
66. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
67. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁵⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. VAGO ^(45,46)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,46)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁴⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴²⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴²⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴²⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,42)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴²⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴²⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴²⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,42)
	7. VAGO ^(38,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(39,41)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁹⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,39)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁹⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,47)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁴⁹⁾	1. Gim (PTB) ^(34,48,49)
Fernando Collor (PTB) ^(31,49)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,49)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,49)	3. VAGO ^(19,20,37,49)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIO nº 012/2013-GLPSD).
39. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
41. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
44. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
45. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
46. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
47. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
49. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 - Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 - Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 - Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 - Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 - Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(20,21)
Acir Gurgacz (PDT) ^(31,32,44,45)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁵⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(56,26,33,34,47,48)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(56,26)
Lobão Filho (PMDB) ^(56,26)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(56,2,3,10,26)
Eduardo Braga (PMDB) ^(56,26)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(56,26)
Valdir Raupp (PMDB) ^(56,26)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(56,9,26)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(56,60,26)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(56,11,22,23,26)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(56,26)	6. Ivo Cassol (PP) ^(56,26)
Ciro Nogueira (PP) ^(56,26)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(56,15,16,17,24,26)
Sérgio Petecão (PSD) ^(56,27,30,39,40,51,52,55)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(56,5,6,12,14,27,28,30,52,55)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(57,53)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵³⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵³⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,53)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(4,7,53)
Wilder Moraes (DEM) ^(29,37)	4. Jayme Campos (DEM) ^(29,38)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,25)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(59,36,46)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁵⁾	3. João Costa (PPL) ^(58,42,43,50)
PSOL	
⁽¹⁹⁾	1. Randolfê Rodrigues ^(19,49)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

20. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

21. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

24. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
26. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
27. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
28. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
29. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
32. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
33. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
34. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
35. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
36. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
37. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
39. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
40. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
41. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
42. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAlV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
43. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
49. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. GSRR nº 264/2012).
51. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
52. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
53. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
56. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo

Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

54. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).

55. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

57. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

58. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

59. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

60. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
VAGO (1,5,6,7,9)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO (3,4,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
 5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
 8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁶⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁸⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,50)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(33,34,39,40)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁰⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁵⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,45)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(21,22,23,29,32,45)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁵⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,38,45)
Ciro Nogueira (PP) ^(16,35,45)	4. Ivo Cassol (PP) ^(27,45)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁵⁾	5. VAGO ^(8,9,17,19)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴⁵⁾	6. VAGO ^(24,25,28)
(44)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,20,43)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴³⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴³⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,43)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) ^(4,36)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,30)	
Sodré Santoro (PTB) ^(42,51)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³¹⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁶⁾	
	1. VAGO ^(13,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
18. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
21. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
22. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
23. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
25. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
28. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
29. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
31. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

32. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (Of. GLPMDB nº 151/2012).
33. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
34. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).
35. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
36. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
37. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
38. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
39. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
40. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
41. Em 03/12/2012, o Senador Randolfê Rodrigues deixa de compor a Comissão, em razão do disposto no art. 77, § 2º, do RISF (Of. GSRR nº 264/2012).
42. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
43. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
44. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
45. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
46. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
47. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
48. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
49. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
50. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
51. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁴⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(24,33,34,46)	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSIALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. N° 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR n° 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB n° 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. N° 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 19/2013-CRA).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³⁹⁾	2. Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(11,13)
João Capiberibe (PSB) ^(9,10,18)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,22,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁸⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,12,38)
João Alberto Souza (PMDB) ^(25,26,31,32,38)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁸⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³⁸⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(38,43)	4. Benedito de Lira (PP) ^(30,38)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³⁸⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,7,14,16,42)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁸⁾ ^(19,21,35,37)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(36,44)	1. VAGO ^(36,44)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁶⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(28,24)	
Gim (PTB) ⁽²⁹⁾	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,17)	2. João Ribeiro (PR) ^(17,34)
PSD/PSOL	
	1. ^(5,27,33)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
19. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
20. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
23. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

26. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
27. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
29. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
31. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
32. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
33. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
34. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
35. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro suplente do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
36. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
37. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
38. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
40. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
41. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
42. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
43. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
44. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 14/03/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA DA MULHER*(Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)***PROCURADORA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDORA-GERAL:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**1ª Designação:** 26/04/2011**2ª Designação:** 15/03/2013

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

Sodré Santoro (RR)

PP

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁸

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ^{4, 16, 23 e 25}

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares ⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá ⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty ⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. ^{10 e 18}
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10, 12 e 19}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
PR	
João Costa (PPL/TO) ^{16, 17, 21 e 26}	1. Antonio Russo (PR/MS) ^{20 e 24}
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. ^{14, 15 e 22}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

- 10-** Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 11-** Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 12-** Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 13-** Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
- 14-** Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 15-** Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.
- 16-** Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 17-** Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.
- 18-** Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 19-** O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.
- 20-** Em 22-1-2013, o Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 180 dias, conforme RQS nº 1/2013.
- 21-** Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30-1-2013.
- 22-** Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
- 23-** O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVLV nº 002/2013).
- 24-** Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30-1-2013.
- 25-** Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 26-** Designado o Senador João Costa, como membro titular, em 19-2-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 19, de 2013, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. ²⁵
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) ^{14, 15 e 24}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Ottoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.
- 24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.
- 25- Vago em virtude da renúncia do Deputado Joaquim Beltrão ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)
PSD	Átila Lins (PSD/AM) ¹

Notas:

1-Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PSD	Irajá Abreu (PSD/TO) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ^{1,3 e 4}
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) ⁵
PSB	
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
PSD	Jorge Boeira (PSD/SC) ²

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVLV nº 002/2013).

4- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

5- Vago em virtude da renúncia do Deputado Laurez Moreira ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PSD	Manoel Salviano (PSD/CE) ¹

BB:

Not os termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1- N

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{18, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 18}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 26}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 8 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{2 e 5}
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

5- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 28.02.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3-Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 ¹⁷Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 ²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁸	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
¹⁴	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{8 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Gealdo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional. Distrito Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sérgio Sveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Secretaria de Comissões (SCOM)

Diretor: Flávio Roberto de A. Heringer

Telefone: (61) 3303-3487

E-mail: scom@senado.leg.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

¹ Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002² Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004³ Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

Edição de hoje: 288 páginas

(OS: 11065/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

